

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

2005

Índice

INTRODUÇÃO	4
PARTE I.....	5
1. BREVE CARACTERIZAÇÃO DA CCDRC	5
2. SÍNTESE DAS PRINCIPAIS ACTIVIDADES REALIZADAS EM 2005	8
3. BALANÇO DE ACTIVIDADES	9
PARTE II	19
1. RELATÓRIOS DE ACTIVIDADES DE 2005 – DIRECÇÕES DE SERVIÇO.....	19
1.1 DGAF- DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	19
1.1.1 <i>Divisão de Recursos Humanos</i>	19
1.1.2 <i>Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial</i>	25
1.2 DRAL – DIRECÇÃO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO LOCAL	32
1.2.1 <i>Divisão de Modernização Administrativa e Formação</i>	32
1.2.2 <i>Divisão de Apoio Jurídico</i>	32
1.2.3 <i>Divisão de Finanças Locais e Cooperação Técnica</i>	32
1.3 DSGA – DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO AMBIENTAL	44
1.3.1 <i>Divisão de Avaliação Ambiental</i>	44
1.3.2 <i>Divisão de Licenciamento</i>	44
1.3.3 <i>Divisão do Domínio Hídrico</i>	44
1.4 DSLCNI – DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DO LITORAL, CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DE INFRA-ESTRUTURAS.....	75
1.4.1 <i>Divisão do Litoral</i>	76
1.4.2 <i>Divisão de Infraestruturas</i>	116
1.5 DSMA – DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL	139
1.5.1 <i>Divisão de Monitorização Ambiental</i>	140
1.5.2 <i>Divisão de Laboratório</i>	189
1.6 DSGT – DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO TERRITORIAL	206
1.6.1 <i>Divisão de Ordenamento do Território</i>	207
1.6.2 <i>Divisão de Uso do Solo e Qualificação Urbana</i>	234
2. RELATÓRIOS DE ACTIVIDADES DE 2005 – DIVISÕES	242
2.1 CDI – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO	242
2.2 DADT – DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS	244
2.3 GIDC – GABINETE DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO	249
2.4 GJ – GABINETE JURÍDICO	261
2.5 GTIE – GABINETE DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E ESTATÍSTICA.....	267
2.6 DEP – DIVISÃO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO.....	282
3. RELATÓRIOS DE ACTIVIDADES DE 2005 – DIVISÕES SUB-REGIONAIS	289
3.1 DIVISÃO DE AVEIRO	289
3.2 DIVISÃO DE CASTELO BRANCO	296
3.3 DIVISÃO DA GUARDA	303
3.4 DIVISÃO DE LEIRIA	307
3.5 DIVISÃO DE VISEU	314
4. RELATÓRIOS DE ACTIVIDADES DE 2005 – GAT.....	318

5.	RELATÓRIOS DE ACTIVIDADES DE 2005 - PO CENTRO	319
5.1	EIXO I.....	319
5.2	EIXO II.....	325
5.3	EIXO III.....	362
5.4	CONTROLO DE 1º NÍVEL	370

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Actividades/2005 evidencia o trabalho realizado pelos diferentes Serviços da CCDRC ao longo de um ano que ficou marcado pela mudança de Presidência, no início do passado mês de Setembro. Deve referir-se, no entanto, que tal alteração não conduziu a rupturas na prestação de serviços, tendo esta ocorrido com a natural normalidade. Por outro lado, este ano de 2005 continuou a ser um ano em que todos os colaboradores da Comissão, funcionários ou dirigentes, sentiram a falta de uma Lei orgânica que pusesse fim a algumas indefinições organizacionais. Por outro lado, ainda, no decurso da preparação do Orçamento para 2006 foi desbloqueada a situação que estava a impedir a continuação das obras na antiga Fábrica dos Mirandas, aspiração antiga que agora poderá vir a ser concretizada, com benefícios esperados nas condições de trabalho e na qualidade da prestação de serviços por parte da CCDRC e, em particular, pela área do Ambiente.

O Relatório de Actividades/2005 é um documento que resultou do empenhamento dos funcionários e dos dirigentes e, nessa medida, é um importante instrumento de trabalho que nos ajuda a fazer o balanço de mais um ano de actividade. Para o efeito, os serviços da CCDRC foram solicitados a preparar este documento que agora se apresenta e que se encontra organizado da seguinte forma: na primeira parte é feita a apresentação geral das actividades da Comissão, bem como a identificação dos aspectos considerados positivos e negativos; a segunda parte, seguindo uma estrutura idêntica, inclui os Relatórios mais detalhados de todas as unidades orgânicas da CCDRC.

PARTE I

1. Breve caracterização da CCDRC

Em termos físicos, os serviços centrais da CCDRC repartem-se por três locais diferentes da cidade de Coimbra. Fazem ainda parte da Comissão cinco Divisões Sub-Regionais sediadas em Aveiro, Leiria, Viseu, Guarda e Castelo Branco e pertencem ainda ao universo da CCDR 16 Gabinetes de Apoio Técnico em Aveiro, Águeda, Coimbra, Figueira da Foz, Leiria, Lousã, Viseu, Santa Comba Dão, Figueiró dos Vinhos, Sertã, Seia, Arganil, Trancoso, Guarda, Covilhã e Castelo Branco.

Estes serviços ocupavam, em 31 de Dezembro de 2005, 504 funcionários distribuídos como se pode ver nos Gráficos seguintes. Uma leitura rápida destes gráficos permite-nos identificar os Técnicos Superiores como a carreira mais representada, com 133 profissionais. Por outro lado, o grupo etário mais representativo é o dos 51-60 anos, onde se incluem 41% de todo o pessoal ao serviço, e os homens encontram-se em maioria com 277 funcionários. Os serviços centrais da CCDRC concentram 48% do pessoal distribuindo-se os restantes pelas Divisões Sub-Regionais (DSR) e pelos Gabinetes de Apoio Técnico (GAT).

Gráfico 1 – Distribuição dos Funcionários segundo a carreira

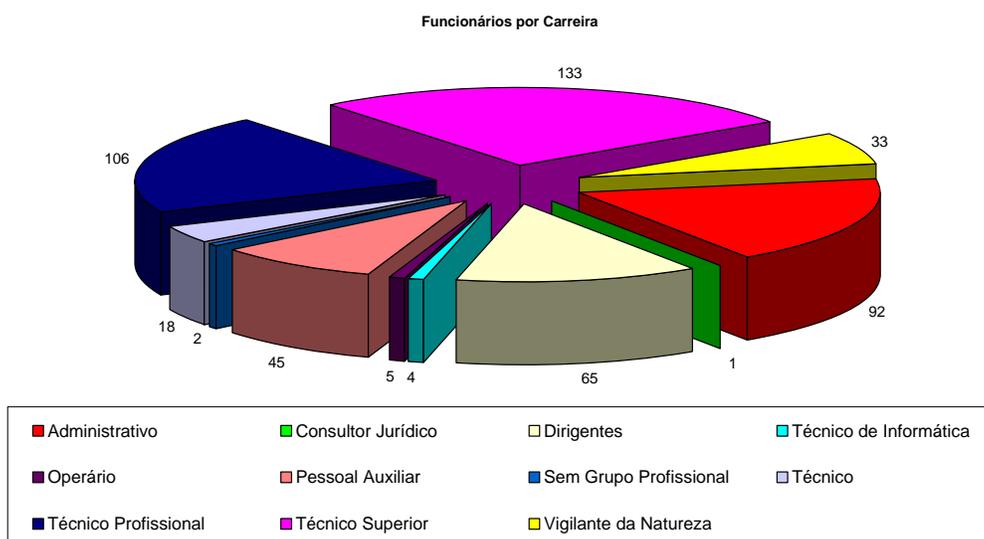


Gráfico 2 – Distribuição dos Funcionários segundo a idade

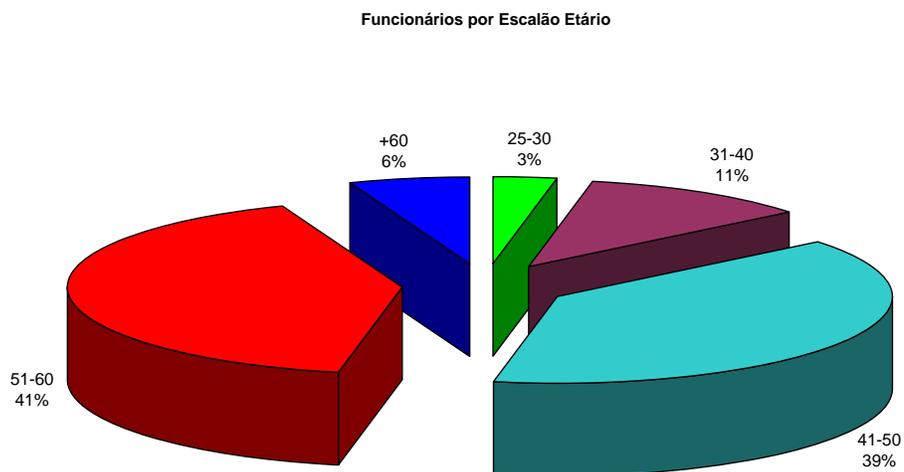


Gráfico 3 – Distribuição dos Funcionários segundo o sexo

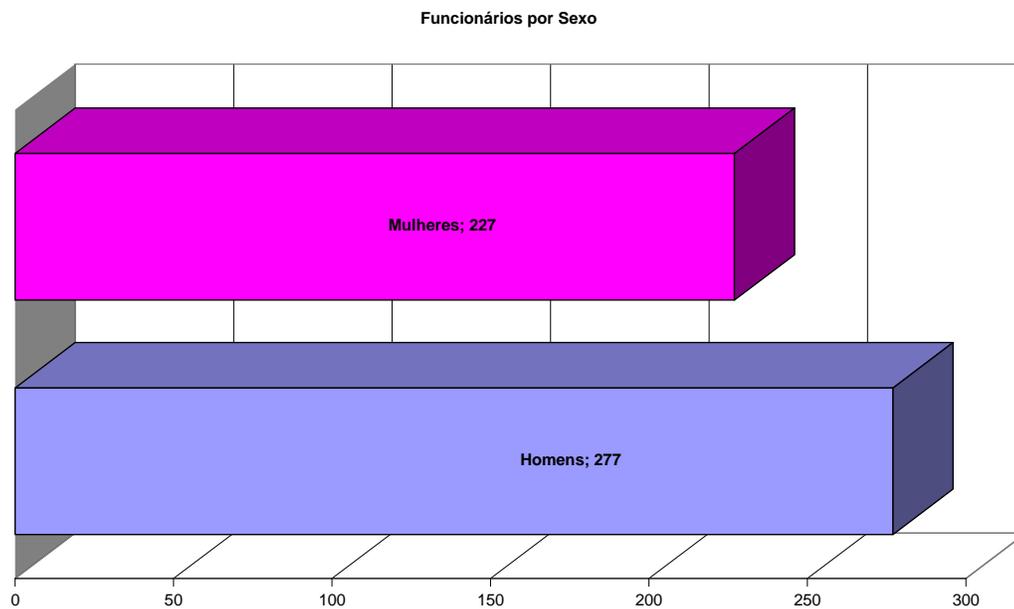
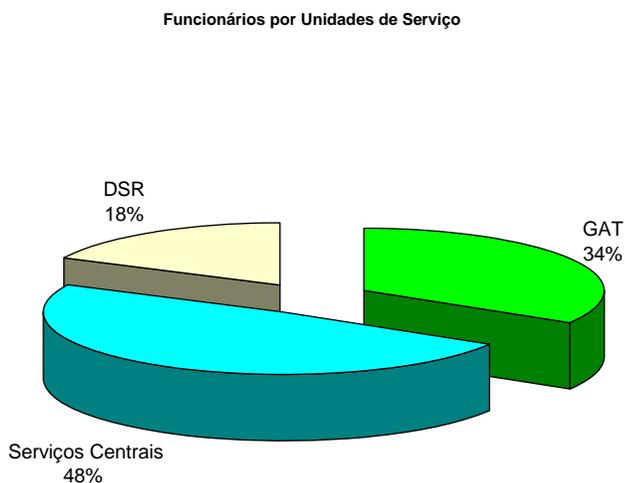


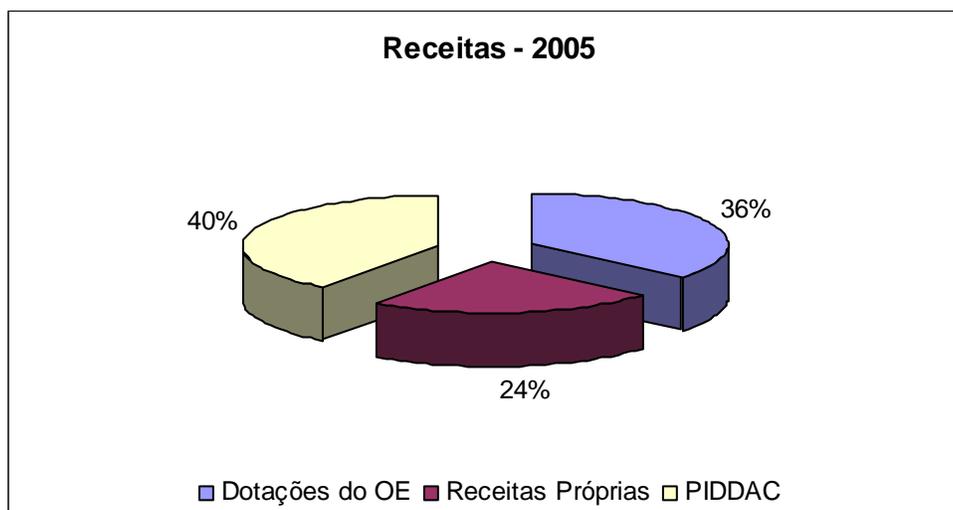
Gráfico 4 – Distribuição dos Funcionários pelos Serviços Centrais, Divisões Sub-Regionais e GATs



Em termos de movimentos financeiros a CCDRC movimentou em 2005 cerca de 20 milhões de euros, como se pode ver nos gráficos seguintes.

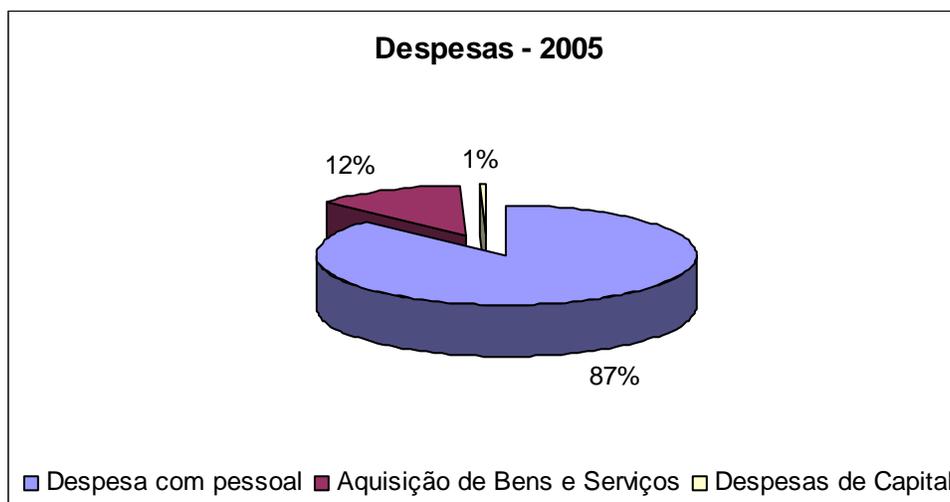
As receitas apuradas em 2005 foram de 19.891.940,00 Euros, cuja origem foi a constante no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Origem das Receitas, em 2005



Em termos das despesas, o Gráfico 6 mostra a respectiva repartição.

Gráfico 6 – Repartição das Despesas, em 2005



2. Síntese das principais actividades realizadas em 2005

A mudança na Presidência da CCDRC não alterou o curso das actividades e dos projectos que estavam em curso e que se encontram descritos ao nível do Relatório de cada unidade orgânica. No entanto, a nova Presidência teve a oportunidade de desenvolver acções que marcaram o ano de 2005 e que terão continuidade. Refiram-se, em particular, as seguintes:

- Inscrição no PIDDAC da verba necessária às obras da antiga Fábrica dos Mirandas que acolherá os serviços da Comissão, em particular os adstritos à Área do Ambiente;
- Início da reorganização interna de alguns serviços, ainda no quadro das actuais leis orgânicas das ex-Draot e ex-Ccrc
- Programa de Mobilidade interna de Recursos Humanos no sentido de promover uma ocupação mais eficiente dos activos mais importantes da Comissão

Outras actividades porém, tinham ocorrido ainda em 2005, igualmente descritas nos Relatórios das unidades orgânicas, e das quais se destacam as seguintes:

- Contribuições de grupos de trabalho para a elaboração do PNPOT, do PROT e do Querer 2013

- Sessões Técnicas internas de debate sobre diferentes temáticas de interesse para a Comissão
- Desenvolvimento da intranet

A apresentação mais exaustiva das actividades realizadas encontra-se na II Parte deste Relatório, organizada por unidades orgânicas.

3. Balanço de Actividades

A apreciação das actividades realizadas ao longo do ano conduziu à identificação de pontos negativos e positivos relativos ao funcionamento interno da Comissão bem como os que resultaram das relações com o exterior e que, de alguma forma, condicionaram o trabalho desenvolvido.

3.1. Funcionamento interno

Em termos genéricos, os **Pontos Negativos** identificados relacionam-se com:

- Recursos Humanos – Escassez de RH com formação adequada; défice de formação; dificuldade de adaptação às novas tecnologias por parte de alguns funcionários; desmotivação; estagnação nas carreiras;
- Organização – deficiente articulação entre unidades orgânicas; deficiente articulação e disponibilização de bases de dados; inexistência de delegação de competências; falta de lei orgânica; inexistência de manuais de procedimentos; indefinições decorrentes da fusão ex-Draot e ex-Ccr e do futuro dos Gat; deficiente informação interna e para o exterior; alterações frequentes da direcção da Comissão; grande dispersão por grupos de trabalho internos; circuitos internos complexos; sistema de informação do PO de difícil integração;
- Instalações e outros recursos - dispersão física dos serviços; dificuldades de arquivo; espaços físicos sem condições de trabalho; parque automóvel deficiente; inexistência de terminais de pagamento electrónico;

Por outro lado, foram identificados **Pontos Positivos** em resultado do funcionamento da Comissão e de que listamos os seguintes:

- Comunicação interna facilitada via e-mail
- Bom relacionamento humano
- Massificação do uso das TIC
- Respostas/pareceres, de qualidade, às solicitações externas
- Participação em projectos pioneiros e inovadores
- Abertura ao conhecimento científico e académico

3.2. Relacionamento com o exterior

Das relações com o exterior, é possível fazer ressaltar alguns aspectos que se manifestaram positivos ou negativos, do ponto de vista dos serviços da Comissão. Assim, estes consideraram os **Pontos Negativos** que resultaram das ligações ao exterior e dos quais transcrevemos:

- Processos incompletos ou mal instruídos
- Incumprimento de prazos por parte de outros organismos
- Fraca sensibilização para os problemas do ambiente e do ordenamento
- Instabilidade do quadro legislativo
- Dificuldades de relacionamento com algumas autarquias em matérias do ambiente e do ordenamento
- Restrições em termos de Piddac
- Diferentes procedimentos entre CCDRs para os mesmos problemas

Refira-se, no entanto, que outros aspectos das relações com o exterior foram considerados **Pontos Positivos** como sejam, por exemplo:

- Participação em reuniões técnicas e comissões de trabalho
- Ligação com o conhecimento científico, designadamente com as Universidades
- Bom relacionamento técnico, humano e institucional
- Reconhecimento externo do trabalho realizado
- Partilha de informação com outros organismos (v.g. inag)

Os Serviços não se limitaram a descrever os aspectos considerados negativos ou positivos, mas indicaram também algumas **soluções** para os problemas detectados e das quais damos conta, se bem que de uma forma sintética e a título de exemplo:

- Em termos de Recursos Humanos, é apontada a necessidade de ser reforçado o número de profissionais ao serviço. Por outro lado, sugere-se insistentemente a necessidade de ser feita mais formação mas também de se avançar para a abertura de concursos que permitam a progressão nas carreiras;
- Em termos Organizacionais, é apontada a melhoria da comunicação e da coordenação interna entre os serviços, mas também destes com o exterior. Neste último caso, é identificada a necessidade de serem estabelecidas regras e procedimentos a observar pelos utentes dos serviços da Comissão e ainda a realização de campanhas de sensibilização e cooperação. Por outro lado, sugere-se a reformulação das competências das DSR e a sub-delegação nas chefias.

Os Quadros que se apresentam de seguida procuram mostrar de uma forma global a apreciação feita pelos serviços da CCDRC. A leitura destes Quadros, porém, ficará mais completa com o conhecimento exaustivo que decorrerá da leitura da segunda parte que inclui os Relatórios dos diferentes serviços.

Factores Internos – Pontos Negativos encontrados e Propostas de Solução apresentadas

Quadro 1 – Serviços Centrais

Pontos Negativos	Propostas de Solução
défi ce de recursos humanos com formação específica	reforço do pessoal do quadro com habilitações adequadas através de abertura de concursos, formalização de contratos individuais de trabalho ou mobilidade interna.
acréscimo de trabalho resultante de alterações legislativas	
elevada dependência de serviços externos	
não cumprimento da divulgação de informação ao público	a existência de um sistema de vigilância permanente dos parâmetros de qualidade ambiental que permita garantir a divulgação de imediato da ocorrência de episódios de ultrapassagem dos Valores Limiar de Informação ou de Valores Limite de Alerta.
falta de articulação entre as diferentes unidades orgânicas da CCDRC	mais comunicação entre serviços.
falta da capacidade de fiscalização e cumprimento de	poder de verificação, <i>in loco</i> , das situações dúbias.

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

prazos, insuficiente monitorização	reforço das divisões sub-regionais
	possibilidade de recorrer a laboratórios externos para despitagem das situações duvidosas.
dificuldades de arquivo	criação de espaços e redefinição dos existentes.
défi ce de formação	cursos de formação
dificuldade de adaptação dos serviços às novas tecnologias	
deficiente integração, actualização e disponibilização das Bases de Dados	integração da base de dados de processos com o SGDC
serviços dispersos fisicamente	concentração num só edifício (Fábrica dos Mirandas)
não delegação de competências	delegação de competências no Director de Serviços com capacidade de subdelegação nos Chefes de Divisão
falta de lei orgânica	enquanto não é publicada a nova orgânica, estabelecimento claro dos limites e obrigações de cada uma das divisões, que deveriam ser integrais e verticais a toda a organização.
desfasamento entre tarefas desempenhadas e categoria profissional	tentar a reconversão e/ou reclassificação profissional.
inexistência de um manual de procedimentos por unidade orgânica, com vista à uniformização e simplificação	validação do trabalho efectuado pelo IGAP e/ou execução de um estudo externo aos procedimentos visando a definição destes fluxos.
espaços físicos deficientes	promover a criação de instalações com os requisitos mínimos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos inerentes.
desmotivação	maior empenho dos serviços responsáveis pelo quadro de pessoal da CCDRC em promover a oportunidade de realização de concursos de progressão nas carreiras.
instabilidade e indefinições devido à fusão da ex-DRAOT e CCR	criação das ARH com crescente autonomia
burocracia associada aos procedimentos de concursos de empreitadas e aquisições de serviços	descentralizar, responsabilizar e cruzar meios de controlo
falta de apoio jurídico devido a falta de meios	reforço do gabinete jurídico
recursos financeiros PIDDAC insuficientes	reforço de meios financeiros ou redireccionamento de verbas
viaturas em mau estado de conservação e morosidade na sua atribuição aos serviços	renovação e ampliação do parque automóvel dos serviços
sistema de informação do PO de difícil integração, moroso e dispendioso	adaptação de sistemas já desenvolvidos por outros PO
deficiente informação interna e falta de uniformização	reuniões periódicas
atrasos na aprovação de projectos em unidade de gestão decorrente das mudanças de gestor e coordenadores	acelerar o projecto de decisão dos projectos em UG para que a dotação do PO seja comprometida até final de 2006
falta de um sistema de informação que responda às necessidades de gestão	criação de uma base de dados genérica, de acesso reservado apenas quanto à introdução de dados, destinada à informação expedita em termos de

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

	formulação de pareceres e de relatórios de actividades
insuficiências que penalizam os promotores	melhorar a execução dos projectos aprovados
	analisar e preparar as candidaturas procurando atingir os montantes previstos em termos de programação
	promover o encerramento de projectos concluídos
	assegurar o acompanhamento dos projectos financiados e garantir a recolha e tratamento da informação física do Eixo
grande dispersão por Grupos de trabalho Internos com um calendário de reuniões muito exaustivo	estruturação e orientação dos trabalhos com objectivos bem precisos
equipas dos grupos de trabalho pouco homogêneas e envolvendo técnicos não especialistas nas diferentes áreas	

Quadro 2 – DSR

Pontos Negativos	Propostas de Solução
falta de meios humanos	reforço de meios humanos
ausência de incentivo aos funcionários “estagnados” nas respectivas carreiras	abertura de concursos de promoção
ausência de formação profissional	formação específica para a actividade
ausência de iniciativa para a harmonização da classificação de processos	simplificação dos procedimentos
organização do arquivo	
ausência de definição da “imagem” da CCDRC e de meios de comunicação moderna e actualizada com os “clientes” (Site na internet, submissão electrónica de formulários, terminais de pagamento electrónico, ...)	simplificação de circuitos e implementação através da Internet
circuitos internos complexos	
fiscalização reactiva	formação e reforço da fiscalização no sentido da prevenção e informação do público
deficiência de meios logísticos	reforço de meios
ausência de investimento em meios de transporte, e de equipamento para a área de Fiscalização	
falta de ligação às bases de dados dos Serviços Centrais	conclusão da rede informática interna

Factores Internos – Pontos positivos identificados

Quadro 3 – Serviços Centrais

Pontos Positivos
facilidade de comunicação via mail
existência de bases de dados internas das diversas áreas de intervenção, com actualização permanente da informação para emissão de licenças
creditação do laboratório
reformulação das bases de dados
elaboração de procedimentos para os assuntos mais importantes
bom relacionamento humano entre os sectores
empenhamento da presidência na massificação do uso das TIC
meios informáticos existentes
aceitação por parte das unidades orgânicas da informatização dos processos
satisfação das solicitações externas
intensa participação em projectos pioneiros e inovadores
abertura ao conhecimento científico e académico
forte qualidade dos pareceres emitidos para o exterior
colaboração entre unidades orgânicas
leque alargado de assuntos tratados permitindo adquirir uma visão global das dinâmicas de desenvolvimento e de organização territorial da Região.

Quadro 4 – DSR

Pontos Positivos
incremento da disponibilidade de meios informáticos
envolvimento dos diversos sectores de actividade no desenvolvimento de tarefas
reforço do espírito de unidade em torno da actividade global da CCDRC
melhoria do funcionamento dos serviços em consequência da instalação dos sistemas informáticos

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

delegações de competências

bom relacionamento humano entre sectores

alargamento das competências às DSR's na área do licenciamento do domínio hídrico;

Factores Externos – Pontos Negativos encontrados e Propostas de Solução apresentadas

Quadro 5 – Serviços Centrais

Pontos Negativos	Propostas de Solução
processos incompletos e/ou mal instruídos	criação e divulgação/imposição de regras. Disponibilização na página da internet. Desencadear acções de esclarecimentos junto das entidades coordenadoras dos licenciamentos.
deficiente informação dos interessados	promover campanhas de esclarecimento
atrasos no cumprimento dos prazos por parte do exterior	contactos simplificados
restrições em termos de PIDDAC, as quais afectaram de forma diferente as diversas Medidas do PO, sendo mais relevante as Medidas com participação do FEOGA, dependentes do PIDDAC do IFADAP	acompanhar o comportamento dos pagamentos efectuados pelo IFADAP aos promotores de projectos e a dotação PIDDAC desta entidade necessária para que o cumprimento da Regra n+2 para 2006 não seja colocada em causa.
procedimentos diferenciados face a problemas idênticos por parte das várias CCDR	realização de reuniões regulares de coordenação com a DGAL/DGOTDU, as outras CCDR e com os serviços desconcentrados
alternâncias frequentes da tutela da CCDR e do Governo	
no URBCOM a dificuldade de resposta de algumas Câmaras Municipais	em próximos programas do género melhor definição das regras

Quadro 6 – DSR

Pontos Negativos	Propostas de Solução
processos incompletos	divulgação das regras e procedimentos

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

deficiente sensibilização dos utentes para as questões ambientais e do ordenamento do território	campanhas de esclarecimento e educação para a cidadania
dificuldade de relacionamento com algumas autarquias tendo em vista o cumprimento da legislação ambiental e do ordenamento do território	realização de acções de sensibilização e cooperação mútua com as autarquias
atraso nos pareceres de outras entidades	simplificação de contactos
instabilidade do quadro legislativo	conclusão e publicação da restante legislação
ausência de acções de concertação de procedimentos entre Direcções de Serviço e entre estas e as DSR;	
manutenção de alguma descoordenação entre Direcções de Serviço que necessitam de emitir pareceres para um mesmo processo;	

Factores Externos – Pontos Positivos identificados

Quadro 7 – CCDRC

Pontos Positivos
estreita ligação com o conhecimento científico exterior aos serviços, designadamente Universidade do Porto, de Aveiro, de Coimbra e Nova de Lisboa, com benefícios mútuos quer na área do ensino quer da investigação.
partilha do <i>site</i> do Inag, no que concerne à informação relacionada com os Recursos Hídricos e redes de monitorização, permitindo assim a acessibilidade ao público.
participação em várias reuniões técnicas e comissões de trabalho nos mais diversos domínios
bom relacionamento técnico e humano com o exterior, seja com entidades públicas ou privadas
diminuição dos prazos de resposta, quer de pareceres, quer de licenciamentos
atendimento personalizado e diário

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

menor burocracia
maiores expectativas dos concessionários e autarquias na resolução dos problemas detectados
intensa acção de sensibilização a nível nacional e na área de influência do POOC, o que permitiu já criar um consenso elevado quanto aos factores estruturais a corrigir nas zonas costeiras
maior precisão e objectividade na informação disponibilizada e que permite introduzir celeridade e qualidade nos pareceres e licenciamentos e credibilidade na divulgação de informação junto de sectores mais especializados ligados ao litoral.
delimitação de zonas ameaçadas pelas cheias e zonas adjacentes, numa perspectiva do Ordenamento do Território (REN, PROT, PMOT, PDM, etc.), bem como no apoio à definição de áreas de risco, muito no quadro de actuação da protecção civil .
encerramento de um QCA e da abertura de um novo processo e de um novo período de programação
prestação de diversos esclarecimentos a entidades públicas e aos particulares sobre questões concretas que nos são colocadas.
capacidade de mobilizar e envolver os agentes regionais no desenvolvimento de estratégias territoriais e temáticas
maior procura e disponibilidade por parte das entidades para realizarem projectos de formação que respondam às necessidades e aos objectivos específicos das diferentes AIBT
divulgação de uma imagem positiva da CCDR no exterior.
adquiriu-se uma visão global das questões que se colocam em termos nacionais e internacionais.

Quadro 8 – DSR

Pontos Positivos
bom relacionamento institucional
atendimento público personalizado
redução dos tempos de resposta aos utentes
bom relacionamento técnico e humano
aumento de receitas

PARTE II

1. Relatórios de Actividades de 2005 – Direcções de Serviço

1.1 DGAF- Departamento de Gestão Administrativa e Financeira

1.1.1 Divisão de Recursos Humanos

Introdução

Durante todo o ano de 2005, em todas as áreas da sua actividade, a Divisão de Recursos Humanos funcionou regularmente, consolidou algumas das suas prioridades estratégicas, designadamente, nos domínios da modernização administrativa e um pouco na gestão de recursos humanos.

Foi, deste modo, possível cumprir quase na totalidade o programa de actividades que a Divisão se propusera para o ano de 2005. Tal não significou, porém, que a Divisão estivesse isenta de problemas, nomeadamente, sob o ponto de vista de concretização de um investimento sério nas qualidades e valorizações profissionais dos seus funcionários, pois não foi possível a abertura de concursos de acesso, bem como, não foi possível a aplicação do SIADAP.

A Divisão funcionou em cinco salas distintas, de acordo com a área funcional – Sala de Recursos Humanos, Gabinete das Chefes de Divisão, Sala de Arquivo, Sala da Secção de Expediente e Gabinete das Telefonistas, todas sitas na Rua Bernardim Ribeiro – Coimbra.

Integraram a Divisão de Recursos Humanos seguintes funcionários: 2 Chefes de Divisão, 4 Técnicos Superiores, 1 Chefe de Secção, 1 Técnico de Informática, 1 Técnico Profissional, 6 Administrativos, 2 Auxiliares de Limpeza e 3 Telefonistas.

Actividades Realizadas em 2005

Quadro 1 – Actividades realizadas em 2005

Actividade	Nº	Obs.
<p>Concepção e operação do sistema e-prodoc</p> <p>(Actividade partilhada com o GTIE)</p>	4	Estiveram envolvidas neste projecto: as Chefes de Divisão, as funcionárias responsáveis pela Assiduidade.
Inserção do cadastro de pessoal na aplicação informática dos recursos humanos	2	Funcionárias responsáveis pelo cadastro, com a colaboração de 2 estagiários
Iniciação de uma nova aplicação de relógio de ponto com ligação a vencimentos	2	Funcionárias responsáveis pela Assiduidade
<p>Criação de mapas tendentes ao estudo mensal dos:</p> <p>Efectivos</p> <p>Absentismo</p> <p>Ajudas de custo</p> <p>Assiduidade</p>	6	<p>2 Chefes de Divisão</p> <p>1 Funcionária responsável pelo cadastro</p> <p>2 Funcionárias responsáveis pela Assiduidade</p> <p>1 Funcionária responsável pelos Vencimentos</p>
<p>Contribuição para o Manual de Procedimentos da Instituição no que se refere a:</p> <p>a) Gestão e controlo de deslocações em serviço</p> <p>b) Entrada, circulação e expedição da correspondência</p> <p>c) Formação profissional</p> <p>d) Acolhimento</p> <p>e) Avaliação de desempenho</p>	2	2 Chefes de Divisão, com a colaboração de toda a equipa.

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Criação dos seguintes regulamentos: Férias, faltas e licenças Horários de Trabalho Relógio de ponto Avaliação de desempenho (CCA)	2	2 Chefes de Divisão, com a colaboração de toda a equipa
Reorganização dos arquivos da ex-DRAOT – Mata da Geria: Limpeza de todo o arquivo Eliminação e conservação de documentos	1	1 Funcionária responsável pelo arquivo
Reorganização dos arquivos da CCDRC		1 Funcionária responsável pelo arquivo
Lista de Antiguidades 2004	2	1 Funcionária responsável pelo cadastro
Balanço Social 2004	2	2 Chefes de Divisão 1 Funcionária responsável pelo cadastro
Plano de actividades 2005	2	2 Chefes de Divisão com a colaboração de toda a equipa
Relatório de Actividades 2004	2	2 Chefes de Divisão com a colaboração de toda a equipa
Formação Profissional	2	2 Chefes de Divisão 1 Funcionária responsável pela divulgação da formação
Rastreo de osteoporose e AVC	2	2 Chefes de Divisão 1 Funcionária responsável pela divulgação da formação

Balço da Actividade e Recomendações

Quadro 2 – Avaliação dos resultados

Objectivos/Actividades	Auto – Avaliação
Concepção e operação do sistema e-prodoc	4
Inserção do cadastro de pessoal na aplicação informática dos recursos humanos	4
Iniciação de uma nova aplicação de relógio de ponto com ligação a vencimentos	4
Criação de mapas tendentes ao estudo mensal dos: Efectivos Absentismo Ajudas de custo Assiduidade	4
Contribuição para o Manual de Procedimentos da Instituição no que se refere a: a) Gestão e controlo de deslocações em serviço b) Entrada, circulação e expedição da correspondência c) Formação profissional d) Acolhimento e) Avaliação de desempenho	4
Criação dos seguintes regulamentos: Férias, faltas e licenças Horários de Trabalho	3

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Relógio de ponto	
Avaliação de desempenho (CCA)	
Reorganização dos arquivos da ex-DRAOT – Mata da Geria:	
Limpeza de todo o arquivo	4
Eliminação e conservação de documentos	
Reorganização dos arquivos da CCDRC	3
Lista de Antiguidades 2004	5
Balanço Social 2004	5
Plano de actividades 2005	5
Relatório de Actividades 2004	5
Formação Profissional	3
Rastreo de osteoporose e AVC	5

Como podemos observar pelo quadro acima descrito consideramos que o balanço de toda a actividade descrita é francamente positivo, havendo, no entanto, muito a melhorar, nomeadamente, no que respeita a homogeneidade de procedimentos.

Quadro 3 – Pontos negativos que influenciaram a actividade realizada e propostas de solução

Pontos Negativos	Propostas de Solução
Aspectos negativos decorrentes do funcionamento dos Serviços ou da CCDRC.: Falta de lei orgânica Paralisia na capacidade de gestão de recursos humanos – resultante de objectivos impostos de poupança orçamental.	Pela falta de lei orgânica não poderemos apresentar qualquer proposta, porque não está na nossa dependência qualquer tipo de acção. Tudo o que resulte de imposições de poupanças orçamentais, são resultado da época de crise que se vive actualmente, havendo, no entanto, a possibilidade de incentivarmos os funcionários

<p>Falta de motivação dos funcionários, traduzida pela falta de abertura de concursos de promoção.</p> <p>Processos e procedimentos complicados e com formalidades dispensáveis e redundantes</p> <p>Falta de decisões superiores perante propostas directamente apresentadas.</p>	<p>a novos desafios através de processos de mobilidade interna.</p> <p>Não existem propostas de solução, pois os bloqueios são legais (falta de lei orgânica) e de restrições orçamentais.</p> <p>A simplificação de procedimentos e formalidades passa pelo desenvolvimento do sistema e-prodoc, pela inserção do cadastro no GIAF, pelo SGDC (Sistema de Gestão Documental), etc.</p> <p>Análise e crítica, pelas Chefias Superiores das variadíssimas propostas e sugestões apresentadas, como por exemplo, Regulamento do Horário de Trabalho, o Regulamento do SIADAP, o Regulamento da Formação.</p>
--	--

Quadro 4 – Pontos Positivos

Interior	Exterior
<p>Aspectos positivos decorrentes do funcionamento dos Serviços ou da CCDRC e que possam ser replicados noutros serviços</p>	<p>Aspectos positivos decorrentes da relação com o <u>Exterior</u></p>

Notas Finais:

A actividade de uma Divisão Administrativa e de Recursos Humanos traduz-se nas numerosas e variadas tarefas do dia-a-dia, muitas e muitas vezes repetidas e de acção apenas reflexa e

acessoriamente influentes na circulação e vida de uma Instituição, sendo assim o retrato de uma continuidade, permanente e diária, do funcionamento dos Serviços.

Não pretendendo que o Relatório de Actividades seja uma enumeração exaustiva desse conjunto de tarefas, julgamos essencial que ele seja pautado pelas melhorias que se implementaram no Serviço e que foram previamente delineadas no Plano de Actividades e que são respeitantes a processos de desburocratização e modernização dos procedimentos.

1.1.2 Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial

Introdução

O relatório de actividades tornou-se um imperativo legal. Constitui um importante documento de análise crítica relativamente á eficácia e ao grau de cumprimento das actividades planeadas, apresentando-se igualmente como um excelente meio para se rectificarem procedimentos, redefinir os objectivos e as estratégias para o ano seguinte, bem como para a adopção de novas medidas e meios de coordenação e controlo da execução.

Quadro 1 – Actividades realizadas em 2005

Actividade	Nº	Obs.
Contabilidade, Orçamento e Conta		
-Elaboração do orçamento ordinário		
-Elaboração alterações orçamentais	1	
-Elaboração Balancetes mensais	13	
-Elaboração de pedido de libertação de créditos de fundos do orçamento de funcionamento de cada um dos projectos PIDDAC a remeter a 7ª e 14ª Delegação de Contabilidade Publica	12	
	17	

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

-Elaboração de relatórios e mapas de controlo da execução orçamental da CCDRC e programas PIDDAC		
-Acompanhamento mensal de situação contabilística e financeira dos GAT`S e Divisões Sub-regionais, através de documentos de despesa, balancetes mensais, folhas de cofre com vista a reposição do fundo de manei	21	16 GAT`s + 5 serviços desconcentrados
-Preparação dos documentos para reembolso das despesas para imputação dos diversos projectos com contrapartida comunitária		
-Elaboração de autorizações de pagamento Orçamentais		
-Elaboração de autorizações de pagamento extra – orçamentais	3990	
-Elaboração de guias de receita		
-Elaboração de propostas de cabimento	3805	
-Conferência, contabilização e classificação da Receita emitida pelos vários serviços da CCDRC	518 3533	
-Registo das verbas consignadas a outras entidades		
-Início da implementação do módulo informática das receitas próprias, resultantes das multas e outras		

<p>penalidades, tendo em vista as políticas de controlo interno que permitam salvaguardar a receita arrecadada</p> <p>-Inserção de dados nas aplicações SIPIDDAC, SIC (PIDDAC E Funcionamento) e SIGO</p> <p>-Elaboração e organização da conta anual de gerência do ano em curso a apresentar ao tribunal de contas</p> <p>Logística e Património</p> <p>-Aquisições, recepção de material e gestão de armazém.</p> <p>-Normalização e organização dos procedimentos para iniciativa de despesa respeitante aos concursos de aquisições de Bens e Serviços e empreitadas</p> <p>-Assegurar a gestão do parque automóvel afecto a CCDR Centro</p> <p>-Manter actualizada a base de Dados relativa as viaturas</p> <p>Tesouraria</p> <p>-Transferência de fundos comunitários</p> <p>Programa</p> <p>FEDER-Eixo I e II</p> <p>FEDER –Eixo III</p>	74	Anexo (Quadro I)
--	----	---------------------

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

FSE/OSS		
PRAICENTRO		Anexo
IFOP		Quadro II
FEOGA		
UBCOM		
PORC – PIDDAC		
-Transferências Bancárias- Homebanking	Ordens	
CGD – 351.216,85 Euros	Pag	
DGT – 1.667.387,40 Euros	1518	
Uploads -221.757.465,46 Euros	570	
-Cheques emitidos	1329	
CGD – 28.433,98 Euros	1	
Tesouro – 4.704.361,62 Euros	1	
-Depósitos	2	
CGD – 237.526,35 Euros	6	
DGT – 212.739,22 Euros	17	
-Autorizações de pagamento de Operações de Tesouraria	102	
-Guias de Receita de Operações Tesouraria	427	
-Pagamentos por cofre - 4.934,69 Euros	513	
-Elaboração das Folhas de Cofre	95	
-Total de Guias de Receita, Autorizações de Pagamento e	2112	

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Documentos de Caixa	21	
	30	
-Verbas recebidas na Tesouraria (Guias) no valor de - 157.796,55 Euros	3805	
-Foram expedidos através da Tesouraria, ofícios de outros serviços que emitem ordens de Pagamento	946	
	222	
-Ofícios e Faxes emitidos e expedidos através da tesouraria	279	
	8219	
	462	
	3444	
	1671	

Receita

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Quadro 2 – Fontes de Financiamento em 2005

Fontes de Financiamento	Orçamento Corrigido	Execução	Desvio
Dotações do OE	7.198.551,00	7.198.551,00	
Receitas Próprias			
Receitas Próprias	2.997.925,00	2.958.700,00	39.225,00
FEF	931.398,00	929.513,00	1.885,00
Câmaras Municipais	524.809,00	443.784,00	81.025,00
Exterior EU Feder	455.290,00	363.646,00	91.644,00
Exterior EU FSE	38.180,00	24.971,00	13.209,00
Transf. IEFP	50.400,00	40.437,00	9.963,00
Saldo da Gerência anterior	(1) 806.293,00	(1) 806.293,00	
Total	13.002.846,00	12.765.895,00	236.951,00
PIDDAC	12.355.715,00	7.932.338,00	4.423.377,00
(1) Nota: Saldo (RIME 252 059+Func.554 234)			

Despesa

Quadro 3 – Execução da Despesa em 2005

	Orçamento Estado	Receitas Próprias	PIDDAC	Total
Pessoal	7.196.208,00	3.378.460,00	765.972,00	11.340.640,00
Correntes		1.515.757,00	2.540.158,00	4.055.915,00
Capital		62.613,00	1.170.988,00	1.233.601,00
Total	7.196.208,00	4.956.830,00	4.477.118,00	16.630.156,00

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Quadro 4 – Estrutura da Despesa em 2005

Designação	Despesa Prevista Orçada	Despesa Realizada	Desvio %
Despesa com pessoal	10.817.154,00	10.574.668,00	87,5 %
Aquisição de Bens e Serviços	2.011.206,00	1.515.757,00	12 %
Total Despesas Correntes	12.828.360,00	12.090.425,00	
Despesas de Capital	174.486,00	62.613,00	0,5 %
Total Geral	13.002.846,00	12.153.038,00	100 %

Balanço da Actividade e Recomendações

Quadro 5 – Avaliação de resultados

Objectivos/Actividades	Auto -Avaliação
Implementação do Inventario	3
Implementação do Modulo da Receita	2
Gestão e Controlo dos Stocks	4
Cumprimento das regras orçamentais tendo por base o equilíbrio financeiro	5

Quadro 6 – Pontos Negativos e Propostas

Pontos Negativos	Propostas de Solução
Elevado grau de envelhecimento e degradação da Frota automóvel, resultante do numero de Quilómetros, o que traduz um aumento elevadíssimo dos custos de manutenção e consequentemente um agravamento do Orçamento da CCDRC	Proposta á Direcção Geral do Património a aquisição de 6 viaturas no Sistema ALD e consequentemente o abate do mesmo numero de viaturas existentes na frota da CCDRC

Quadro 7 – Pontos Positivos

Pontos Positivos	
Interior	Exterior
Implementada a aplicação informática integrada GIAF, adquirida à CPC na área de Gestão Financeira, com capacidade para gerir a contabilidade orçamental desagregada por centros de responsabilidade, sub-centros e centros de custo, relativamente ao orçamento de funcionamento do PIDDAC e financiamento comunitário. Gestão rigorosa do orçamento da CCDRC para 2005, com cumprimento da regra do equilíbrio	Diminuição dos prazos de pagamento das transferências do Programa Operacional para os beneficiários, reduzindo o numero de dias entre a recepção na Administração e lançamento no Homebanking no tesouro

1.2 DRAL – Direcção Regional de Administração Local

1.2.1 Divisão de Modernização Administrativa e Formação

1.2.2 Divisão de Apoio Jurídico

1.2.3 Divisão de Finanças Locais e Cooperação Técnica

Introdução

As actividades da DRAL em 2005 foram exponencialmente acrescidas pelo facto de ser esta Direcção de serviços encarregada de prestar apoio jurídico a todos os serviços da CCDR, para além do apoio multidisciplinar que se continuou a prestar às autarquias locais.

Neste âmbito continuou a prestar-se apoio jurídico às autarquias locais, a apoiá-las no âmbito do programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, do Programa de Intervenções para a Qualificação do Turismo (PIQTUR), e no âmbito bastante diversificado das finanças locais. Colabora-se, ainda, com as autarquias através do apoio prestado pela Engenharia Militar. Presta-se, ainda, apoio a instituições privadas de interesse público sem fins lucrativos no âmbito do Programa Equipamentos.

Acrescente-se que os serviços da DRAL prestam apoio ao PO Centro, especialmente, à medida 1.6 do Eixo I, Programa Foral.

Actividades realizadas em 2005

Quadro 1 – Actividades realizadas em 2005

Actividade	Projecto	Produto	Quantidade
Consultadoria à administração local e entidades equiparadas	Apoio técnico-jurídico	Emissão de pareceres e informações	290;
	Acções de formação / informação	Participação em acções de formação com a DSGT	10
	Consultadoria jurídica	Reuniões e atendimento telefónico	Diária e permanente

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Apoio à gestão de instrumentos nacionais de cooperação técnica e financeira com as autarquias locais e com entidades	Emissão de pareceres no âmbito do POCAL, da Lei das Finanças Locais e outros instrumentos de gestão financeira.	Apoio aos promotores na resolução das dificuldades apresentadas	Atendimento telefónico diário, reuniões, informações prestadas por fax ou correio electrónico, ou ainda através de informações escritas (10)
	Provas escritas de conhecimentos como método de recrutamento de pessoal autárquico	Elaboração	2
	Júris de concurso para efeitos de recrutamento e selecção de pessoal autárquico	Membro de júri	4
	Contratos-Programa e auxílios financeiros às autarquias locais	Pareceres sobre candidaturas, reprogramações e reformulações de candidaturas e projectos em execução	49 informações escritas
	Análise de	33 candidaturas	

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

associativas e religiosas		candidaturas;	
		Acompanhamento financeiro das obras.	77 obras
	Acompanhamento físico e financeiro dos contratos e acordos celebrados no âmbito do Programa de Intervenções para a Qualificação do Turismo (PIQTUR), em colaboração com os GAT.	Acompanhamento físico e financeiro das obras.	5
Apoio à gestão de instrumentos nacionais de cooperação técnica e financeira com as autarquias	Apoio à cooperação técnica e financeira estabelecida no âmbito do programa de apoio às Bibliotecas Municipais com o IPLB, estabelecendo a necessária articulação com	Análise dos procedimentos concursais; Acompanhamento físico e financeiro das obras.	17

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

locais e com entidades associativas e religiosas	os serviços desconcentrados da CCDR.		
(continuação)	Gestão de programas que visem o financiamento de equipamentos promovidos por entidades associativas e religiosas ou freguesias, nomeadamente nas fases de candidatura e de acompanhamento da execução física e financeira, estabelecendo a necessária articulação com os serviços desconcentrados da CCDR, no âmbito do despacho nº 7187/2003 (Programa Equipamentos).	Apoio aos promotores na resolução das dificuldades apresentadas;	atendimento telefónico diário; reuniões frequentes; 26 informações escritas
		Análise de candidaturas do SubPrograma 1;	31
		Análise de candidaturas do SubPrograma 2;	116
Apoio à gestão de instrumentos		Acompanhamento físico e financeiro de obras do Subprograma 1;	81

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

nacionais de cooperação técnica e financeira com as		Acompanhamento físico e financeiro de obras do Subprograma 2.	237
autarquias locais e com entidades associativas e religiosas (continuação)	Apoio à cooperação técnica e financeira estabelecida no âmbito da Engenharia Militar, estabelecendo a necessária articulação com os serviços desconcentrados da CCDR e entidades militares.	Apoio aos promotores na resolução das dificuldades apresentadas;	atendimento telefónico; realização de reuniões;
Optimização das competências partilhadas entre a CCDR	Apoio à Cooperação Técnica e financeira no âmbito dos Protocolos de Modernização Administrativa (PMA)	Análise de candidaturas a Protocolos de Modernização Administrativa (PMA), e respectiva inserção na base de dados da DGAL;	210

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

(DRAL) e os serviços do Estado			
	Apoio à Cooperação Técnica e financeira no âmbito dos Protocolos de Modernização Administrativa (PMA) Continuação	Projectos de PMA's em execução;	342
		Reprogramações solicitadas e informadas;	40
		Informações escritas;	108
		Pedidos de pagamento	232
		Verificação física e financeira de projectos a PMA's;	10
Optimização das competências partilhadas entre a CCDR (DRAL) e os serviços do Estado	Análise de orçamentos e contas dos municípios	Tratamento dos dados dos documentos previsionais e de prestação de contas de todos	78
	Transportes escolares	Tratamento dos dados	78 municípios

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

	Participação no grupo de trabalho de apoio técnico à aplicação do Pocal.		Participação em todas as reuniões convocadas pela DGAL
Apoio jurídico e técnico aos serviços da CCDR Centro e ao Programa Operacional do Centro	Balanços sociais	Análise dos balanços sociais	78 municípios
	Conteúdos funcionais de carreiras da administração local	Descrição e análise	43
	Reconversões profissionais na administração local	Análise, parecer e proposta de despacho	54
	Júri do Concurso Nacional de Boas Práticas de Modernização Administrativa	Participação no referido júri	Annual
	Reuniões de coordenação jurídica	Participação em todas as reuniões	Bimensais

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

	Participação em grupos de trabalho no âmbito do programa Foral	Grupos da «Harmonização de procedimentos FSE» e «Estudo Nacional de avaliação do Impacto da Formação desenvolvida no âmbito do Programa Foral»	2
Apoio jurídico e técnico aos serviços da CCDR centro e ao Programa Operacional do Centro	Procedimentos de contratação pública	Análise de cadernos de encargos e programas de concursos; participação em júris;	32
	Consultadoria interna aos serviços da CCDR e PO Centro	Consultadoria jurídica através de reuniões e atendimento telefónico	Diária e Permanente
	Apoio jurídico à elaboração, alteração, revisão, suspensão e acompanhamento dos Instrumentos de Gestão	Análise de regulamentos de planos	56
		Apreciação final de controlo	13

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

	Territorial e medidas preventivas		
		Apoio à DOT nas reuniões com equipas técnicas e outras entidades intervenientes	Todas as solicitadas pela DOT
	Elaboração de modelos para os procedimentos de contratação	Elaboração de cadernos de encargos e programas de concursos	4
Apoio jurídico e técnico aos serviços da CCDR Centro e ao Programa Operacional do Centro	Processos de averiguação e disciplinares		3
	Processos contenciosos		4
	Candidaturas à medida 1.6 do PO Centro	Análise técnico- pedagógica das candidaturas à medida 1.6	188

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

	Manual de procedimentos.	Elaboração de documentos reunindo os passos mais importantes de cada uma das tarefas da responsabilidade da Divisão de Modernização Administrativa e Formação e da Divisão de Finanças Locais e cooperação Técnica.	2
--	--------------------------	---	---

Balanco da actividade e recomendações

Quadro 2 – Avaliação dos resultados

Actividades	Auto-avaliação
Consultadoria à administração local e entidades equiparadas	4.95
Apoio à gestão de instrumentos nacionais de cooperação técnica e financeira com as autarquias locais e com entidades associativas e religiosas	4.90
Optimização das competências partilhadas entre a CCDR (DRAL) e os serviços do Estado	4.90
Apoio jurídico e técnico aos serviços da CCDR Centro e ao Programa Operacional do Centro	4.95

Quadro 3 – Pontos negativos que influenciaram a actividade realizada e propostas de solução

Pontos negativos	Propostas de solução
O acréscimo de trabalho resultante do apoio jurídico a todos os serviços da CCDR	Aumentar, no mínimo em dois, o número de técnicos superiores ao serviço da DRAL.
O acréscimo de trabalho resultante do número muito significativo de aumento de candidaturas principalmente, por parte das <i>Freguesias</i> traduzindo-se, por um lado, na pouca experiência destas autarquias em gestão de projectos, e por outro, na necessidade deslocações ao local para verificação de projectos	Aumentar o pessoal ao serviço da Divisão, com pelo menos mais um Técnico Superior
Procedimentos diferenciados face a problemas idênticos por parte das várias CCDR no âmbito do programa Equipamentos	Realização de reuniões regulares de coordenação com a DGAL/DGOTDU, as outras CCDR e com os serviços desconcentrados da CCDR.
Base de dados da DGAL pouco operacional.	Possibilidade de a DGAL disponibilizar o acesso e utilização dos dados introduzidos pela CCDR na base de dados.

Quadro 4 – Pontos positivos

Interior	Exterior
Excelente relacionamento interpessoal na DRAL;	Bom relacionamento institucional com todas as autarquias locais da Região.
Excelente relacionamento da DRAL com os restantes serviços da CCDR, em especial com a DSGT, Administração, PO Centro, GAT e divisões sub – regionais	Bom relacionamento institucional com a DGAL, DGOTDU, IPLB, ITP, e entidades militares.
	Divulgação de uma imagem positiva da CCDR no exterior.

1.3 DSGA – Direcção de Serviços de Gestão Ambiental

1.3.1 Divisão de Avaliação Ambiental

1.3.2 Divisão de Licenciamento

1.3.3 Divisão do Domínio Hídrico

Introdução

A Direcção de Serviços de Gestão Ambiental (DSGA) assegura:

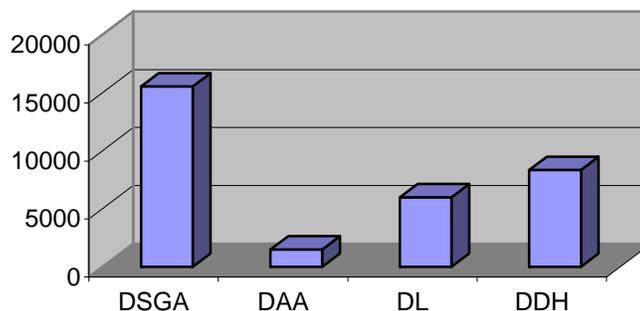
- “A intervenção nos processos de avaliação de impacte ambiental”;
- “O licenciamento e a participação no licenciamento de projectos e actividades em matéria de ambiente” e
- “A promoção de planos, projectos e estudos no domínio da Gestão Ambiental”.
- Compreende as Divisões de:
 - Licenciamento (DL), e
 - Avaliação Ambiental (DAA),
 - Domínio Hídrico (DDH).

Actividades realizadas em 2005

Entradas e saídas de correio

Em termos gerais, podemos dizer que a DSGA, no período em análise, foi responsável pelo seguimento de 20% (i.e. 1/5) das cerca de 77 000 entradas da CCDRC, sendo que a DAA processou 1 a 2% do total dessas entradas, a DL 7 a 8% e a DDH 11%.

Gráfico 1 – Distribuição do correio entrado na DSGA



No que se refere ao correio saído, verifica-se um valor global da ordem dos 12 000 documentos, sendo que destes a DAA emitiu 10% do total, a DL 28% e a DDH 59%

Gráfico 2 – Distribuição do correio saído da DSGA

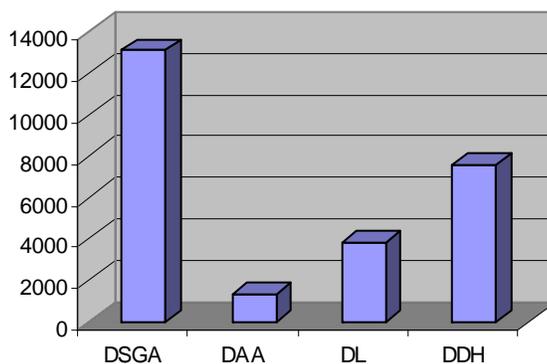
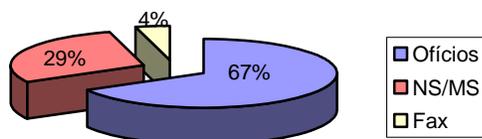


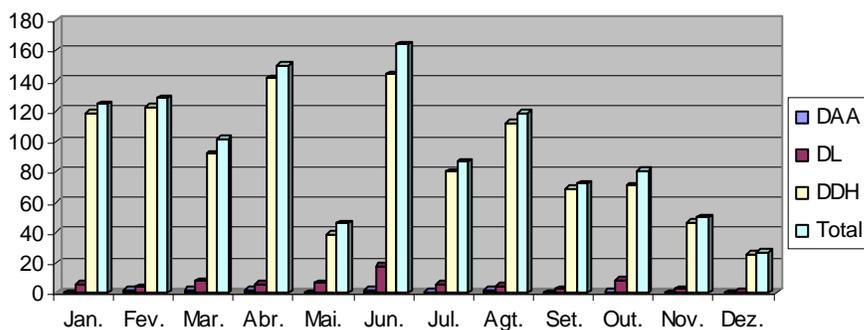
Gráfico 3 – Correio saído da DSGA (tipologia)



Atendimento do público

Durante o período em análise foram recebidos na DSGA, com atendimento personalizado, 1 200 utentes, o que corresponde a uma média mensal de 100 atendimentos, e para um valor médio de 20 dias de atendimento por mês, a uma média diária de 5 utentes.

Gráfico 4 – Distribuição do atendimento na DSGA

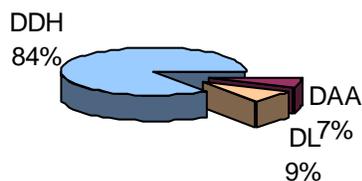


Guias Emitidas/Receitas Geradas

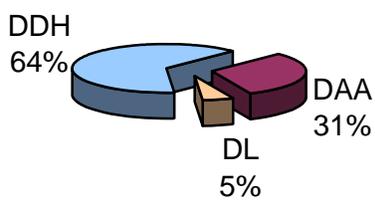
Foram emitidas cerca de 1400 guias num valor aproximado de $330 \times 10^3 \text{€}$, representando-se no Gráfico 5 a distribuição em número e em valor das guias emitidas por cada Divisão.

Gráfico 5 – Distribuição em número e valor das guias emitidas na DSGA

Nº de Guias: 1 394



Valor Guias: 327 933€

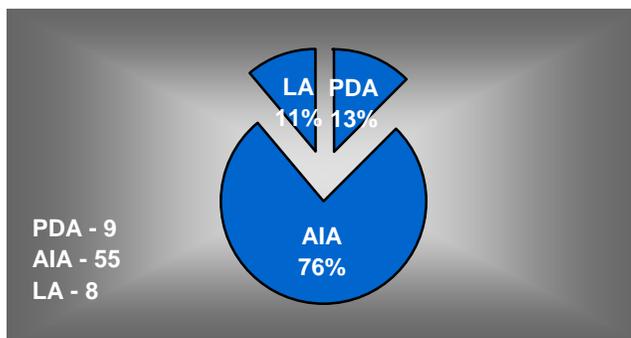


No período em análise, o valor resultante das contrapartidas da nossa participação no licenciamento industrial e no licenciamento de massas minerais (pedreiras) foi de 60×10^3 €.

Actividade de Avaliação e de Licenciamento Ambiental

Destacam-se, aqui, os procedimentos relacionados com a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e com o Licenciamento Ambiental (LA), desenvolvidos na DSGA pela DAA e pela DL, num total de 72 processos.

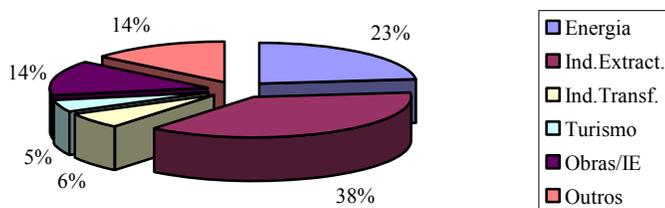
Gráfico 6 – Avaliação Ambiental e Licenciamento Ambiental



Neste total, englobam-se 20 processos de AIA, 1 PDA e 5 processos de LA, iniciados em 2004, tendo sido concluídos durante 2005, 9 processos de PDA, 55 de AIA e 8 LA. Em Anexo apresenta-se uma listagem, por concelho, de todos os processos de AIA e de LA, concluídos em 2005. Transitaram para 2006, 24 processos de AIA e 14 LA.

Dos 64 processos de AIA e PDA, 30 correspondem a processos em que fomos autoridade de AIA, sendo que nos 34 restantes a autoridade de AIA foi o Instituto do Ambiente (IA). No licenciamento ambiental, é sempre o IA a entidade competente. No Gráfico 7 representam-se as tipologias destes processos de AIA, concluídos durante o período em análise.

Gráfico 7 – Avaliação Ambiental – Tipologia de AIA



No Quadro 1, destacam-se outras acções desenvolvidas, relacionadas com a AIA e o LA.

Quadro 1 – Outras actividades, relacionadas com a AIA e o LA

Actividades	Nº	Obs.
Isenção de AIA	2	Autoridade de AIA – CCDRC - 1 Autoridade de AIA – IA - 1
RECAPE + POS (Pós-avaliação)	6 + 8	Autoridade de AIA – IA - 6
Parecer Aplicabilidade de AIA	56	
Parecer Aplicabilidade de LA	51	
Pareceres Sectoriais (da DL para DAA)	39	

Participação no Licenciamento Industrial

No Quadro 2 apresenta-se a actividade desenvolvida pela DSGA (DL) no domínio do licenciamento industrial, concluída no período em análise.

Quadro 2 – Participação no Licenciamento Industrial

Distrito	Concelho	Alteração	Instalação	Instalação RELAI+AP	Regime transitório	Total
Aveiro	Águeda	9		1	26	36
	Anadia	3		1		4
	Aveiro	3	1			4
	Ílhavo	8	1			9
	Oliveira do Bairro	3	2			5
Castelo Branco	Castelo Branco	3	4	1		8
	Fundão	1	4			5
Coimbra	Coimbra	3	1	1		5
Guarda	Seia	1	6			7

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Leiria	Batalha		5			5
	Leiria	6	15		7	28
	Pombal	1	3	1	7	12
Outros	Outros	25	15	3	35	78
<i>Total</i>		66	57	8	75	206
Tempo médio para pedido de elementos (dias úteis)		-	-	-	-	13
Tempo de resposta médio (dias)		44	43	88	-	-
Prazo legal (dias úteis)		30 a 60	30 a 60	90	-	-

Alteração – Projectos de alteração de estabelecimentos industriais.

Instalação - Projectos de instalação de estabelecimentos industriais.

Instalação (RELAI+AP) – Projectos de instalação sujeitos a licenciamento industrial (RELAI) e a autorização prévia (AP) para operação de gestão de resíduos.

Regime transitório – Projectos de estabelecimentos industriais existentes mas não licenciados.

Gestão de Resíduos – Autorização Prévia

No Quadro 3 apresenta-se, por concelhos, a actividade desenvolvida pela DSGA (DL) no domínio da gestão de resíduos.

Quadro 3 – Gestão de Resíduos

Distrito	Concelho	Autorização prévia de gestão de resíduos (AP)	Pareceres para o INR (Resíduos perigosos e valorização energética)	Total

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Aveiro	Aveiro	1	3	4
	Estarreja	1	1	2
	Oliveira do Bairro	3		3
Coimbra	Coimbra		2	2
	Soure	2		2
Leiria	Leiria	2		2
Viseu	Nelas	2		2
	Oliveira de Frades	2		2
	Tondela	3		3
	Viseu	2		2
	Vouzela	2	1	3
Outros	Outros	26		26
<i>Total</i>		46	7	53
Tempo médio para pedido de elementos (dias úteis)		-	-	13
Tempo médio de resposta (dias)		88	54	
Prazo legal (dias úteis)		90	30	

Participação no Licenciamento de Pedreiras

Indica-se no Quadro 4 a participação da DSGA (DL) no licenciamento de pedreiras.

Quadro 4 – Pareceres sobre os planos ambientais e de recuperação paisagística

Distrito	Concelho	Adaptação	Plano de pedreira aterro de inertes	Alteração regime licencia^{to}.	Licenciamento	Total
Coimbra	Mont.-o-Velho				2	2
C.Branco	Castelo Branco	2			1	3
Guarda	Aguiar da Beira	1			2	3
Leiria	Leiria	4				4
	Pombal				2	2
Viseu	Viseu	2	1			3
Outros	Outros	6		1	11	18
<i>Total</i>		15	1	1	18	35

Licenciamento das utilizações do Domínio Hídrico

Foram realizados pela DSGA (DDH), durante o período em análise, 1654 licenciamentos, de acordo com a tipologia apresentada no Quadro 5 e a distribuição geográfica constante do Anexo.

Quadro 5 – Tipo de licenciamentos do DH

Tipologia	Número
Decl n/ Afect. Rec.	9
DHA – Agro-Alimentar	159
DHC – Comércio	42
DHD – Diversos	41
DHE – Estruturas	116

DHH – P. C. Hidroeléctricas	1
DHI – Indústrias	293
DHP – Agro-Pecuária	604
DHS – Saneamento Básico	331
UDH – Diversos	58
Total	1654

Vistorias e Fiscalizações

Durante 2005, realizaram-se cerca de 650 saídas, num conjunto de visitas, vistorias e fiscalizações. No Gráfico 8 representa-se a distribuição destas saídas pelas Divisões da DSGA, englobando-se no Gráfico 9 a participação dada pelas Divisões Sub-Regionais nas vistorias do licenciamento industrial num total de 151 saídas. Nos Quadros 6, 7 e 8 descrevem-se as actividades mais significativas.

Gráfico 8 – Distribuição das saídas na DSGA

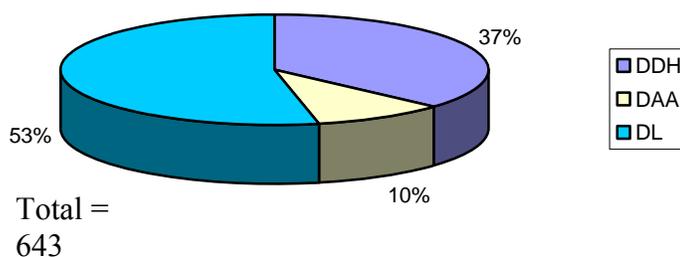
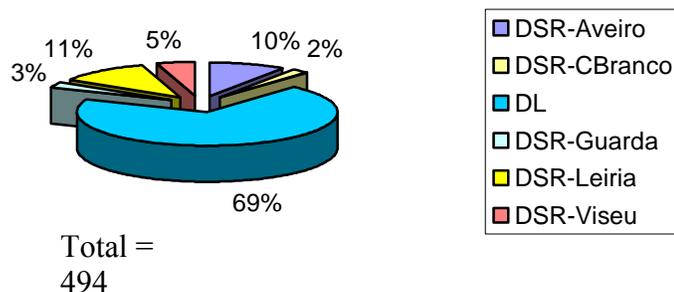


Gráfico 9 – Contributo das Divisões Sub-Regionais nas vistorias/fiscalizações (RELAI)



Quadro 6 - Serviço Externo – Licenciamento Industrial e Gestão de Resíduos

Concelho	Fiscalização RELAI	Reunião regime transitório do licenciamento industrial	Vistoria AP	Vistoria Aterro Sanitário	Vistoria Pedreira	Vistoria RELAI	Vistoria RELAI/+AP	Total
Porto de Mós	1	1				14		16
Marinha Grande	2		1			14		17
Vagos	3				1	13		17
Oliveira do Bairro			1		2	18	1	22
Aveiro			1	3		19		23
Pombal	3	4	1			21	1	30
Águeda	1	11			1	18		31
Ílhavo						41		41

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Leiria	5	9	3	1		27		45
Outros	22	8	15	2	6	194	5	252
<i>Total</i>	37	33	22	6	10	379	7	494

Quadro 7 - Número de acções do quadro 6 realizadas com o apoio das DSR

Acções asseguradas por	Total	%
DSR Castelo Branco	11	2
DSR Guarda	14	3
DSR Viseu	23	5
DSR Aveiro	47	10
DSR Leiria	56	11
Sub-total (Divisões Sub-Regionais)	151	31
Divisão de Licenciamento (6 técnicos)	343	69
<i>Total</i>	494	100

Quadro 8 - Número de acções associadas às Utilizações do Domínio Hídrico

Concelho	LUDH	Participação em GT	Fiscalização (saídas)
Águeda	84		
Figueira da Foz	61		
Leiria	126		
Oliveira de Frades	62		
Carregal do Sal		8	
Figueira de Castelo Rodrigo		8	

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Aveiro		9	
Tábua		27	
Oliveira do Hospital			20
Montemor-o-Velho			21
Coimbra			30
Figueira da Foz			39
Outros	1321	80	135
Total	1654	132	235

As saídas efectuadas no âmbito do licenciamento das utilizações do domínio hídrico foram efectuadas, na sua maior parte, pelas Divisões-Sub Regionais.

As acções de fiscalização da DDH em número de 235 englobaram a análise de 721 processos. A DDH realizou, ainda, um total de cerca de 100 vistorias, parte das quais em conjunto com a DAA e/ou com a DL, sendo que a DL participou em cerca de 20 visitas com a DAA.

Outras Actividades

Para além das actividades anteriormente assinaladas, salientam-se, aqui, por Divisão, todas as outras actividades em que a DSGA esteve envolvida, durante o ano de 2005, Quadros 9 a 12.

Quadro 9 – Outras actividades realizadas em 2005, pela DAA

Actividade	N.º	Obs.
CIA - Certidão Incidências Ambientais	36	
DAA – documentos internos	5	
DFC – Declaração Fundos Coesão	11	

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

DIV – Diversos	63	
EINA - Estudos Incidências Ambientais	2	
FER - Fontes de Energia Renovável	14	
PIP – Pedidos Informação Prévia	11	
SIME	59	
<i>Total</i>	201	
Outros		
Bases de gestão de processos	1	Em articulação com GIDC
Base de dados de parques eólicos	1	
Acompanhamento de Estágio Profissional	1	
<i>Total</i>	204	

Quadro 10 – DL - Solicitações no âmbito da legislação relativa ao uso de solventes orgânicos

Tipo de acção	Nº
Plano de redução de emissões COV*	2
Plano de gestão de solventes	1
Parecer para licenciamento de actividade COV art.º 5º	2
Diversos COV	29
Total	34

Quadro 11 – DL - Solicitações no âmbito da apreciação de reclamações

Tipo de reclamações	Nº
Ar	56
Ruído	80

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Resíduos	64
Efluentes líquidos	20
Reclamações (ar, ruído, resíduos, água)	12
Ar + ruído	9
Ar + resíduos	17
Ruído + resíduos	3
Sucatas	12
Pedreiras	10
Reclamação assuntos diversos	21
<i>Total</i>	304

Quadro 12 – DL - Pareceres sobre solicitações diversas

Pareceres diversos	Nº
Prime	12
Parecer sobre o cumprimento da legislação ambiental para efeitos de registo EMAS	5
Pareceres Licenciamento Comercial - Lei 12/04	4
Utilização de coque de petróleo	2
Utilização de óleos com PCB's	16
Aplicabilidade do D.L. n.º 292/2000 (Ruído)	4
Parecer sobre relatório de ruído	25
Reutilização de resíduos	2
Valorização energética de resíduos	13
Valorização agrícola de resíduos	17
Valorização interna de resíduos	13

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Isenção de monitorização das emissões de chaminés	15
Monitorização rotativa de fontes (chaminés)	3
Parecer altura de chaminé	35
Pareceres sectoriais no âmbito da avaliação de impacte ambiental (AIA)	39
Pareceres sobre planos de adaptação de aterros de resíduos não perigosos	3
Pedidos de informação prévia para instalações de Biomassa	2
Informações diversas	133
Total	343

Representação em Comissões e Grupos de Trabalho

No Quadro 13 referem-se os grupos de trabalho e comissões em estiveram envolvidos os dirigentes e técnicos da DSGA.

Quadro 13 – Comissões e Grupos de Trabalho

Designação	Direcção de Serviços Divisões
Contrato de melhoria contínua de desempenho ambiental da PETROGAL	DSGA
Ponto Focal para as questões de Pré-Contencioso e Contencioso Comunitário	DSGA
Ponto Focal para o Conselho Consultivo de AIA	DSGA
Comissão de Acompanhamento ao abrigo do art. 16.º do DL n.º152/97 de 19 de Junho (Águas residuais urbanas)	DDH
Comissão de Acompanhamento ao abrigo do art. 9.º do DL n.º235/97, de 3 de Setembro (Nitratos)	DDH

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Sistema Nacional de Informação dos Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos – SNITURH	DDH
Subcomissão Técnica de Normalização da Acústica (Acústica de Edifícios) – CT28/SC4	DL
Subcomissão Técnica de Normalização da Acústica (Acústica Ambiental) – CT28/SC8	DL
Contrato de melhoria contínua de desempenho ambiental para o Sector Cimenteiro	DL
Subcomissão de avaliação para o exercício da actividade de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas	DL
Contrato de melhoria contínua de desempenho ambiental para o Sector dos transportes	DL

A DAA e a DDH participaram, ainda, nos grupos de trabalho internos relativos ao "QUERER 2013", nos temas "Energias Renováveis" e "Água e Saneamento Básico".

A DSGA colabora activamente com os Institutos da Água, do Ambiente e dos Resíduos e fomentou, durante o ano em análise, a definição de modos de actuação comum entre os serviços homólogos das cinco CCDR.

De salientar que, para além da representação permanente de um técnico da DL, na Comissão da Reserva Agrícola Nacional e das participações já assinaladas nas comissões de avaliação de AIA e nas reuniões do art.º24 do RELAI, a DL participou, como orador, nas acções constantes do Quadro 14.

Quadro 14 – Participação em sessões técnicas

Participação em sessões técnicas como oradores	Data	Local	Promotor
Sessões Técnicas de Informação sobre Licenciamento Industrial	12.01.2005	Aveiro	ANEMM

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Sessões Técnicas de Informação sobre Licenciamento Industrial	13.01.2005	Águeda	ANEMM
Divisão de Licenciamento, competências, trabalho desenvolvido, resultados e projectos	24.01.2005	Coimbra	CCDRC
Gestão de Resíduos	03.02.2005	Oliveira do Bairro	AIB
Resíduos - Explorações Agro-Pecuárias	24.06.2005	Coimbra	CCDRC
Jornadas técnicas do papel e cartão - Legislação de resíduos e o licenciamento das operações de gestão de resíduos	04.11.2005	Espinho	ANIPC
Licenciamento industrial - Licença ambiental	23.11.2005	Águeda	AIA

A DDH participou no Seminário “Implementação do Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode – Estudos Complementares”, que decorreu em Lisboa no INAG e nas acções de formação para Vigilantes da Natureza, que decorreram na CCDRC.

Balanço da Actividade e Recomendações

Balanço da Actividade

Em 2005, consolidaram-se as acções e os procedimentos iniciados e implementados nos anos anteriores, com vista à promoção da imagem externa, quer pela reformulação dos documentos emitidos, quer pela qualidade do atendimento ao público e dos serviços prestados. Para suporte destas orientações foram implantadas melhorias a nível do sistema informático e da organização do pessoal e dos serviços.

Para além do acompanhamento dos novos processos, tem-se procurado detectar e recuperar atrasos no seguimento de outros, apesar da notória falta de meios, quer instrumentais, quer de pessoal. Um dos grandes problemas da Direcção de Serviços reside, na realidade, na falta de pessoal técnico com formação adequada.

Durante o período em análise, procurou-se orientar a gestão para os resultados, inovando e simplificando processos e práticas.

A presença dos utentes é maioritariamente dirigida à DDH, face a hábitos antigos estabelecidos, tendo-se verificado a continuação da tendência para uma diminuição no atendimento médio diário durante o ano em análise, como consequência de uma resposta mais célere por parte da DDH.

No Quadro 15 apresenta-se o balanço dos objectivos e actividades nas principais áreas de actuação e do seu grau de realização, elaborado por cada uma das Divisões da DSGA.

Quadro 15 – Avaliação dos objectivos/actividades

Actividades – DAA	Auto - Avaliação
Avaliação de Impacte Ambiental (AIA)	4
Fontes de Energia Renováveis (FER)	4
Outras actividades	3
Auto-avaliação global DAA	4
Objectivos – DL*	
1. Informação aos requerentes no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de entrada na Divisão, sobre elementos em falta ou encaminhamento a outros Serviços	4
2. Tomada de decisão no prazo de 90 dias, em 90 % dos casos, após o processo se encontrar completo, salvo outros prazos definidos em legislação específica	4
3. Recuperação gradual do passivo existente (processos em atraso) num mínimo de 5 %	5
Auto-Avaliação global DL	4
Actividades – DDH**	
Licenciamento das utilizações do domínio hídrico	4
Colaborações em vistorias/LA/AIA	4

Fiscalização	3
Auto-Avaliação global	4

* Estes objectivos não foram estabelecidos para os técnicos em 2005.

** Os valores apresentados pretendem reflectir não a relatividade face ao cumprimento das tarefas mas sim a existência de factores que dificultaram o desenvolvimento da actividade. De salientar a dificuldade na actuação em termos de fiscalização por falta de meios humanos, logísticos e de intervenção, justificações para o valor apresentado.

Nos Quadros 16 e 17 resumem-se os pontos negativos e os pontos positivos que, durante o ano de 2005, influenciaram de modo negativo e positivo o desempenho da DSGA, no seu todo.

Quadro 16 – Factores negativos que influenciaram a actividade

Factor	Proposta de solução
Internos	
Circuitos internos sobrecarregados	Melhor definição e simplificação
Falta de técnicos com formação adequada	Desencadear os meios de ingresso/contratação. Resolução da situação laboral dos técnicos em projectos, de forma a serem enquadrados nas funções que efectivamente exercem.
Ocupação de técnicos da DL e da DDH nos processos de AIA da DAA	Dotar a DAA de um quadro mínimo de técnicos com formação adequada
Condições de trabalho	Melhores instalações e espaço
Dificuldades de arquivo	Criação de espaços e redefinição
Deficiente integração das bases de dados da DAA, da DL e da DDH	Integração da base de dados de processos com o SGDC
Falta de meios de fiscalização (humanos, logísticos)	Reforço de meios e modificação da filosofia de actuação

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Gestão deficiente da frota automóvel	Afectar viatura e motorista para apoio à participação em vistorias
Distribuição por diversos edifícios	Concentração num só edifício
Não delegação de competências	Delegação de competências no Director de Serviços com capacidade de subdelegação nos Chefes de Divisão
Externos	
Processos incompletos e/ou mal instruídos	Criação e divulgação/imposição de regras. Disponibilização na página da internet. Desencadear acções de esclarecimentos junto das entidades coordenadoras dos licenciamentos.
Deficiente informação dos interessados	Promover campanhas de esclarecimento
Atrasos nos pareceres de entidades externas	Contactos simplificados

Quadro 17 – Pontos positivos que influenciaram a actividade realizada

Interior	Exterior
Melhoria da exploração dos sistemas informáticos. Reformulação das bases de dados	Bom relacionamento técnico e humano com o exterior, seja com entidades públicas ou privadas
Elaboração de procedimentos para os assuntos mais importantes	Diminuição dos prazos de resposta, quer de pareceres, quer de licenciamentos
Bom relacionamento humano entre sectores	Atendimento personalizado e diário
Espírito de equipa. Vontade de melhorar e cumprir	O privilegiar as vistorias e participação em sessões técnicas, como forma de contacto com os operadores.

Recomendações

Face ao corpo de técnicos muito deficitário, é urgente resolver este problema, nomeadamente na DAA. De salientar que se prevê, a curto prazo, a transposição da Directiva Comunitária 2001/42/CE de 27 de Junho de 2001 (Avaliação Ambiental Estratégica), referente à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, o que terá de implicar a afectação de meios técnicos e humanos adicionais.

Por outro lado com o horizonte de Outubro de 2007 a aproximar-se, e só tendo sido concedidas 29 Licenças Ambientais (de 2002 a 2005), num global de 185 instalações PCIP existentes na Região Centro, há que igualmente pensar na dotação da DL com técnicos em número e qualificação adequada, tendo ainda em consideração a multiplicidade de tarefas por ela desempenhadas.

Há que recrutar e reter os melhores recursos humanos, tendo presente o grau de qualificação que ao longo das respectivas prestações de serviço tem sido atingido pelos técnicos que se encontram a prestar serviço nas três Divisões da DSGA.

ANEXO

I - Licenças Ambientais emitidas

Concelho	Estabelecimento
Aveiro	Euro-Yser - Produtos Químicos, SA
Oliveira do Bairro	Cerâmica Sotelha, L.da
Castelo Branco	Danone Portugal, SA
Vila Velha de Ródão	Celtejo - Empresa de Celulose do Tejo, SA (Ex. Portucel Tejo)
Cantanhede	MAHLE - Componentes de Motores, SA
Figueira da Foz	Saint Gobain Mondego, SA
Marinha Grande	Santos Barosa - Vidros, SA
Marinha Grande	BA - Fábria de Vidros Barbosa & Almeida, SA

II - Processos de AIA concluídos

II a) - Autoridade de AIA - CCDRC

Concelho	Projecto	Tipologia	Tipo de processo	Decisão
Águeda	Manufacturas Santos, SA	Indústria transformadora	AIA	DIA favorável condicionada
Anadia	Pedreira do Toutedo	Indústria extractiva	AIA	DIA favorável condicionada
Aveiro	Ampliação do Estabelecimento Industrial da Novagrés	Indústria transformadora	AIA	DIA favorável condicionada
Ílhavo	Dragagem da Bacia de Manobras a Norte do Porto de Pesca do Largo de Aveiro	Dragagem	AIA	Desconforme
Murtosa	Plano de Pormenor do Núcleo Turístico II - Torreira	Turismo	AIA	Arquivado
Ovar	Zona Turística do Carregal – Quinta de Colares Pinto	Turismo	PDA	Aceite
Vagos	Pedreira da Pedricosa	Indústria extractiva	AIA	DIA favorável condicionada
Coimbra	Projecto de Loteamento Industrial Torre de Vilela	Loteamento Industrial	PDA	Aceite

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Coimbra	Coimbra Inovação Parque	Loteamento Industrial	AIA	Arquivado
Coimbra	Loteamento Industrial Hipercentro Coimbra	Loteamento Industrial	AIA	CA - Parecer favorável.
Figueira da Foz	Lagoa da Vela	Turismo	AIA	Arquivado
Figueira da Foz	Poceram	Indústria transformadora	PDA	Aceite
Aguiar da Beira	Pedreira Rei Mouro	Indústria extractiva	AIA	DIA favorável condicionada
Pinhel	Pedreira do Ervilhão	Indústria extractiva	AIA	Desconforme. Arquivado
Pinhel	Pedreira do Ervilhão	Indústria extractiva	AIA	DIA favorável condicionada
Leiria	Pedreira dos Picareiros	Indústria extractiva	AIA	DIA favorável condicionada
Leiria	Pedreira da Pêga	Indústria extractiva	AIA	DIA favorável condicionada
Leiria	Pedreira Cabeço da Vegia	Indústria extractiva	AIA	DIA favorável condicionada
Pombal	Ampliação Unidade Industrial J. Umbelino Monteiro	Indústria transformadora	AIA	CA - Parecer favorável
Pombal	EIA das Pedreiras de Argila Vale de Coimbra nº 3, Alto dos Crespos nº 1 e nº 3	Indústria extractiva	AIA	DIA favorável condicionada
Porto de Mós	Pedreira Pia das Lages nº2	Indústria extractiva	AIA	Desconforme. Arquivado

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Porto de Mós	Pedreira Pia das Lages nº2	Indústria extractiva	AIA	DIA favorável condicionada
Porto de Mós	Pedreira Vale da Moita nº 1	Indústria extractiva	AIA	CA – Parecer desfavorável
Porto de Mós	Pedreira Portela da Salgueira	Indústria extractiva	PDA	Aceite
Castro Daire	Pedreira nº. 5303 Fragas da Cela nº. 2	Indústria extractiva	AIA	DIA desfavorável
Castro Daire	Pedreira da Cela	Indústria extractiva	AIA	DIA desfavorável
Penalva do Castelo	Pedreira Serra da Paramuna	Indústria extractiva	AIA	DIA favorável condicionada
Viseu	Expansão do Parque Empresarial do Mundo	Loteamento Industrial	PDA	Aceite
Vouzela	Pedreira do Fragoso	Indústria extractiva	PDA	Aceite
Vouzela	Pedreira do Covo	Indústria extractiva	PDA	Aceite

II b) - Autoridade de AIA - IA

Concelho	Projecto	Tipologia	Tipo de Processo	Decisão
Anadia	Sub.Est. de Paraimo a 400/220/60kV	Energia (Transporte - SE)	AIA	DIA favorável condicionada
Aveiro	Variante às EEMM 587-1 E588 Ligação a Ílhavo	Infra-estrutura	AIA	DIA favorável condicionada

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Aveiro	Ligação Ferroviária ao Porto de Aveiro	Infra-estrutura	AIA	DIA favorável condicionada
Mealhada	Aproveitam. Hidroagrícola Luso, Vacariça, Mealhada	Agricultura Infra-estrutura	AIA	DIA favorável condicionada
Castelo Branco	Linha Castelo Branco-Ferro-Fatela	Energia (Transporte)	AIA	DIA favorável condicionada
Castelo Branco	Extracção de Areias no Rio Pônsul	Extracção Areias	AIA	Desconforme. Arquivado
Castelo Branco	Subestação de Castelo Branco	Energia (Transporte)	AIA	DIA favorável condicionada
Castelo Branco	Parque Eólico Cabeço da Rainha II	Energia (Produção - PE)	AIA	CA – Parecer favorável
Castelo Branco	Extracção de Inertes no Rio Pônsul	Extracção Areias	AIA	Desconforme. Arquivado
Covilhã	EN 339 Variante Norte e Sul à Covilhã	Estrada	AIA	DIA desfavorável e favorável condicionada
Covilhã	Concepção/Construção da Ligação da Covilhã ao IP2	Infra-estrutura	AIA	Desconforme. Arquivado
Oleiros e Proença-a-Nova	EN 351 - Isna de Oleitos/Pontal do Laranjeiro (IC8)	Estrada	AIA	DIA favorável condicionada
Penamacor	Subestação de Penamacor 60/220kv	Energia (Transporte - SE)	AIA	DIA favorável condicionada

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Penamacor, Fundão e Covilhã	Linha de Muita Alta Tensão Penamacor-Ferro a 220kv	Energia (Transporte)	AIA	DIA favorável condicionada
Proença-a-Nova e V. V. Ródão	IC8 - Lanço Proença-a- Nova/IP2	Estrada	AIA	DIA favorável condicionada
Cantanhede	Pedreira Vale do Junco nº 2	Indústria extractiva	AIA	Desconforme. Arquivado
Coimbra	Emparcelamento do Perímetro do Bolão	Agricultura	AIA	DIA favorável condicionada
Coimbra	Metropolitano Ligeiro do Mondego	Infra- estrutura	AIA	DIA favorável condicionada
Coimbra	Central Termoeléctrica de Coimbra	Energia (Produção)	PDA	Aceite
Figueira da Foz	Obras de Melhoria dos Cais do Sector Comercial e Manutenção do Canal de Acesso ao Porto da Fig. Foz	Dragagem	AIA	DIA favorável condicionada
Figueira da Foz, Cantanhede e Mira	A17 - Auto-Estrada Marinha Grande/Mira; Lanço Louriçal/Mira	Estrada	AIA	DIA favorável condicionada
Figueira da Foz	Central de Ciclo Combinado da Figueira da Foz	Energia (Produção)	AIA	CA – Parecer desfavorável
Figueira da Foz	Central de Ciclo Combinado de Lares	Energia (Produção)	PDA	Aceite
Mira	Requalificação Ambiental da Barrinha de Mira	Dragagem	AIA	DIA favorável condicionada
Soure	Pedreira Serra do Carvalhal	Indústria extractiva	AIA	Desconforme. Arquivado

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Guarda	Ligação Ferroviária Madrid-Lisboa-Porto	Infra-estrutura	AIA	Arquivado
Ansião e Penela	Subestação de Penela 220/60kV	Energia (Transporte - SE)	AIA	DIA favorável condicionada
Batalha e Leiria	Linha Batalha - Pego, a 400kV	Energia (Transporte)	AIA	DIA favorável condicionada
Pombal e Soure	Parque Eólico da Serra do Sicó (Sicó I e Sicó II)	Energia (Produção - PE)	AIA	DIA favorável condicionada
Porto de Mós	Parque Eólico de Vale Grande	Energia (Produção - PE)	AIA	DIA desfavorável
Nelas	Recuperação Ambiental da Área Mineira da Urgeiriça	Indústria extractiva	AIA	DIA favorável condicionada
Nelas	Pedreira Vale do Boi	Indústria extractiva	AIA	CA – Parecer favorável
Sabugal	Parque Eólico do Sabugal	Energia (Produção - PE)	AIA	DIA favorável condicionada
Viseu	Parque Eólico de Silvares/Carvalhal da Mulher	Energia (Produção - PE)	AIA	DIA favorável condicionada

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

III - Processos de UDH

Concelho	Licenciamento das utilizações do domínio hídrico	Colaboração em vistorias/LA/AIA	Fiscalização (acções de fiscalização/tribunais)
Águeda	84	2	0
Aguiar da Beira	24	2	0
Albergaria-a-Velha	31	0	0
Almeida	9	2	0
Alvaiázere	6	0	0
Anadia	36	0	0
Ansião	10	0	0
Arganil	13	1	6
Aveiro	24	9	0
Batalha	14	1	0
Belmonte	4	0	0
Cantanhede	31	1	15
Carregal do Sal	18	8	0
Castanheira de Pêra	2	0	0
Castelo Branco	30	1	0
Castro Daire	21	0	0
Celorico da Beira	7	2	0
Coimbra	49	0	30
Condeixa-a-Nova	7	3	2
Covilhã	17	1	0

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Estarreja	26	0	0
Figueira da Foz	61	5	39
Figueira de Castelo Rodrigo	4	4	0
Figueiró dos Vinhos	6	0	0
Fornos de Algodres	2	0	0
Fundão	30	0	0
Gois	13	2	10
Gouveia	2	1	0
Guarda	14	0	0
Idanha-a-Nova	15	0	0
Ílhavo	25	1	0
Leiria	126	2	0
Lousã	10	0	10
Mação	3	1	0
Mangualde	14	1	0
Manteigas	2	0	0
Marinha Grande	14	1	0
Mealhada	8	2	0
Meda	4	1	0
Mira	10	0	17
Miranda do Corvo	4	0	11
Montemor-o-Velho	36	1	21
Mortágua	12	1	0
Murtosa	11	0	0

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Nelas	12	0	0
Oleiros	11	1	0
Oliveira de Frades	62	1	0
Oliveira do Bairro	23	1	0
Oliveira do Hospital	49	1	20
Ovar	52	4	0
Pampilhosa da Serra	32	0	5
Pedrógão Grande	4	6	0
Penacova	41	0	12
Penalva da Castelo	3	3	0
Penamacor	10	0	0
Penela	12	1	4
Pinhel	16	1	0
Pombal	54	4	0
Porto de Mós	58	1	0
Proença-a-Nova	11	0	0
Sabugal	7	0	0
Santa Comba Dão	12	0	0
São Pedro do Sul	26	0	0
Sátão	14	3	0
Seia	21	0	0
Sertã	13	1	0
Sever do Vouga	12	0	0
Soure	28	4	15

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Tábua	27	7	8
Tondela	50	3	0
Trancoso	6	2	0
Vagos	19	1	0
Vila de Rei	2	0	0
Vila Nova de Paiva	9	0	0
Vila Nova de Poiares	3	0	10
Vila Velha de Ródão	2	1	0
Viseu	29	1	0
Vouzela	35	0	0
<i>Total</i>	1654	103	235

1.4 DSLCNI – Direcção de Serviços do Litoral, Conservação da Natureza e de Infra-estruturas

Introdução

Compete à Direcção de Serviços do Litoral, da Conservação da Natureza e de Infra-estruturas (DSLCNI), no quadro da actuação da CCDRC, assegurar as competências da CCDRC Centro relativas ao Litoral Conservação da Natureza e Infra-estruturas.

Basicamente as atribuições da DSLCNI em termos de:

- Litoral, estão predominantemente direccionadas para a gestão do POOC Ovar Marinha Grande, directamente coordenado pelo Director de Serviços e que basicamente está vocacionado para o licenciamento de usos privativos no Domínio Público Marítimo e valorização e protecção da orla costeira;
- Conservação da Natureza, são autonomamente assumidas pela Divisão do Litoral e Conservação da Natureza e por estar instalada na sede, na prática, não mantém relações

funcionais com a Direcção de Serviços razão porque as suas actividades não constam no presente relatório;

- Infra-Estruturas muito orientadas para acções que envolvam saneamento básico e obras predominantemente com incidência no Domínio Hídrico.
- Na área do Litoral e de Infra-estruturas a DSLCNI tem mantido uma atitude que se pode definir em duas vertentes distintas:
- Uma de gestão e que tem um carácter mais reactivo à procura que os serviços são objecto no quadro das suas competências e que resulta sobretudo em pareceres e emissão de licenças e autorizações e que se encontram abaixo discriminados;
- E outra, de carácter mais estratégica e nalguns casos mesmo inovador, e que tem sido incentivado não só numa óptica interna de manter os seus colaboradores motivados e dar prestígio e visibilidade aos serviços, mas também por permitir alargar a visão relativamente aos caminhos a empreender, particularmente relevante num período em que parece haver a vontade governamental de dar um incremento especial às políticas que envolvam o Litoral e a Água.

Importa assim relevar no âmbito dos trabalhos mais estratégicos e ou inovadores.

1.4.1 Divisão do Litoral

- Os trabalhos realizados no âmbito do CoPraNet-Coastal Practice Network, – projecto europeu de cooperação para troca de experiências e boas práticas de gestão integrada das zonas costeiras (GIZC), co-financiado pela Comissão Europeia, enquadrado no Programa INTERREG IIIC, com a duração de 3 anos: 2004-2006 e onde a CCDRC é parceira através da DSLCNI e que tem permitido aferir os desfasamentos registados entre as recomendações da União Europeia e a gestão e planeamento utilizados no litoral, não só da Região Centro mas de todo o litoral do Continente e constituir apoio para o fundamento de um conjunto de acções e propostas tendo em vista haver uma efectiva aproximação às orientações comunitárias

- Os trabalhos de fundamentação para a revisão do POOC Ovar Marinha-Grande, face aos desajustes que entretanto se identificaram durante a fase de gestão, desde a sua publicação em 20 Outubro de 2000, e de que já resultaram um conjunto de propostas de revisão;
- A monitorização para a fundamentação técnica e a permanente sensibilização da tutela e directos interessados para os riscos crescentes de acidentes que existem em importantes trechos da costa da Região Centro, que apresenta um profundo e galopante desequilíbrio em termos balanço sedimentar que favorece os galgamentos marinhos e que carece de medidas estruturais, não totalmente equacionadas no POOC Ovar Marinha Grande e que urge intervir de forma estrutural e sistemática.
- Para as Infra-estruturas ou com interferência no Domínio Hídrico importa realçar:
- O projecto “Gestão Integrada do Domínio Hídrico - HidroGest-Centro”, iniciado em 2004, que envolve duas acções distintas com incidência na rede hidrográfica da Região Centro e que tem sido executado em colaboração com o GIDC: - uma que incide sobre a criação de uma base de dados georeferenciada de infra-estruturas e de obras hidráulicas; - e outra na aplicação de modelos geo-hidrológicos de determinação de caudais extremos para diferentes probabilidades de ocorrência e delimitação de áreas inundáveis e com um elevado potencial de utilização, seja no apoio a decisões, seja no planeamento do território na definição de zonas de risco, seja no apoio a acções de protecção civil;
- O projecto de investigação para “Optimização de Sistemas de Tratamento de Águas Residuais por Plantas Hidrófitas” e que tem um potencial de aplicação a cerca de 25% da população da Região Centro, com a finalidade de otimizar às condições edafoclimáticas locais esta tecnologia, amplamente utilizada em sistemas de tratamento de efluentes sobretudo levado a cabo pelas autarquias em toda a região, e que será concluído em 2006;
- O projecto “RIVFUNCTION”, suportado pela Comissão Europeia no Quinto Programa Quadro que engloba as contribuições de 10 parceiros Universitários / Institutos de Investigação Europeus, e duas Entidades Estatais uma das quais a CCDRC e que visa desenvolver e disseminar uma ferramenta para avaliação do estado ecológico dos rios em termos funcionais, a partir de um conjunto de indicadores ambientais. Esta ferramenta será incorporada no conjunto de procedimentos de avaliação avançados pela Directiva-Quadro (Directiva 2000/60/CE de 23 Outubro de 2000) efectuado em colaboração com o

Laboratório/DSMA através do Sr. Dr. Rui Margalho, e cujos trabalhos nesta fase estão concluídos podendo ser consultado no seguinte endereço: <http://www.ladybio.ups-tlse.fr/rivfunction>.

- Todo o acompanhamento e apoio técnico realizado pela Divisão de Infra-estruturas nas obras da antiga Fábrica dos Mirandas, futuras instalações dos serviços, e cujo impacte esperado será significativo e positivo quer ao nível da imagem da instituição quer ao nível das condições de funcionamento dos próprios serviços.

Em termos dos contributos da DSLCNI ao trabalho mais abrangente da CCDRC, importa destacar as acções desenvolvidas no âmbito do projecto da anterior presidência da CCDRC - Querer 2013, em que desenvolveu no temas *Cidades Competitivas* o documento “O Desenvolvimento Sustentável numa Estratégia de desenvolvimento de Cidades Competitivas” , e no tema *O MAR* um documento sobre esta mesma temática, mas também os contributos, através de documentos específicos, no âmbito do PNPOT.

Actividades Realizadas no Litoral

Quadro I – Actividades Realizadas em 2005

	Actividades	Nº de processos	Observações
1	Licenciamento de actividades diversas no Domínio Público Marítimo (DPM) no âmbito do D.L. 46/94, de 22/2		
1.1	Licenças de Equipamentos e Apoios de Praia		
	- Alvará n.º 1.01.05.01/2005 CCDD-C - Alvará n.º 1.01.06.01/2005 CCDD-C - Alvará n.º 1.02.01.01/2005 CCDD-C - Alvará n.º 1.03.04.01/2005 CCDD-C	4	Ovar

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

- Alvará nº 1.08.12.1/2005 CCDR-C	3	Ílhavo
- Alvará nº 1.08.13.01/2005 CCDR-C		
- Alvará nº 1.09.08.01/2005 CCDR-C		
- Alvará nº 1.10.03.01/2005 CCDR-C		
- Alvará nº 1.10.06.01/2005 CCDR-C, de um APM sito na Praia da Vagueira	2	Vagos
	8	Mira
- Alvará nº 1.13.03.01/2005 CCDR-C		
- Alvará nº 1.13.04.01/2005 CCDR-C		
- Alvará nº 1.13.05.01/2005 CCDR-C		
- Alvará nº 1.14.01.01/2005 CCDR-C		
- Alvará nº 1.14.04.01/2005 CCDR-C		
- Alvará nº 1.14.06.01/2005 CCDR-C		
- Alvará nº 1.14.11.01/2005 CCDR-C		
- Alvará nº 1.14.12.01/2005 CCDR-C		
	1	Cantanhede
- Alvará nº 1.17.02.01/2005 CCDR-C (Cristina Neto Claro)		
	3	F. Foz
- Alvará nº 1.20.02.01/2005 CCDR-C (“Bem Haja”)		
- Alvará nº 1.22.08.01/2005 CCDR-C, relativo a APM sito na Praia de Mira		
- Alvará nº 1.22.14.01/2005 CCDR-C, relativo a APM sito na Praia Figueira Foz	3	Leiria

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

	<ul style="list-style-type: none"> - Alvará n.º 1.27.12.01/2005 CCDR-C, de um APM sito na Praia da Figueira Foz - Alvará n.º 1.27.12.01/2005 CCDR-C, de um APM sito na Praia de Pedrogão - Alvará n.º 1.27.12.01/2005 CCDR-C, de um APM sito na Praia de Pedrógão - Alvará n.º 1.30.03.01/2005 CCDR-C, de um APC sito na Praia da Vieira - Alvará n.º 1.30.04.01/2005 CCDR-C, de um APM sito na Praia da Vieira - Alvará n.º 1.30.05.01/2005 CCDR-C (José Paulo Sequeira) - Alvará n.º 1.30.07.01/2005 CCDR-C (Tocha Letra) - Alvará n.º 1.32.01.1/2005 CCDR-C (Moreira Santo) - Alvará n.º 1.32.05.01/2005 CCDR-C, relativo a APM sito na Praia Velha - Alvará n.º 1.33.01.01/2005 CCDR-C, relativo a APM sito na Praia da Concha - Alvará n.º 1.34.03.01/2005 CCDR-C (Mário Vieiras Boiça) - Alvará n.º 1.34.04.01/2005 CCDR-C (João Courado Loureiro) - Alvará n.º 3.20.01.1_Arcanjo Maia 	10	M. Grande
1.2	Licenças provisórias para construção dos Equipamentos e Apoios de Praia		
	<ul style="list-style-type: none"> - Lic. obras.1.1.4.1_2005_Barrinha Bar - Lic.obras.1.2.1.1_Junta de Freguesia de Cortegaça 	4	Ovar

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

	<ul style="list-style-type: none"> - Lic.obras.1.3.5.1 _Albano Duarte Silva - Lic.obras.1.3.5.2 _Albano Duarte Silva - Lic. obras.1.4.8.1_2005_Artur Varum - Lic. obras.1.9.2.1_2005_Pedro Lusitano - Lic.obras.1.10.3.1 _Marvelaria - Lic.obras.1.14.11.1 _Rui Leitão - Lic. obras.1.14.06.1_2005 _Susana Milheirão - Lic.obras.1.17.02.1 _Maria Cristina Claro - Lic. obras.1.23.2.1_2005_Cravo Camarão - Lic.obras.1.31.08.1 _Manuel Bairrada Ferreira - Lic.obras.1.32.06.1 _Fernando Amaral 	<p style="text-align: center;">1</p> <p style="text-align: center;">1</p> <p style="text-align: center;">1</p> <p style="text-align: center;">2</p> <p style="text-align: center;">1</p> <p style="text-align: center;">1</p> <p style="text-align: center;">2</p>	<p style="text-align: center;">Murtosa</p> <p style="text-align: center;">Ílhavo</p> <p style="text-align: center;">Vagos</p> <p style="text-align: center;">Mira</p> <p style="text-align: center;">Cantanhede</p> <p style="text-align: center;">F. Foz</p> <p style="text-align: center;">M. Grande</p>
1.3	Averbamentos		
Actividades		Nº de processos	Observações
	<p>Prorrogação do prazo do Alvará nº 7/97/DRARNC</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pedido de Transmissão de titularidade da Licença de ocupação de DPM . DPM 1.9.3.1 - Pedido de transmissão de titularidade da Licença de ocupação de APC sito na praia da Barra (Processo 1.08.07.1) -Transmissão de titularidade do Alvará n.º 1.10.09.01/2005 CCDR-C, de um APC sito na Praia da Vagueira 	<p style="text-align: center;">1</p> <p style="text-align: center;">2</p> <p style="text-align: center;">1</p>	<p style="text-align: center;">Ovar</p> <p style="text-align: center;">Ílhavo</p> <p style="text-align: center;">Vagos</p>

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

<ul style="list-style-type: none"> - Pedido de ocupação de terrenos do DPM – “Pedal Go Karts” - Pedido de ocupação temporária do “Aterro de Buarcos” – Período de 1 de Dezembro de 2005 a 30 de Setembro de 2006 - Prorrogação da Alvará no Aterro de Buarcos - Férias Desportivas nas Praias da Figueira da Foz (DPM 37/05) - Instalação de trampolins na praia de Buarcos (DPM 31/05). - Carrosséis do Aterro de Buarcos (DPM 73/02) - Instalação de uma pista de automóveis eléctricos” Buarcos (DPM 73/05) - Mundialito de Futebol de Praia na Praia da Figueira da Foz (Prorrogação do Alvará de Licença n.º 2/22/3/1 DRAOTC) - Instalação de estrado de madeira na Praia de Buarcos (DPM 36/05). - “Licença para Torres de Vigilância, tipo “Bola NIVEA”” Fig Foz Gerente da Médios Portugal - Publicidade & Marketing, Lda - Autorização para implantação da Ludoteca do Mar no areal da Praia da Torre do Relógio, Figueira da Foz”. DPM 6/05. - Acção Beach & Billboard 2005, Figueira da Foz (DPM 54/05). 		
<ul style="list-style-type: none"> - Licenciamento de: Quiosque Fotográfico, Biblioteca de Praia, Quiosque Promocional, Posto de vigilância Balnear e Espaço Desportivo, na Praia do Pedrogão, Leiria. - “13.º Campeonato do Mundo de Clubes – Pesca de Mar de Costa” uma viatura 4x4, dois tractores com atrelado e duas motos quadriciclo 26 a 30 Abril próximos para as Praias do 	6	Leiria

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

	Pedrogão, Vieira de Leiria e Pedras Negras;		
	<ul style="list-style-type: none"> - Construções na Areia 2005 - Campanha “Riscos no Verão” da Cruz Vermelha Portuguesa (DPM 28/05) - Acção Promocional Mediaway (POOC 69/04) - Médios Portugal – Publicidade & Marketing, Lda - Caravana do Vinho Verde - Acção Beach & Billboard 2005 - Campanha “Tá-se Bem ao Sol” – Req: “Cruz Vermelha Portuguesa” - Acção Vodafone 2005 (DPM 47/05). - Acção Verão em movimento 2005 (DPM 70/05). - Colocação de paraventos nas praias” - MIXTOYS - Construções na areia 2005, Diário de Notícias - Colocação de de torres de vigia nas praias (DPM 29/05) - Pedido de autorização para acesso ao litoral de Moto 4 para apoio ao 5.º Concurso de Pesca Desportiva de Mar DPM 8/03 	14	Área do POOC
	Actividades	Nº de processos	Observações
1.5	Autorizações de acesso ao litoral (DL 218/95 de 26/98)		
	- Autorização de acesso ao Litoral referente aos tractores de apoio à embarcação “Susana” de José Nunes Pereira, Praia da Maceda, Ovar.	1	Ovar
	- Autorização de acesso ao Litoral referente aos tractores de	2	Vagos

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

apoio à embarcação “Vencedor” de António da Silva Maltez, Praia da Vagueira, Vagos (DPM 73/05). - Autorização de acesso ao Litoral Carlos Alberto de Jesus Silva Praia da Vagueira.		
- Autorização de acesso ao Litoral referente aos tractores de apoio à embarcação “Senhor dos Aflitos” de Nelson Ribeiro Monteiro Praia de Mira, Mira (DPM 74/05). - Autorização de acesso ao Litoral referente aos tractores de apoio à embarcação “Estrela do Mar” de José Luís Jesus Damas, Praia da Mira, Mira (DPM 39/00).	2	Mira
- Alteração de acesso ao Litoral referente aos tractores de apoio à embarcação “Voz do Mar” de Armando da Silva Caiano na Praia da Leirosa (DPM 16/04). - Autorização de Acesso ao Litoral, referente aos tractores de apoio à embarcação de xávega “Vicking” na Praia da Costa de Lavos, Figueira da Foz (DPM 54/00).	2	Figueira da Foz
- Pedido de autorização para acesso ao litoral de uma viatura para garantia de vigilância em áreas não concessionadas na Praia do Pedrógão	1	Leiria
- Pedido de autorização para acesso ao litoral de quatro viaturas para garantia de vigilância em áreas não concessionadas nas Praias da Barra, Costa Nova, Vagueira, Mira.	1	Vários
Cobrança da taxa de ocupação do DPM aos 81 concessionários da região Centro, nos termos do disposto no DL 47/94, de 22 de Fevereiro.		Área do POOC
Receitas e taxas cobradas no âmbito do licenciamento do DPM	139.494 €	
Total	101	Licenças/Autorizações

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

2	Apreciação de projectos e obras de Equipamentos e Apoios de Praia		
	Apreciação de projectos de arquitectura de Apoios e Equipamentos e Praia	20	Ovar 4 Murtosa 1 Ílhavo 5 Mira 3 Fig. Foz 3 M. Grande 4
	Apreciação do Projecto Tipo para Apoio de Praia Completo da Praia da Tocha	1	Cantanhede
	Apreciação de projectos de arquitectura no âmbito de Concurso Públicos do DPM	9	Ovar 1 Ílhavo 1 Vagos 3 Mira 2 M. Grande 2
	Implantação com GPS de novos EP/AP e articulação com entidades	10	Vagos 1 Mira 5 Cantanhede 1 M. Grande 2
	Vistorias para verificar conformidade com projecto aprovado	18	Ovar 2 Ílhavo 3 Murtosa 2 Vagos 1 Mira 2 Cantanhede 1

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

			Fig. Foz 1 M. Grande 6
	Vistoria de conformidade com outras entidades no início da época balnear	108	Ovar 10 Murtosa 7 Ílhavo 17 Vagos 7 Mira 11 Cantanhede 7 Fig. Foz 29 Pombal 3 Leiria 5 M. Grande 12
	Total	166	
	Actividades	Nº de processos	Observações
3	Concursos Públicos de usos privativos do DPM		
	Preparação do Concurso 2005/2006 do para EQ/AP conforme Planos de Praia: - Programas de Concurso para as tipologias EP/APC/APS/APM - Cadernos de encargos para as tipologias EP/APC/APS/APM	4 4	POOC
	Análise e decisão final sobre Concurso Públicos de 2003	24 candidatos	111 lugares a concurso

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

			17 lugares licenciados
	Análise e decisão final sobre Concurso Públicos de 2004	6 candidatos	90 lugares postos a concurso 1 lugar licenciado
	Total	38	
4	Emissão de Pareceres no âmbito do POOC Ovar Marinha Grane		
	Informação sobre Sazonalidade e desmontagem dos Apoios de Praia Mínimos (APM) no âmbito do POOC Ovar Marinha Grande		POOC
	Autorização para a manutenção de um Apoio de Praia Mínimo na Praia do Furadouro		Ovar
	Remodelação do Equipamento de Praia do concessionário Tercenas – Actividades Hoteleiras, Lda, na praia da Vieira,		Marinha Grande
	Recurso hierárquico apresentado por António Manuel Oliveira Mendonça Costa Bernardes, da decisão final do Concurso DPM/2003, ao lugar 1.4.6.1 na Praia da Torreira.		Murtosa
	Realocação financeira do Projecto “Assistência Técnica à Gestão do POOC – 2.ª Fase” (Cod. QCA III / PORC – 3-13-0100)		POOC
	Proposta de processo de “Concurso para atribuição do uso privativo no Domínio Público Marítimo nas praias do litoral Centro” – 2005	1	POOC
	Renovação da licença de ocupação do DPM: Quiosque na Praia da Tamargueira. Processo n.º 3.2.8.3.1	1	Fig. Foz
	Situações irregulares que dificultam a Implementação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira no concelho da Figueira da Foz.	2	F. Foz

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Parecer de obras de beneficiação de moradia uni familiar, anexos e muro, no Domínio Público Marítimo.	1	Vieira de Leira
Pedido de Autorização para licenciamento precário de Apoios de Praia Mínimos no Domínio Público Marítimo, para efeitos de garantia de vigilância de praia.	1	POOC
Parecer sobre “Núcleo de Palheiros na Praia da Vagueira – Estudo Preliminar”	1	Vagos
Notificação sobre ocupação ilegítima do Domínio Público Marítimo (DPM) Restaurante “Bela Vista” situado na Praia da Vagueira, Freguesia da Bela Vista, Vagos	1	Vagos
Preparação do Processos de Concurso para a exploração do Núcleo de Educação Ambiental da Frente Marítima da Costa Nova	1	Ílhavo
Lançamento do Projecto “Assistência Técnica à Gestão do POOC – 3.ª Fase”	1	POOC
Realocação financeira do Projecto “Assistência Técnica à Gestão do POOC – 2.ª Fase” (Cod. QCA III / PORC – 3-13-0100).		POOC
Memorando sobre o projecto “Valorização e Requalificação da Barrinha de Esmoriz / Paramos nos Troços Finais dos Seus Afluentes e na Foz – 1ª Fase” - Aquisição de Serviços		Ovar
Pedido de Autorização para disponibilização de uma pequena verba para gestão controlada da abertura e encerramento da Barrinha de Esmoriz ao Mar		Ovar
Proposta para resolução do processo que permita assumir os compromissos assumidos pelo Estado para a “Valorização e Requalificação da Barrinha de Esmoriz / Paramos – 1ª Fase” integrado no Plano de Acções da Estrutura de Coordenação e Controlo criado pela RCM nº 176/2003 de 10 de Novembro		Ovar

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

	Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal da Figueira da Foz, DRAOT Centro e Capitania do Porto da Figueira da Foz, relativo ao espaço denominado por “Oásis” na Praia da Figueira da Foz		Figueira da Foz
Actividades		Nº de processos	Observações
	Pedido de parecer sobre projecto para a construção de apoios de pesca. Praia da Tocha. Cantanhede		Cantanhede
	Licenciamento de obras de reconstrução e beneficiação de bloco de habitação e comércio no Domínio Público Marítimo na Rua do Mar, nº 2 , Praia da Vieira		Marinha Grande
	Prorrogação de Licença Provisória no DPM APC nº em nome de Marvelaria, Compra e Venda de Imóveis Lda. Praia da Vagueira, concelho de Vagos	1	Vagos
	Proposta de critérios de avaliação relativamente à capacidade de acolhimento de cadeiras anfíbias (tiralós) das praias marítimas		POOC
	Apreciação do projecto para Apoio de Praia Mínimo, na praia de Mira – proc. n.º: 1.14.12.1 no âmbito do Concurso para Atribuição do Uso Privativo no DPM nas Praias do Litoral Centro – 2003		Mira
	Avaliação do projecto para Apoio de Praia, na praia de Murtinheira – proc. n.º: 1.20.2.1, no âmbito do Concurso DPM/2003 para a atribuição de usos privativos no DPM e proposta de actuação		F.Foz
	Apreciação das alterações ao projecto de remodelação do estabelecimento de restauração e bebidas na praia da Cova (1.23.2.1), no âmbito do POOC Ovar – Marinha Grande (RCM		F.Foz

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

n.º 142/2000 de 20 de Outubro)		
Apreciação do projecto para Apoio de Praia Simples, na praia Velha – proc. n.º: 1.32.6.1 no âmbito do Concurso para Atribuição do Uso Privativo no Domínio Público Marítimo nas Praias do Litoral Centro – 2003		M. Grande
Avaliação de projecto de remodelação do Apoio de Praia na praia de Cortegaça – proc. n.º: 1.2.1.1, no âmbito do POOC Ovar – Marinha Grande (RCM n.º 142/2000 de 20 de Outubro)		Ovar
Avaliação do projecto para Apoio de Praia Mínimo (APM), na praia de Figueira da Foz / Buarcos – proc. n.º: 1.22.12.1		F. Foz
Avaliação do Projecto para Apoio de Praia na Tocha – proc 1.17.2.1		Cantanhede
Apreciação das alterações ao projecto de Apoio de Praia Simples na praia das Pedras Negras (1.31.8.1)		M. Grande
Acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada à praia da Cortegaça		Ovar
Parecer sobre uma tenda no Domínio Público Marítimo para festejar a passagem do ano na Praia Velha		Marinha Grande
Relatórios ao INAG sobre galgamentos marinhos ou estado das obras de defesa: - Avanço do Mar a sul do Furadouro - Destruição de parte do molhe norte, na foz do Rio Lis - Defesa da Costa Esmoriz, Cortegaça		Ovar (2) Marinha Grande
Danos no Muro de Suporte (Paredão) na marginal de Pedrógão		Leiria
Pedido para retirar areia do mar para colocar na Praia Fluvial		Aveiro
“Procº n.º 1315 /DGAU/2005 de Maria dos Anjos Pereira Construção de muro de vedação – Av da Barrinha – Esmoriz”		Ovar

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

	Obras de remodelação de edifício no Domínio Público Marítimo, Req: Local: Rua da Lota, nº 7 – Praia da Vieira		M. Grande
	Elaboração de informações diversas sobre o ponto de situação sobre o POOC, 2 dais quais enviadas à SEOTC		POOC
	Parecer sobre obras de beneficiação de moradia uni familiar, anexos e muro, no Domínio Público Marítimo. (Procº. DPM 38/05) Travessa da Lota, Praia da Vieira, Freguesia da Vieira de Leiria, concelho da Marinha Grande		M. Grande
	Proc. Nº 1747/DGAU/2005, André Ferreira e Santos – Soc. De Construções, Ldª		Ovar
	Protocolo para cedência da Gestão do Núcleo de Educação da Costa Nova à Câmara municipal de Ílhavo		Ílhavo
	Parecer sobre Projecto de Decreto Lei que visa instituir o regime contra-ordenacional em matéria de assistência a banhistas nas praias de banho		POOC
Actividades		Nº de processos	Observações
	Apreciação e acompanhamento da Obra da Celbi de protecção da Câmara de carga do Emissário com geotextil		F. Foz
	Parecer sobre uma habitação uni familiar no DPM na Praia de Mira e enviada ao MAOTDR		Mira
	- Legalização de anexo em São Pedro da Cova, Figueira da Foz (DPM 21/05)		Figueira da Foz
	- Informação Prévia sobre obras de beneficiação de um imóvel sito na Avenida do Mar, freguesia de Esmoriz, concelho de Ovar – DPM 13/05.		Ovar
	- Recuperação de edifício de habitação colectiva no DPM, Praia de Vieira de Leiria, Marinha Grande (POOC 39/04).		Marinha Grande

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

	Notificação sobre ocupação do Domínio Público Marítimo (DPM) relativo a habitação e restaurante localizados na Praia de Cortegaça (DPM 9/03).		Ovar
	- Pedido de isenção de taxas da Ludoteca do Mar, Praia da Torre do Relógio, Figueira da Foz (POOC 6/05).		Figueira da Foz
	- Parecer sobre alteração de acesso ao litoral para efeitos de pesca de arte xávega na Praia da Leirosa - Processo n.º DPM 16/04		Figueira da Foz
	- Viabilidade de construção de acesso a propriedades particulares, Praia da Cortegaça (DPM 28/05).		Ovar
	- Pedido de Isenção de Taxa de edifício pré-fabricado no DPM da Praia de Buarcos, Figueira da Foz. Grupo de Instrução e Sport (GIS)”		Figueira da Foz
	Total	56	Informações/Pareceres
5	Emissão de outros Pareceres		
	Pareceres sobre processos de AIA decorrente de pedidos da DSGA/DAA: Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do “Projecto do Prolongamento do Molhe Norte do Porto da Figueira da Foz” (AIA 2004-0040-060511) Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do “Projecto da Central de Ciclo Combinado da Figueira da Foz” (AIA 2005-0025-060500) Proposta de definição de âmbito (PDA) do EIA do “ Projecto	3	F. Foz F. Foz Ovar

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

	da Zona Turística do Carregal – Quinta de Colares Pinto” (PDA 01.15.05-4/2005		
	Informação sobre a Pedreira do Cabo Mondego enviado ao MAOTDR	1	F. Foz
	Emissão de parecer projecto de loteamento que o requerente, Torricentro - Construções do Centro S.A.	1	Fig Foz
	Elaboração de Contributos para o Relatório PNPOT – Novembro de 2004	1	Região Centro
	Título de Utilização do Domínio Público Marítimo apresentado “Aveiro Polis” : Reconversão da zona da Antiga Lota de Aveiro e Reabilitação dos Muros e Canais Urbanos de Aveiro – 3ª Fase (Of. 0241-SS-AP -05 de 11 de Março de 2005) – em articulação com a DSR de Aveiro	1	Aveiro
	Bússola Organizacional 2005 – Definição de Objectivos DSLCNI	1	CCDRC
	Aquisição de Serviços no âmbito do Projecto RIVFUNCTION	2	CCDRC
	Fornecimento de informações respeitantes à DSLCNI ao IGAP	1	CCDRC
	Parecer ao MAOTDR sobre clandestinos na área de envolvência da Barrinha de Mira	1	Mira
	Parecer ao MAOTDR sobre infestantes na Pateira de Fermentelos	1	Águeda
	- Informação prévia para licenciamento e financiamento de obra de consolidação da mota de defesa da margem poente do canal de mira, no lugar da Costa nova, concelho de Ílhavo, distrito de Aveiro” OUG DRIA 2/05	1	Ílhavo
	Total	15	
6	Processos que envolveram clandestinos, demolições ou com apoio jurídico/técnico		

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

	Contra-ordenações/Participações	22	Ovar(4), Murtosa (1), Ílhavo (7), Vagos (3), Mira (4) F. Foz (2)
	Instrução para o MAOTDR de um Processo de Habitação na Praia de Mira	1	Mira
	Processo demolição de Muros na Praia de Mira - Tribunal de Mira	1	Mira
	Coordenação no fornecimento ao IAGAOT de informação sobre 26 licenciamentos de estabelecimentos de piscicultura Marinha	1	Aveiro e Figueira da Foz
	Contencioso sobre delimitação de terreno na Praia da Barra – Tribunal de Ílhavo	1	Ílhavo
	Processos de areeiros clandestinos na Tocha – Tribunal de Cantanhede	1	Canta
	Pareceres sobre o Protocolo do Oásis na Praia da Figueira da Foz para o MAOTDR	1	F. Foz
Actividades		Nº de processos	Observações
	Participação como peritos para o Tribunal de Ovar de um relatório técnico sobre um prédio a Norte da Praia de Esmoriz – Processo “Duarte e Barbosa”	1	Ovar
	Elaboração do Protocolo de Colaboração entre a CCDRC e o Regimento de Engenharia de Espinho sobre a gestão da abertura controlada da Barrinha de Esmoriz	1	Ovar
	Análise de processos de pedidos de autorização para pagamento em prestações da taxa de ocupação do DPM.	4	Ílhavo e Marinha Grande
	Proposta de Cálculo do pagamento da taxa de ocupação do	1	POOC

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

	DPM relativo a Equipamentos de Praia.		
	Problemas Ambientais Existentes na Barra de Mira / Videira Sul – Praia de Mira.	1	Mira
	Notificação sobre ocupação ilegítima do Domínio Público Marítimo (DPM) Restaurante “Bela Vista” situado na Praia da Vagueira	1	Vagos
	Desistência de lugar, no DPM. Conc DPM/2004 na Praia de Quiaios	1	Figueira da Foz
	Acesso público à praia do Labrego	1	Vagos
	Parecer e pedido de esclarecimentos quanto ao aparente conflito entre o DL 21/2002 de 31 de Janeiro e o DL 46/94 de 22/2 sobre o licenciamento de actividades marítimo –turística na Ria	1	Aveiro e outros
	“Procº nº 581 /DGAU/2005 de Vera Lúcia Marques da Silva Oliveira - Informação Prévia- Construção de edifício de habitação colectiva – Av. Da Praia – Esmoriz”	1	Ovar
	Instrução processos e demolição do Milenium, na Costa Novas, do bar Tabuinhas em Vagos e dois barracões na Praia de Mira	1	Ílhavo, Vagos, Mira
	- Reclamação contra Restaurante Manganinho, Praia do Furadouro - IGAOT	1	Ovar
	- Notificação para regularização da construção de Francisco Dias da Costa, em DPM da Praia da Costa de Lavos, Figueira da Foz (DPM 3.2.8.12.6HAB).	1	Figueira da Foz
	Total	45	Processos
7	Estudos e Projectos e candidaturas ao QCAIII		
	Informação à SEOTC dos trabalhos que envolveram coordenação com diversas entidades e a APA que resultaram na colocação preventiva para protecção costeira de 200.000m3	1	Ílhavo

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

	de sedimentos a Sul da Costa Nova		
	Conclusão da acção “Valorização e Requalificação da Barrinha de Esmoriz / Paramos nos troços finais dos seus Afluentes e na Foz” na componente da CCDRC e financiada pelo QCAIII (projectista, topografia, acções de sensibilização, gestão e coordenação da acção)	1	Ovar
	Processo sobre a Gestão da Barrinha de Esmoriz, e que resultou num Protocolo com o Regimento de Engenharia de Espinho, bem como diligências junto da CCDRC, CCDRN e ICN sobre compromissos na obra de ligação da Barrinha ao Mar	2	Ovar
	“Intervenção de Emergência, Reparação e Consolidação de Dunas Artificiais, na foz da Barrinha de Esmoriz/Lagoa de Paramos”: Execução de Projecto, lançamento de Concurso e acompanhamento da Obra	1	Ovar
	Acompanhamento e recepção das obras de valorização e protecção na Duna Norte da Praia de Mira e da frente urbana da Costa Nova cujos projectos e candidaturas tinham sido efectuadas em anos anteriores.	2	
	Conclusão do que envolveu reprogramação financeira do projecto “Reforço das capacidades de Gestão, Monitorização e de Fiscalização no âmbito do POOC Ovar-Marinha Grande”	1	POOC
	Elaboração de processo de concurso e em alternativa de Protocolo para a exploração do Núcleo de Educação Ambiental da Frente Marítima da Costa Nova opor parte da Câmara Municipal de Ílhavo	1	Ílhavo
	Apreciação do Projecto do Parque de Estacionamento para a Praia do Osso da Baleia”	1	Pombal
	Estudo prévio do projecto de reabilitação da frente urbana de Esmoriz.	1	Ovar

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

	Coordenação dos trabalhos sobre o projecto da Barrinha de Esmoriz / Paramos nos troços finais dos seus Afluentes e na Foz” e apresentação do Adicional da Empreitada – Trabalhos a mais da componente do ICN	1	Ovar
	Emissão de parecer e acompanhamento da Recuperação da Duna a Sul da Leirosa para protecção da Câmara de carga do Emissário das Papeleiras	1	F. Foz
	Acompanhamento da Empreitada de Reconstrução dos dois Esporões na Praia de Mira do INAG	1	Mira
	Proposta de alteração das instalações de apoio à arte xávega	2	Mira e Tocha
	Acompanhamento da Empreitada de Reconstrução dos dois Esporões na Praia de Mira do INAG	1	Mira
	Total	18	Processos
	Actividades	Nº de processos	Observações
8	Bandeira Azul e outras acções de sensibilização e de apoio às praias		
	Coordenação a nível regional do Processo da Bandeira Azul 2005 e acções preparatórias para a campanha de 2006 e participação em diversas reuniões com o INAG e a Associação da Bandeira Azul	11Praias	POOC
	Hasteamento da Bandeira Azul, em representação da CCDRC, em Esmoriz, Cortegaça, Furadouro, Barra, Costa Nova, Vagueira, Mira, Tocha, Quiaios, Relógio e Ossos da Baleia	11 Praias	Ovar 3 Ílhavo 2 Vagos 1 Mira 1 Cantanhede 1 Fig. Foz 2 Pombal 1

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

	Distribuição de material no âmbito do projecto “Praia acessível” por parte do INAG	1	Ovar 1 Murtosa 1 Ílhavo 2 Mira 1 Pombal 1 Leiria 1 M. Grande 1
	Coordenação a nível regional do projecto “Praia acessível – praia para todos!”-	1	POOC
	Participação em representação da CCDRC na cerimónia de hasteamento da Bandeira “Praia Acessível” em Furadouro, Murtosa, Barra, Costa Nova, Mira, Osso da Baleia, Pedrógão, Vieira	8 praias	Ovar 1 Murtosa 1 Ílhavo 2 Mira 1 Pombal 1 Leiria 1 M. Grande 1
	Elaboração do “Protocolo de Disponibilização de Bens”, no âmbito do Projecto “Praia Saudável”	1	POOC
	Total	14	Praias
9	Relatórios, comunicações ou trabalhos apresentadas		
	Comunicação “The Planning in the Minimisation of the Risks Associated to the Increasing Vulnerability of the Coastal Edge of the Centre Region of Portugal”.apresentada na conf. internacional de Tavira, em Abril de 2005	1	Apresentação
	Produção de um poster sobre “ Managing the Coastal Zona of Centre Region of Portugal”, apresentado na conf. internacional	1	Poster

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

de Tavira, em Abril de 2005		
Produção do documento sobre o tema “o Mar” no âmbito dos trabalhos do Projecto da CCDRC “Querer 2013”	1	Documento
Produção do documento “O Desenvolvimento Sustentável numa Estratégia de Desenvolvimento de Cidades Competitivas” no âmbito do Projecto “Querer 2013”	1	Documentos
Apresentação pública, na Junta de Freguesia da Praia de Mira, do Projecto da Obra de intervenção na Duna Norte da Praia de Mira – Fevereiro de 2005	1	Apresentação
Apresentação, no âmbito das secções técnicas da CCDRC, de uma comunicação, em colaboração, sobre o Tema “Descentralização e gestão partilhada da Água” em Junho de 2005	1	Apresentação
Apresentação, no âmbito das secções técnicas da CCDRC, de uma comunicação sobre o tema “A Vulnerabilidade da Orla Costeira da Região Centro e as Recomendações da União Europeia para uma Gestão Integrada de Zonas Costeira – Junho de 2005	1	Apresentação
Apresentação, no âmbito de um curso de SIG da Escola Profissional de Montemor, de uma apresentação sobre o Tema “Sistemas de SIG aplicados ao Ordenamento do Litoral Centro e Riscos Naturais”, Maio de 2005	1	Apresentação
Apresentação, no âmbito de um Colóquio sobre Alterações Climáticas e Saúde uma comunicação com o tema “Alterações Climáticas: as Tendências e os Desafios Ambientais – Maio de 2005	1	Apresentação
Apresentação, no âmbito de curso de finalista de Engenharia Civil da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, de uma apresentação sobre os riscos no litoral da	1	Apresentação

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

	Região Centro – Novembro de 2005		
	Apresentação, no âmbito da disciplina de Avaliação de Riscos do Curso de Engenharia do Ambiente do Departamento da Universidade de Aveiro, de uma apresentação sobre “A Vulnerabilidade e os Riscos Associados ao Litoral da Região Centro de Portugal – Novembro de 2005	1	Apresentação
Actividades		Nº de processos	Observações
	Apresentação, no âmbito do Seminário “Tsunamis – Vulnerabilidade e Desafios na Orla Costeira” de uma comunicação, “Vulnerabilidade da Costa da Região Centro e os Desafios ao Planeamento do Território” – Fevereiro de 2005	1	Apresentação
	Apresentação no colóquio promovido pelo INAG sobre Riscos de inundações, do trabalho desenvolvido no âmbito do “Hidrogest Centro – um projecto piloto de modelação matemática de cheias na bacia do rio Ceira”	1	Apresentação
	Contributo nas questões sobre ICZM para as respostas ao questionário sobre o projecto “Europe de La Mer” promovido pela Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa	1	Inquérito
	Palestra sobre o “Litoral e a Ria de Aveiro” no Seminário Território. Vagos – Julho de 2005	1	Apresentação
	Total	14	praias
10	Participação em Conferencias e Seminários e Acções de Formação		
	Tsunamis – Vulnerabilidades e Desafios na Orla Costeira”. CCDRC, 25 de Fevereiro	1	Seminário nacional
	“Global Ocean Seismology Observatory”, Lisboa 16 Março	1	Seminário nacional
	“Sustainable Tourism and Marine Protected Areas”. Fuerteventura, 1-6 Fevereiro;	1	Workshop internacional

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

			(CoPraNet)
	“International Conference of Coastal Conservation and Management in the Atlantic and Mediterranean”. Tavira, 17-20 Abril	1	Conferência internacional (CoPraNet)
	“Participatory planning tools and methods for sustainable management of marine, coastal and island resources”.Sifnos, 10-13 de Junho;	1	Workshop internacional (CoPraNet)
	Participação no Workshop Internacional “ <i>NATURA 2000 in practise in the coastal zone</i> ”, em Stepnica, Polónia, entre os dias 5 e 9 de Outubro 2006.	1	Workshop internacional (CoPraNet)
	“ The Ocean Policy Summit 2005”. Lisboa, 11-13 Outubro;	1	Conferência internacional
	“Sustainable Tourism & Coastal Management Week” . Gran Canaria – Ilhas Canárias – 21-25 de Novembro 2005.	1	Workshop internacional (CoPraNet)
	“Curso sobre Indicadores de Desenvolvimento Sustentável de Áreas Costeiras”, Tavira, 21 Abril	1	2 técnicos participaram. Formadores internacionais
	Seminário “Gestão Integrada das Zonas Costeiras” – LNEC, Lisboa, 22 de Novembro.	1	Apresentação da Estratégia para o Litoral
	Total	10	Acções
11	Projecto europeu CoPraNet-Coastal Practice Network		
	Elaboração dos Relatórios de progresso técnico-científico do Projecto CoPraNet	2	(1º e 2º semestre de 2005)
	Elaboração dos Relatórios de participação nos Workshops	6	Study Visit Reports

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

	internacionais do CoPraNet e Conferências em que se participou, ao abrigo deste projecto		(enviados para os gestores do Projecto) s/ deslocações a Fuerteventura, Tavira, Sifnos, Polónia, Lisboa, Gran Canária,
	Relatórios Financeiros do Projecto CoPraNet	2	(1º semestre e 2º semestre de 2005)
	Outras acções no âmbito do Copranet		
	Disseminação do Projecto Europeu Copranet No âmbito desta acção foram recebidas candidaturas à Rede Alargada do Projecto	1	Inf. Circular para 52 organismos públicos e privados
	Co-produção, com o IHRH/FEP, da Newsletter portuguesa do CoPraNet	2	(3ª e 4ª Newsletters)
Actividades		Nº de processos	Observações
	Organização (e produção de um Guia) de uma visita de estudo à orla costeira da Região Centro. - Participaram 2 visitantes da Rede CoPraNet (Storstroem County, partner 2. Foi também apresentada na CCDRC pelo visitante (Bjarne Rasmussen), um dos quais efectuou uma comunicação técnica na CCDRC, sobre Agenda 21 Local	1	Visita de Estudo e Comunicação
	Participação em 4 workshops e 2 Conferência internacionais, no âmbito dos quais se assegurou a participação nos trabalhos em curso no âmbito da rede CoPraNet, e a transferência de conhecimentos e intercâmbio de experiências e boas práticas no âmbito dos temas dos Workshops (ver temas nas	6 (esta acção	Temas dos seminários: - Turismo sustentável e

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

	observações)	está contabilizada em i)	<p>Protecção de Áreas marinhas;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Turismo Sustentável e Gestão Costeira - Participação Pública para a Gestão Sustentável da Costa - Natura 2000 nas Zonas Costeiras - Política dos Oceanos; - Gestão e Conservação da Costa
	Total	20	Acções
12	Produção de Informação Geográfica		
	Apoio técnico informático/Sistemas de Informação Geográfica na área de intervenção do Plano de Ordenamento da Orla Costeira entre Ovar e Marinha Grande.	1	POOC
	Digitalização da delimitação do DPM junto à povoação da Praia de Vieira de Leiria e Mata Nacional de Leiria, com base no auto de delimitação publicado no Diário de Governo n.º 127 de 5 de Junho de 1954 e Diário da República N.º 87 de 14 de Abril de 1981, respectivamente.	1	M. Grande
	Preparação de elementos cartográficos com recurso à tecnologia MDT para identificação das cotas dos 5 e 10m tendo	1	POOC

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

em vista a identificação das zonas mais vulneráveis da costa da Região Centro e que também serviu de apoio à comunicação “Vulnerabilidades e Desafios na Orla Costeira, realizado no auditório da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Centro” apresentada no âmbito do Seminário TSUNAMIS, CCDRC, 25 de Fevereiro de 2005		
Sincronização entre a aplicação da Gestão de Licenciamento do Domínio Público Marítimo (SIG LITORAL) e os produtores do software. Verificação de erros, de funcionalidades e posteriormente instalação da aplicação em todos os computadores do Grupo do Litoral da DSLCNIE.	1	POOC
Apoio nos trabalhos de Digitalização e apoio informático na elaboração do Poster “Managing the Coastal Zone of the Central Region of Portugal ” inserido na Conferência Internacional sobre Conservação e Gestão Costeira, em Tavira, Abril de 2005.	1	POOC
Conclusão da Instalação do GDPM (Aplicação do SIG do Litoral) em todos os computadores pertencentes ao Grupo do Litoral. Verificação e correcção de erros existentes.	1	POOC
Georeferenciação, localização da parcela de terreno e impressão de plantas referente ao processo Duarte e Barbosa, LDA. Para apoio à decisão em tribunal.	1	Ovar
Digitalização dos limites das parcelas de terrenos de privados para apoio aos processos de delimitação do DPM (DL 468/71 de 5/11)	1	Ílhavo
Carregamento da informação cartográfica no ipaq, com o objectivo de apoiar vistorias do Grupo do Litoral utilizando GPS	1	POOC
Instalação e adaptação do software ArcPad para o Poquet PC (ipaq) e Carregamento da informação cartográfica no ipaq, para	1	POOC

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

	apoio às vistorias do Grupo do Litoral		
	Apoio técnico informático e colaboração na apresentação da comunicação “Ordenamento da Orla Costeira – Riscos Naturais” na Escola Profissional de Montemor-o-Velho nos aspectos específicos dos SIG	1	POOC
	Elaboração da Planta de Localização para pedido de obras: Requerente – LINHA D EIXO, LDA. Praia da Vieira.	1	M. Grande
	Verificação das plantas de síntese e de condicionantes, do processo de loteamento da Torricentro – Quiaios.	1	F. Foz
	Alteração da Carta de Condicionantes do POOC respeitante às alterações no perímetro da Reserva Natural de São Jacinto, ao abrigo da legislação entretanto publicada.	1	Aveiro
Actividades		Nº de processos	Observações
	Sistematização de Fotografias dos apoios de praia (em colaboração), com a finalidade carregar bases de dados para a construção de um site de divulgação das actividades desenvolvidas pelo Grupo do Litoral, numa primeira fase.	1	POOC
	Disponibilização do Plano de Ordenamento da Orla Costeira na rede interna da DSLCNI. (conceito WEBGIS – Intranet)	1	POOC
	Desenvolvimento da Página da Internet de apoio ao concurso público para a atribuição de equipamentos e apoios de praia 2005.	1	POOC
	Compilação dos elementos finais do Plano de Ordenamento da Orla Costeira entre Alcobaça – Mafra, nomeadamente: Plantas de Síntese, Plantas de Condicionantes e Planos de Praia em formato pdf.	1	POOC
	Elaboração de plantas de localização da Arte Xávega para posterior anexação as licenças de acesso a orla costeira.	1	POOC

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

	Elaboração de plantas de localização de apoio aos pedidos de identificação de terrenos em Domínio Público Marítimo.	1	POOC
	Delimitação das áreas de jurisdição dos Portos na Região Centro, com base no Decreto-Lei n.º 248 de 27 de Outubro de 1989.	1	Aveiro F. Foz
	Levantamento com GPS e integração no sistema SIG das obras efectuadas pela CCDRC nomeadamente: passagens superiores (ml), passagens de emergência (ml), paliçadas (ml), áreas de estacionamento (m2), redes de emissários (ml)	1	POOC
	Ajuste da georeferenciação entre o levantamento aerofotogramétrico do INAG e as foto aéreas disponíveis nos aglomerados urbanos abrangidos pelo POOC para erros superiores a 10m, utilizando como referencial o levantamento do INAG.	1	POOC
	Produção do Site para apoio ao Concurso Público do DPM 2005/2006	1	POOC
	Georeferenciação das fotografias aéreas do ano de 2001 para a área de jurisdição do POOC, Ovar - Marinha Grande.	1	POOC
	Elaboração de um vídeo com a evolução da Barrinha de Mira entre o séc. XIX e o ano de 2001.	1	Mira
	Total	26	Acções
13	Participação/Nomeação em Grupos de Trabalho		
	Grupo de Trabalho sobre a Lei 44/2004 de 19 de Agosto no INAG que define o regime jurídico da assistência nos locais destinados a banhistas	1	Âmbito Nacional
	Participação na Estrutura de Coordenação e Controlo das intervenções na área Crítica da Barrinha de Esmoriz/Paramos criada ao abrigo da RCM 176/2000 de 10 de Novembro	1	Ovar

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

	Acompanhamento do PDM de Vagos	1	
	Comissão Nacional do ECO XXI : projecto da responsabilidade da Associação Bandeira Azul da Europa-Federação Portuguesa para a Educação Ambiental, para galardoar os municípios que, no âmbito de um processo de candidatura anual, e com base na avaliação de indicadores, demonstrem ter desenvolvidos esforços no caminho para um desenvolvimento mais sustentável.	1	Âmbito Nacional
	Comissões de Delimitação do Domínio Público Marítimo (Artº 10º DL 468/71 de 5 de Novembro:	14	nomeações
	CDDPM do Procº INAG 40702/8-5-M	1 (F.Foz)	Procº concluído em 2005
	CDDPM do Procº INAG 41418/8-5-M	1 (Aveiro)	
	CDDPM do Procº INAG 41337/8-5-M	1 (Ílhavo)	Procº concluído em 2005
	CDDPM do Procº INAG 41419/5-M	1 (Aveiro)	
	CDDPM do Procº INAG 41420/5-M	1 (Aveiro)	
	CDDPM do Procº INAG 41660/5-M	1 (Murtosa)	
	CDDPM do Procº INAG 41328/8-5-M	1 (Ílhavo)	
	CDDPM do Procº INAG 41632/5-M	1 (Ílhavo)	
	CDDPM do Procº INAG 41333/8-5-M	1 (Aveiro)	
	CDDPM do Procº INAG 41332/5-M	1 (Aveiro)	
	CDDPM do Procº INAG 41331/5-M	1 (Aveiro)	
	CDDPM do Procº INAG 41330/5-M	1 (Aveiro)	
	CDDPM do Procº INAG 41608/8-5-M	1 (Aveiro)	
	CDDPM do Procº INAG 41635/8-5-M	1 (Ílhavo)	
	Total	4	Acções

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Actividades		Nº de processos	Observações
14	Outras acções		
	Reuniões no MAOTDR sobre Estratégia do Litoral e Conselho Nacional da Água 30 de Outubro	1	
	Inauguração pública do Centro de Educação Ambiental da Costa Nova – 5 de Agosto	1	
	Processo de cotagem da da DSLCNI em colaboração como GIDC	1	
	Instrução de processos no âmbito das aquisições de Serviço no âmbito dos processos: Hidrogest, Macrófitas e assistência técnica ao POOC	1	
	Acompanhamento de Estágio de um Aluno de Planeamento Regional e Urbano da Universidade de Aveiro (Out. 2005 – Março 2006)	1	
	Visita ao Instituto hidrográfico no âmbito de convite – 6 de Junho	1	
	Total	4	Acções

Quadro II (LITORAL) – Distribuição da actividades realizadas em 2005 por Concelho

Actividades	
1	Licenciamento de actividades diversas no Domínio Público Marítimo (D.L. 46/94, 22 de Fevereiro)
1.1	Licenças de equipamentos e apoios de praia
1.2	Licenças provisórias para construção de equipamentos e apoios de praia
1.3	Averbamentos às Licenças
1.4	Licenças/ Autorizações para ocupações sazonais do DPM

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

1.5	Autorizações de acesso ao litoral (D.L. 218/95 de 26 de Agosto)
2	Apreciação de projectos e obras de equipamentos e apoios de praia
2.1	Apreciação de projectos de arquitectura de apoios e equipamentos de praia
2.2	Implantação com GPS de novos equipamentos/apoios de praia
2.3	Vistorias
3	Concursos públicos de usos privativos do Domínio Público Marítimo
4	Emissão de pareceres no âmbito do POOC Ovar-Marinha Grande
5	Emissão de outros pareceres
6	Processos envolvendo clandestinos, demolições e/ou c/ apoio jurídico e processos de contra-ordenação/participações
6.1	Contra-ordenações/Participações
6.2	Processos com problemas implicando apoio jurídico
7	Estudos e Projectos e candidaturas ao QCA III
8	Bandeira Azul e outras acções de sensibilização e apoio às praias
9	Comunicações, Relatórios e outros trabalhos apresentados
10	Participação em Conferencias, Workshops e Acções de Formação
11	Projecto europeu CoPraNet – Coastal Practice Network
11.1	Produção de Relatórios
11.2	Outras (Produção de Newsletters portuguesas, acções de disseminação do projecto, participação em workshops do projecto)...
12	Produção de Informação Geográfica
13	Participação/Nomeação em Grupos de Trabalho
14	Outras acções

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Concelhos/ NUT III	Actividades																					
	1					2			3	4	5	6		7	8	9	10	11		12	13	14
	1	2	3	4	5	1	2	3				1	2					1	2			
Ovar	4	4	1	2	1	5		12	1	13	1	4	4	5	5					1		
Murtosa		1				1		9	5	1		1			2						1	
Aveiro										1	1		1							2	8	
Ílhavo	3	1	2	2		6		20	8	2	1	7	4	3	6					1	4	1
Vagos	2	1	1		2	3	1	8	3	3		3	3		1	1						1
Mira	8	2			2	5	5	13	5	2	1	4	4	3	3	1				1		
Cantanhede	1	1	2			1	1	8	2	2			1	1	1							
F. Foz	3	1	1	14	2	3		30	2	12	4	2	4	1	2					2	1	
Pombal								3						1	3							
Leiria	3			6	1			5		1					2							
M. Grande	10	1	1			6	2	18	4	10			2		2					2		
POOC*				14	1				8	9			1	1	3					16	1	1
AL**											5		1			13	9	10	5	2	2	6
Total	34	12	8	38	9	30	9	126	38	56	13	21	25	15	30	15	9	10	5	27	17	9

* Toda a área de intervenção do Plano

** Âmbito territorial alargado e/ou não especificado e que transcende o POOC

Balço da Actividade e Recomendações

Os resultados descritos e quantificados no item anterior podem ser traduzidos no quadro seguinte:

Quadro III – Avaliação de Resultados

	Objectivos/Actividades	Auto- Avaliação
1	Licenciamento de actividades diversas no Domínio Público Marítimo (D.L. 46/94, 22/2)	4.5
2	Apreciação de projectos e obras de equipamentos e apoios de praia	4.8
3	Concursos públicos de usos privativos do Domínio Público Marítimo	4.3
4	Emissão de pareceres no âmbito do POOC Ovar-Marinha Grande	4.5
5	Emissão de outros pareceres	4.5
6	Processos envolvendo clandestinos, demolições e/ou c/ apoio jurídico e processos de contra-ordenação/participações	4.0
7	Estudos e Projectos e candidaturas ao QCA III	
8	Bandeira Azul e outras acções de sensibilização e apoio às praias	4,7
9	Comunicações, Relatórios e outros trabalhos apresentados	4.8
10	Participação em Conferencias, Workshops e Acções de Formação	4.0
11	Projecto europeu CoPraNet – Coastal Practice Network	4.5
12	Produção de Informação Geográfica	4.6
13	Participação/Nomeação em Grupos de Trabalho	4.3
14	Outras acções	4.0
	Auto-Avaliação Global	4.12

Nota: de 1 (mínimo) a 5 (Máximo)

Os factores com influência relevante na actividade dos serviços no Litoral apresentam-se nos quadros seguintes:

Quadro IV – Pontos Negativos que influenciaram a actividade realizada e propostas de solução.

Pontos Negativos	Propostas de Solução
Quase total dependência deste sector de serviços externos que por sua vez manifestam instabilidade em períodos de transição	Reforço de Pessoal do Quadro com habilitações adequadas
O POOC tem desajustes à realidade local e regional e a sua alteração é excessivamente complexa.	Alteração legislativa e proceder à sua revisão no quadro da nova dinâmica que parece existir para a gestão do litoral
Instabilidades várias devido à fusão da ex-DRAOT com a ex-CCRC a qual, na realidade, nunca foi completa.	Criação das ARH ou de estrutura embrionária da futura ARH e permitir-se uma crescente autonomia.
Alternâncias frequentes da tutela da CCDR e do Governo e que desestabilizam os serviços	Conjuntura nacional, aparentemente ultrapassada
Indefinições nacionais na política do Litoral, designadamente decorrente do vazio criado pelo Programa Finisterra	Factores nacionais e curso a sua correcção
Indefinições pendentes de legislação (Lei da Água, lei da titularidade, ARH, etc.).	Criação da Lei Orgânica dos Serviços e da Lei das Costas
Burocracia associada aos procedimentos de concursos de empreitadas e aquisições de serviços.	Descentralizar, responsabilizar e cruzamento de meios de controlo
Indefinição no relacionamento entre a DLCN e DSLCNI	Carece de decisão superior
Falta de apoio jurídico devido a falta de meios do Gabinete Jurídico e que são geradores de incumprimentos crónicos do POOC.	Reforço do Gabinete Jurídico
Falta de coordenação dos POOC a nível nacional e dificuldades em envolverem outros sectores em acções sustentáveis no litoral	Perspectivam-se alterações positivas decorrentes da Estratégia em curso para o litoral

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Gravíssimos problemas de défice sedimentar na costa da Região Centro que transcendem a vontade da Região	Maior empenhamento da CCDRC e a nível nacional haja para dar resolução a este problema estrutural havendo a oportunidade das novas dinâmicas do governo nesta área.
Insuficiente monitorização e fiscalização.	Reforço das Divisões Sub-regionais
Recursos financeiros do PIDDAC em permanente decréscimo e desajustados às necessidades de intervenção no litoral.	Reforço de meios financeiros
Falta de verbas para obras de manutenção no litoral já que o PIDDAC não permite assumir esse compromisso	Permitir que as taxas do DPM sejam encaminhadas preferencialmente para a manutenção de obras
Morosidade na aprovação e homologação de candidaturas bem como de cabimentações.	Pendentes de decisão superior.
Deficiências nas instalações, sendo preocupante a vulnerabilidade a assaltos, as deficientes instalações sanitárias a falta de arquivo, deficientes meios de fotocópias e deficiências no quadro eléctrico.	Urgente conclusão das futuras instalações e colocação de alarmes contra intrusos e resolução dos problemas pontuais

Quadro V – Pontos Positivos

Interior	Exterior
Definição do litoral como uma prioridade do Governo o que permite criar um ambiente optimista relativamente aos problemas internos sentidos.	Maiores expectativas dos concessionários e autarquias na resolução dos problemas detectados
Conhecimento acumulado dos serviços durante a fase de gestão do POOC que serão certamente importantes contributos para a fundamentação da alteração do POOC que se perspectiva	Suporte com o conhecimento adquirido que serve de proposta de orientação fundamentada à actuação dos concessionários, autarquias e serviços centrais do Ministérios
Grande capacidade tecnológica em meios	Intensa acção de sensibilização a nível nacional e

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

informáticos o que tem permitido fundamentar com objectividade e credibilidade as mudanças que urge introduzir no planeamento e gestão do litoral.	na área de influência do POOC, o que permitiu já criar um consenso elevado quanto aos factores estruturais a corrigir
Aposta num sistema SIG para compilação e articulação de informação geográfica e alfanumérica e que é um fortíssimo apoio a pareceres técnicos de gestão do POOC e de divulgação do litoral da Região Centro.	Maior precisão e objectividade na informação disponibilizada e que permite introduzir celeridade e qualidade nos pareceres e licenciamentos e credibilidade na divulgação de informação junto de sectores mais especializados ligados ao litoral.
Intensa participação em projectos pioneiros e inovadores, como é o caso do COPRANET, e que tem permitido à CCDRC ter uma acção pioneira na aplicação das recomendações da Europa em termos de GIZC	Intensa divulgação dos princípios de GIZC no sentido de haver uma maior consciencialização e participação dos principais actores na resolução das questões que envolvem o planeamento e a gestão do litoral, designadamente a autarquias e entidades nacionais que se relacionam com problemas da costa.
Existência de uma equipa jovem, multidisciplinar e dinâmica com experiência o que se reflecte na actuação e no conhecimento que se possui do litoral da Região Centro.	Reflexos positivos na resposta aos concessionários, autarquias e demais requerentes, para além de ter uma participação activa em diversos congressos, seminários e sessões técnicas.
Grande abertura ao conhecimento científico e académico, com repercussões na qualidade da informação produzida e no prestígio da instituição.	Estreita ligação com o conhecimento científico exterior aos serviços, designadamente Universidade do Porto, de Aveiro, de Coimbra e Nova de Lisboa, com benefícios mútuos quer na área do ensino quer da investigação.
Capacidade e liderança em determinadas áreas de que resultou entre outros a responsabilidade pela execução de um projecto inovador para a abertura controlada da Barrinha de Esmoriz ao mar	Constitui um dos casos utilizados como uma boa experiência em termos de GIZC, que envolveu autarcas, diversas entidades locais e centrais, populações e ampla divulgação, tendo sido a CCDRC a responsável pela coordenação do processo técnico.

1.4.2 Divisão de Infraestruturas

Introdução

No âmbito das atribuições da Divisão de Infraestruturas foram desenvolvidas as acções necessárias e concernentes à elaboração e avaliação de estudos e projectos, bem como a toda a tramitação processual inerente ao concurso de empreitadas e aquisições de serviços com vista à valorização e protecção dos recursos naturais, no âmbito do Projecto “Reabilitação da Rede Hidrográfica”.

Também se salientam as acções que envolvam a coordenação de Contratos Programa celebrados entre a Administração Central e algumas Autarquias e Associações, bem como a participação na análise e controle da segurança de empreendimentos hidráulicos.

A nível interno mereceu especial atenção toda a problemática relacionada com a remodelação das instalações, quer ao nível de acompanhamento das obras, quer na colaboração e elaboração de estudos e projectos atinentes à mesma.

Actividades Realizadas em 2005

Quadro I – Actividades Realizadas em 2005

Actividades		Nº de Concelhos	Observações
1	Pareceres sobre projectos de Saneamento Básico		
	Abastecimento Drenagem e Tratamento de Esgotos do Bairro da Pontinha	1	Águeda
	Estação Elevatória de Vale D’Erva,	1	Águeda
	Emissário do Outeiro ao PE V9 da SMRIA, Concelho de Águeda	1	Águeda

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

	ETAR de Freixo - Almeida - Águas do Zêzere e Côa	1	Almeida
	Construção da Rede de Águas Residuais de Pontão, Ramalharia, Relvas, Pedra de Ouro - Ansião	1	Ansião
	ETAR de Freixial - Juncal do Campo - Águas do Centro	1	Castelo Branco
	ETAR de Escalos - Lousa - Águas do Centro, S.A.	1	Castelo Branco
	ETAR de Benquerenças – Águas do Centro, S.A.	1	Castelo Branco
	Saneamento Básico da freguesia de Lamarosa – 1ª Fase – Sub-Sistema de Andorinha	1	Coimbra
	ETAR de Ponte Pedrinha - Tortosendo - Covilhã	1	Covilhã
	ETAR de Vale de Afonsinho - Águas do Zêzere e Côa	1	Figueira de Castelo Rodrigo
	Rede de Águas Residuais Domésticas da Freguesia de Aguda	1	Figueiró dos Vinhos
	Rede de águas Residuais Domésticas da Freguesia de Arega	1	Figueiró dos Vinhos
	Saneamento da Freguesia de Santiago da Guarda	1	Fundão
	ETA da Capinha/Captação na Ribeira da Meimoa - Águas do Zêzere e Côa	1	Fundão
	Infra-estruturas de saneamento básico de Alqueidão - Águas do Zêzere e Côa	1	Fundão
	ETAR da Barroca – Fundão	1	Fundão
	Actividades	Nº de Concelhos	Observações
1	Pareceres sobre projectos de Saneamento Básico (Cont.)		
	ETAR de Silvares – Fundão	1	Fundão
	Estação Elevatória na Zona Poente de Idanha-a-Nova	1	Idanha-a-Nova
	Drenagem de águas pluviais e residuais entre Ermida e Carvalheira,	1	Ílhavo

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Reforço do abastecimento de água à cidade de Leiria – conduta de ligação entre as captações de amor e o reservatório de quinta de Santo António - SimLis	1	Leiria
Ligação entre os sistemas de Olhalvas e Ponte das Mestras – SimLis	1	Leiria
Requalificação das Captações e ETA’S dos Sistemas de Abastecimento de Água à Lousã	1	Lousã
Emissário de Manteigas - Vale de Amoreira - Águas de Zêzere e Côa	1	Manteigas
Colector doméstico na Ribeira de Embra	1	Marinha Grande
Saneamento Básico aos lugares de Carris e Oiã,	1	Oliveira do Bairro
Saneamento Básico ao lugar de Malhapão, freguesia de Oiã,	1	Oliveira do Bairro
ETA de Santa Luzia - Águas do Centro, S.A.	1	Pampilhosa da Serra
Projecto de Abastecimento de Água de Cabril - Águas do Centro	1	Pedrógão Grande
Remodelação do sistema de saneamento de Salvador - Águas do Zêzere e Côa	1	Penamacor
Sistema de Águas, Aldeia do Bispo e Pedrógão -Águas do Zêzere e Côa	1	Penamacor
ETAR de Pinzio - Águas do Zêzere e Côa	1	Pinhel
Descarregador de Tempestade da EE. de águas residuais do Parque Industrial Manuel da Mota - Pombal	1	Pombal.
ETAR de Moitas - Águas do Centro	1	Proença-a-Nova
ETAR de Fóios - Águas do Zêzere e Côa	1	Sabugal
Etar de Póvoa Nova - Seia	1	Seia
Saneamento e Salubridade - ETAR de Paleão	1	Soure
ETAR de Saldonas	1	Tondela

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

	Abastecimento de água, drenagem e tratamento de esgotos de Miguel Choco	1	Trancoso.
	ETAR da Zona Industrial do Souto – Vila de Rei	1	Vila de Rei
	ETAR de Vila Nova de Paiva	1	Vila Nova de Paiva
	Sistema de Sarnadas do Ródão - Águas do Centro	1	Vila Velha de Ródão
	Colector de Esgotos na Ribeira de Mide -SMAS Viseu	1	Viseu
	TOTAL	43	
2	Pareceres sobre projectos de Obras Hidráulicas		
	Reparação da Ponte de Ribeiradio no rio Águeda	1	Águeda
	Parque de reestruturação e requalificação paisagística do Parque de Lazer do Estubal / Sobreiro	1	Albergaria-a-Velha
	Projecto da criação de uma onda estática no rio Vouga em Sernada do Vouga	1	Albergaria-a-Velha
	Limpeza e Desassoreamento das Lagoas da Tocha	1	Cantanhede
	-Limpeza da Ribeira de Ançã	1	Cantanhede
	Beneficiação do Regadio Tradicional de Rochas de Baixo	1	Castelo Branco
	Travessia da Ribeira de Ribeirinho- Águas do Centro	1	Castelo Branco
	Reabilitação do Ribeiro da Seta	1	CM Castelo Branco
	Construção de Colector e Descarregador de Águas Pluviais em Antanhol	1	Coimbra
	-Rede de Drenagem de Águas Residuais Pluviais da Quinta das Preguiçosas - Aqueduto de Descarga na Linha de Água - Luís Filipe Peixoto de Carvalho Homem	1	Coimbra
	Alargamento do troço inferior da calçada da Poldras e ligação do bairro do Rodrigo ao eixo TCT	1	Covilhã
	Percursos de atravessamento do Vale da Carpinteira	1	Covilhã

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

	Emanilhamento de uma Linha de Água em Buarcos - Figueira da Foz	1	Figueira da Foz
	Abertura de uma Charca / Pequena Barragem em Alvandeira	1	Figueira de Castelo Rodrigo
	Beneficiação da EN 18, entre o Souto Alto e a Rotunda Norte do Fundão	1	Fundão
	Actividades	Nº de Concelhos	Observações
2	Pareceres sobre projectos de Obras Hidráulicas (Cont.)		
	Caminho agrícola da Argemela - Fundão	1	Fundão
	Variante ao Castelejo- Construção de uma ponte e passagens hidráulicas	1	Fundão
	Conduta Adutora de PeroViseu - Águas do Zêzere e Côa	1	Fundão
	Recuperação da Ribeira do Paço em Vila Cortês da Serra e Requalificação da Zona Envolvente	1	Gouveia
	Barragem de Fernançalvo –Avelãs da Ribeira - João Manuel Nunes Guerra	1	Guarda
	Leiria Polis – Viver Leiria Programa Polis – Zona 3 do PP2 , Fase1	1	Leiria
	Ponte de Rui Vaqueira sobre o rio Lis	1	Leiria
	Pontes pedonais da zona de intervenção do programa Polis de Leiria	1	Leiria
	Projecto de execução das Pontes Viárias/Pedonais e obras hidráulicas da zona de intervenção Polis em Leiria – Ponte do Arrabalde	1	Leiria
	Projecto de Pontão em Chãs – Regueira de Pontes	1	Leiria
	Projecto de Reabilitação da Praia Fluvial no Rio Ceira em Segade	1	Miranda do Corvo

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

	Construção de um Pontão sobre a Ribeira das Casas da Zebreira - Oleiros	1	Oleiros
	Largo do Pocalvo, Esmoriz	1	Ovar
	Parque Urbano em Ovar	1	Ovar
	Ponte Pedonal sobre a Ribeira de Caster	1	Ovar
	Remodelação da Avenida da Praia , Esmoriz	1	Ovar
	Regadio Tradicional - Junta de Agricultores de Covanca	1	Pampilhosa da Serra
	Beneficiação da E.M. 570, no troço de Dornelas a Colherinhas	1	Pampilhosa da Serra
	Reparação da Ponte de Moinhos de Pepim	1	Penalva do Castelo
	IC8 – Lanço EN. 109/Nó da AE (Pombal) - A8 Sub-Lanço Monte Redondo/Louriçal	1	Pombal
	IC8 – Lanço EN. 109/Nó da AE (Pombal) - drenagem	1	Pombal
	Reconstrução de Açudes no Rio da Vala - Pombal	1	Pombal
	Construção de Variante à Aldeia da Ponte (E.N. 233-3 à Fronteira) em REN	1	Sabugal
	Estada Nacional 2- Sertã (IC8) Vila De Rei (1ª FASE) - Estradas de Portugal	2	Sertã e Vila de Rei
	Caminho agrícola de Santo António em Vagos	1	Vagos
	Pontão do Vale em Ponte de Vagos	1	Vagos
	-Praia Fluvial do Touro	1	Vila Nova de Paiva
	Empreitada de Reversão dos Moinhos da Balsa em Centro de Monitorização Ambiental - Polis de Viseu	1	Viseu
	TOTAL	44	
3	Coordenação de Contratos Programa		
	Drenagem de Águas Residuais do Concelho de Aveiro	1	Aveiro

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

	Remodelação do Aterro Sanitário da A.M.R.P.	1	Castelo Branco
	Melhoria das condições de abastecimento de água ao concelho da Covilhã	1	Covilhã
	Saneamento no Concelho de Estarreja (Avanca e Pardilhó)	1	Estarreja
	-Abastecimento de água e recolha e tratamento de águas residuais no concelho de Fornos de Algodres	1	Fornos de Algodres
	Contrato Programa de Cooperação Técnica e Financeira com a SIMLIS no âmbito da "Execução de Obras de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais da Área da Maceira"	1	Leiria
	Reforço de Abastecimento de água aos concelhos de Miranda do Corvo e Carregal do Sal	2	Miranda do Corvo e Carregal do Sal
	-Abastecimento de água e recolha e tratamento de águas residuais no concelho de Penamacor	1	Penamacor
	-Abastecimento de água e recolha e tratamento de águas residuais no concelho de Pinhel	1	Pinhel
	Redes de Água e Saneamento no Concelho de Tondela	1	Tondela
	Central de Valorização Orgânica da A.M.P.Beirã	1	Tondela
	TOTAL	12	
	Actividades	Nº de Concelhos	Observações
4	Projectos/Empreitadas, no âmbito da Reabilitação da Rede Hidrográfica		
4.1	Projectos		
	Limpeza, Protecção marginal da bacia hidrográfica do rio Vouga, nos Concelhos de Anadia, Mealhada, Estarreja, Sever do Vouga e Albergaria-a-Velha	5	Anadia, Mealhada, Estarreja, Sever do Vouga e Albergaria-a-Velha

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

	Reabilitação da Bacia Hidrográfica do Rio Mondego - Intervenções Nos Concelhos de Celorico da Beira, Gouveia, Seia, Penacova, Coimbra, Oliveira Do Hospital e Penela	7	Celorico da Beira, Gouveia, Sei, Penacova, Coimbra, Oliveira do Hospital e Penela
	Construção de Golena na Margem Direita do Rio Mondego, entre o Rebolim e a Portela - Coimbra	1	Coimbra
	Desassoreamento e Requalificação Ambiental do Rio Mondego, no troço compreendido entre a Ponte da Portela e a Ponte do Açude - Coimbra	1	Coimbra
	Regularização do rio Lis no troço entre a ponte da Bajanca e da Junceira - reparação de rombos marginais na ribeira do Sirol - Leiria	1	Leiria
	Projecto para reforço do abastecimento de água da Barragem da Aguieira aos concelhos de Mortágua, Santa Comba Dão, Tábua e Carregal do Sal (Seca 2005)	4	Mortágua, Santa Comba Dão, Tábua e Carregal do Sal
	Limpeza, Regularização e Valorização de Espaço de Lazer da Ribeira da Cerdeira na Freguesia De Cernache do Bonjardim - Sertã	1	Sertã
	TOTAL	20	
4.2	Empreitadas		
	Limpeza e Protecção Marginal do Rio Cértima entre a Ponte de Perrães e a Pateira e entre esta e a Foz - Arquivado	3	Aveiro, Águeda e Oliveira do Bairro
	Reabilitação da Bacia Hidrográfica do Rio Mondego - Intervenções nos Concelhos de Celorico da Beira, Gouveia, Seia, Penacova, Coimbra, Oliveira do Hospital e Penela	7	Celorico da Beira, Gouveia, Sei, Penacova, Coimbra, Oliveira do Hospital e Penela

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

	Construção de Golema na Margem Direita do Rio Mondego, entre o Rebolim e a Portela - Coimbra	1	Coimbra
	Regularização e protecção marginal da foz do rio Ceira - Coimbra	1	Coimbra
	Limpeza, Protecção e Correção Torrencial da Bacia Hidrográfica do Rio Foja (Concelho da Figueira da Foz e Montemor-o-Velho)	2	Figueira da Foz e Montemor-o-Velho
	Regularização do rio Lis no troço entre a ponte da Bajanca e da Junceira - reparação de rombos marginais na ribeira do Sirol - Leiria	1	Leiria
	TOTAL	15	
5	Estudos		
	HidroGest-Centro 2ª Fase, Rio Cértima - Grupo HidroGest	3	Mealhada, Anadia e Águeda
	HidroGest-Centro 2ª Fase, Rio Lis - Grupo HidroGest	2	Marinha Grande e Leiria
	HidroGest-Centro 2ª Fase, Rio Arunca - Grupo HidroGest	3	Montemor-o-Velho, Soure e Pombal
	Edifício da ex-fábrica dos Mirandas “Reconstrução e adaptação para instalação dos serviços da CCDRC” - Projecto de especialidade - redes de distribuição de água, serviço de incêndio e de drenagem de águas residuais	1	Coimbra
	"Requalificação Ambiental e Ordenamento das áreas envolventes à Barrinha de Mira” - Reuniões, acompanhamento técnico à equipe projectista, articulação e consulta a outras entidades.	1	Mira

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

	“OPTIMIZAÇÃO DE SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS POR PLANTAS HIDRÓFITAS” nomeadamente: Monitorização do desempenho de 6 sistemas na Região Centro; Reuniões de trabalho com várias entidades entre as quais o Instituto Politécnico de Tomar, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Paralab; Elaboração de Resumos de Artigos para divulgação em Encontros ou Colóquios; Procedimentos inerentes à aquisição de serviços e equipamentos.	6	Condeixa-a-Nova; Viseu; Carregal do Sal; Santa Comba Dão; Tábua; Vila do Rei
	TOTAL	16	
	Actividades	Nº de Concelhos	Observações
6	Topografia		
	Tratamento dos levantamentos das infra-estruturas do Rio Cértima - Grupo HidroGest (2 infra-estruturas)	1	Águeda
	Tratamento dos levantamentos das infra-estruturas do Rio Cértima - Grupo HidroGest (10 infra-estruturas)	1	Anadia
	Implantação, levantamento topográfico intermédio e final do concurso de extracção de inertes no local de Pinheiro -Rio Vouga - DSMA	1	Aveiro
	Implantação, levantamento topográfico intermédio e final do concurso de extracção de inertes no local de Covas -Rio Vouga - DSMA	1	Aveiro
	Levantamento topográfico no Carvoeiro- Rio Vouga - DSMA	1	Aveiro
	Levantamento Topográfico na Pontearão Mondego - DSMA	1	Coimbra
	Georeferênciação e levantamento topográfico de todas as infra-estruturas existentes no Rio Lis - Grupo HidroGest (31 infra-estruturas)	1	Leiria

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Georeferênciação e levantamento topográfico de todas as infra-estruturas existentes no Rio Lis - Grupo HidroGest (3 infra-estruturas)	1	Marinha Grande
Tratamento dos levantamentos das infra-estruturas do Rio Cértima - Grupo HidroGest (5 infra-estruturas)	1	Mealhada
Georeferênciação de todas as infra-estruturas existentes no Rio Arunca - Grupo HidroGest (2 infra-estruturas)	1	Montemor-o-Velho
Levantamento topográfico, implantação e rectificação de um lote em Pereira do Campo- Rio Mondego - DSMA	1	Montemor-o-Velho
Implantação e levantamento final do lote IV em Formoselha- Rio Mondego - DSMA	1	Montemor-o-Velho
Levantamento topográfico dos passadiços e paliçadas na Praia da Torreira - DSLCNI	1	Murtosa
Levantamento topográfico em Ovar (extracção de inertes ilegal) - DSMA	1	Ovar
Levantamento topográfico da obra da Barrinha de Esmoriz - DSLCNI	1	Ovar
Levantamento topográfico dos passadiços, parque de estacionamento e WC's da Praia da Maceda - DSLCNI	1	Ovar
Levantamento topográfico dos passadiços e paliçadas na Praia do Furadouro - DSLCNI	1	Ovar
Implantação do lote no Porto da Raiva- Rio Mondego - DSMA	1	Penacova
Implantação do lote na Quinta da Granja- Rio Mondego - DSMA	1	Penacova
Georeferênciação de todas as infra-estruturas existentes no Rio Arunca - Grupo HidroGest (18 infra-estruturas)	1	Pombal
Georeferênciação de pedreiras em Roussa - DSMA	1	Pombal
Levantamento topográfico na Ribeira da Cerdeira - DIE	1	Sertã

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

	Georeferênciação de todas as infra-estruturas existentes no Rio Arunca - Grupo HydroGest (13 infra-estruturas)	1	Soure
	Levantamento topográfico no Louredo- Rio Mondego - DSMA	1	Vila Nova de Poiares
	TOTAL	24	
7	Trabalhos Desenvolvidos pelo Pessoal do Baixo Mondego		
	Embora os meios, tanto em termos de equipamentos, quer humanos, continuem a ser francamente insuficientes, desenvolveram-se ainda assim, várias tarefas, tão diversificadas quanto indispensáveis (limpeza de matas, plantações de viveiro e árvores, apoio ao arquivo, rega, etc...). Para colmatar algumas lacunas, contaram com a prestimosa colaboração de equipamento e pessoal do ICN e Associações de Agricultores.		
	Mudança de instalações da DSR de Aveiro	1	Aveiro
	Rede de distribuição de água na Mata da Geria	1	Coimbra
	Limpeza das Matas da Geria, S. Martinho de Árvore, Sapinha e Casaleiros	4	Coimbra
	Plantação de árvores na Mata dos Casaleiros, incluindo regularização do terreno	1	Coimbra
	Actividades	Nº de Concelhos	Observações
7	Trabalhos Desenvolvidos pelo Pessoal do Baixo Mondego (Cont.)		
	Arquivo da Mata da Geria: Triagem de documentos e transporte a depósito dos sobrantes	1	Coimbra
	Gestão do Equipamento de Motobombas no apoio à rega	2	Coimbra e Montemor-o-Velho
	Apoio a levantamentos topográficos em vários Camalhões	3	Coimbra, Figueira da Foz e Montemor-o-

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

			Velho
	Mudança de instalações da DSR de Leiria	1	Leiria
	TOTAL	14	
8	Serviços Administrativos		
	A Divisão dispõe de duas funcionárias que, para além do serviço específico de apoio processual e atendimento ao cidadão, executam as tarefas de tesouraria relativas não só aos processos DSLCNI, como ainda da DSMA e da DSGA		
	Gestão de processos DIE		251 processos
	Elaboração de ofícios		78 ofícios
	Elaboração de informações		22 informações
	Elaboração de notas de serviço		214 notas de serviço
	Serviços de Tesouraria - Receitas CCDRC (Folha de cofre diária e prestação de contas mensais)		Total = 256898.32 €
	TOTAL		
9	Apoio a outros Sectores da CCDR Centro		
9.1	Apoio ao Grupo do Litoral (Informações/Projectos/Empreitadas)		
	Torricentro Loteamento Praia de Quiaios II - Figueira da Foz (Informação)	1	Figueira da foz
	Ordenamento e Protecção da Frente da Costa Nova - Ílhavo (Projecto/Empreitada)	1	Ílhavo
	Valorização e Requalificação da Barrinha de Esmoriz/Lagoa de Paramos, no troço Final dos seus Afluentes e na Foz, 1ª Fase - Ovar (Projecto/Empreitada)	1	Ovar
	Intervenção de Emergência para Correção, Reparação e Consolidação de Dunas Artificiais, na Foz da Barrinha de Esmoriz - Ovar (Projecto/Empreitada)	1	Ovar

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

	TOTAL	4	
9.2	Apoio à Direcção de Serviços de Monitorização Ambiental (Inertes/Projectos/Empreitadas)		
	Rede Sedimentológica - Posto Hidrométrico da Ponte da Redonda, sobre o Rio Águeda - Águeda (Projecto/Empreitada)	1	Águeda
	Rede Sedimentológica - Posto Hidrométrico da Ponte da Azenha Nova, sobre o Rio Foja - Montemor-o-Velho (Projecto/Empreitada)	1	Montemor-o-Velho
	Rede Sedimentológica - Posto Hidrométrico da Ponte de Vila Franca da Serra, sobre a Ribeira de Linhares - Gouveia (Projecto/Empreitada)	1	Gouveia
	Rede Sedimentológica - Posto Hidrométrico da Ponte de Santa Clara do Dão, sobre o Rio Dão - Penalva do Castelo (Projecto/Empreitada)	1	Penalva do Castelo
	Integrou e presidiu comissões de abertura e análise de concursos públicos para extracção de inertes	3	Albergaria-a-Velha, Coimbra e Penacova
	TOTAL	7	
9.3	Apoio à Divisão de Domínio Hídrico (Aproveitamentos Hidroeléctricos)		
	Vistoria Técnica (DL 409/93 de 14 de Dezembro) Aproveitamento hidroeléctrico do Palhal	1	Albergaria-a-Velha
	Vistoria Técnica (DL 409/93 de 14 de Dezembro) Aproveitamento hidroeléctrico de Pereira, Ribeira da Carvalhosa	1	Castro Daire
	Vistoria Técnica (DL 409/93 de 14 de Dezembro) Aproveitamento hidroeléctrico da Ribeira de Alforfa, no rio Alforfa.	1	Covilhã
	Vistoria Técnica (DL 409/93 de 14 de Dezembro) Aproveitamento hidroeléctrico da Barroca, no rio Zêzere	1	Fundão
	Vistoria Técnica (DL 409/93 de 14 de Dezembro)	1	Lousã

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

	Aproveitamento hidroeléctrico do Casal Ermio, no rio Ceira.		
9.3	Apoio à Divisão de Domínio Hídrico (Aproveitamentos Hidroeléctricos) (Cont.)		
	Vistoria Técnica (DL 409/93 de 14 de Dezembro) Aproveitamento hidroeléctrico de Vale de Amoreira, na Ribeira de Quecere	1	Manteigas
	Vistoria Técnica (DL 409/93 de 14 de Dezembro) Aproveitamento hidroeléctrico da Grela, no rio Vouga	1	Sever do Vouga
	Vistoria Técnica (DL 409/93 de 14 de Dezembro) Aproveitamento hidroeléctrico de Múceres, no Ribeira de Múceres	1	Tondela
	Vistoria Técnica (DL 409/93 de 14 de Dezembro) Aproveitamento hidroeléctrico de Soutinho	1	Tondela
	Vistoria Técnica (DL 409/93 de 14 de Dezembro) Aproveitamento hidroeléctrico de Fráguas, no rio Paiva	1	Vila Nova de Paiva
	TOTAL	10	
9.4	Apoio ao Gabinete Jurídico		
	Extracção ilegal de Inertes na Figueira da Foz	1	Figueira da Foz
	TOTAL	1	
10	Outras Actividades		
	Açude Rio da Serra - Apoio Técnico à Autarquia	1	Anadia
	Representação da CCDRC em grupos de trabalho e comissões	16	Anadia, Águeda, Coimbra Figueira da Foz, Penamacor, Castanheira de Pêra, Penacova, Mealhada, Aveiro, Viseu, Vouzela, Sertã, Pinhel, Ovar, Vila de

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

			Rei, Montemor-o-Velho
	Reconstrução de Pontão na Estrada Florestal nº 1, sobre a Ribeira da Lavadia e Consolidação dos Respective Taludes, Quiaios (Projecto/Empreitada) - Apoio Técnico à DRABL	1	Figueira da Foz
	Limpeza e Desassoreamento das Lagoas dos Teixoeiros e Salgueira, Tocha - Apoio Técnico à Autarquia	1	Mira
	Reabilitação Da Rede Hidrográfica - Projecto QUERER 2013 - Contributo	78	Todos os Concelhos
	Plano Regional De Ordenamento Do Território Centro - Contribuição para a definição de Objectivos estratégicos da reabilitação, requalificação e conservação da rede hidrográfica	78	Todos os Concelhos
	TOTAL	175	

Quadro II – Distribuição das actividades realizadas em 2005 por Concelho

Actividades	
1	Pareceres sobre projectos de Saneamento Básico
2	Pareceres sobre projectos de Obras Hidráulicas
3	Coordenação de Contratos Programa
4	Projectos/Empreitadas
4.1	Projectos
4.2	Empreitadas
5	Estudos
6	Topografia
7	Trabalhos Desenvolvidos pelo Pessoal do Baixo Mondego

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

8	Serviços Administrativos
9	Apoio a outros Sectores da CCDR Centro
9.1	Apoio ao Grupo do Litoral (Projectos/Empreitadas)
9.2	Apoio à Direcção de Serviços de Monitorização Ambiental (Inertes/Projectos/Empreitadas)
9.3	Apoio à Divisão de Domínio Hídrico (Aproveitamentos Hidroeléctricos)
9.4	Apoio ao Gabinete Jurídico
10	Outras Actividades

	1	2	3	4		5	6	7	8	9				10
Actividades				4.1	4.2				a)	9.1	9.2	9.3	9.4	
Concelho / Nuts III														
Baixo Mondego														
CANTANHEDE		2												2
COIMBRA	1	2		3	3	1	1	9			1			3
CONDEIXA-A-NOVA						1								2
FIGUEIRA DA FOZ		1			1			1		1			1	4
MIRA						1								3
MONTEMOR-O-VELHO					1	1	3	2			1			3
PENACOVA				1	1		2				1			3
SOURE	1					1	1							2
Baixo Vouga														
ÁGUEDA	2	1			1	1	1				1			3
ALBERGARIA-A-VELHA		2		1							1	1		2
ANADIA				1		1	1							4

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

AVEIRO			1		1		3	1					3
ESTARREJA			1	1									2
ÍLHAVO	1								1				2
MEALHADA				1		1	1						3
MURTOSA							1						2
OLIVEIRA DO BAIRRO	2				1								2
OVAR		4					4			2			3
SEVER DO VOUGA				1							1		2
VAGOS		2											2
Beira Interior Norte													
ALMEIDA	1												2
CELORICO DA BEIRA				1	1								2
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO	1	1											2
GUARDA		1											2
MANTEIGAS	1										1		2
MEDA													2
PINHEL	1		1										3
SABUGAL	1	1											2
TRANCOSO	1												2
Beira Interior Sul													
CASTELO BRANCO	3	3	1										2
IDANHA-A-NOVA	1												2
PENAMACOR	2		1										3

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

VILA VELHA DE RÓDÃO	1																	2
Cova da Beira																		
BELMONTE																		2
COVILHÃ	1	2	1														1	2
FUNDÃO	5	4															1	2
Dão-Lafões																		
AGUIAR DA BEIRA	1																	2
CARREGAL DO SAL			1	1		1												2
CASTRO DAIRE																	1	2
MANGUALDE																		2
	1	2	3	4	5	6	7	8	9					10				
Actividades				4.1	4.2				a)	9.1	9.2	9.3	9.4					
Concelho / Nuts III																		
Dão-Lafões (Cont.)																		
MORTÁGUA				1														2
NELAS																		2
OLIVEIRA DE FRADES																		2
PENALVA DO CASTELO		1															1	2
SANTA COMBA DÃO				1		1												2
SÃO PEDRO DO SUL																		2
SÁTÃO																		2
TONDELA	1		2														2	2
VILA NOVA DE PAIVA	1	1															1	2
UISEU	1	1				1												3

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

VOUZELA															3
Pinhal Interior Norte															
ALVAIÁZERE															2
ANSIÃO	1														2
ARGANIL															2
CASTANHEIRA DE PÊRA															3
FIGUEIRÓ DOS VINHOS	2														2
GÓIS															2
LOUSÃ	1												1		2
MIRANDA DO CORVO		1	1												2
OLIVEIRA DO HOSPITAL				1	1										2
PAMPILHOSA DA SERRA	1	2													2
PEDRÓGÃO GRANDE	1														2
PENELA				1	1										2
TÁBUA				1		1									2
VILA NOVA DE POIARES							1								2
Pinhal Interior Sul															
MAÇÃO															2
OLEIROS		1													2
PROENÇA-A-NOVA	1														2
SERTÃ		1		1			1								3
VILA DE REI	1	1				1									3
Pinhal Litoral															
BATALHA															2

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

LEIRIA	2	5	1	1	1	1	1	1						2
MARINHA GRANDE	1					1	1							2
POMBAL	1	3				1	2							2
PORTO DE MÓS														2
Serra da Estrela														
FORNOS DE ALGODRES			1											2
GOUVEIA		1		1	1						1			2
SEIA	1			1	1									2
TOTAL	43	44	12	20	15	16	24	14	0	4	7	10	1	175

a) Não faz sentido a distribuição desta actividade por Concelho

Balanco da Actividade e Recomendações

Os resultados descritos e quantificados no item anterior podem ser traduzidos no quadro seguinte:

Quadro III – Avaliação de Resultados

	Objectivos/Actividades	Auto-Avaliação
1	Pareceres sobre projectos de Saneamento Básico	4.5
2	Pareceres sobre projectos de Obras Hidráulicas	4.5
3	Coordenação de Contratos Programa	4.0
4	Projectos/Empreitadas no âmbito da Reabilitação da Rede Hidrográfica	
4.1	Projectos	4.5
4.2	Empreitadas	2.0
5	Estudos	3.5
6	Topografia	4.0

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

7	Trabalhos Desenvolvidos pelo Pessoal do Baixo Mondego	4.5
8	Serviços Administrativos	4.0
9	Apoio a outros Sectores da CCDR Centro	
9.1	Apoio ao Grupo do Litoral	4.5
9.2	Apoio à Direcção de Serviços de Monitorização Ambiental	4.5
9.3	Apoio à Divisão de Domínio Hídrico	4.0
9.4	Apoio ao Gabinete Jurídico	4.5
10	Outras Actividades	4.5
	Auto-Avaliação Global	4.11

Nota: de 1 (mínimo) a 5 (Máximo)

Os factores com influência relevante na actividade da Divisão de Infra-Estruturas apresentam-se nos quadros seguintes:

Quadro IV – Pontos Negativos que influenciaram a actividade realizada e propostas de solução

Pontos Negativos	Propostas de Solução
Recursos financeiros e de pessoal diminutos	Pendentes de decisão superior.
Administração e tutela da CCDR com prazos de vigência efectiva muito reduzidos.	Razões de política global do País.
Instalações dos serviços em edificios separados, o que dificulta a articulação com outros serviços, designadamente DDH e DSGT.	Celeridade na adjudicação da 2ª fase da obra “Fábrica dos Mirandas”.
Dificuldades de adaptação dos serviços às novas tecnologias.	Intensificação da formação nesta área.
Indefinições pendentes de legislação (Lei da Água, lei da titularidade, ARH, etc.).	Criação da Lei Orgânica dos Serviços.
Burocracia associada aos procedimentos de concursos de empreitadas e aquisições de serviços.	Centralizar a maior parte dos procedimentos na DIE.

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Morosidade na aprovação e homologação de candidaturas bem como de cabimentações.	Pendentes de decisão superior.
Viaturas em mau estado de conservação e morosidade na atribuição de viatura de serviço, condicionando as deslocações ao terreno em tempo útil.	Renovação e ampliação do parque automóvel dos serviços.

Quadro V – Pontos Positivos

Interior	Exterior
Implementação das novas tecnologias.	Contacto directo (presencial ou por outros meios de comunicação), com os interessados visando informação e celeridade na tramitação processual.
Desenvolvimento do projecto “Optimização de sistemas de tratamento de águas residuais por plantas hidrófitas” com implicações na motivação e actualização técnica dos serviços em sectores de investigação útil à Região.	Apoio à optimização de projectos de tratamento de águas residuais desenvolvidos pelas autarquias com recurso a esta tecnologia e que irá introduzir significativa economia e eficiência e têm um potencial de aplicação, quer em sistemas já instalados quer que se perspectivam implementar, de cobertura de cerca de ¼ da população regional.
Projecto HidroGest–Centro, que com a criação de Base de Dados e com a Modelação Matemática de Cheiras permitirá dar um importante contributo no apoio a pareceres decisões designadamente no dimensionamento de obras hidráulicas e na definição de áreas de cheias e de risco.	Delimitação de zonas ameaçadas pelas cheias e zonas adjacentes, numa perspectiva do Ordenamento do Território (REN, PROT, PMOT, PDM, etc.), bem como no apoio à definição de áreas de risco, muito no quadro de actuação da protecção civil .
Projecto “RivFunction”que tem por objectivo a avaliação do estado ecológico dos rios em termos funcionais e que para além do prestígio envolve a CCDRC numa área de ponta de investigação internacional.	Perspectiva-se que este projecto dê um sério contributo para os procedimentos de avaliação e de monitorização avançados pela Directiva Quadro da Água (Directiva 2000/60/CE de 23 Outubro de 2000) com aplicação a nível nacional e europeu.

Existência de um GPS RTDK 530, ferramenta que permite tirar um altíssimo rendimento em trabalhos de topografia	Tem sobretudo efeitos indirectos, já que a sua aplicação em projectos hidráulicos, identificação de secções de cheia, levantamentos da evolução fisiográfica da costa, monitorização de sedimentos entre outros, tem uma abrangência cobre quase toda a região Centro.
--	--

1.5 DSMA – Direcção de Serviços de Monitorização Ambiental

Introdução

Este Relatório pretende, de uma forma sucinta e clara, dar conta da actividade desenvolvida pela Direcção de Serviços de Monitorização Ambiental durante o ano de 2005.

As atribuições legalmente cometidas à Direcção de Serviços de Monitorização Ambiental referem-se essencialmente à gestão, manutenção e implementação das redes de recolha de dados climáticos, hidrológicos, sedimentológicos, piezométricos e de qualidade das águas, à gestão de sistemas de informação regionais sobre águas de superfície e águas subterrâneas e à aplicação e validação a nível regional de modelos e métodos, com vista à avaliação, caracterização e preservação dos recursos hídricos regionais numa óptica quantitativa e qualitativa, bem como assegurar as acções relativas ao controlo e monitorização do ar, ruído e resíduos.

Além das competências legalmente atribuídas, a Direcção de Serviços de Monitorização Ambiental continuou a desenvolver actividades nos domínios do abastecimento público de água, particularmente quando as origens de água são subterrâneas, mediante a prestação de assistência técnica às autarquias, do licenciamento de captações de água subterrânea e de extracção de inertes.

Uma parte muito importante e essencial da actividade da Direcção de Serviços de Monitorização Ambiental desenvolve-se mediante a realização de trabalhos de campo.

Recursos Humanos

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

São 27 os funcionários do quadro e 16 em regime de aquisição de serviços afectos à Direcção de Serviços de Monitorização Ambiental e distribuem-se de acordo com as categorias, do seguinte modo:

Director de Serviços	1
Chefe de Divisão	1
Técnicos Superiores	5
Técnicos Profissionais	7
Vigilantes da Natureza	3
Assistentes Administrativas	5
Auxiliares Administrativas	2
Auxiliar de Laboratório	1
Fiel de Armazém	1
Cantoneiro	1

1.5.1 Divisão de Monitorização Ambiental

Actividade Desenvolvida

Expediente

Durante o ano de 2005 o Sector Administrativo da DSMA/DMA processou a documentação que se apresenta no Quadro I.

As licenças emitidas constam do Quadro II.

As receitas da DSMA provenientes do licenciamento de captações constam no Quadro III.

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Quadro I – Documentos entrados e/ou processados

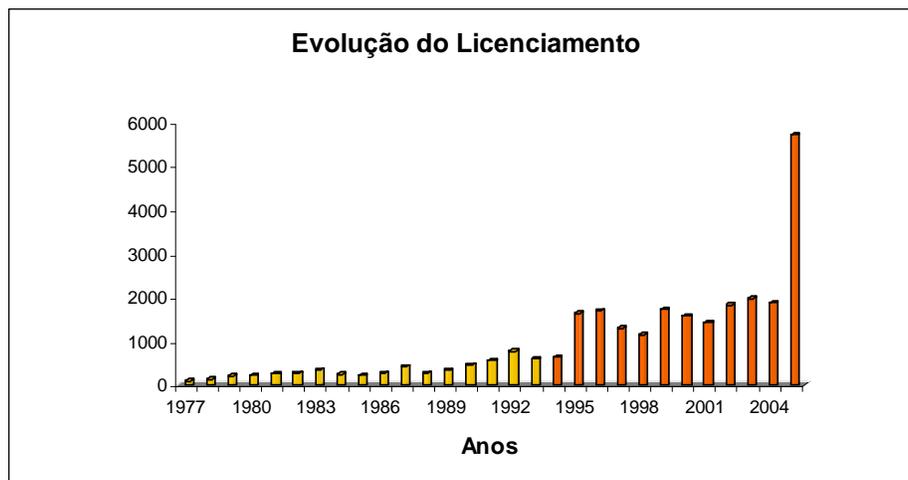
TIPO DE DOCUMENTO	Nº DE DOCUMENTOS
Total de documentos entrados na DSMA	19 584*
Ofícios	20 086
Informações	1 236
Notas de Serviço	1 525

* Corresponde a 27% das entradas totais da CCDRC

Quadro II – Licenças emitidas (Furos)

TIPO DE DOCUMENTO	Nº. DE DOCUMENTOS
Alvarás de Licença	3 797
Títulos de Legalização	318
Licenças de Captação	1 603
Certidões	0
Processos indeferidos	0
Total	5 718

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

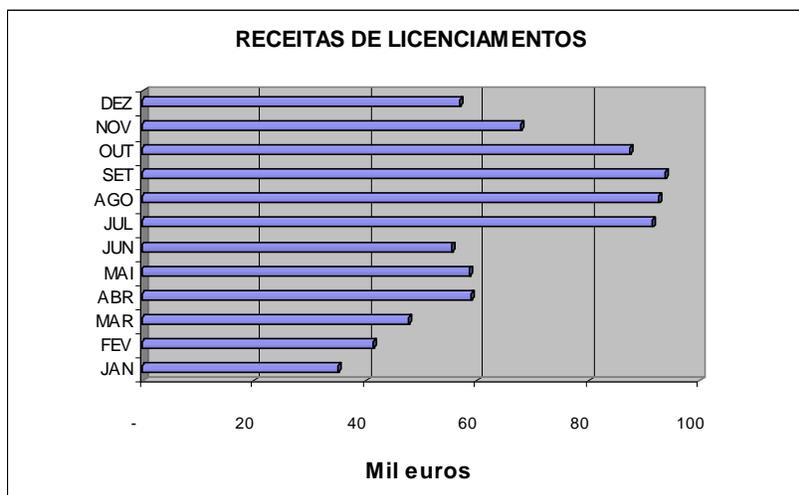


QUADRO III – RECEITAS DA DSMA (FUROS)

JANEIRO	34 948,45 €
FEVEREIRO	41 304,63 €
MARÇO	47 754,82€
ABRIL	58 856,82 €
MAIO	58 521,05 €
JUNHO	55 438,99 €
JULHO	91 430,61 €
AGOSTO	92 648,00 €
SETEMBRO	93 671,00 €
OUTUBRO	87 515,30 €
NOVEMBRO	67 813,00 €
DEZEMBRO	57 013,00 €
TOTAL	786 915,67 €

Guias emitidas: 5926

Guias cobradas: 5246



Águas Subterrâneas

As actividades realizadas pela DMA no que diz respeito às 'águas subterrâneas' tiveram como objectivo: a manutenção e expansão das redes de monitorização existentes, o licenciamento de pesquisa e captação de águas subterrâneas, a colaboração com outros Serviços da CCDR na apreciação de estudos/projectos, a actualização da base de dados da Divisão, a prestação de apoio técnico a entidades exteriores, quando solicitado, tendo sempre em vista o acompanhamento dos recursos hídricos da região e a sua gestão de forma sustentada.

Neste âmbito, foram desenvolvidas as seguintes actividades:

- Na rede piezométrica mantiveram-se as medições periódicas mensais, a fim de acompanhar a evolução espaço-temporal do nível da água subterrânea, estando referenciados quase todos os sistemas aquíferos da Orla Ocidental. Esta rede é constituída por 126 pontos de medição (poços e furos), tendo-se substituído, no ano de 2005, alguns piezómetros e acrescido outros. Foram ainda seleccionados 5 pontos para controle quinzenal, além das medições mensais de rotina, face à situação de 'seca'. No total foram efectuadas 1465 medições de nível.

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

REDE	Nº PONTOS	PERIODICIDADE	SIST. AQUÍFERO	TOTAL MEDIÇÕES/ANO
Vouga A	17	Mensal	Cretácico de Aveiro (4) Quaternário de Aveiro (13)	204
Vouga B	14	Mensal	Cretácico de Aveiro (3) Quaternário de Aveiro (11)	168
Vouga C	12	Mensal	Cretácico de Aveiro (8) Quaternário de Aveiro (4)	144
Vouga D	13	Mensal	Cretácico de Aveiro (2) Quaternário de Aveiro (3) Sedimentar Indiferenciado (8)	156
Cértima/Souselas	11	Mensal	Cretácico de Aveiro (1) Cársico da Bairrada (8) Sedimentar Indiferenciado (2)	132
Celbi A	20	Mensal	(16) Leirosa (20)	192

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

		Trimestral (2) Semestral (2)		8 4
Celbi B	23	Mensal (22) Trimestral (1)	Leirosa (22) Vieira Leiria-M ^a Grande (1)	264 4
Lis/Porto Mós	12	Mensal	Maciço Calcário Estremenho	144
Seca	5	Quinzenal (desde Abril)	Cretácico de Aveiro (4) Vieira Leiria-M ^a Grande (1)	45

- Continuou-se a fazer as colheitas de água para a rede de qualidade de água subterrânea, que é constituída por 168 pontos de amostragem, distribuídos por praticamente todos os concelhos da região. Todos estes pontos são furos, poços ou galerias de mina, destinados ao abastecimento público das respectivas autarquias, e a monitorização tem em vista caracterizar qualitativamente as ‘massas de água’ em cada aquífero e detectar situações de poluição e eventuais fontes poluidoras. Foram feitas no total 336 colheitas, tendo sido estas analisadas no laboratório da CCDR e no CESAB, tendo para o efeito sido celebrado um protocolo entre a CCDR e o INAG. Foram determinados 48 parâmetros em cada amostra.

REDE/ SISTEMA AQUÍFERO	Nº PONTOS	PERIODICI DADE	Nº CONCELHOS	TOTAL COLHEITAS/ ANO
Sistemas Aquíferos da Orla Ocidental	87	Semestral	21 Incluem-se 10 nascentes	174
Maciço Antigo	81	Semestral	48	162

Distribuição das colheitas por concelho

REDE/CONCELHOS	Nº PONTOS	PERIODICIDADE	SISTEMA AQUÍFERO	TOTAL COLHEITA/ANO
Ovar	2	Semestral	Cretácico de Aveiro Quaternário de Aveiro	4
Murtosa	2	Semestral	Cretácico de Aveiro	4
Aveiro	3	Semestral	Cretácico de Aveiro	6
Ílhavo	3	Semestral	Quaternário de Aveiro	6
Vagos	2	Semestral	Cretácico de Aveiro Quaternário de Aveiro	4
Oliveira do Bairro	3	Semestral	Cretácico de Aveiro Cársico da Bairrada	6
Águeda	6	Semestral	Cretácico de Aveiro Quaternário de Aveiro Maciço Antigo	12

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Anadia	3	Semestral	Cretácico de Aveiro Cársico da Bairrada Maciço Antigo	6
Cantanhede	2	Semestral	Cársico da Bairrada	4
Mira	1	Semestral	Cretácico de Aveiro	2
Soure	6	Semestral	Condeixa-Alfarelos Fig ^a da Foz-Gesteira Louriçal	12
Figueira da Foz	3	Semestral	Fig ^a da Foz-Gesteira Leirosa-Monte Real Viso-Queridas	6
Montemor-o-Velho	5	Semestral	Viso-Queridas Condeixa-Alfarelos Verride Tentúgal	10

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Pombal	8	Semestral	Louriçal Ourém Leirosa- Monte Real Sicó- Alvaiázere	16
Leiria	12	Semestral	Leirosa- Monte Real Vieira Leiria- M ^a Grande Pousos- Caranguejeira Maceira Sedimentar Indiferenciado	24
Marinha Grande	4	Semestral	Vieira Leiria- M ^a Grande	8
Batalha	2	Semestral	Sedimentar Indiferenciado	4
Porto de Mós	7	Semestral	Alpedriz Mac. Calcário Estremenho	14
Castro d'Aire	2	Semestral	Maciço Antigo	4
Vila Nova de Paiva	2	Semestral	Maciço Antigo	4
S. Pedro do Sul	2	Semestral	Maciço	4

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

			Antigo	
Oliveira de Frades	1	Semestral	Maciço Antigo	2
Vouzela	1	Semestral	Maciço Antigo	2
Sever do Vouga	1	Semestral	Maciço Antigo	2
Albergaria-a-Velha	1	Semestral	Maciço Antigo	2
Tondela	1	Semestral	Maciço Antigo	2
Mortágua	1	Semestral	Maciço Antigo	2
Mealhada	3	Semestral	Maciço Antigo	6
S.C.Dão	1	Semestral	Maciço Antigo	2
Nelas	1	Semestral	Maciço Antigo	2
Mangualde	1	Semestral	Maciço Antigo	2
Viseu	1	Semestral	Maciço Antigo	2
Penalva do Castelo	2	Semestral	Maciço Antigo	4
Sátão	1	Semestral	Maciço Antigo	2

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Oliveira do Hospital	2	Semestral	Maciço Antigo	4
Tábua	1	Semestral	Maciço Antigo	2
Arganil	2	Semestral	Maciço Antigo	4
Penacova	2	Semestral	Maciço Antigo	4
V.N.Poiares	2	Semestral	Maciço Antigo	4
Miranda do Corvo	3	Semestral	Maciço Antigo	6
Coimbra	1	Semestral	Aluviões do Mondego	2
Condeixa-a-Nova	1	Semestral		2
Góis	3	Semestral	Maciço Antigo	6
Pampilhosa da Serra	4	Semestral	Maciço Antigo	8
Castanheira de Pêra	1	Semestral	Maciço Antigo	2
Penela	3	Semestral	Maciço Antigo	6
Figueiró dos Vinhos	3	Semestral	Maciço Antigo	6
Alvaiázere	2	Semestral	Maciço Antigo	4

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

			Sicó- Alvaiázere	
Sertã	1	Semestral	Maciço Antigo	2
Vila de Rei	1	Semestral	Maciço Antigo	2
Mação	2	Semestral	Maciço Antigo	4
Proença-a-Nova	1	Semestral	Maciço Antigo	2
V.V.Rodão	2	Semestral	Maciço Antigo	4
Castelo Branco	2	Semestral	Maciço Antigo	4
Penamacor	1	Semestral	Maciço Antigo	2
Fundão	2	Semestral	Maciço Antigo	4
Covilhã	2	Semestral	Maciço Antigo	4
Seia	1	Semestral	Maciço Antigo	2
Guarda	2	Semestral	Maciço Antigo	4
Sabugal	3	Semestral	Maciço Antigo	6
Fornos de Algodres	1	Semestral	Maciço	2

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

			Antigo	
Celorico da Beira	1	Semestral	Maciço Antigo	2
Aguiar da Beira	2	Semestral	Maciço Antigo	4
Trancoso	3	Semestral	Maciço Antigo	6
Pinhel	1	Semestral	Maciço Antigo	2
Almeida	1	Semestral	Maciço Antigo	2
Meda	2	Semestral	Maciço Antigo	4
Fig ^a Castelo Rodrigo	1	Semestral	Maciço Antigo	2
Nascentes	10	Semestral	Cársico da Bairrada Luso Ançã- Cantanhede Sicó- Alvaiázere Mac. Calcário Estremenho Penela-Tomar	20

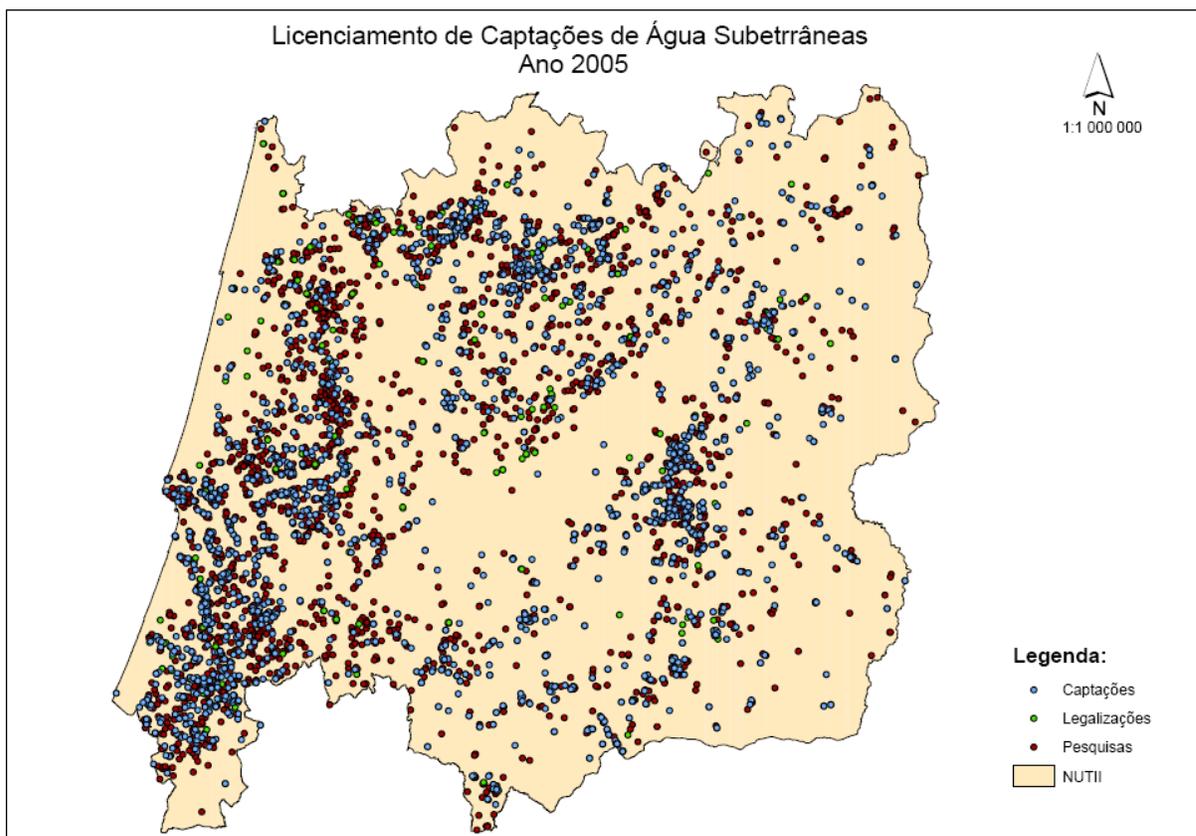
- A rede nitratos, como rede específica, tem em vista controlar eventuais contaminações que possam degradar a qualidade da água subterrânea pela presença de nitratos de origem

agrícola. É constituída por 71 pontos de água (poços), situados em zonas vulneráveis nos concelhos de Estarreja, Murtosa, Aveiro, Vagos, Mira, Cantanhede, Coimbra, Fig^a da Foz, Soure e Montemor-o-Velho, onde se fizeram a colheita de água para análise e a medição do nível de água. As colheitas foram executadas pelos técnicos da DMA e as análises foram feitas no laboratório da CCDR com determinação de 8 parâmetros. Foram feitas durante as duas campanhas do ano 142 colheitas e medições de nível.

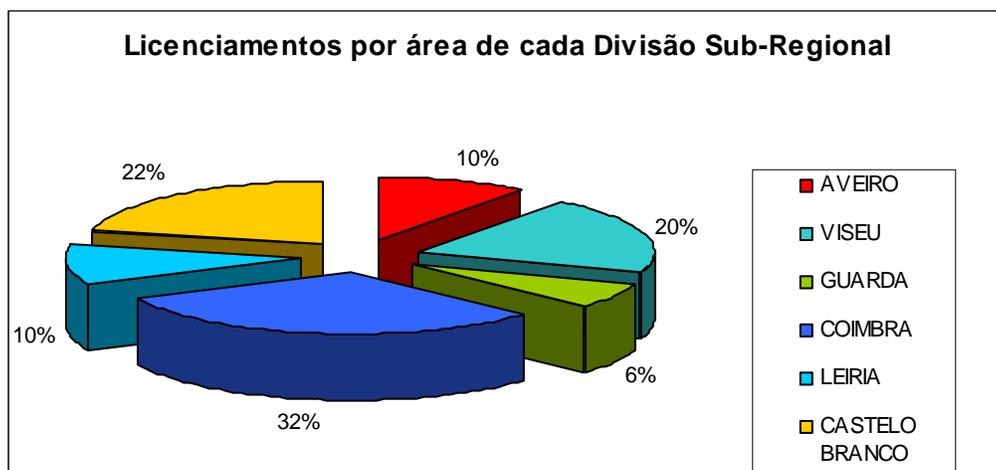
REDE / SIST. AQUÍFERO	Nº PONTOS	PERIODICIDADE	TOTAL MEDIÇÕES/ANO
Maciço Antigo Indiferenciado	3	Semestral	6
Orla Ocidental Indiferenciado	23	Semestral	46
Quaternário de Aveiro	31	Semestral	62
Cársico da Bairrada	2	Semestral	4
Aluviões do Mondego	12	Semestral	24

- No que respeita ao licenciamento de pesquisa e captação de água subterrânea, todos os técnicos da DMA do sector das 'águas subterrâneas' são responsáveis pelas vistorias técnicas e emissão de pareceres técnicos para a pesquisa, legalização e captação, com vista ao licenciamento das captações nos concelhos que lhes estão atribuídos. Durante o ano 2005 houve a preocupação de diminuir o tempo de resposta ao requerente. O licenciamento de captações de água subterrânea continuou, durante este período, a ser uma das actividades com maior volume de trabalho.

No ano 2005 foram licenciados 5718 captações de água subterrânea, e a sua distribuição geográfica é a que se pode observar no mapa e nos quadros e gráficos que se seguem:

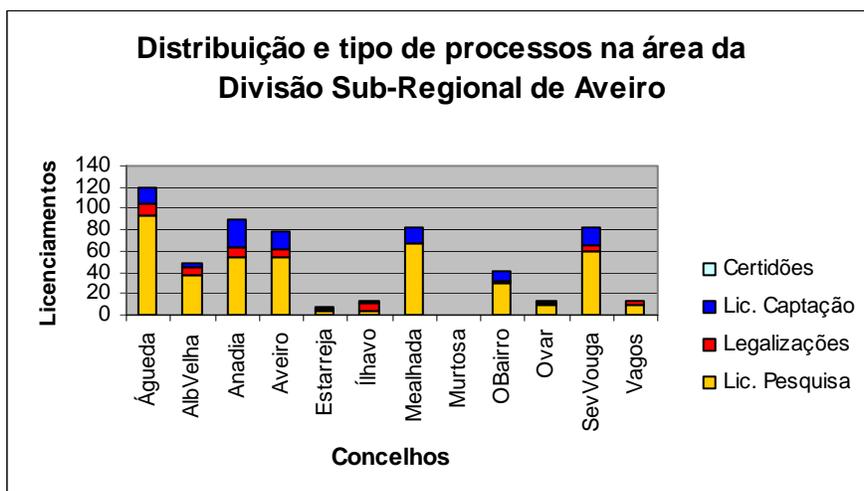


	AVEIRO	UISEU	GUARDA	COIMBRA	LEIRIA	CASTELO BRANCO
PESQUISA	423	764	207	1229	372	802
LEGALIZAÇÃO	58	67	32	67	39	55
CAPTAÇÃO	112	331	114	482	183	381
CERTIDÕES	0	0	0	0	0	0
TOTAIS	593	1162	353	1778	594	1238



DIVISÃO SUB-REGIONAL DE AVEIRO

PROCESSOS CONCELHOS	PESQUISA	LEGALIZAÇÃO	CAPTAÇÃO	CERTIDÕES
ÁGUEDA	93	12	15	0
ALB. VELHA	38	6	5	0
ANADIA	55	9	26	0
AVEIRO	55	7	17	0
ESTARREJA	3	3	1	0
ÍLHAVO	3	8	3	0
MEALHADA	68	0	15	0
MURTOSA	0	0	0	0
OLIV. DO BAIRRO	29	2	11	0
OVAR	9	3	1	0
SEVER DO VOUGA	60	5	17	0
VAGOS	10	3	1	0
TOTAL	423	58	112	0

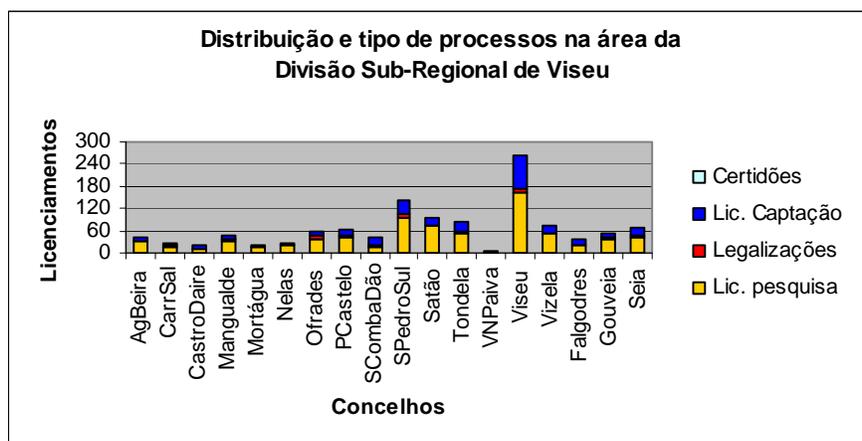


DIVISÃO SUB-REGIONAL DE VISEU

PROCESSOS CONCELHOS	PESQUISA	LEGALIZAÇÃO	CAPTAÇÃO	CERTIDÕES
AGUIAR DA BEIRA	31	3	8	0
CARREGAL DO SAL	18	2	8	0
CASTRO DAIRE	11	2	6	0
MANGUALDE	31	6	10	0
MORTÁGUA	15	4	0	0
NELAS	19	1	6	0
OLIV. DE FRADES	38	7	11	0
P. DO CASTELO	44	2	17	0
STA. COMBA DÃO	17	4	20	0
S. PEDRO DO SUL	96	7	38	0

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

SATÃO	72	3	22	0
TONDELA	54	4	24	0
V. N. DE PAIVA	3	1	1	0
UISEU	161	11	91	0
VOUZELA	51	2	23	0
F. DE ALGODRES	22	0	13	0
GOUVEIA	38	5	8	0
SEIA	43	3	25	0
TOTAL	764	67	331	0

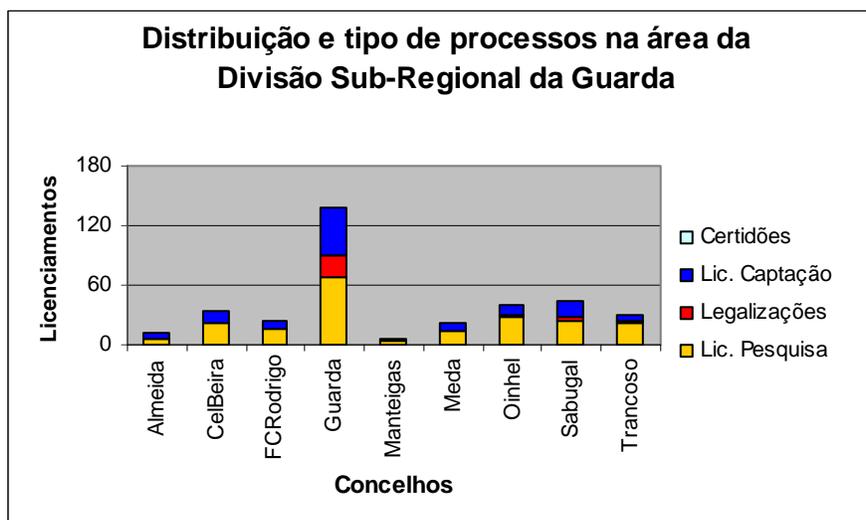


DIVISÃO SUB-REGIONAL DA GUARDA

PROCESSOS CONCELHOS	PESQUISA	LEGALIZAÇÃO	CAPTAÇÃO	CERTIDÕES
ALMEIDA	6	1	5	0
CELORICO BEIRA	22	1	11	0

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

F. CAST. RODRIGO	17	0	7	0
GUARDA	68	22	49	0
MANTEIGAS	4	0	2	0
MEDA	14	0	9	0
PINHEL	29	1	10	0
SABUGAL	25	4	15	0
TRANCOSO	22	3	6	0
TOTAL	207	32	114	0

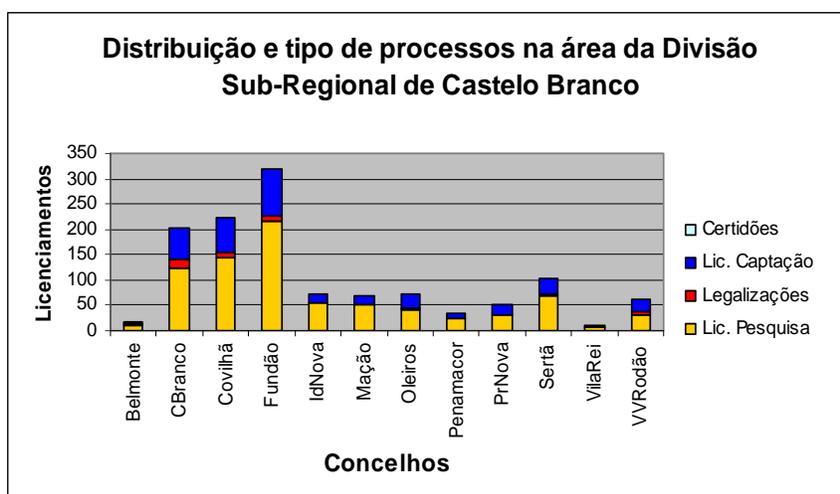


DIVISÃO SUB-REGIONAL DE CASTELO BRANCO

PROCESSOS CONCELHOS	PESQUISA	LEGALIZAÇÃO	CAPTAÇÃO	CERTIDÕES
BELMONTE	12	1	5	0
CASTELO BRANCO	123	18	62	0

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

COVILHÃ	145	10	68	0
FUNDÃO	216	9	95	0
IDANHA-A-NOVA	56	0	16	0
MAÇÃO	51	2	16	0
OLEIROS	40	4	28	0
PENAMACOR	23	0	11	0
PR ^{CA} -A-NOVA	30	1	20	0
SERTÃ	69	3	31	0
VILA DE REI	6	0	4	0
V. V. DE RODÃO	31	7	25	0
TOTAL	802	55	381	0

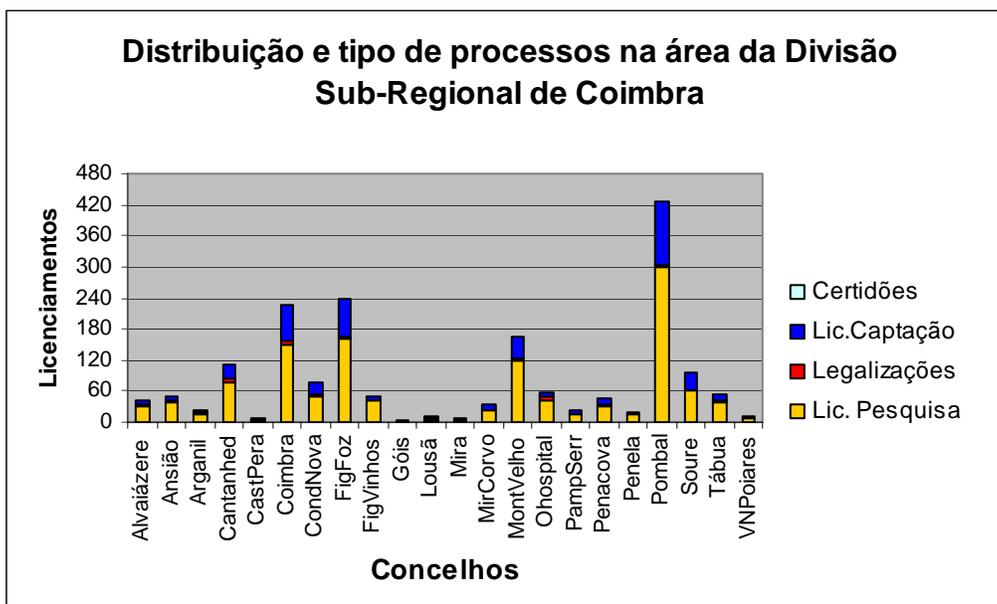


EX-DIVISÃO SUB-REGIONAL DE COIMBRA

PROCESSOS CONCELHOS	PESQUISA	LEGALIZAÇÃO	CAPTAÇÃO	CERTIDÕES
ALVAIÁZERE	32	2	7	0
ANSIÃO	39	3	7	0
ARGANIL	14	7	2	0
CANTANHEDE	78	5	29	0
CAST. DE PERA	4	1	1	0

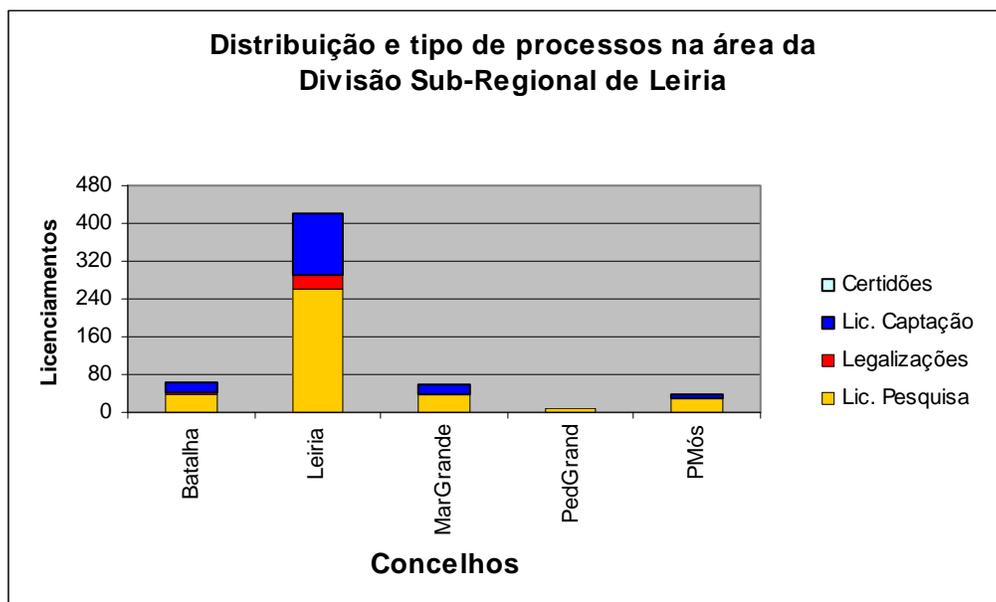
Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

COIMBRA	149	8	69	0
COND. ^{XA} -A-NOVA	50	2	24	0
FIG ^a DA FOZ	160	5	72	0
FIG. DOS VINHOS	42	2	5	0
GÓIS	2	0	1	0
LOUSÃ	5	2	3	0
MIRA	3	2	3	0
MIR ^a DO CORVO	24	0	10	0
MONT.-O-VELHO	119	4	42	0
OLIV ^a . HOSPITAL	42	7	10	0
PAMP. DA SERRA	15	0	8	0
PENACOVA	31	4	11	0
PENELA	15	2	4	0
POMBAL	299	6	122	0
SOURE	61	1	34	0
TÁBUA	38	4	13	0
V. N. DE POIARES	7	0	5	0
TOTAL	1229	67	482	0



DIVISÃO SUB-REGIONAL DE LEIRIA

PROCESSOS CONCELHOS	PESQUISA	LEGALIZAÇÃO	CAPTAÇÃO	CERTIDÕES
BATALHA	40	4	21	0
LEIRIA	260	29	134	0
MAR ^a GRANDE	36	4	21	0
PED ^{ÂO} GRANDE	7	0	1	0
PORTO DE MÓS	29	2	6	0
TOTAL	372	39	183	0



Grupos de Trabalho/Comissões em que a D.S.M.A./D.M.A participou:

Grupos de Trabalho/Comissões	Organismos/Serviços	Func. envolvidos
Avaliação de impactes ambientais	DSGA/DAA	1
Revisão e optimização das redes de monitorização das águas subterrâneas	INAG	3
Implementação do DL 133/2005	INAG	3
Estudo do mercado de inertes em Portugal Continental	INAG	1
Plano Específico de Gestão da Extracção de Inertes em Domínio Hídrico para as Bacias do Mondego e Vouga	INAG	1
Acompanhamento ambiental da armazenagem subterrânea de gás natural no Carriço - Pombal	TRANSGÁS	1

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Secretariado da Comissão para a Seca (Resolução do Conselho de Ministros nº.83/2005 de 19 de Abril)	INAG	1
Acompanhamento do comportamento hidrogeológico dos sistemas aquíferos Quaternário e Cretácico de Aveiro	Universidade de Aveiro/Departamento de Geociências	2
Estágios Prodep e Co-orientação de Mestradas	Universidade de Coimbra/Dep. das Ciências da Terra	2
Estágios Prodep e Co-orientação de Mestradas	Instituto Superior Técnico	2
Qualidade do Ar	IA	2
Implicações da exploração de massas minerais na qualidade do ar	DSGA/DAA	2
Parecer sobre a revisão do DL 242/2000, de 14 de Agosto (Ruído)	IA	1
Comissão Técnica	RELACRE/IPAC	3

Outras actividades

ACTIVIDADE	Nº	OBS.
Análise de Estudos Hidrogeológicos com vista à delimitação de perímetros de protecção de captações públicas (DL nº 382/99).	12	Águeda, Aveiro, Vagos, Batalha, Pombal, Cantanhede, Coimbra, Ílhavo, Carregal do Sal.
Elaboração de propostas de perímetros de protecção para aprovação em Conselho de Ministros (DL nº 382/99).	2	Águeda, Pombal.

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Apoio técnico a Autarquias com vista ao estudo de viabilidade de construção de novas captações para o seu aproveitamento para o abastecimento público e acompanhamento na execução de alguns furos.	15	Aveiro, Mealhada, Soure, Batalha, Pombal, Montemor-o-Velho, Porto de Mós, Leiria, Anadia, Mir ^a Corvo, Fig ^a Foz, Góis, Vouzela, Almeida, Carregal do Sal
Início da análise de processos com vista ao licenciamento de entidades para a actividade de pesquisa e captação de água subterrânea (DL 133/2005)	5	
Pareceres hidrogeológicos, ensaios de caudal e vistorias com vista à averiguação de conflitos entre utilizadores do domínio hídrico	4	Soure, Cast ^o Branco, Anadia, Águeda
Emissão de pareceres solicitados por outros Serviços da CCDRC	1	
Actualização da base de dados		
Respostas a várias Entidades de pedidos de elementos sobre captações licenciadas ou dados de monitorização	20	

Hidrometria

São 5 os funcionários do quadro e 3 em regime de aquisição de serviços ao serviço do sector de hidrometria:

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Técnico Superior	1
Hidrometristas	3
Cantoneiro	1
Aquisição de Serviços	3

As atribuições referem-se essencialmente à gestão, exploração, manutenção e implementação das redes climatológicas, hidrológicas, sedimentológicas e qualidade da água, assim como a utilização de sistemas de informação sobre águas de superfície.

Este Sector teve a seguinte actividade:

Monitorizar a rede hidrométrica com o propósito de quantificar os caudais líquidos em alguns cursos de água das bacias hidrográficas dos rios Mondego, Vouga, Lis e Tejo, mantendo assim actualizadas as tabelas de curva de vazão de cada estação.

Bacia Hidrográfica do Rio Vouga

Designação	N.º de medições	Observações
Pontão do Avelal	05	
Ponte da Arrancada	04	Em uma deslocação o rio estava seco
Ponte da Minhoteira	09	
Ponte da Redonda	07	Em uma deslocação a água em pêgos, não corria
Ponte de Pessegueiro do Vouga	01	
Ponte de Pouves	03	
Ponte de Vale Maior	11	
Ponte de Vouzela	05	
Ribeiro	08	
Ribafeita	02	
Vila Nova de Monsarros	06	Em uma deslocação o rio estava seco
TOTAL	61	

Bacia Hidrográfica do Rio Mondego

Designação	N.º de medições	Observações
Caldas de São Gemil	05	
Celorico da Beira (Gare)	07	Em 3 deslocações a água em pêgos, não corria
Louçainha	03	
Moinhos de Pepim	07	
Ponte A do Casal da Rola	06	
Ponte da Azenha Nova	07	Em uma deslocação o rio estava seco
Ponte do Cabouco	07	Em uma deslocação a água em pêgos, não corria
Ponte de Casével	10	
Ponte da Coja	03	
Ponte da Conraria	08	Em uma deslocação a água em pêgos, não corria
Ponte do Dinha	03	
Ponte da Dobreira	07	
Ponte de Faia	07	
Ponte de Ferreirós	04	
Ponte de Góis	03	
Ponte de Juncais	06	Água açudada, não corria para jusante
Ponte de Lageosa do Mondego	05	Em uma deslocação o rio estava seco
Ponte de Mocate	06	
Ponte da Mucela	06	
Ponte de Nelas	03	

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Ponte de Pereira	13	
Ponte de Prime	06	
Ponte do Ródão	08	Em 2 deslocações o rio estava seco
Ponte de Santa Clara (rio Dão)	07	Em 3 deslocações o rio estava seco
Quinta Carvalhal do Freixo	05	
Vila Franca da Serra	07	Em 3 deslocações o rio estava seco
TOTAL	159	

Bacia Hidrográfica do Rio Lis

Designação	N.º de medições	Observações
Açude de Arrabalde	06	Em 5 deslocações o rio estava seco
Ponte das Mestras	10	
TOTAL	16	

Bacia Hidrográfica do Rio Tejo

Designação	N.º de medições	Observações
Ponte do Barco	02	
TOTAL	02	

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Bacia Hidrográfica do Rio Mondego, (medições de caudal sólido)

Designação	N.º de medições	Observações
E.M.C. de Pereira – rio Mondego	09	Caudal sólido suspenso e recolha de fundo
TOTAL	09	

Nascentes

Designação	N.º de medições	Observações
Nascente de Alcabideque	12	Em uma deslocação o rio estava seco
Nascente de Alcalamouque	12	
Nascente de Alvorge	12	Em 3 deslocações o rio estava seco
Nascente de Ançã	12	
Nascente de Anços	12	
Nascente de Arrifana	12	Em 2 deslocações o rio estava seco
Nascente de Olhos da Fervença	12	
Nascente de Ansião	12	Em 9 ou o rio estava seco e em pêgos, não corria
Nascente do Dueça	12	Em 3 deslocações o rio estava seco
Nascente de Ourão	12	
Nascente de Fontes	12	
Nascente do Luso	10	
TOTAL	142	

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Em colaboração com o INAG

Designação	N.º de medições	Observações
Canal de Rega	11	
TOTAL	11	

Foi instalado o cabo na E.M.C. (Estação de Medições de Caudal), no rio Mondego em Pereira e fixado todo o equipamento na plataforma para a execução de medições de caudal líquido e sólido por arrastamento e em suspensão.

Monitorizar a rede de qualidade com a limpeza e execução de medições de caudal líquido nas estações instaladas e recolha de amostras de água para análise.

Número e tipo de estações instaladas por bacia hidrográfica

Bacia	N.º de estações		Soma	Observações
	hidrométricas	qualidade		
Rio Vouga	11	4	15	Estações com teletransmissão - 9
Rio Mondego	33	5	38	Estações com teletransmissão - 15
Rio Lis	2	2	4	Estações com teletransmissão - 2
Rio Tejo	19	3	22	Estações com teletransmissão - 5
TOTAL	65	14	79	

Monitorizar a rede das nascentes, executando mensalmente medições de caudal líquido.

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Sistema Aquífero (SA)	N.º de	Observações
ou Maciço (M)	Nascentes	
Antigo (M)	1	Só efectuada a pedido da Câmara Municipal da Mealhada
Calcário Estremenho, (M)	1	Efectuado controlo mensal
Cársico da Bairrada, (SA)	2	Efectuado controlo mensal
Sicó - Alvaiázere, (SA)	8	Efectuado controlo mensal
TOTAL	12	

Monitorizar a rede climatológica em funcionamento colaborando com o INAG na limpeza, escolha de novos locais para instalar novas estações ou transferir outras cujo local já não reúna os requisitos necessários, ou por a estação se encontrar em terreno privado.

Número e tipo de estações instaladas por bacia hidrográfica:

Bacia	N.º e tipo de estações		Soma	Observações
	hidrográfica	udométrica		
Rio Vouga	18	2	20	Estações com teletransmissão -4
Rio Mondego	45	4	49	Estações com teletransmissão -4
Rio Lis	6	2	8	Estações com teletransmissão -0
Rio Tejo	42	3	45	Estações com teletransmissão -4
	1		1	Estação do Arrimal fora da bacia do rio Lis
TOTAL	112	11	123	

No decorrer do ano foram efectuadas manutenções e limpezas nas estações da rede udometeorológica das diversas bacias hidrográficas, assim distribuídas:

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Bacia	N.º de manutenções		Soma	Observações
	hidrográfica	udométrica		
Rio Vouga	13	2	15	Nas estações é efectuada sempre a limpeza do terreno, efectuado
Rio Mondego	40	3	43	terreno e feita a manutenção da vedação e cadeado
Rio Lis	4	2	6	de cada estação.
Rio Tejo	32	3	35	
TOTAL	89	10	99	

Durante o ano foram geridos os projectos afectos à medida 3.13 Ambiente, denominados:

- Monitorização dos Recursos Hídricos – Rede Sedimentológica; No âmbito deste projecto foram instaladas mais duas estações para a execução de medições de caudal líquido e sólido.
- Monitorização dos Recursos Hídricos – Rede Hidrométrica, Levantamento Batimétrico em Cursos de Água; Procedeu-se ao levantamento e georeferenciação de todas as infra-estruturas hidráulicas existentes no troço do rio Mondego entre o Açude Ponte de Coimbra e a Figueira da Foz.

É intenção efectuar este tipo serviço a outros rios, incluindo, também, o levantamento de perfis transversais e longitudinais.

Foi dado apoio ao Laboratório na recolha de amostras para RQA, piscícola, captação, praias fluviais e marítimas, assim distribuídas:

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Bacia Hidrográfica (rio)	Número e tipo de amostras recolhidas			Observações
	RQA, Piscícola, Captação	Praias		
		Fluviais	Marítimas	
			170	Na execução deste trabalho
Vouga	11			também colabora o pessoal do
Mondego	231	370		de águas subterrâneas.
Tejo	33			
TOTAL	275	370	170	

E nas albufeiras:

Bacia Hidrográfica (rio)	Barragens			Observações
	Aguieira	Corgas	Marechal Carmona	
Mondego	84			Todas as recolhas foram efectuadas
Tejo		8	24	utilizando barcos com motor
SOMAS:	84	8	24	

- Para além de toda esta actividade essencialmente de campo, foi dada resposta às solicitações de particulares, empresas e entidades, no que respeita ao fornecimento de dados;
- Foram calculadas todas as medições de caudal líquido efectuadas e registadas;
- Iniciaram-se os trabalhos no laboratório da rede de sedimentologia mais propriamente na selecção granulométrica dos inertes recolhidos;

- Procedeu-se à actualização das bases de dados udometeorológicos; e
- Deu-se continuidade à leitura dos limnigramas das várias estações existentes e introdução das mesmas em formato digital.

Qualidade do Ar

Para o cumprimento da Directiva 96/62/CE, de 27 de Setembro, relativa à avaliação da qualidade do ar ambiente, transposta para a ordem jurídica interna pelo D.L. n.º 276/99, de 23 de Julho, nomeadamente o cumprimento das alíneas a) e b) do n.º 2, do art.º 7.º, no que concerne à avaliação da qualidade do ar nas zonas e aglomerações, para as quais as medições são obrigatórias, a CCDR-Centro, na sua área de jurisdição, dispõe de oito estações de monitorização da qualidade do ar em funcionamento (ver quadro em anexo).

Cada estação está equipada com analisadores em contínuo para medição de vários poluentes atmosféricos e com sensores meteorológicos que monitorizam cinco tipos de parâmetros. Estes aparelhos estão todos ligados a um sistema local de aquisição (UAL), que efectua o armazenamento dos dados que estão a ser registados pelos vários sensores, e, todas as estações estão ligadas em rede, através da rede telefónica pública (por meio de modem), a uma unidade de gestão regional (UGR) instalada num computador pessoal da CCDR-Centro, que permite, através de software próprio, a chamada, armazenagem e o tratamento dos dados.

Face à necessidade de proceder à avaliação da qualidade do ar em todo o território, foram delimitadas na Região Centro três Zonas (Zonas Centro Interior, Centro Litoral e de Influência de Estarreja) e duas Aglomerações (Coimbra e Aveiro/Ílhavo).

À monitorização da qualidade do ar encontram-se afectos dois Técnicos Superiores do quadro de pessoal da CCDR e ainda um outro em regime de aquisição de serviços assegurada através de projectos da medida ambiente do Programa Operacional Regional do Centro.

Resíduos

No Quadro I apresenta-se o resumo das actividades desenvolvidas relativas a Resíduos Industriais discretizada para os principais Concelhos da Região Centro. No Quadro II apresenta-se a mesma informação para todos os Concelhos.

Quadro I – Resumo de Actividades relativas a Resíduos Industriais por Concelhos.

Concelho	Mapas de Registo de Resíduos Industriais	Mapas de Gestão de Resíduos	Número de contra-ordenações	Coimas e Custas dos Processos Contra-ordenação instaurados
Leiria	532	9	37	14 938€
Águeda	389	4	29	8 629€
Coimbra	212	4	14	3 979€
Marinha Grande	201	9	24	8 358€
Pombal	187	5	20	7 270€
Aveiro	167	5	17	4 795€
Anadia	159	1	3	1 180€
Outros	2958	72	229	76 959€
TOTAL	4805	109	373	126 107€

Quadro II - Actividades Monitorização de Registo de Resíduos Industriais

Concelho	Mapas de Registo de Resíduos Industriais	Mapas de Gestão de Resíduos	Número de contra-ordenações detectadas	Coimas e Custas dos Processos Contra-ordenação instaurados
Águeda	389	4	29	8629
Aguiar da Beira	8		1	40
Albergaria-a-Velha	72	4	6	1210

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Almeida	9		0	
Alvaiázere	30		3	1620
Anadia	159	1	3	1180
Ansião	39	1	7	2740
Arganil	38		2	290
Aveiro	167	5	17	4795
Batalha	88	1	10	3260
Belmonte	6		0	
Cantanhede	117	2	7	2860
Carregal do Sal	22	1	0	
Castanheira de Pêra	9	1	0	
Castelo Branco	89	3	3	1120
Castro d'Aire	27	0	3	680
Celorico da Beira	12	0	1	40
Coimbra	212	4	14	3979
Condeixa-a- Nova	32	0	5	2850
Covilhã	85	6	8	2550
Estarreja	64	4	4	1660
Figueira da Foz	132	7	9	2779
Figueira de Castelo Rodrigo	10	0	1	640
Figueiró dos Vinhos	11	1	3	1030

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Fornos de Algodres	9	0	1	790
Fundão	58	1	4	580
Góis	20	0	1	290
Gouveia	36	0	2	830
Guarda	60	1	6	1850
Idanha-a-Nova	6	0	1	290
Ílhavo	94	1	6	1360
Leiria	532	9	37	14938
Lousã	47	2	2	540
Mação	16	0	2	830
Mangualde	61	0	6	1660
Manteigas	5	0	0	
Marinha Grande	201	9	24	8358
Mealhada	83	0	4	830
Mêda	7	0	0	
Mira	31	0	1	290
Miranda do Corvo	27	0	2	1100
Montemor-o-Velho	61	0	3	780
Mortágua	28	1	6	2700
Murtosa	6	0	0	
Nelas	35	2	5	1535
Oleiros	21	1	2	330

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Oliveira de Frades	39	4	2	580
Oliveira do Bairro	125	2	6	2750
Oliveira do Hospital	72	0	4	1970
Ovar	130	9	17	5375
Pampilhosa da Serra	8	0	1	640
Pedrogão Grande	11	0	2	0
Penacova	25	1	0	
Penalva do Castelo	12	0	0	
Penamacor	9	0	1	1040
Penela	26	1	3	620
Pinhel	21	0	2	830
Pombal	187	5	20	7270
Porto de Mós	144	2	10	3610
Proença-a-Nova	30	0	2	580
S. Pedro do Sul	32	0	1	1040
Sabugal	15	0	0	
Santa Comba Dão	26	0	1	290
Sátão	28	0	3	1370
Seia	72	1	9	2375

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Sertã	43	1	5	1500
Sever do Vouga	55	1	6	1950
Soure	28	0	1	0
Tábua	44	0	2	830
Tondela	65	4	4	1035
Trancoso	15	0	2	1130
Vagos	52	1	7	2280
Vila de Rei	13	0	1	290
Vila Nova de Paiva	5	0	0	
Vila Nova de Poiares	20	2	3	620
Vila Velha de Ródão	11	0	0	
Viseu	149	1	6	2010
Vouzela	22	2	1	290
TOTAL	4805	109	373	126107

Estudos Realizados:

- Produção de Resíduos Industriais na Região Centro em 2003
- Produção de Resíduos Industriais na Indústria Cerâmica em 2003

Emissões Gasosas

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Relatórios analisados

Concelho	N.º de Indústrias que procederam a autocontrolo	N.º de Entradas de Relatórios	N.º de caracterizações	Planos de Rotatividade	Número de contra-ordenações	Coimas e Custas dos Processos Contra-ordenação instaurados
Águeda	56	83	190	4	19	640
Aveiro	28	73	264	4	9	
Leiria	27	49	93	1	7	
Oliveira do Bairro	26	47	180	1	4	
Ovar	24	59	143	1	5	
Porto de Mós	22	29	59	5	4	
Pombal	20	29	86	0	1	
Outros	456	830	2146	30	110	6260
TOTAL	659	1199	3161	46	159	6900

Relatórios analisados por concelho

Concelho	N.º de Indústrias que procederam a autocontrolo	N.º de Entradas de Relatórios	N.º de caracterizações	Planos de Rotatividade	Número de contra-ordenações	Coimas e Custas dos Processos Contra-ordenação instaurados
Águeda	56	83	190	4	19	640

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Aguiar da Beira	1	1	1			
Albergaria-a-Velha	14	24	50		3	
Alvaiázere	1	2	3			
Anadia	18	28	57	3	6	
Ansião	3	3	19			
Arganil	5	15	16		3	40
Aveiro	28	73	264	4	9	
Batalha	8	17	39	2	3	
Cantanhede	9	20	97		1	
Carregal do Sal	1	1	2			
Castelo Branco	4	10	16		1	
Castro d'Aire			1			
Celorico da Beira	1	2	2			
Coimbra	12	20	66	1	5	
Condeixa-a-Nova	8	20	40		1	
Covilhã	8	14	17			
Estarreja	14	22	66		6	
Figueira da Foz	10	15	41		2	

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Figueira de Castelo Rodrigo	1	1	0		1	
Figueiró dos Vinhos	1	1	0			
Fornos de Algodres					1	
Fundão	3	5	5			
Góis	2	2	2		1	
Guarda	7	8	20			
Ílhavo	13	25	57	2	1	
Leiria	27	49	93	1	7	
Lousã	2	5	9			
Mangualde	3	5	54		1	2540
Marinha Grande	16	38	56		3	
Mealhada	8	13	31	1	5	3040
Mira	3	3	10		2	
Miranda do Corvo	1	1	1			
Montemor-o-Velho	1	2	20			
Mortágua	4	7	10	1		
Nelas	5	8	20		1	
Oliveira de Frades	5	13	43			

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Oliveira do Bairro	26	47	180	1	4	
Oliveira do Hospital	4	9	28		1	
Ovar	24	59	143	1	5	
Penacova	1	3	12			
Penela	1	1	1		2	
Pombal	20	29	86		1	
Porto de Mós	22	29	59	5	4	
S. Pedro do Sul	3	5	9			
Sabugal	1	2	2			
Santa Comba Dão	1	1	1			
Sátão	2	3	9	1		
Seia	5	11	13	1	5	
Sever do Vouga	3	5	5		2	
Soure	3	4	3			
Tábua	1	2	4			
Tondela	9	13	38	1		
Trancoso	2	3	2			
Vagos	8	18	59		1	
Vila de Rei	1	2	1			

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Vila Nova de Poiães	3	5	9			
Viseu	10	18	57	1	3	
Vouzela	3	5	7			
TOTAL	659	1199	3161	46	159	6900

Estudos Realizados:

- Inventário de Emissões Gasosas Industriais na Região Centro em 2003
- Inventário de Emissões Gasosas Industriais na Região Centro em 2004 – Versão Preliminar.

Ruído

O Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro, veio confirmar como competência das actuais CCDR a fiscalização em termos de Ruído Ambiental das Actividades Ruidosas Temporárias e Permanentes. Muito embora este Decreto-Lei atribua às Câmaras Municipais competência fiscalizadora das actividades por elas licenciadas, verifica-se que as mesmas continuam na sua esmagadora maioria a não possuir meios técnicos e humanos para o seu desempenho, e a solicitar cada vez mais a estes Serviços, a realização de ensaios acústicos para determinação da incomodidade provocada pelo ruído.

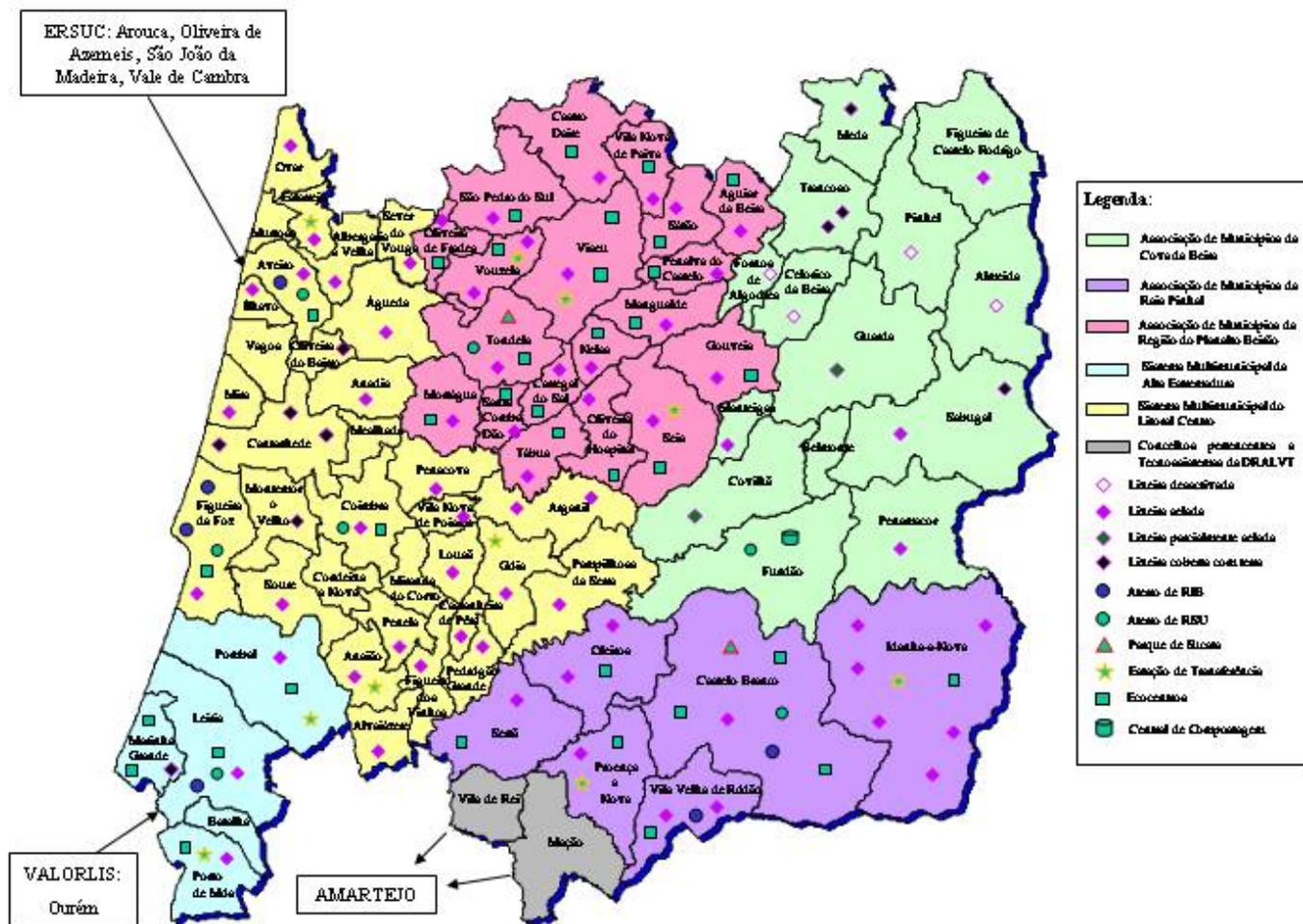
Relativamente a este aspecto a Direcção de Serviços, tal como já informado superiormente, deixou de ter capacidade de actuação, problema que já se arrasta há mais de 2 anos. Neste sentido, entende-se que não faz parte das atribuições desta Unidade Orgânica.

Lixeiras e Aterros

A monitorização das infra-estruturas de gestão de resíduos, actualmente em funcionamento e das antigas lixeiras maioritariamente já encerradas, reveste-se de um conjunto de actividades que em seguida se discriminam.

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

A gestão de RSU está organizada em duas associações de municípios e três sistemas multimunicipais de acordo com o mapa em anexo, motivo pelo qual não é possível apresentar as actividades por concelho.



Actividade nas estações de transferência em 2005

- Verificação da gestão das águas pluviais
- Verificação da gestão das águas residuais
- Verificação de eventuais utilizações indevidas do espaço
- Verificação da vedação
- Verificação do acondicionamento dos resíduos

f) Verificação da estanquicidade dos contentores de resíduos
g) Verificação da área envolvente
h) Verificação paisagística do espaço
i) Verificação de condições de insalubridade
j) Georreferenciação (início)

Actividade nos ecocentros em 2005
a) Verificação da gestão das águas pluviais
b) Verificação da gestão das águas de lavagem dos equipamentos
c) Verificação de eventuais utilizações indevidas do espaço
d) Verificação da vedação
e) Verificação do acondicionamento dos resíduos
f) Verificação da estanquicidade dos contentores de resíduos vegetais
g) Verificação da área envolvente
h) Verificação paisagística do local como atractivo à sua utilização pelos produtores de resíduos
i) Georreferenciação (início)

Actividades nos aterros em 2005	
a) Análise qualitativa do biogás	1 - Medição de metano (CH ₄);
	2 - Medição do dióxido de carbono (CO ₂);
	3 - Medição de oxigénio (O ₂);
	4 - Medição de temperatura.
b) Verificação da gestão do biogás	
c) Recolha de amostras de água	1 - Piezómetros

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

	2 - Linhas de água	i - Montante
		ii - Jusante
	3 - Efluente final da ETAR	
d) Registo fotográfico evolutivo		
e) Verificação da exploração	1 - Cobertura	
	2 - Área de exploração	
	3 - Sistemas de drenagem de águas pluviais	
	4 - Sistemas de drenagem de águas residuais	
	5 - Funcionamento da ETAR	
	6 - Conformidade dos resíduos aceites com a categoria do aterro	
	7 - Utilizações indevidas do espaço	
f) Medições do nível freático		
g) Verificação da área envolvente		
h) Apresentação de sugestões à resolução problemas quando existem solicitações do explorador		
i) Verificação da vedação		
j) Georreferenciação (início)		

Actividades nas estações de triagem de recolha selectiva multimaterial

a) Verificação da conformidade dos resíduos aceites com o tipo infra-estrutura
b) Verificação do encaminhamento dos resíduos desta actividade
c) Verificação da área envolvente

Actividades nas estações de compostagem
a) Verificação da conformidade dos resíduos aceites com o tipo infra-estrutura
b) Verificação do encaminhamento dos resíduos desta actividade
c) Verificação da área envolvente
d) Verificação da eventual existência de odores
e) Verificação da eventual existência de escorrências
f) Verificação da existência de vectores alados

Actividades nas lixeiras em 2005			
a) Análise qualitativa do biogás	1 - Medição de metano (CH ₄);		
	2 - Medição do dióxido de carbono (CO ₂);		
	3 - Medição de oxigénio (O ₂);		
	4 - Medição de temperatura.		
b) Medição do nível freático			
c) Recolha de amostras de água	1 - Piezómetros		
	2 - Tanques de lixiviados		
	3 - Linhas de água	<table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td>i - Montante</td> </tr> <tr> <td>ii - Jusante</td> </tr> </table>	i - Montante
i - Montante			
ii - Jusante			
d) Registo fotográfico evolutivo			
e) Verificação qualitativa da selagem	1 - Erosão		
	2 - Assentamentos diferenciais		
	3 - Sistemas de drenagem de águas pluviais		
	4 - Deslizamentos		
	5 - Escorrências de lixiviados		

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

	6 - Integridade das infra-estruturas
f) Verificação da área envolvente	
g) Utilizações indevidas do espaço	

Extracção de Inertes em Domínio Hídrico

Licenças emitidas e cobradas

Bacia Hidrográfica	Curso de Água	Local	Volume Extraído (m³)	Nº. Alvará	Valor da Licença (€)
Mondego	Rio Mondego	Formoselha	9 900	01/05	28 823,00
Mondego	Rio Mondego	Pereira	2 000	06/05	3 501,90
Mondego	Rio Alva	Bico dos Cubos	610	03/05	844,30
Mondego	Rio Alva	Açude Luís Coelho	3 920	10/05	6 706,30
Mondego	Rio Dão	Pias	1 000	07/05	1 214,70
Mondego	Rio Dão	Malhões	500	14/05	1 023,00
Vouga	Rio Vouga	Pinheiro	9 480	02/05	40 453,00
Vouga	Rio Vouga	Pessegueiro do Vouga	250	16/05	445,00
Tejo	Rio Zêzere	Portelinha	1 500	04/05	2 738,00
Tejo	Rio Zêzere	Várzea - Barco	1 058	05/05	1 288,80
Tejo	Rio Zêzere	Alcaria	3 813	08/05	3 889,60
Tejo	Rio Zêzere	Castanheira	793	09/05	1 546,75
Tejo	Rio Zêzere	Barreira	8 053	12/05	8 035,00

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Tejo	Rio Zêzere	Salgueiral	1 250	13/05	1 250,00
Tejo	Rib ^a . de Caria	Qta. da Rata	776	11/05	776,00
				Total	102 535,35

Acresce a esta importância mais 31 259.05 € referente a licenças de 2004 cobradas em 2005. O valor total cobrado é de: 133 794.40

1.5.2 Divisão de Laboratório

Introdução

A Divisão de Laboratório é a estrutura da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro vocacionada para dar apoio laboratorial a todos os Serviços da CCDRC, realizar as análises de monitorização e de fiscalização da competência dos serviços e ainda prestar apoio de carácter analítico às autarquias, organismos do Estado, empresas e público em geral.

O Laboratório desenvolve o seu trabalho no domínio das águas superficiais, subterrâneas, abastecimento, residuais domésticas e residuais industriais. Elabora também Estudos de Qualidade da Água.

Actividades Realizadas em 2005

- Ao Laboratório da Água estão cometidas acções de:
- Controle de águas superficiais da rede de qualidade da água (RQA);
- Controle de águas superficiais na área das captações (CAP);
- Controle de águas para suporte da vida piscícola (PISC);
- Qualidade das Águas Subterrâneas da Zona Centro (SUB);
- Qualidade da Água Piscícola em Albufeiras da Zona Centro (ALB);

- Controle de água para monitorização das Zonas Vulneráveis (Z. Vuln.);
- Controle de águas no âmbito da monitorização da SECA (SECA);
- Monitorização das Lixeiras da Zona Centro (LIX);
- Apoio à Fiscalização (FISC);
- Controle de águas balneares fluviais (BALNEAR Fluv.);
- Controle de águas balneares marítimas (BALNEAR Mar.).

Trabalhos para Entidades Exteriores

Foi realizado trabalho analítico para o ICN.

Desenvolvemos ainda trabalho analítico significativo para o IA pois, foram controladas 44 praias balneares e marítimas. Algumas foram amostradas de quinze em quinze dias e outras semanalmente, sendo determinados analiticamente 7 e visualmente 5 parâmetros por amostra. A época balnear decorreu de 15 de Maio a 30 de Setembro.

Acreditação do Laboratório

Continuámos a desenvolver acções conducentes à Acreditação do Laboratório. Neste campo, elaborámos os documentos que envolvem o Manual de Gestão da Qualidade e o Manual de Procedimentos da Qualidade do Laboratório da CCDRC. O Laboratório foi igualmente submetido a uma Auditora Interna realizada pelo IA.

Formação

Manteve-se a colaboração com IEFP, sendo recebidos no Laboratório estagiários do organismo indicado.

Ensaio Interlaboratoriais

Como vem sendo usual voltámos a participar em Ensaio Interlaboratoriais. Repetiu-se a participação nos ensaios nacionais EQUASE e RELACRE, e iniciou-se a participação nos ensaios internacionais da AQUACHEC e QM.

Os ensaios da RELACRE e AQUACHEC, estão vocacionados para a área da Química enquanto que os da EQUASE e QM, estão vocacionados para a área da Microbiologia.

Divulgação

Esta Divisão de Laboratórios efectuou, tal como tem vindo a fazer em anos anteriores, a divulgação na página da Internet da classificação da qualidade da água das praias balneares marítimas e fluviais. Esta página foi actualizada semanalmente e esteve acessível desde o início da campanha balnear.

Especificação do trabalho realizado

O Laboratório da CCDRC, tem capacidade para efectuar a determinação analítica de:

- 33 – Parâmetros Químicos;
- 14 – Metais;
- 9 – Parâmetros Microbiológicos;
- 1 – Parâmetro Biológico.

Os Quadros que se seguem apresentam o número de estações de amostragem quer por Bacia Hidrográfica, quer por Divisão:

Quadro 1 – Número de estações de 2005 (por bacia hidrográfica).

	VOUGA	MONDEGO	LIS	TEJO	DOURO	TOTAL
RQA	9	11	8	11	0	39
CAPTAÇÕES	5	15	3	14	7	44
BALNEARES	13	42	3	30	8	96

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

INTERIORES						
PISCÍCOLAS	10	20	0	10	0	40
TOTAL	37	88	14	65	15	219

Quadro 2 – Número de estações de 2005 (por divisão sub-regional).

	WISEU	GUARDA	DMA	C.BRANCO	LEIRIA	AVEIRO	TOTAL
RQA	3	2	10	8	9	7	39
CAPTAÇÕES	6	10	8	12	5	3	44
BALNEARES	117	17	30	19	12	2	97
INTERIORES	0	0	20	0	8	16	44
BALNEARES MARÍTIMAS							
PISCÍCOLAS	11	7	7	7	1	4	40
TOTAL	37	37	78	44	35	32	264

Nos quadros que se seguem apresentam-se, resumidamente, alguns dados conducentes ao aquilatar do trabalho realizado pelo Laboratório:

Quadro 3 – Actividades Realizadas em 2005

DESIGNAÇÃO		Nº AMOSTRAS	Nº PARÂMETROS
Rede de Monitorização	RQA	417	7717
	Captações	467	8930
	Piscícolas	434	3906
Rede de Monitorização de Águas Subterrâneas		324	10 044
Albufeiras		223	2137

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Rede de Monitorização das Zonas Vulneráveis		140	420
Protocolo ICN		35	980
Seca		76	836
Furos/Poços		15	105
Monitorização de Lixeiras e Aterros	D.L. 152/02	107	2461
	G1, G2, G3	39	858
	Anexo XVIII	31	558
Fiscalizações		211	2281
Águas Balneares Interiores		1319	11 871
Águas Balneares Marítimas (POOC)		60	600
Águas Balneares Marítimas (Protocolo IA)		365	3650
Ensaio Interlaboratoriais		18	133
TOTAL		4281	57 487

Quadro 4 – Actividades Realizadas em 2005, distrito de AVEIRO.

CONCELHOS	TIPO DE AMOSTRA											Total
	RQA	CAP	PIS	SUB	ALB	Z. Vuln.	Seca	LIX	FISC	Balnear Fluv.	Balnear Mar.	
Águeda	1	2	3	-	-	-	-	-	-	1	-	7
Albergaria-a-Velha	2	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	4
Aveiro	2	-	-	4	-	8	-	1	-	-	1	16
Estarreja	1	2	-	-	-	12	-	1	-	-	-	16
Ílhavo	-	-	-	3	-	-	-	1	-	-	-	4
Mealhada	1	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	5

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Murtosa	-	-	-	2	-	4	-	-	-	-	2	8
Oliveira do Bairro	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2
Ovar	-	-	-	2	-	-	-	1	2	-	5	10
Sever do Vouga	-	-	1	2	-	-	-	-	-	1	-	4
Vagos	-	-	-	2	-	16	-	-	-	-	4	22

Quadro 5 – Actividades Realizadas em 2005, distrito de CASTELO BRANCO

CONCELHOS	TIPO DE AMOSTRA											Total	
	RQA	CAP	PIS	SUB	ALB	Z. Vuln.	Seca	LIX	FISC	Balnear Fluv.	Balnear Mar.		
Belmonte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Castelo Branco	-	2	1	4	-	-	-	2	12	2	-	-	23
Fundão	1	2	-	4	-	-	-	1	2	1	-	-	11
Covilhã	1	1	1	5	-	-	-	1	2	-	-	-	11
Idanha-a-Nova	3	2	-	1	1	-	-	-	2	3	-	-	12
Mação	-	-	-	4	-	-	-	1	-	2	-	-	7
Oleiros	-	-	1	-	-	-	-	-	-	2	-	-	3
Penamacor	-	2	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Proença-a-Nova	1	1	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	5
Sertã	-	-	3	2	-	-	-	-	-	1	-	-	6
Vila de Rei	-	1	-	2	-	-	-	1	-	7	-	-	11
Vila Velha de Ródão	2	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	6

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Quadro 6 – Actividades Realizadas em 2005, distrito de COIMBRA

CONCELHOS	TIPO DE AMOSTRA											
	RQA	CAP	PIS	SUB	ALB	Z. Vuln.	Seca	LIX	FISC	Balnear Fluv.	Balnear Mar.	Total
Arganil	1	2	-	4	-	-	-	-	-	5	-	12
Cantanhede	-	-	1	2	-	7	-	1	6	1	1	19
Castanheira de Pêra	-	-	-	2	-	-	-	-	2	2	-	6
Coimbra	1	1	-	2	-	3	-	16	12	3	-	38
Coja	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Condeixa-a-Nova	1	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	5
Figueira da Foz	-	-	2	3	-	2	-	2	-	1	17	27
Góis	-	-	1	6	-	-	-	-	2	2	-	11
Lousã	-	2	-	-	-	-	-	-	3	2	-	7
Mira	-	-	-	1	-	11	-	-	-	2	1	15
Miranda do Corvo	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-	6
Montemor-o-Velho	1	-	-	5	-	4	-	-	4	2	-	16
Oliveira do Hospital	-	1	1	4	-	-	-	-	-	6	-	12
Pampilhosa da Serra	2	-	1	8	-	-	-	-	-	2	-	13
Penacova	2	1	-	4	1	-	-	-	-	1	-	9
Penela	1	1	-	6	-	-	-	-	-	1	-	9
Poiares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Soure	1	-	-	6	-	3	-	1	2	-	-	13
Tábua	-	-	1	2	-	-	1	-	2	1	-	7

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Quadro 7 – Actividades Realizadas em 2005, distrito de LEIRIA

CONCELHOS	TIPO DE AMOSTRA											
	RQA	CAP	PIS	SUB	ALB	Z. Vuln.	Seca	LIX	FISC	Balnear Fluv.	Balnear Mar.	Total
Alvaiázere	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	4
Ansião	-	-	-	2	-	-	-	1	3	-	-	6
Batalha	-	1	-	4	-	-	-	1	8	-	-	13
Figueiró dos Vinhos	1	1	1	6	-	-	-	-	-	4	-	10
Leiria	7	2	-	12	-	-	-	1	57	1	2	73
Marinha Grande	-	-	-	4	-	-	-	-	16	4	6	30
Pedrógão Grande	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Pombal	-	-	-	8	-	-	-	1	5	-	1	15
Porto Mós	1	-	-	6	-	-	-	1	8	-	-	15

Quadro 8 – Actividades Realizadas em 2005, distrito da GUARDA.

CONCELHOS	TIPO DE AMOSTRA											
	RQA	CAP	PIS	SUB	ALB	Z. Vuln.	Seca	LIX	FISC	Balnear Fluv.	Balnear Mar.	Total
Aguiar da Beira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Almeida	-	1	-	2	-	-	-	-	-	2	-	5
Celorico da Beira	-	1	-	3	-	-	-	-	-	2	-	6
Fig. de Cast. Rodrigo	-	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	3
Fornos de Algodres	-	1	1	2	-	-	-	-	-	-	-	4

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Gouveia	1	-	1	-	-	-	-	1	-	3	-	5
Guarda	1	1	1	4	-	-	-	-	-	2	-	8
Manteigas	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	2
Mêda	-	1	-	4	-	-	-	-	-	-	-	5
Pinhel	-	2	-	2	-	-	-	-	2	-	-	6
Sabugal	-	1	-	7	-	-	-	-	-	3	-	11
Seia		1	4	2	-	-	-	1	-	4	-	12
Trancoso	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-	6

Balanço de Actividades e Recomendações

Avaliação do Trabalho Realizado

A avaliação do trabalho realizado pode ser feita em termos quantitativos pelo número de amostras que deram entrada no Laboratório da CCDRC e pelo número de parâmetros analisados.

Foram analisadas 4281 amostras, tendo-se determinado 57487 parâmetros. Houve assim um acréscimo de 7,3% no número de amostras e um aumento de 1,5% no número de parâmetros relativamente ao ano anterior.

Os gráficos que se apresentam traduzem esta situação.

Gráfico 1 – Evolução do número de amostras analisadas ao longo dos anos.

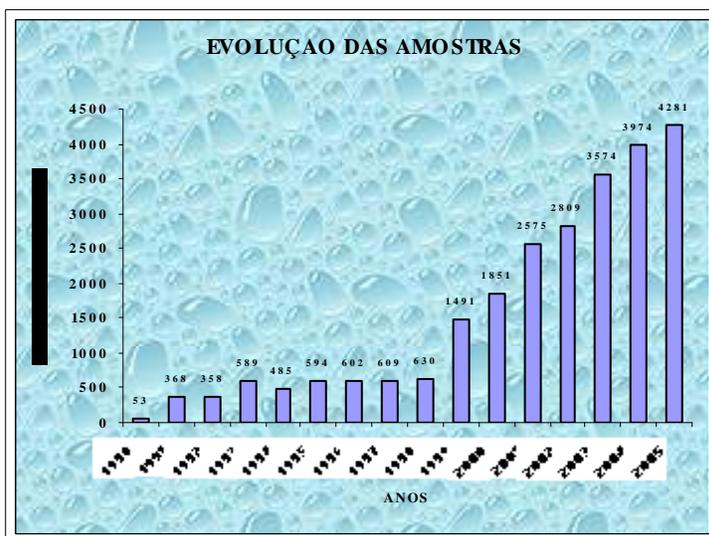


Gráfico 2 – Distribuição das amostras por âmbito de trabalho

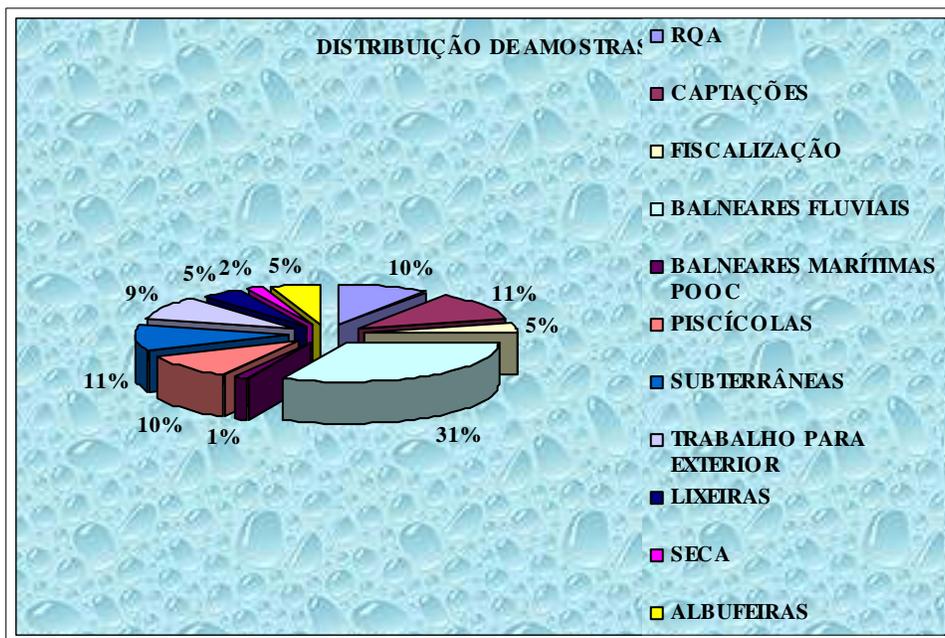


Gráfico 3 – Evolução do número de análises realizadas ao longo dos anos.

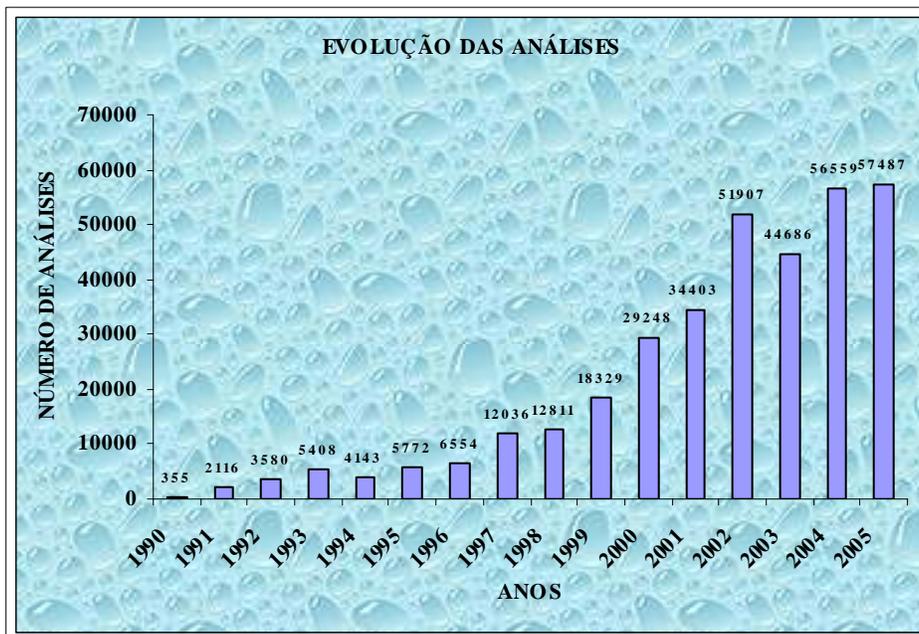
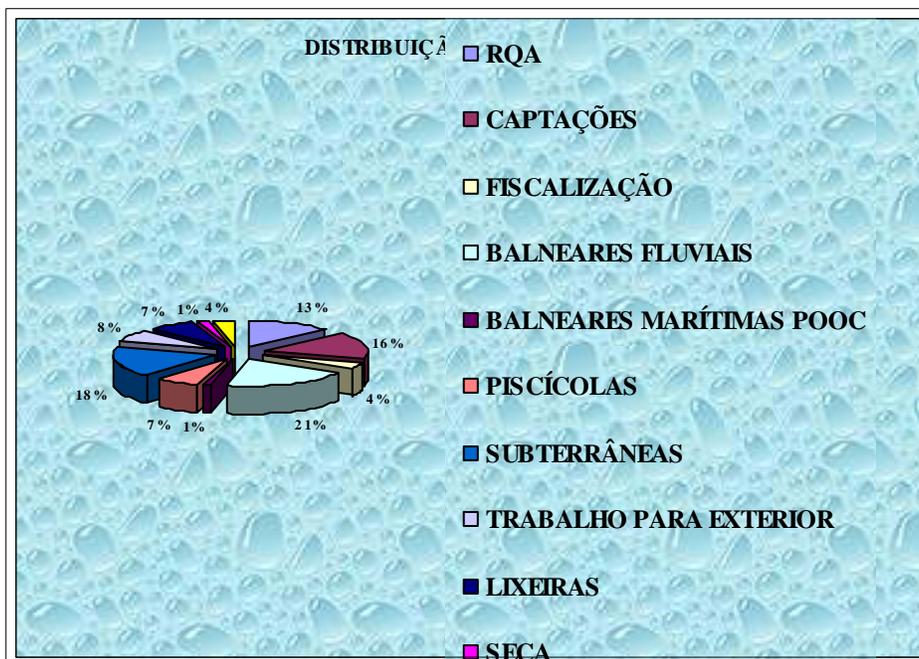


Gráfico 4 – Distribuição das análises por âmbito de trabalho.



Avaliação das Receitas Obtidas

Com a realização das análises, efectuadas de forma a dar cumprimento à legislação em vigor obteve-se uma mais valia interna de 913 065,00 Euros.

Com a execução de trabalho para outras entidades, geraram-se receitas no valor de 86 394 Euros sendo 80 444 € referentes ao protocolo com o Instituto do Ambiente e 5 950,00 € referente a particulares.

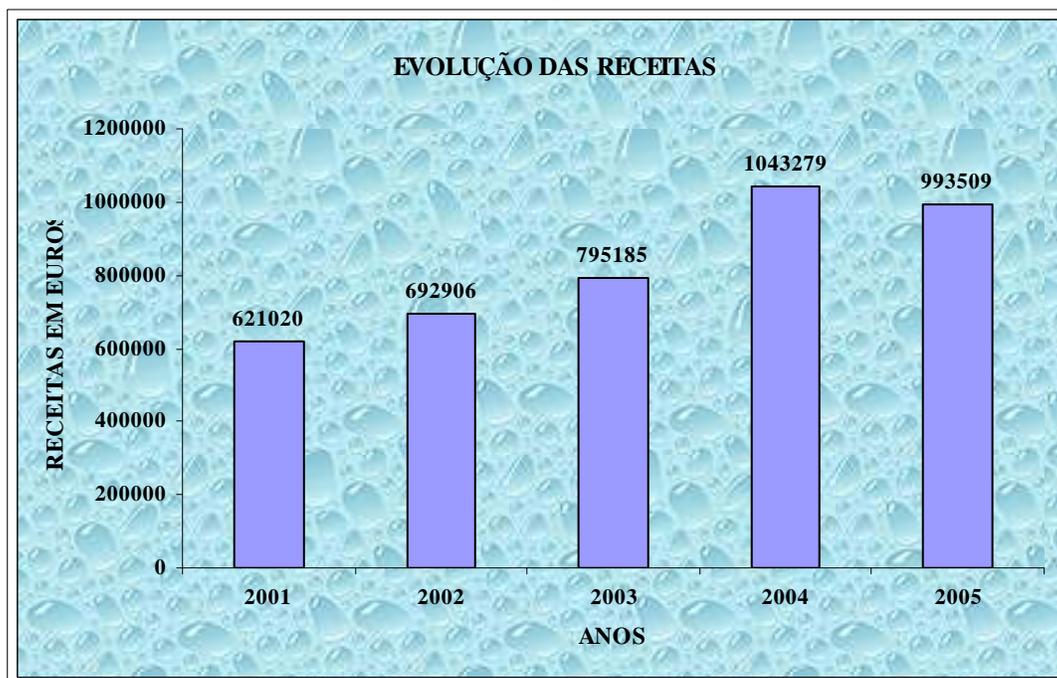
Resumindo, obteve-se uma mais valia de 993 509,00 Euros.

Por fim salienta-se que a receita obtida no de 2005 apresenta um decréscimo de 4,77% em relação ao ano anterior. Isto deveu-se ao facto de algum equipamento ter estado avariado, o que impossibilitou a realização de determinados parâmetros.

Mais se refere que os valores foram obtidos tendo em atenção a Portaria. N.º 326/95 de 25 de Outubro de 1995 Anexo I, a qual estabelece o preço das análises.

O gráfico seguinte traduz esta situação:

Gráfico 5 – Evolução das Receitas.



Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Avaliação das Despesas de Funcionamento

Neste ponto pretende-se analisar as despesas de funcionamento do Laboratório.

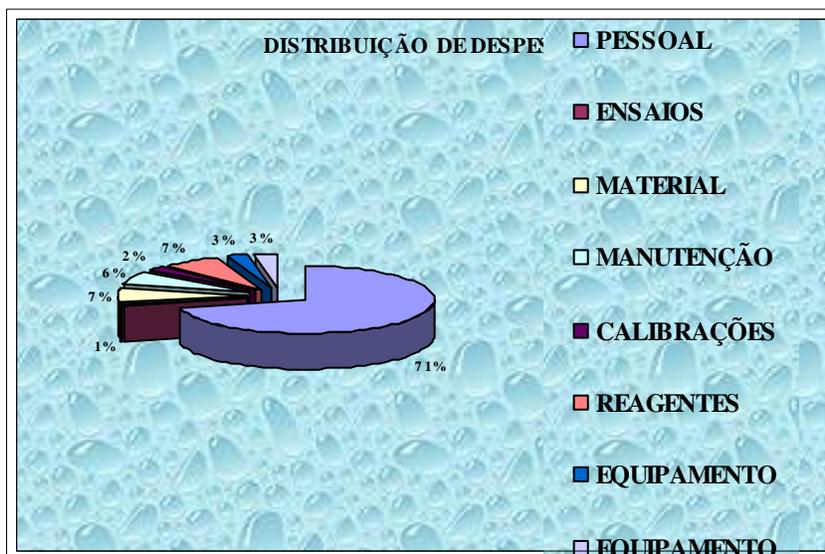
A despesa total no ano de 2005 foi de 283 396,00 €.

Com o quadro e gráfico seguintes, pretende-se explicitar de as despesas de funcionamento distribuídas por rubrica:

Quadro 9 – Despesa Total de Funcionamento distribuída por rubricas.

DESIGNAÇÃO	RUBRICA	VALOR
Pessoal - Quadro	01.01.03	48 046,00
Pessoal - Aquisição de Serviço	02.02.14	141 150,00
Pessoal - Aquisição de Serviço	02.02.25	10 000,00
SUB TOTAL		199 196,00
Matérias-primas	02.01.01	20 628,00
Consumíveis	02.01.17	19 625,00
Ensaios	02.02.20	3 896,00
Manutenção	02.02.19	17 085,00
Calibração	02.02.03.	6 779,00
Equipamento	07.01.10	7 895,00
Equipamento Informático	07.01.07.	7 652,00
SUB TOTAL		83 200,00
TOTAL		283 396,00

Gráfico 6 – Distribuição das Despesas por Designação da Rubrica.

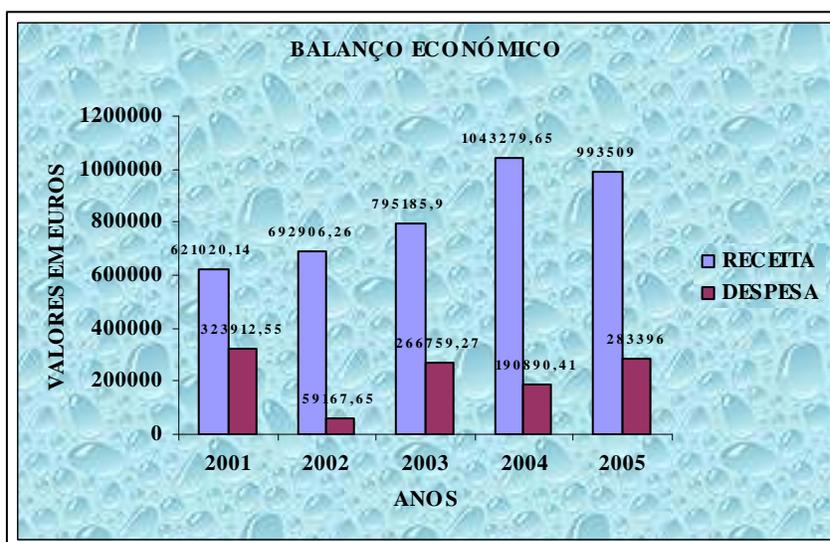


Avaliação do Balanço Económico

Considerando a receita obtida e as despesas de funcionamento, pode dizer-se que o Laboratório obteve um saldo positivo de 710 113,00 Euros.

No gráfico seguinte pode verificar-se a evolução do Balanço Económico nos últimos 5 anos.

Gráfico 7 – Balanço Económico do Laboratório nos últimos 5 anos.



De qualquer modo, as receitas provenientes dos trabalhos efectuados para o exterior quase que cobrem as despesas de funcionamento do laboratório mais os vencimentos do pessoal do quadro. Como o restante pessoal está afecto a projectos co-financiados e previstos no PIDDAC, achamos que muito pouco sobrecarregamos o orçamento de funcionamento da CCDRC.

Balço da Actividade

Apresenta-se a Avaliação de Resultados, para nas principais áreas de actuação da DSMA.

Quadro I – Avaliação de Resultados

Objectivos/Actividades	Auto-avaliação
Monitorização dos Recursos Hídricos	4
Licenciamento de furos e inertes	4
Monitorização das Redes Hidrometeorológicas	4
Monitorização da Qualidade do Ar, Emissões Gasosas e Resíduos Industriais	4
Monitorização das Lixeiras e Aterros Sanitários	4
Actividade Laboratorial	4
Fiscalização	4
Auto-avaliação	4

Quadro II – Pontos negativos que influenciaram a actividade realizada e propostas de solução

Pontos Negativos	Propostas de solução
Défice de Técnicos, com formação específica em áreas de Hidrogeologia, Hidrologia e de Laboratório.	Abertura de concursos, ou, formalização de contratos individuais de trabalho.
O não cumprimento dos D.L. no que se refere	A existência de um sistema de vigilância

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

<p>à divulgação de imediato das excedências aos Valores Limiar de Informação e Alerta, no caso dos poluentes NO₂ e SO₂, junto da população, autarquias locais e autoridades de saúde respectivas.</p>	<p>permanente da qualidade do ar que permita garantir a divulgação de imediato da ocorrência de episódios de ultrapassagem dos Valores Limiar de Informação ou de Valores Limite de Alerta.</p>
<p>O não cumprimento da elaboração dos “Planos e Programas” e “Planos de Acção a Curto Prazo”, a apresentar à Comunidade Europeia, na sequência de ocorrências de ultrapassagens aos Valores Limite acrescidos de Margem de Tolerância, nomeadamente nos anos de 2002, 2003 e 2004, para as partículas e no caso do Ozono a ocorrência de várias ultrapassagens aos Valores Limiar de Informação e de Alerta da População nas diversas estações da qualidade do ar.</p> <p>Os estudos referidos deveriam ter sido entregues na Comunidade Europeia até final de 2005.</p>	<p>Adjudicar o mais rápido possível os estudos referidos a uma Universidade com experiência na área, dado que se tratam de estudos que requerem um grande trabalho de investigação e de execução de acções complexas que a CCDR-Centro não dispõe de meios técnicos e humanos para a sua execução.</p>
<p>Falta de comunicação relativa a Reuniões, Workshops, ante-projectos e diplomas legais, etc., sobre resíduos.</p>	<p>Esta informação deve ser também comunicada à DSMA.</p>
<p>Falta de articulação e sobreposição de competências com a DSGA/DL.</p>	<p>Redefinição clara de competências, por forma a evitar duplicação de decisões e uniformizar a interpretação de legislação em vigor.</p>
<p>Falta de capacidade de fiscalização e verificação das informações declaradas pelos industriais</p>	<p>Poder de verificação, <i>in loco</i>, das situações dúbias.</p> <p>Possibilidade de recorrer a laboratórios externos para despitagem das situações duvidosas.</p>
<p>Dificuldade em consultar os projectos dos</p>	<p>Disponibilidade de cópia dos mesmos em</p>

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

aterros licenciados	suporte digital.
Prazos exageradamente dilatados no facultar dos resultados laboratoriais aos mais diversos intervenientes.	Construção de uma base de dados que permita uma gestão mais eficiente das amostras e consequentemente uma melhor dinâmica na emissão e envio dos relatórios de ensaio.
59% do quadro técnico da DSMA não tem vínculo à CCDR.	Enquadramento dos mesmos nos quadros da Instituição.
Dificuldades em dar cumprimento às reclamações de ruído de incomodidade.	Contratação de um técnico para trabalhar nesta área, ou recorrer-se a outsourcing.
Dificuldades de Arquivo	Criação de espaços e redefinição dos existentes.
Inexistência de Acções de Formação	Facilitar a frequência de Cursos de Formação.

Quadro III – Pontos Positivos

Internos	Externos
Facilidade de comunicação via mail	Boa relação com Instituições Universitárias, nomeadamente na troca de opiniões e conhecimentos.
Informar diariamente a população sobre a qualidade do ar da Região Centro.	Partilha do <i>site</i> do Inag, no que concerne à informação relacionada com os Recursos Hídricos e redes de monitorização, permitindo assim a acessibilidade ao público.
Existência de uma base de dados interna das diversas áreas de intervenção da DSMA, que permite uma actualização permanente dos dados e da emissão de licenças.	Participação em várias reuniões técnicas e comissões de trabalho nos mais diversos domínios, relacionados com a actividade da DSMA
Celeridade na análise dos relatórios de autocontrolo de emissões gasosas e repectiva emissão de pareceres.	Participação activa na Campanha Praia Acessível
Acreditação do Laboratório	

1.6 DSGT – Direcção de Serviços de Gestão Territorial

Introdução

De entre as várias competências que pela legislação vigente compete à DSGT realça-se no ano de 2005 a revisão dos PDM e por consequência a redelimitação das REN concelhias.

Actividades Realizadas em 2005

Para além das actividades descritas nos relatórios da Dusqu e da Dot ,foram nesta direcção de serviços delimitadas em 2005 cerca de 29 REN a que se somarmos as 14 já delimitadas totalizam 53 REN, estando em delimitação 16 o que significa que ficam a faltar somente 19 concelhos.

De realçar que este trabalho ocupa permanentemente 4 técnicos e em que se salienta as dificuldades de cartografia com que a equipa se deparou.

Balço de Actividades e Recomendações

Auto avaliação global	4,2
Contribuir para uma adequada gestão urbanística tendo em vista o correcto ordenamento do território.	4,5
Apreciação/emissão de pareceres seja sobre gestão urbanística seja no acompanhamento de planos.	4,5
Cooperação com as diferentes unidades orgânicas da CCDRC de modo a contribuir para uma melhoria da qualidade do serviço prestado	3,5

Pontos Negativos

Pontos negativos	Proposta de solução
Deficiente informação de algumas DSR	Reunião periódica de 3 em 3 meses
Falta de motivação face aos elevados anos de rotina	Acções exteriores de formação
Falta de uniformização entre as CCDR e outros organismos nomeadamente DGOTDU	Maior nº de reuniões entre os vários organismos

Pontos Positivos

- Relações abertas dentro da DSGT o que evita algumas tensões sempre presentes em estruturas de trabalho;
- Forte qualidade dos pareceres emitidos para o exterior;
- Bom relacionamento com os vários serviços da Administração Central;
- Bom relacionamento pessoal com as outras estruturas da CCDRC nomeadamente a DRAL o que permite evitar alguns estrangulamentos.

1.6.1 Divisão de Ordenamento do Território

Introdução

A Divisão de Ordenamento do Território (DOT) da Direcção de Serviços de Gestão Territorial (DSGT) acompanha todos os planos sectoriais com incidência na gestão territorial, acompanha a elaboração, alteração, revisão e execução dos Planos de Ordenamento das Albufeiras (POAAP), dos Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas (POAP), dos Planos Intermunicipais (PIMOT), dos Planos Directores Municipais (PDM), dos Planos de Urbanização (PU) e dos Planos de Pormenor (PP).

Executa ainda as competências atribuídas à Reserva Ecológica Nacional (REN), no âmbito das respectivas excepções, bem como dos processos de alteração da sua delimitação, encetados no âmbito dos instrumentos de gestão territorial.

Faz o acompanhamento e coordenação do Praud - Programa de recuperação de áreas Urbanas Degradadas - nas suas vertentes PRUD-Obras e PRUD-GTL(Gabinetes Técnicos Locais) e emite parecer sobre a delimitação de áreas críticas e sobre as operações de reabilitação ou reconversão;

Esta Divisão faz ainda o acompanhamento e o seguimento dos processos das 5 Divisões Sub-Regionais (Aveiro, Castelo Branco, Guarda, Leiria e Viseu) relacionados com as atribuições desta Divisão.

Actividades Realizadas em 2005

As actividades realizadas durante o ano de 2005 estão sintetizadas no Quadro A e com maior detalhe nos quadros seguintes.

Nome da Actividade

Quadro A - Actividades realizadas

ACTIVIDADE	N^a	OBSERVAÇÕES
Acompanhamento dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal de Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral, Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte, Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Sul, Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte, Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Sul, Plano Regional de Ordenamento Florestal de Dão Lafões.		Estes Planos são também acompanhados pelas Divisões Sub-Regionais de Castelo Branco, Guarda e Viseu.
Acompanhamento do Plano Sectorial da Rede Natura.		O parecer, no âmbito do Ordenamento do Território, da CCDRC, foi incorporado

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

		no parecer da DGOTDU
Acompanhamento dos Planos Especiais do Ordenamento do Território.		Estes Planos são também acompanhados pelas Divisões Sub-Regionais de Castelo Branco, Guarda e Viseu.
Acompanhamento dos Planos Municipais do Ordenamento do Território.		Estes Planos são também acompanhados pelas Divisões Sub-Regionais.
Interpretação técnico-jurídica de normas dos regulamentos dos Instrumentos de Gestão Territorial.		Em colaboração com a Direcção Regional da Administração Local.
Acompanhamento e Coordenação do Programa PRAUD, Praud-GTL e Praud-Obras.		Ver Quadro A-1
ACTIVIDADE	N^a	OBSERVAÇÕES
Encaminhamento para o Sr. SEOTC dos processos de Reconhecimento de Interesse Público.		
Emissão de pareceres a Projectos de Decreto-Lei (Usos compatíveis e simplificação de procedimentos).		
Emissão de parecer sobre delimitação de áreas críticas.		
Emissão de parecer sobre alteração da delimitação da Reserva Agrícola Nacional (RAN), no âmbito da elaboração/alteração/revisão dos Instrumentos de Gestão Territorial.		

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Emissão de parecer sobre alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN), no âmbito da elaboração/alteração/revisão dos Instrumentos de Gestão Territorial e encaminhamento dos processos para a Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional (CNREN).		
Colaboração com a DGOTDU na verificação dos PMOT, nos processos de ratificação e registo de Planos.		
Colaboração com as Câmaras Municipais nos processos de alterações (alterações de regime simplificado e alterações) dos PMOT.		
Colaboração com as Câmaras Municipais nos processos de suspensão de PMOT e estabelecimento de Medidas Preventivas.		
Inventariação dos PMOT ratificados, registados e publicados no Diário da República.		
ACTIVIDADE	N^a	OBSERVAÇÕES
Colaboração no âmbito da Medida 3 do Polis.		Ver Quadro A-1
Colaboração no Programa das Aldeias de Xisto.		Ver Quadro A-1

Quadro A-1 – Atividades realizadas referentes ao Acompanhamento e Coordenação do Programa PRAUD, Praud-GTL e Praud-Obras, Colaboração no âmbito da Medida 3 do Polis e Colaboração no Programa das Aldeias de Xisto

Actividade	Nº	Observações
Coordenação, Orientação e acompanhamento Técnico dos GTL	466	
Acompanhamento e validação de despesa do programa Praud-	212	

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Obras		
Procedimentos relativos a novas candidaturas ao Praud-GTL	54	
Procedimentos relativos a novas candidaturas ao Praud-Obras	98	
Medida 3 do Polis – análise, acompanhamento e validação de despesa	7	
Análise de candidaturas ao Programa das Aldeias do Xisto	115	
Organização do III Encontro de GTL/ Seminário Desenvolvimento Sustentável. Que Futuro?	8	Realizado na cidade do Fundão com a participação de oradores nacionais e estrangeiros.

Planos Sectoriais

- Estão a ser acompanhados 7 Planos Sectoriais, 6 Planos de Ordenamento Florestal (PROF) e o Plano Sectorial da Rede Natura.
- Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral
- Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte
- Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Sul
- Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte
- Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Sul
- Plano Regional de Ordenamento Florestal de Dão Lafões

Quadro1.1-Planos sectoriais, por Divisão – sub regional

Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total
	2	2	1		1	6

No Plano sectorial da Rede Natura 2000, cuja elaboração foi determinada através da RCM n.º 66/2001, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) acompanha a sua elaboração como entidade convidada. A área do estudo inclui 308 municípios.

Durante o ano de 2005, foi emitido o parecer da CCDRC, como entidade integrante da Comissão Mista de Coordenação aos 6 PROF (Novembro de 2005).

Relativamente ao Plano Sectorial da Rede Natura o parecer da CCDRC, na área do ordenamento do território, foi integrado no parecer da Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano emitido em 27 de Outubro de 2005, entidade esta que integra a Comissão Mista de Coordenação.

Planos Especiais de Ordenamento do Território

- Estão em tramitação 8 Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT):
- Plano de Ordenamento da Albufeira de Idanha-a-Nova;
- Plano de Ordenamento da Albufeira do Sabugal;
- Plano de Ordenamento da Albufeira da Agueira;
- Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela - Revisão;
- Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros - Revisão;
- Plano de Ordenamento da Albufeira de Fronhas *;
- Plano de Ordenamento do Tejo Internacional;
- Plano de Ordenamento do Parque Arqueológico do Côa (3 concelhos: Pinhel, Meda, Figueira de Castelo Rodrigo) *.

**Planos que apenas iniciaram a tramitação da elaboração.*

Durante o ano de 2005, além da CCDRC/DOT ter estado presente nas várias reuniões de acompanhamento, emitiu os pareceres, como entidade integrante da Comissão Mista de Coordenação e como entidade “CCDRC”, dos seguintes Planos Especiais:

- Plano de Ordenamento da Albufeira de Idanha-a-Nova;
- Plano de Ordenamento da Albufeira do Sabugal;

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

- Plano de Ordenamento do Tejo Internacional;

Emitiu parecer, apenas como entidade integrante da Comissão Mista de Coordenação ao seguinte Plano Especial:

- Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros – Revisão.

Quadro 1.2 - Planos Especiais, em tramitação em 2005

Planos Especiais													
		AVEIRO		CASTELO BRANCO		COIMBRA		GUARDA		LEIRIA		VISEU	
			C Branco	*	Aguieira	1	Sabugal	1	Porto Mós	***			
			Idanha	*	Arganil	1	Manteigas	**					
			Idanha	1			Gouveia	**					
							Covilhã	**					
							Seia	**					
							Guarda	**					
							Celorico B	**					
							Pinhel	****					
							Meda	****					
							F C Rodrigo	****					
TOTAL													

* Plano de Ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional

** Plano de Ordenamento da Serra da Estrela - revisão

*** Plano de Ordenamento da Serra de Aire e Candeeiros – revisão

**** Plano de Ordenamento do Parque Arqueológico do Côa

Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território

- Único Plano em tramitação - Plano Intermunicipal da Ria de Aveiro;
- Durante o ano de 2005, este Plano não sofreu qualquer evolução na sua tramitação (o parecer final da Comissão Mista de Coordenação foi emitido em 07.11.2004).

Planos Municipais de Ordenamento do Território

- Planos Directores Municipais (PDM)
 - PDM em início de revisão: 2

Durante o ano de 2005, iniciaram o procedimento da revisão 2 Planos Directores Municipais, assim distribuídos:

Quadro 1.3 – PDM início de revisão em 2005

PDM início revisão 2005						
	AVEIRO	CASTELO BRANCO	COIMBRA	GUARDA	LEIRIA	WISEU
		Oleiros		Manteigas		
TOTAL		1		1		

- PDM em Revisão: 66

Quadro 1.4 – PDM em revisão em 2005

PDM em revisão						
TOTAL	AVEIRO	C. BRANCO	COIMBRA	GUARDA	LEIRIA	WISEU
	Águeda	Belmonte	Arganil	Aguiar Beira	Ansião	Mangualde
	Albergaria	C. Branco	Cantanhede	Almeida	Batalha	Mortágua
	Anadia	Covilhã	Coimbra	Celorico	C. Pêra	Nelas

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

				Beira		
	Aveiro	Fundão	Condeixa	Gouveia	Figueiró Vinhos	Oliveira Frades
	Estarreja	Idanha-a-Nova	Figueira Foz	Guarda	Leiria	Penalva Castelo
	Ílhavo	Mação	Lousã	Manteigas	Pedrógão Grande	S Pedro Sul
	Mealhada	Oleiros	Mira	Meda	Pombal	Sátão
	O Bairro	Penamacor	M Corvo	Pinhel	Porto Mós	Tondela
	Ovar	Sertã	Montemor	Sabugal		Viseu
	Sever Vouga	Vila de Rei	O. Hospital	Seia		V Nova Paiva
	Vagos	V Velha Ródão	P Serra	Trancoso		Vouzela
			Penela			
			Tábua			
			V N Poiares			
66	11	11	14	11	8	11

No ano de 2005, houve um decréscimo do número de reuniões de acompanhamento de PDM - quase todos têm os estudos de caracterização já concluídos.

Com propostas de exclusões de áreas da Reserva Ecológica Nacional e propostas de perímetros urbanos já apreciadas pela CMC/CTA encontram-se os seguintes Planos:

- Leiria
- Lousã
- Oliveira de Frades
- Miranda do Corvo

Com parecer final da CMC e Discussão Pública

➤ Pampilhosa da Serra

- PDM em alteração em 2005: 6

Quadro 1.5 – PDM em alteração em 2005

PDM em alteração						
	AVEIRO	CASTELO BRANCO	COIMBRA	GUARDA	LEIRIA	UISEU
		Fundão	Arganil		Alvaiázere	
			Mira		Ansião	
					Pombal	
TOTAL (6)		1	2		3	

- PDM em alteração de regime simplificado: 5

Quadro 1.6 -PDM em alteração de regime simplificado em 2005

PDM em alteração de regime simplificado						
TOTAL	AVEIRO	CASTELO BRANCO	COIMBRA	GUARDA	LEIRIA	UISEU
			Cantanhede	Gouveia		
			Fig da Foz	Trancoso		
			Góis			
5			3	2		

- PDM em tramitação: 77

Quadro 1.7 – PDM em tramitação em 2005

PDM	TOTAL
Em processo de revisão	66

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Em processo de alteração	6
Em processo de alteração de regime simplificado	5

o Planos de Urbanização

Foi iniciada a elaboração no ano de 2005, estando a ser acompanhados, nos termos da legislação aplicável 2 Planos de Urbanização.

Quadro 1.8 – PU início da revisão em 2005

PU início revisão 2005												
TOTAL	AVEIRO		CASTELO BRANCO		COIMBRA		GUARDA		LEIRIA		VISEU	
					Cantanhede	1						
					Coimbra	1						
2						2						

▪ Planos de Urbanização em tramitação: 105

Quadro 1.9 – PU em elaboração/revisão em 2005

Planos de Urbanização												
TOTAL	AVEIRO		CASTELO BRANCO		COIMBRA		GUARDA		LEIRIA		VISEU	
	Águeda	4	C Branco	1	Lousã	5	Aguiar B	1	Ansião	5	C. Sal	5
	Albergaria	4	Covilhã	4	Cantanhede	6	F Algodres	2	C Pêra	1	C Daire	1
	Aveiro	2	Fundão	1	Coimbra	4	F Rodrigo	1	Leiria	4	O Frades	1
	Estarreja	4	Mação	1	Condeixa	1	Gouveia	1	M Grande	7	S PedroSul	1
	Mealhada	1	Proença	1	Fig Foz	1	Guarda	1	Pombal	8	Sátão	1
	Murtosa	2	Sertã	1	Mira	2	Manteiga	1	P Mós26	1	Tondela	2

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

	Ovar	1	Vila de Rei	2	Montemor	1	Meda	1			VN Paiva	1
					Penela	4	Pinhel	1			Vouzela	1
					Tábua	1	Sabugal	3				
105	18		11		25		12		26		13	

- Planos de Urbanização que entraram em vigor, em 2005

Quadro 1.10 – PU que entraram em vigor em 2005

Planos de Urbanização												
TOTAL	AVEIRO		CASTELO BRANCO		COIMBRA		GUARDA		LEIRIA		VISEU	
	Aveiro	1					Celorico Beira	1			Carregal Sal	1
3	1						1				1	

- Planos de Pormenor

Iniciaram a elaboração/revisão, no ano de 2005, 17 Planos de Pormenor, assim distribuídos:

Quadro 1.11 – PP em início de revisão em 2005

Planos de Pormenor em início revisão 2005												
TOTAL	AVEIRO		C BRANCO		COIMBRA		GUARDA		LEIRIA		VISEU	
	Estarreja	1	Belmonte	2	Arganil	1			Leiria	1		
	Ílhavo	1	Covilhã	1	Cantanhede	1						
	O Bairro	1	Fundão	1	Coimbra	1						
	Vagos	1			Fig Foz	1						

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

					Lousã	1						
					Miranda Corvo	1						
					Miranda Corvo	1						
					Montemor-o-V.	1						
17	4	4	8						1			

- Planos de Pormenor em tramitação em 2005: 349

Quadro 1.12 – PP em tramitação em 2005

Planos de Pormenor em tramitação em 2005												
TOTAL	AVEIRO		CASTELO BRANCO		COIMBRA		GUARDA		LEIRIA		VISEU	
		Águeda	10	Belmonte	2	Arganil	2	C Beira	9	Batalha	6	C Sal
	Alb Velha	2	Castelo B.	7	Cantanhede	9	F Algodres	3	C Pera	1	Castro D	1
	Anadia	9	Covilhã	12	Coimbra	12	FC Rodrigo	1	Leiria	13	Mangualde	1
	Aveiro	7	Fundão	5	Condeixa	2	Gouveia	1	M Grande	11	Nelas	4
	Estarreja	5	Idanha	1	Fig Foz	11	Guarda	8	Pedrógão	4	O Frades	2
	Ílhavo	14	Mação	8	Góis	2	Manteigas	2	Pombal	6	Penalva	1
	Mealhada	9	Oleiros	1	Lousã	2	Sabugal	1	Porto Mós	2	S Pedro S	1
	Murtosa	15	Penamacor	1	Mira	2	Seia	2	Figueiró	2	Sátão	1

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

									V			
	O Bairro	17	Proença N	2	Miranda C	6	Trancoso	3	Ansião	1	S Comba	4
	Ovar	32	Sertã	2	Montemor	1	Almeida	2			Viseu	10
	Sever V.	2	Vila Rei	2	O Hospital	1					Vouzela	10
	Vagos	7			P Serra	3						
					Penacova	1						
					Penela	1						
					Soure	4						
					Tábua	2						
349	129		43		61		32		46		37	

- Planos de Pormenor em vigor em 2005: 215

Quadro 1.13 – PP em vigor em 2005

Planos de Pormenor em vigor em 2005												
TOTAL	AVEIRO		CASTELO BRANCO		COIMBRA		GUARDA		LEIRIA		VISEU	
		Águeda	9	Castelo Branco	20	Cantanhede	7	Celorico B	1	Batalha	1	Mortágua
	Anadia	1	Covilhã	7	Condeixa	1	F Algodres	2	F Vinhos	2	Nelas	2
	Aveiro	5	Fundão	1	Fig Foz	6	FC Rodrigo	1	Leiria	3	O Frades	2
	Estarreja	7	Idanha	3	Lousã	1	Guarda	2	M Grande	6	S P Sul	3
	Ílhavo	3	Mação	3	Mira	5	Sabugal	3	Pombal	1	S Comba	1
	Mealhada	3	Oleiros	2	Montemor	1	Seia	2	P Mós	6	Tondela	2
	Murtosa	8	Penamacor	2	O Hospital	2	Trancoso	1			Viseu	21
	O. Bairro	3	Proença	1	P da Serra	1					Vouzela	11
	Ovar	7	Sertã	5	Penacova	1						
	Sever V	2	Vila Rei	3	Soure	3						
	Vagos	10	V Velha Ródão	1	Tábua	2						
					V N Poiares	4						
215	58		48		34		12		19		44	

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

PMOT em tramitação em 2005

Planos Directores Municipais, em revisão	66
Planos Directores Municipais, em alteração	6
Planos Directores Municipais, em alteração de regime simplificado	5
Planos Urbanização	105
Planos Pormenor	349
Total PMOT	531

Análise comparativa de PMOT que iniciaram o processo de elaboração/revisão, no período 2000-2005

Quadro 1.15 - Evolução do número de PMOT que iniciaram o processo de elaboração/revisão, no período 2000-2005

ANO	PDM	PU	PP	Total
2000	10	15	41	68
2001	24	8	58	92
2002	11	4	44	59
2003	8	3	41	52
2004	4	6	23	33
2005	2	3	17	22

Suspensão Parcial de Planos

- Planos Directores Municipais
 - Suspensões de PDM entradas em 2005: 5

Quadro1.16 - Suspensões iniciadas em 2005

Suspensões de PDM entradas em 2005												
AVEIRO		CASTELO BRANCO		COIMBRA		GUARDA		LEIRIA		VISEU		TOTAL
O Bairro	1			Coimbra	1					S P Sul	1	
				Montemor	1							
1				2						1		4

- Suspensões de PDM em tramitação em 2005: 6

Quadro1-17-Suspensões em tramitação em 2005

Suspensões de PDM em tramitação em 2005												
AVEIRO		C BRANCO		COIMBRA		GUARDA		LEIRIA		VISEU		TOTAL
O Bairro	1	Fundão	1	Montemor	1			Ansião	1			
		Mação	1					Pedrógão	1			
1		2		1				2				6

- Suspensões de PDM em Vigor em 2005:28

Quadro 1-18-Suspensões de PDM em Vigor

Aveiro		Castelo Branco		Coimbra		Guarda		Leiria		Viseu	
Águeda	1	Belmonte	1	Pampilhosa	1			P. Mós	1	Mangualde	1
Aveiro	1	C Branco	1	Lousã	1			M Grande	1	S do Sul	1
Estarreja	1	Fundão	2	Fig Foz	2					Vouzela	2

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Vagos	1	Mação	2	Tábua	1					
		Proença	1	Miranda	2					
				O Hospital	1					
				Coimbra	1					
				Soure	1					
				Montemor	1					
TOTAL	4		7		11			2		4

- Planos de Urbanização
 - Suspensões de PU em vigor em 2005: 4

Quadro1.19-Total de suspensões de PU em vigor em 2005

Suspensões de PU												
AVEIRO		CASTELO BRANCO		COIMBRA		GUARDA		LEIRIA		VISEU		TOTAL
		C Branco	1	Fig. Foz	1							
				Mira	1							
				Miranda	1							
		1		3								4

- Planos de Pormenor
 - Suspensões de PP em vigor em 2005: 2

Quadro1.20 - Total de suspensões de PP em vigor em 2005

Suspensões de PP em vigor em 2005									
AVEIRO	CASTELO BRANCO		COIMBRA		GUARDA		LEIRIA	VISEU	TOTAL
	C Branco	1					Porto Mós	1	2

Medidas Preventivas

- Medidas Preventivas entradas em 2005: 9

Quadro1.22 - Medidas Preventivas entradas em 2005

Medidas Preventivas entradas em 2005												
TOTAL	AVEIRO		CASTELO BRANCO		COIMBRA		GUARDA		LEIRIA		VISEU	
	Estarreja	1	Vila Rei	1	Coimbra	1	A da Beira	1			S Pedro Sul	1
	O Bairro	1			Fig Foz	1	Fornos	1				
					Miranda	1						
9	2		1		3		2				1	

- Medidas Preventivas em tramitação em 2005: 10

Quadro1.23 - Medidas Preventivas em tramitação em 2005

Medidas Preventivas em tramitação em 2005											
TOTAL	AVEIRO		CASTELO BRANCO		COIMBRA		GUARDA		LEIRIA		UISEU
	Estarreja	1	Vila Rei	1	Coimbra	1	A da Beira	1	P Mós	1	
	O Bairro	1			Fig Foz	1	Fornos	1			
					Condeixa	1					
					Miranda	1					
10	2		1		3		2		1		

- o Medidas Preventivas em vigor em 2005:28

Quadro1.24- Medidas Preventivas em vigor em 2005

Medidas Preventivas em vigor em 2005											
Aveiro		Castelo Branco		Coimbra		Guarda		Leiria		Viseu	
Águeda	1	Belmonte	1	Cantanhede	1			M Grande	1	Mangualde	1
Estarreja	1	C Branco	1	Coimbra	1			Pombal	1	S. Pedro Sul	1
Ol Bairro	2	Covilhã	2	Fig Foz	1					Vouzela	1
Vagos	1	Fundão	2	Lousã	1						
		Mação	1	Mira	1						
				Miranda	2						
				Montemor	1						

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

			Ol Hospital	1					
			Soure	1					
			Tábua	1					
TOTAL (28)	5		7	11				2	3

Grupos de Trabalho

Quadro 2 – Actividades realizadas em 2005, por concelho

Grupo de Trabalho	Nº	Observações
Grupo de Trabalho PNOPT	1	Reflexão sobre o PNPOT e apresentação em sessão técnica.
Grupo Restrito de Trabalho do PNPOT	8	Foram apresentados 2 documentos
Grupo de Trabalho das Comunidades Criativas e Inovadoras	5	Foi apresentada uma proposta de criação das comunidades
Grupo de Trabalho da Água e Saneamento Básico – Infra-estruturas	10	Elaboração do módulo “reutilização de águas pluviais e ordenamento do território”
Grupo de Trabalho das Aldeias Sustentáveis (QREN/QUERER 2013)	17	Foram apresentados 2 contributos intercalares e 1 documento final.
Grupo Técnico das Aldeias do Xisto	15	Acompanhamento das acções em curso e definição da "Rede das Aldeias de Xisto".
Grupo de Trabalho PROT-Centro	5	Foi apresentado 1 documento
A Cidade para o Cidadão	4	Em representação da CCDRC (foi apresentado 1 documento)
Inquérito da Arquitectura do Século XX	7	Em representação da CCDRC (membro do Conselho Consultivo)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Quadro 2.a - Actividades realizadas em 2005 (todos os concelhos)

Concelhos	Actividades/Pareceres/Informações								
	Gerais+PMOT+Rip	a	b	c	d	e	f	g	h
ALMEIDA		6	6	1	1	1	1		
ANSIÃO		13		3		1	1		
AVEIRO	12								
BELMONTE		12		6	1		2		
CASTELO BRANCO		3		1	1	1			57
CANTANHEDE	11								
CELORICO DA BEIRA		11	1	3	1		2		
COIMBRA	17	4	11	1	6				
COVILHÃ	21	5		4	2	1	3		
ESTARREJA	10								
FUNDÃO		20	1	2	2	1	2		4
GÓIS				1	1	1	1		16
LOUSÃ	14	2		1	1	1	2		12
MARINHA GRANDE		10		3	1	1			
MIRANDA DO CORVO	10	12	2	2	1	1	3		3
MONTEMOR-O-VELHO	14								
OVAR	18								
PAMPILHOSA DA SERRA		9		2	1	1			3
POMBAL	11								
PORTO DE MÓS		7	1	4	2	1	3		
SABUGAL	15								
DGOTDU		105	48	13	16	23	41	7	
OUTROS		127	35	73	70	20	37	7	20

a – Referente à actividade dos GTL

b – Operações para participação no âmbito do PRAUD-Obras

c – Informações referentes a alterações na actividade dos GTL

d – Informações referentes a reprogramações no âmbito do PRAUD-Obras

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

e – Acções referentes à análise de candidaturas no âmbito do PRAUD-GTL

f - Acções referentes à análise de candidaturas no âmbito do PRAUD-Obras

g – Operações para participação e análise de candidaturas no âmbito da Medida 3 do POLIS

h – Operações de acompanhamento e informações referentes ao Programa das Aldeias do Xisto

Gerais+PMOT+Rip – Não foi possível desdobrar as informações

Concelhos/Instituição	Actividades/Pareceres/Informações									
	Geral+PMOT+RIP a)	Reuniões CM	a	b	c	d	e	g	h	i
ÁGUEDA	3		2		1	1		2		
AGUIAR DA BEIRA	5		2	1	1	1		1		
ALBERGARIA-A-VELHA	6				1	1				
ALMEIDA	1		6	6	1	1	1	1		
ALVAIÁZERE	2		2	1	1	1				
ANADIA	5		2		1	1				
ANSIÃO	2		13		3		1	1		
ARGANIL	4		2		1	1	1			
AVEIRO	12				1	1				
BATALHA	1				1	1				
BELMONTE	5		12		6	1		2		
CANTANHEDE	11		2	3	1	2		1		
CARREGAL DO SAL	1		2		1	1		1		
CASTANHEIRA DE PERA	3		7		1	1	1	2		
CASTELO BRANCO	2		3		1	1	1			57
CASTRO DAIRE	5		6	1	3	2				
CELORICO DA BEIRA	1		11	1	3	1		2		
COIMBRA	17		4	11	1	6				
CONDEIXA-A-NOVA	2		2	2	1	1		2		
COVILHÃ	21		5		4	2	1	3		

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

ESTARREJA	10		2		1	1		1		
FIGUEIRA DA FOZ	5		2		1	1		1		
FIGUEIRA C RODRIGO	9		3		1	2		1		
FIGUEIRÓ DOS VINHOS	-				1	1		1		
FORNOS DE ALGODRES	3		7		2	1		2	5	
FUNDÃO	6		20	1	2	2	1	2		4
GÓIS	1				1	1	1	1		16
GOUVEIA	1		7	2	1	1				
GUARDA	3		3	2	1	1				
IDANHA-A-NOVA	2				1	1	1	1		
ÍLHAVO	3		3		2	1		1		
LEIRIA	4		9	3	1					
LOUSÃ	14		2		1	1	1	2		12
MAÇÃO	2				1	1				
MANGUALDE	-		3	1	2	1	1	1		
MANTEIGAS	2			2		1	1	2		
MARINHA GRANDE	5		10		3	1	1			
MEALHADA	8				1	1		1		
MEDA	1		2	2	1	1	1	1	2	
MIRA	3				1	1				

Concelhos/Instituição	Actividades/Pareceres/Informações									
	Geral+PMOT+RIP a)	Reuniões CM	a	b	c	d	e	g	h	i
MIRANDA DO CORVO	10		12	2	2	1	1	3		3
MONTEMOR-O-VELHO	14		2		1	1	1	2		
MORTÁGUA	9				1	1				
MURTOSA	9				1	1				
NELAS	-		4		1	1	1			

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

OLEIROS	3		2	1	1	3				5
OLIVEIRA DE FRADES	-		3		2	1	1			
OLIVEIRA DO BAIRRO	3				1	1				
OLIVEIRA DO HOSPITAL	1		3		1	1	1			
OVAR	18		1		1	1		2		
PAMPILHOSA DA SERRA	8		9		2	1	1			3
PEDROGÃO GRANDE	2		2		1	1				
PENACOVA	1		4	1	2	1	1			
PENALVA DO CASTELO	4		3		2	1	1			
PENAMACOR	1		1	2	1	1	1			
PENELA	9		2		1	1		2		2
PINHEL	-		2		1	1	1	1		
POMBAL	11		2	2	1	1		1		
PORTO DE MÓS	2		7	1	4	2	1	3		
PROENÇA-A-NOVA	1				1	1				
SABUGAL	15		3	5	1	1		2		
SANTA COMBA DÃO	1				1	2				
SÃO PEDRO DO SUL	5		3		1	1				
SÁTÃO	-				1	1	1			
SEIA	6		3		1	1		2		
SERTÃO	4				1	1				9
SEVER DO VOUGA	2				1	1		1		
SOURE	9				1	1				
TÁBUA	5				1	1				
TONDELA	2		7		2	1				
TRANCOSO	-		2		1	1	1			
VAGOS	5				1	1	2			
VILA DE REI	3		1	2	1	1		2		2
VILA NOVA DE PAIVA	2				1	1				
VILA NOVA DE POIARES	-				1	1	1			

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

VILA VELHA DE RÓDÃO	2			1	1	1				2
UISEU	11		3	1	1	1				
VOUZELA	7		4		1	1	1			
GLOBAL (78 municípios)	2									
DGOTDU			105	48	13	16	23	41	7	
SEOTC					1	1				
TOTAL	375 a)	71								

a) A estes valores falta adicionar os ofícios/informações saídos pela DSGT, referentes aos PMOT informados pela DSR de Leiria e encaminhados pela DOT e que não foram numerados como informações.

Balanço da Actividade e Recomendações

Quadro 3 - Avaliação dos resultados

OBJECTIVOS/ACTIVIDADES	AUTO-AVALIAÇÃO
I - Cooperação da Divisão do Ordenamento do Território com a Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e Cidades e Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, no âmbito de projectos de Decretos-Lei e informações sobre processos da competência da DOT.	5
II - Apreciação dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) dentro dos prazos legalmente estabelecidos.	4,5
II - Apoio técnico às Câmaras Municipais/Contributos para o correcto ordenamento do território, através do acompanhamento formal/informal dos IGT.	5
IV - Cooperação com as várias unidades orgânicas da CCDR, em particular com a DRAL, DUSQU e DSRs	5
Auto - avaliação global	4,875

Factores que tiveram influência relevante na actividade da Divisão

Quadro 4 - Pontos negativos que influenciaram a actividade realizada e propostas de solução

Pontos negativos	Propostas de solução
O acréscimo de trabalho resultante da alteração legislativa tem vindo a mostrar, ano após ano, a necessidade de aumentar o número de Técnicos Superiores na Divisão e a necessidade de apoio administrativo.	Aumentar o número de Técnicos Superiores. Maior apoio administrativo, através de reforço de pessoal.
Continuação da ausência de formação na área do ordenamento do território.	Divulgação atempada das acções de formação e respectivo “apoio”.
A diversificação de matérias tratadas pelos técnicos das DSRs traduz-se, em muitos casos, em informações “menos boas”, o que obviamente tem acréscimo de trabalho na DOT.	Redistribuição de matérias por técnicos, evitando a divisão por concelhos.

Quadro 5 - Pontos positivos

Interior	Exterior
Colaboração com as demais unidades orgânicas da CCDR, na apreciação de processos e seu encaminhamento.	Bom relacionamento com os Serviços da tutela, nomeadamente com a Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e Cidades e a Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
Bom relacionamento interpessoal na DOT, em particular com as DSRs e DRAL, na “discussão” dos vários assuntos que passam pela DSGT	Consolidação das boas relações institucionais com as Autarquias e outras Entidades da Administração Central.

1.6.2 Divisão de Uso do Solo e Qualificação Urbana

Introdução

A Divisão de Uso do Solo e Qualificação Urbana (DUSQU) executa um vasto conjunto de acções em que todas elas confluem para que seja garantida uma adequada gestão urbanística tendo em vista o correcto ordenamento do território.

Esta Divisão está em estreita interligação com as cinco DSR da CCDR Centro, na apreciação dos processos das respectivas áreas de intervenção.

Todos os actos que, por imperativo legal, as autarquias locais, outras entidades da Administração Pública central ou desconcentrada ou os particulares tenham de submeter à apreciação da CCDR Centro, são informados e/ou acompanhados nesta Divisão, após uma apreciação prévia efectuada nas respectivas DSR, com excepção do distrito de Coimbra, onde os processos são apreciados unicamente na DSGT/DUSQU.

Actividades realizadas em 2005

De entre as actividades realizadas ao longo de 2005 salientam-se as seguintes:

Nome da Actividade

Quadro 1 - Actividades realizadas em 2005

Actividades	N.º de informações
a - Processos CAP - Emissão de parecer prévio de localização referente à instalação ou ampliação de qualquer exploração de suínos, ou entrepostos comerciais de suínos e outros (Armazéns e instalações para animais e aves: aviários, estábulos, salas de ordenha, cooperativa agrícola, instalações para assar leitão, pisciculturas, etc.)	20
b - Processos CCC - Emissão de pareceres de localização sobre construções destinadas à instalação e modificação de estabelecimentos de comércio a	19

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

retalho com área ≥ 2000 m ² , comércio por grosso em livre serviço e da instalação de conjuntos comerciais.	
c - Processos CHA - Emissão de pareceres sobre construções essencialmente habitacionais, podendo contemplar comércio e/ou serviços. (Ex: Edificações em Zona de Protecção de Edifício Público, ao longo de estradas nacionais que não constam do PRN, no âmbito de medidas preventivas, etc.)	98
d - Processos CNE – Emissão de pareceres sobre construções não especificadas (muros, garagens, barracas nas praias e outras construções provisórias, arrumos, oficinas de automóveis, stands, estufas, quiosques, anexos, talhos, quintas pedagógicas, etc.)	16
e - Processos EQC - Participação em vistorias de terrenos destinados à instalação/ampliação de cemitérios, nos termos previstos no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 44220, de 3 de Março de 1962;	4
f - Processos EQT - Emissão de pareceres sobre a localização de empreendimentos turísticos.	71
Actividades	N.º de informações
g - Processos EQU - Emissão de pareceres de localização sobre instalações desportivas de uso público e outros equipamentos diversos.	36
h - Processos IND - Emissão de pareceres e/ou certidões de localização de pedidos de autorização de localização da instalação ou de alteração/ampliação de estabelecimentos industriais dos tipo 2 e 3.	123
i - Processos IPE - Emissão de pareceres e/ou certidões de localização para pedidos de pesquisa/exploração de massas minerais – pedreiras.	43
j - Processos JRE – Informações, esclarecimentos e/ou pareceres sobre reclamações e exposições;	52
k - Processos LOT - Pareceres relativos a loteamentos (Ex: No âmbito de medidas preventivas, em Zonas de Protecção de Edifício Público, etc.).	37

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

l - Processos RFL - Acompanhamento de processos e emissão de pareceres relacionados com acções de florestação e reflorestação no âmbito da Reserva Ecológica Nacional e em áreas percorridas por incêndios.	46
m - Processos Diversos - [Ambiente Diversos (1); CHA/CCC Geral (1); CCI (1); DIV (2); EIA Geral (1); EQV (2); JRE Geral (1); PDM (3); REN Geral (3); VIA (4); VPO (2); XPR (2); ZPR (3)].	26
Total	591

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Quadro 2- Actividades realizadas em 2005, por concelho

Distrito	Concelho	Actividades/pareceres/informações													Total
		a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	l	m	
	Águeda	2		1	1		2		5	1	1			1	14
	Albergaria-a-Velha			1					2						3
	Anadia							7		1		22			30
	Aveiro		1	2				8		1			2	14	
	Estarreja			1			2	4			8			15	
	Ílhavo					5				2	1			8	
Aveiro	Mealhada				1		1			1				3	
	Murtosa					1				2				3	
	Oliveira do Bairro			2			2	3			1		1	9	
	Ovar			2						6		1	2	11	
	Sever do Vouga					5				1				6	
	Vagos			2			1	2	2		1			8	
Total por distrito		2	1	11	2	0	13	6	31	3	15	11	23	6	124
Castelo Branco	Belmonte						1							1	
	Castelo Branco	2	4		7		3		4		1	1		22	
	Covilhã	1					1				2			4	
	Fundão			14	1		1		5			7		28	
	Idanha-a-Nova						3							3	
	Mação										2			2	
	Oleiros	1							1					2	
	Penamacor						1							1	
	Proença-a-Nova													0	
	Sertã						1					1		2	
	Vila de Rei												2	2	
	Vila Velha de Ródão	2					2						1	5	
Total por distrito		6	4	14	8	0	13	0	10	0	5	9	1	2	72
	Arganil	1								2	1			4	
	Cantanhede			3		2	1	4	2	1		7		20	
	Coimbra		1	25	1		1	1	3		4	2	1	3	42
	Condeixa-a-Nova						1	1		1				3	
	Figueira da Foz		1	1		2	11	6	9		6		2	38	
	Góis						1	1	1			1		4	
	Lousã		2	3				1						6	
Coimbra	Mira			13	1		1				4		1	20	
	Miranda do Corvo				2					1				3	
	Montemor-o-Velho			3			1	4	5	9		1	3	26	
	Oliveira do Hospital			6					1		3	1	1	12	
	Pampilhosa da Serra							2				1	1	4	
	Penacova			1				2						3	
	Penela								1					1	
	Soure	1	1				2	1	1				1	7	
	Tábua			1			3					2	1	7	
	Vila Nova de Poiares						1	1						2	
Total por distrito		2	5	56	4	4	22	21	25	13	16	8	14	12	202

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Distrito	Concelho	Actividades/pareceres/informações													
		a	b	d	e	f	g	h	i	j	k	l	m	n	Total
	Aguiar da Beira						2			1					3
	Almeida	1													1
	Celorico da Beira														0
	Figueira de Castelo Rodrigo						1								1
	Fornos de Algodres														0
	Gouveia								1		1				2
	Guarda	1	2				2	3	2		2				12
Guarda	Manteigas						1								1
	Mêda									3				1	4
	Pinhel						1			1				1	3
	Sabugal													2	2
	Seia						2							1	3
	Trancoso						1								1
Total por distrito		2	2	0	0	0	10	3	3	5	3	0	0	5	33
	Alvaiázere								2		1				3
	Ansião						1			1					2
	Batalha								3						3
	Castanheira de Pera							3			4				7
	Figueiró dos Vinhos						2	1	1		2		1		7
Leiria	Leiria	5	5	7			1		26	4	2				50
	Marinha Grande			1					8		1				10
	Pedrógão Grande												6		6
	Pombal	3		1	1		3		2	10	2				22
	Porto de Mós						1		9	2				1	13
Total por distrito		8	5	9	1	0	8	4	51	17	12	0	7	1	123
Viseu	Carregal do Sal														0
	Castro Daire														0
	Mangualde			1			1			1		4			7
	Mortágua							1							1
	Nelas														0
	Oliveira de Frades						1								1
	Penalva do Castelo			1											1
	Santa Comba Dão								1						1
	São Pedro do Sul			6			1	1				1	4		13
	Sátão						2								2
	Tondela												1		1
	Vila Nova de Paiva														0
	Viseu		2		1				2	3					8
Vouzela										1			1	2	
Total por distrito		0	2	8	1	0	5	2	3	5	1	9	1	0	37
Total da Região Centro		20	19	98	16	4	71	36	123	43	52	37	46	26	591

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Nome dos Grupos de Trabalho em que a DUSQU participou

Grupos de trabalho	N.º de técnicos
Elaboração de propostas tendentes à regularização da situação de estabelecimentos industriais existentes, ao abrigo do artigo 24.º do Decreto Regulamentar n.º 8/2003, de 11 de Junho.	3
Colaboração em Estudos de Impacte Ambiental, com informações e pareceres sobre diversos descritores e participação em reuniões.	2
Representação da CCDRC em reuniões para análise e decisão sobre pedidos ou intervenções em solos integrados na Reserva Agrícola Nacional (RAN), na área de jurisdição da Comissão Regional de Reserva Agrícola da Beira Litoral (CRRABL).	1

Outros

Actividades diversas	N.º de técnicos
Reuniões para audiência dos interessados ao abrigo do Código de Procedimento Administrativo (CPA).	6
Dar apoio técnico e fazer reuniões com técnicos das Câmaras Municipais, bem como prestar esclarecimentos sobre dúvidas e questões ligadas à interpretação e aplicação de normas e diplomas legais em vigor.	8
Registo de todos os loteamentos remetidos à CCDRC, nos termos do artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho.	1
Certificação de documentos e reuniões com interessados para consulta de processos.	6
Actividades diversas	N.º de técnicos

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Apoio à formação profissional de jovens licenciados ou em fase de conclusão da licenciatura através da criação de condições para a realização de estágios profissionais.	1
Promover, realizar e/ou participar em reuniões/contactos com diversas unidades orgânicas da CCDR Centro, nomeadamente com a DSGA, DAA, DL, DDH, DSLCNI, DIE, DSR's, DRAL, DAJ, etc., de forma a obter esclarecimentos, acertar procedimentos e esclarecer eventuais dúvidas relacionadas com assuntos que são do âmbito das competências desta Divisão;	6
Elaborar, actualizar e/ou reformular os formulários ou modelos de requerimento, tendo em conta a legislação aplicável, com a devida divulgação às DSR's.	2

Balanco da Actividade e Recomendações

Balanco do ano de 2005

Quadro 3 – Avaliação dos resultados

Objectivos/Actividades	Auto-Avaliação
1. Contribuir para uma adequada gestão urbanística tendo em vista o correcto ordenamento do território.	5
2. Apreciação e/ou emissão de pareceres relativos a actos/pedidos dentro dos prazos legalmente estabelecidos.	4
3. Prestar apoio técnico aos municípios no âmbito do ordenamento do território.	5
Objectivos/Actividades	Auto-Avaliação
4. Cooperar com as diferentes unidades orgânicas da CCDRC e as diversas	5

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

entidades externas de modo a contribuir para a melhoria da qualidade do serviço prestado.	
Auto-Avaliação global	4,75

Factores que tiveram influência relevante na actividade da Divisão

Quadro 4 - Pontos negativos que influenciaram a actividade realizada e propostas de solução

Pontos negativos	Propostas de solução
Elevado número de técnicos por gabinete e afectos a unidades orgânicas diversas.	Diminuir o número de técnicos por gabinete (2 a 3 no máximo/gabinete) e da mesma Divisão.
Falta de oportunidades de actualização e/ou formação no domínio das temáticas relacionadas com as actividades da Divisão.	Maior e oportuna divulgação das acções de formação.

Quadro 5 - Pontos positivos

Interior	Exterior
Abertura e contactos informais e frequentes com as restantes unidades orgânicas da CCDRC para obtenção de esclarecimentos e discussão de assuntos relacionados com pedidos de apreciação conjunta.	Prestação de diversos esclarecimentos a entidades públicas e aos particulares sobre questões concretas que nos são colocadas.
A informação que vem para conhecimento da Divisão e que se relaciona com as actividades a desenvolver é transmitida aos técnicos.	
Trocas de opiniões entre os técnicos e a Chefia da DUSQU.	

2. Relatórios de Actividades de 2005 – Divisões

2.1 CDI – Centro de Documentação e Informação

Actividades Realizadas em 2005

Tratamento, difusão e armazenamento da informação recebida:

- Tratamento de Analíticos (artigos de periódicos) e monografias, disponibilizando-as na base de dados bibliográficos (PORBASE5);
- Tratamento dos periódicos para Cardex informatizado, disponibilizando a informação imediatamente ao utilizador através da Base de Dados na Internet. Bem como recuperação do histórico do Cardex Manual;
- Atendimento personalizado, segundo o perfil do utilizador, na sala de leitura;
- Difusão da Informação através de publicações com informação actualizada do espólio do CDI como “*Informação Bibliográfica*”, “*Publicações Editadas pela CCRC*”, bem como divulgação das novas monografias e analíticos semanalmente no “*Info e-mail*” da CCDRC;
- Base de Dados Bibliográfica na Internet – Sistema SIRIUS;
- Arrumação directa e acessível, por grandes temas, da documentação: Ambiente, Turismo, Urbanismo, Direito e Monografias Locais (publicações sobre a região);
- Disponibilização dos Diários da República, do dia, I e II Série, na Intranet, bem como resposta aos pedidos de legislação por utilizadores internos;
- Envio de Publicações;
- Envio de Documentação.

Outras Actividades

- Participação nos Grupos de Trabalho do QUERER2013 – Grupo da Cultura, Grupo de Turismo e Lazer e Grupo da Coesão, Solidariedade e Justiça Social.

Organização de Seminários

- Seminário “*Novas Procuras, Novos Espaços e Novos Produtos Turísticos para o Meio Rural do Sudoeste Europeu*”.

Divulgação de Edições da CCRC

- Brochura “*Mais Centro*” – Publicação do Programa Operacional da Região Centro;
- “*A Beira na Rota dos Escritores do Século XX*” – Publicação no âmbito do projecto Rota dos Escritores do Século XX;
- “*Rota dos Escritores do Século XX*” – CD Rom integrado no mesmo projecto.

Indicadores de realização

CDI

Novos títulos entrados:

- Monografias - 254
- Periódicos - 18

Utilizadores da Sala de Leitura:

- Estudantes - 65
- Docentes - 11
- Funcionários Públicos/Técnicos - 20
- Outros – 22
- Investigadores - 8

Total - 104

Outros:

- Envio de Publicações – cerca de 775
- Envio de Brochuras PO - cerca de 1700
- Outra Informação – 103

- Cedência de auditório - 60

OFFSET

- Folhas de Ofício = 60 000
- Papel Timbrado = 50 000
- Sacos Brancos C4 = 20 000
- Sacos Brancos 22 x 28 = 10 000
- Envelopes de Janela = 50 000
- Envelopes sem Janela = 30 000
- Cartões de Visita da CCDRC (diferentes formatos) = 2 000
- Cartões de Natal = 2 000
- Calendários de Secretária = 2 000

Foram ainda executados:

- Trabalhos de Fotocópias e Encadernação aos diversos serviços da CCDRC
- Apoio ao Auditório

2.2 DADT – Divisão de Acompanhamento das Dinâmicas Territoriais

Introdução

No âmbito das competências gerais da DRPP, estipuladas pela lei orgânica ainda em vigor, e que prevêm a realização de estudos e a dinamização de planos, de programas e de projectos que se traduzam em documentos e iniciativas nos domínios da prospectiva e planeamento regional, da programação do investimento público, bem como de monitorização e avaliação das políticas públicas de desenvolvimento regional e respectivos instrumentos de financiamento, cabe basicamente à DADT:

- Acompanhar e participar na elaboração de planos sectoriais e de instrumentos de gestão territorial;

- Desenvolver estudos para o desenvolvimento de metodologias de avaliação e de acompanhamento das dinâmicas territoriais;
- Analisar o impacto territorial das principais acções e programas de intervenção públicos, nomeadamente no domínio das infra-estruturas e equipamentos.

A Divisão neste âmbito e de acordo com as orientações e solicitações da Presidência e de acordo com os meios humanos disponíveis desenvolveu a actividade abaixo descrita.

Coube ainda à Divisão assegurar, no quadro da legislação em vigor, o acompanhamento e gestão da vertente municipal do URBCOM, Sistema de Incentivos a Projectos de Urbanismo Comercial que no Programa de Incentivos à Modernização da Economia (PRIME) financia investimentos urbanísticos em áreas comerciais.

Actividades Realizadas em 2005

Actividades

Acompanhamento do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)

No âmbito do apoio à representação da CCDRC no Sistema de Pontos Focais de acompanhamento do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) foi desenvolvida a seguinte actividade:

- Elaboração da síntese que constitui o primeiro parecer formal da CCDRC sobre o PNPOT (versão de Novembro de 2004);
- Participação numa reunião da Comissão Consultiva e elaboração de parecer sobre o Regimento desta Comissão;
- Elaboração do segundo parecer formal da CCDRC sobre o PNPOT (versão de Fevereiro de 2005);
- Elaboração dos documentos relativos ao parecer de Concertação do PNPOT incluindo a declaração de voto da CCDRCentro;
- Elaboração de informação sobre o processo de análise do PNPOT na CCDRC.

Trabalhos preparatórios para o lançamento e a elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT- Centro).

No âmbito dos trabalhos preparatórios para a elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) foi desenvolvida a seguinte actividade:

- Elaboração da proposta de Resolução do Conselho de Ministros
- Participação em reuniões na SEOT e em reuniões com outras CCDR
- Início da preparação dos termos de referência para a elaboração do PROT
- Recolha e análise de informação
- Preparação e participação em reuniões internas

No âmbito dos trabalhos de preparação do contributo regional para o Quadro de Referência Estratégico Nacional, designado internamente por Querer 2013, foi desenvolvida a seguinte actividade:

- Elaboração do documento sobre Transportes na Região Centro
- Elaboração de documento sobre o Sistema Urbano da nova Região Centro
- Participação na elaboração do documento “Perspectivas Territoriais”
- Acompanhamento (em colaboração) do “Estudo de Valorização Estratégica do Sistema Logístico, de Transportes e de Mobilidade – Perspectiva Económica Regional” que implicou as seguintes acções:
 - Revisão do caderno de encargos e do programa de concurso
 - Preparação do procedimento de Consulta Prévia para selecção da equipa de consultoria
 - Participação na Comissão de Análise que procedeu à selecção das equipas concorrentes
 - Elaboração de pareceres de acompanhamento do estudo
 - Preparação e participação das reuniões da Comissão de Acompanhamento.

Acompanhamento do Projecto SDEA/INTERREGIIB – Esquema de Desenvolvimento do Espaço Atlântico.

Neste âmbito desenvolveu a seguinte actividade:

- Participação no 2º atelier do Projecto EDEA – CRPM/CCDRLVT – Lisboa, 01/04/2005;

- Participação no Comité de Pilotagem (CP) em Sines, 18/02/05;
- Elaboração de Parecer sobre o Relatório Final;
- Participação no Seminário Final de apresentação do relatório final do Projecto, CCDRN/CRPM, Porto 27/06/05.

Acompanhamento e gestão da vertente municipal do URBCOM, Sistema de Incentivos a Projectos de Urbanismo Comercial que no Programa de Incentivos à Modernização da Economia (PRIME) financia investimentos urbanísticos em áreas comerciais.

Deste modo, foram acompanhados do ponto de vista físico, financeiro e documental 18 projectos na área de intervenção da CCDRCentro, envolvendo um investimento elegível de 9 808 968,52€ e o incentivo de 4 905 778,52€. Sete projectos estão, entretanto, encerrados ou em fase de encerramento. Foram ainda efectuadas 4 reprogramações no valor de 1 665 220,20€, tendo – se participado nas unidades de gestão do PRIME/URBCOM.

Foram efectuadas apresentações nas Sessões Técnicas Internas sobre os seguintes temas:

- “Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território”, CCDRC, 17 de Janeiro de 2005;
- Áreas de Cooperação Internacional: “EDEA INTERREG IIIB _ Espaço Atlântico”, CCDRC, 2 de Maio de 2005;

Comunicações:

- Apresentação (em colaboração com o Eng.º Mota Lopes) de uma comunicação sobre “A Vulnerabilidade da Costa da Região Centro e os desafios do Planeamento do Território” no Seminário “Tsunamis – vulnerabilidade e desafios na Orla Costeira”, Coimbra, 25 de Fevereiro de 2005, FCTUC/FEUC.

Nome dos Grupos de Trabalho em que a Divisão participou

Grupos de Trabalho Internos no âmbito do Querer 2013

- Grupo de trabalho dos Transportes;
- Grupo de trabalho das Cidades Competitivas;
- Grupo de Trabalho sobre a Nova Região;
- Grupo de Trabalho “Perspectivas Territoriais”.

Grupos de Trabalho Externos ou representações

- Subcomissão Regional do Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação;
- Gabinete para o Desenvolvimento do Sistema Logístico Nacional;
- Projecto “SDEA- Estudo para a elaboração do Esquema de Desenvolvimento Policêntrico do Arco Atlântico”;
- Grupo de Trabalho de Transportes do Arco Atlântico.

Nº de funcionários da Direcção/Divisão envolvidos – 1.

Balanco da Actividade e Recomendações

Os objectivos não foram definidos. A avaliação deverá ser feita em função dos meios afectos à divisão e da resposta às solicitações da Presidência e da complexidade dessas solicitações que não configuram actividades de rotina e que exigem uma pesquisa e preparação para a realização dessas actividades como sejam, por exemplo o acompanhamento do PNPOT e a preparação do PROT.

Quadro 3 – Avaliação dos resultados

Não foram definidos objectivos para a Divisão porque não foram superiormente solicitados.

Identificação dos factores que tiveram influência relevante na actividade da Divisão

Neste ponto deverão ser referidos os aspectos que tiveram relevância na actividade, nomeadamente:

Quadro 4 – Pontos negativos que influenciaram a actividade realizada e propostas de solução

Pontos Negativos	Propostas de Solução
<p>_ Trabalho da divisão na divisão baseado numa só pessoa.</p> <p>_ Grande dispersão por Grupos de trabalho Internos com um calendário de reuniões muito exaustivo</p>	<p>_ Dotar a divisão de mais pessoal de forma a poder estabilizar e consolidar trabalhos na área de competências o trabalho a elaborar</p> <p>_ Estruturação e orientação dos trabalhos com objectivos bem precisos</p>

_ Equipas dos grupos de trabalho pouco homogéneas e envolvendo técnicos não especialistas nas diferentes áreas	
_ No URBCOM a dificuldade de resposta de algumas Câmaras Municipais	_ Em próximos programas do género melhor definição das regras

Quadro 5 – Pontos Positivos

Interior	Exterior
_ Leque alargado de assuntos tratados permitindo adquirir uma visão global das relacionadas com as dinâmicas de desenvolvimento e de organização territorial da Região.	_ Adquiriu-se uma visão global das questões que se colocam em termos nacionais e internacionais.

2.3 GIDC – Gabinete de Informação, Documentação e Comunicação

Introdução

As actividades do Gabinete de Informação, Documentação e Comunicação (GIDC) encontram-se divididas por diferentes áreas funcionais, que podem ser enquadradas em 5 grupos de actividades, concretamente as seguintes:

- Gestão e manutenção da estrutura informática interna e externa;
- Implementação e manutenção de postos de trabalho electrónicos;
- Desenvolvimento de aplicações e gestão de Bases de Dados;
- Sistemas de Informação Geográficas;
- Divulgação e comunicação electrónica.

Parte dos trabalhos desenvolvidos pelo GIDC é partilhado com o Gabinete de Tecnologia, Informação e Estatística, pelo que as actividades desenvolvidas não são duplicadas mas complementares. A complementaridade dos serviços é reforçada pela necessidade de fazer face a contingências estruturais que advêm da dispersão das instalações.

Assim, o GIDC é um serviço que actua de forma transversal, cujos clientes são os departamentos internos e tem a seu cargo a gestão dos equipamentos e comunicações de dados e voz dos Serviços da CCDRC (Ambiente) e das cinco Divisões Sub-Regionais.

Actividades realizadas em 2005

No âmbito das áreas funcionais acima descritas são discriminadas, de uma forma mais objectiva, todas as actividades, grupos de trabalhos e as acções de formação nas quais o GIDC participou.

Actividades

- Gestão e manutenção da estrutura informática interna e externa;
 - Manutenção da rede – Componente física;
 - Reparação de anomalias surgidas;
 - Ampliação de pontos de rede;
 - Optimização do equipamento activo (gestão de hub's e switch's);
 - Garantir o acesso global à rede nas melhores condições;
 - Apoio ao processo de fornecimento de uma solução de impressão centralizado através da modalidade “Out Sourcing”;
 - Manutenção da rede – Componente lógica;
 - Manutenção de servidores, criação e manutenção de contas de domínio;
 - Assegurar a redundância dos recursos e dados existentes, assegurando a disponibilidade destes;
 - Assegurar a segurança global: bloquear a intrusão, a entrada de vírus, malware, spyware e outros afins;
 - Limitar a capacidade de alteração aos sistemas instalados por parte dos utilizadores;
 - Uniformizar os postos de trabalho na sua componente lógica;
 - Detectar e resolver problemas de estrangulamento de largura de banda e conflitos de protocolos de comunicação;

- Assegurar a fiabilidade dos dados circulantes e garantir a segurança e confidencialidade necessários;
- Gestão das comunicações externas;
 - Manutenção de servidores (MAIL, HTTP, FTP, Firewall, Gateway) e Router's;
 - Garantir as condições de segurança e fiabilidade;
- Implementação e manutenção de postos de trabalho electrónicos;
 - Gestão de postos de trabalho:
 - Adição e manutenção de utilizadores em Windows 2003 Server (Active Directory)
 - Gestão de servidor de correio electrónico; gestão de periféricos de rede;
 - Resolução de anomalias diversas.
 - Recepção e configuração de equipamento informático;
 - Configuração e manutenção dos postos de trabalho;
 - Apoio logístico e técnico às Divisões Sub-regionais:
 - Instalação e manutenção de postos de trabalho;
 - Manutenção de servidores;
 - Instalação e substituição das centrais telefónicas;
 - Instalação e gestão de periféricos de rede, incluindo um sistema multifunções de impressão centralizado.
 - Apoio permanente aos utilizadores:
 - Apoio permanente aos utilizadores da rede informática da CCDRC (Ambiente) e divisões sub-regionais;
 - (Help Desk) via telefone e gestão remota;
 - Apoio na gestão de projectos na componente informática:
 - Apoio na elaboração e desenvolvimento de projectos:

- HidroGest-Centro
- Pós-DIA, verificação da eficácia do AIA
- Capacidade de gestão, de monitorização e de fiscalização no âmbito do POOC Ovar – Marinha Grande
- Monitorização, Fiscalização e Acompanhamento dos Instrumentos de Ordenamento do Território
- Monitorização de Recursos Hídricos – Rede Sedimentológica
- Consultas de mercado, análise de propostas, elaboração de quadros comparativos e selecção de fornecedores.
- Desenvolvimento de aplicações e gestão de Bases de Dados;
 - Desenvolvimento e gestão de páginas Web e Bases de Dados:

A intranet/internet da CCDRC é constituída por diversos módulos que foi preciso desenvolver e manter durante 2005. Para além da manutenção normal das páginas Web, foram desenvolvidos vários módulos, alguns dos quais a seguir descritos:

- Desenvolvimento e manutenção da BD e das páginas “REGENT - Entradas de Correio”;
- Desenvolvimento e manutenção da BD e das páginas “LIA – Licença Ambiental”;
- Desenvolvimento e manutenção da BD e das páginas “AIA – Avaliação de Impacte Ambiental”;
- Desenvolvimento e manutenção das páginas “Caracterização de Efluentes em Empresas da Região Centro”;
- Desenvolvimento e manutenção das páginas “Qualidade das Águas Balneares 2005”;
- Desenvolvimento da aplicação para gestão dos Processos. Esta aplicação levou à migração das BD FileMaker para BD relacionais (SQL), podendo desta forma compatibilizar-se com a aplicação e-ProDoc;

- Aplicação de um sistema de cotagem de processos única e uniforme para todos os serviços da CCDRC.

- Desenvolvimento de aplicações

Desenvolvimento da aplicação de cálculo de caudal para canais irregulares de escoamento

- Suporte a aplicações

Suporte à aplicação das guias de receita, nomeadamente nas tarefas de emissão de 2ª via, anulação de guias e manutenção das mesmas.

Apoio às aplicações e-ProDoc e SGDC.

- Apoio na organização de conteúdos do Portal CCDRC:

Apoio ao desenvolvimento do portal da CCDRC, nomeadamente na parte dos conteúdos dinâmicos e nas funcionalidades de acesso a bases de dados existentes.

- Sistemas de Informação Geográficas

- Geo-referenciação, digitalização e estruturação da informação geográfica existente nas várias unidades orgânicas, com o apoio a ferramentas SIG:

- Divisão Sub-Regional de Aveiro
- Divisão Sub-Regional de Leiria
- Divisão Sub-Regional de Castelo Branco
- Divisão de Licenciamento – DSGA
- Divisão de Domínio Hídrico – DSGA
- Divisão de Avaliação Ambiental - DSGA

Este trabalho seguiu um procedimento tipificado, que simplificadaamente se descreve:

- Geo-referenciação, digitalização e estruturação da informação geográfica relativa aos processos;
- Avaliação das especificações das bases de dados existentes;
- Conversão da base de dados não relacionais em base de dados relacionais;

- Preenchimento de dados em falta na nova base de dados;
- Geo-referenciação dos processos, com base nas coordenadas x, y do centróide da freguesia;
- Geo-referenciação, ao local, e digitalização do processo, com o apoio de ferramentas SIG.

- Desenvolvimento do WebSIG para georeferenciação de processos

Criação de um SIG para consulta através da Internet, com temáticas relacionadas com a Região Centro. O desenvolvimento foi realizado com base em tecnologia SIG “Open source”.

- Recolha e estruturação de metadados

- Compilação e estruturação da informação relativa aos metadados da informação geográfica existente na CCDRC, produzida na CCDRC e por outras instituições. Os metadados da informação geográfica produzida por outras instituições foram obtidos através do Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG).
- Os metadados de toda a informação geográfica existente na CCDRC estão a ser carregados numa aplicação específica, o MIG (Metadados de Informação Geográfica), desenvolvida pelo Instituto Geográfico Português (IGP), de acordo com a ISO 19115.

- Divulgação e comunicação electrónica.

- Pesquisa, organização e disponibilização de legislação na intranet

- Disponibilização de legislação na intranet referente aos domínios do Ambiente, do Ordenamento do Território e das Tecnologias de Informação. Os Diário da República são consultados diariamente, sendo retirados e disponibilizados os diplomas relacionados com os domínios referidos e com a CCDRC;
- Apoio na pesquisa de legislação que não se encontre disponível na intranet por solicitação de outros colaboradores da CCDRC e subsequente colocação na intranet na respectiva área temática.

- Estruturação, organização e disponibilização, na intranet, de informação geográfica e documentação existente nos domínios do ambiente, do ordenamento do território e das tecnologias de informação
 - Disponibilização, na intranet, de documentação nos domínios do Ambiente, do Ordenamento do Território e das Tecnologias de Informação;
 - Disponibilização, na intranet, de documentação interna da CCDRC (apresentações em seminários e os planos e relatórios de actividades) e informação geográfica;
 - Divulgação de notícias e eventos nos domínios de actuação da CCDRC. Essa informação é obtida através de pesquisas e consultas na intranet e de listas de mail.
- Serviço de divulgação de informação interna e externa (GIDC_INFO_EMAIL)
 - Divulgação a todos o colaboradores da CCDRC do Boletim electrónico GIDC_Info_email com uma periodicidade semanal e que tem por objectivo a divulgação de notícias, legislação, eventos e documentação relacionadas com o ambiente, o ordenamento do território, a administração local e as tecnologias de informação.

Quadro 2.1 – Actividades

Actividade	Nº	Obs.
1. Gestão e manutenção da estrutura informática interna e externa		
1.1. Manutenção da rede – Componente lógica	900	Operações
1.2. Manutenção da rede – Componente física	50	Operações
1.3. Gestão das comunicações externas	50	Operações
2. Implementação e manutenção de postos de trabalho electrónicos		
2.1. Manutenção e criação de postos de trabalho	500	Criação PT - 50

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

		Manutenção PT – 450
2.2. Apoio logístico e técnico às divisões sub-regionais	160	10 Helpdesk on site 150 Helpdesk remoto
2.3. Apoio permanente aos utilizadores da CCDRC (Ambiente)	400	Helpdesk
2.4. Apoio na elaboração de projectos.	5	Projectos
3. Desenvolvimento de aplicações e gestão de Bases de Dados		
3.1. Desenvolvimento e Gestão de páginas web e bases de dados	500	Horas
3.2. Desenvolvimento de aplicações	200	Horas
3.3. Suporte a aplicações	200	Horas
3.5. Apoio na organização de conteúdos do Portal CCDRC	10	Horas
4. Sistema de Informação Geográfica		
4.1. Geo-referenciação, digitalização e estruturação da informação geográfica existente nas várias unidades orgânicas, com o apoio a ferramentas SIG – DSR Leiria, Castelo Branco, Aveiro, DL, DAA e DDH.	19733	Processos
4.2. Desenvolvimento do WebSIG	50	Horas
4.3. Recolha e estruturação de metadados	18	Metadados
5. Divulgação e comunicação electrónica		
5.1. Pesquisa, organização e disponibilização de legislação na intranet (legislação do dia)	320	
5.2. Estruturação, organização e disponibilização, na Intranet, de informação geográfica e documentação	34	

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

existente nos domínios do Ambiente, do Ordenamento do Território e das Tecnologias de Informação		
5.3. Serviço de divulgação de informação interna e externa (GIDC_info_email)	49	Boletins

Grupos de trabalho

Quadro 2.2 – Grupos de trabalho

Grupo de trabalho	Colaborador
QUERER 2013 Grupo das TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação)	Nuno Bravo Cristina Faria
Representante da CCDRC enquanto membro observador do Conselho Coordenador de Cartografia (CCC)	Cristina Faria

Formação e participação em eventos

Quadro 2.3 – Participação em conferências

Eventos	Colaborador
Seminário “Tsunamis – Vulnerabilidades e Desafios na Orla Costeira”. Auditório da CCDRC, 25 de Fevereiro de 2005.	Nuno Bravo Cristina Faria Leonor Silva
GISPlanet 2005 – II Conferência Internacional de Sistemas de Informação Geográfica. Centro de Congressos do Estoril, 30 de Maio a 2 de Junho de 2005.	Nuno Bravo Cristina Faria Leonor Silva

Quadro 2.4 – Apresentação de comunicações

Eventos	Colaborador
CCDRC's Integrated Information System, GISPlanet 2005, Estoril 2005 Cristina FARIA, Nuno BRAVO, Leonor SILVA	Cristina Faria Nuno Bravo Leonor Silva
A modelação em recursos hídricos como instrumento de apoio aos processos de decisão, 7.º SISLUSBA, Évora, 2005, Nuno BRAVO, José ANTUNES DO CARMO	Nuno Bravo
Study of fluvial processes Applying Geographic Information Systems, River Management 2005, Bologna, Nuno BRAVO, José ANTUNES DO CARMO	Nuno Bravo

Quadro 2.5 – Valorização profissional

Curso	Colaborador
“Gestor de Base de Dados Access-avançado”. Centro de Formação Bissaya Barreto, de 12-09-2005 a 15-09-2005, com a duração total de 24 horas	Cristina Faria
“MIG – Metadados de Informação Geográfica”. Instituto Geográfico Português, 7 a 8 de Novembro de 2005, com duração total de 12 horas	Cristina Faria

Balanço da Actividade e Recomendações

Quadro 3.1 – Avaliação dos resultados

Objectivos/Actividades	Auto-avaliação
1. Gestão e manutenção da estrutura informática interna e externa	4
2. Implementação e manutenção de postos de trabalho electrónicos	4
3. Desenvolvimento de aplicações e gestão de Bases de Dados	4

4. Sistemas de Informação Geográficas	4
5. Divulgação e comunicação electrónica	5
Autoavaliação global	

Quadro 3.2 – Pontos negativos que influenciaram a actividade realizada e propostas de solução

Pontos Negativos	Propostas de Solução
Falta de autonomia financeira, nomeadamente no que respeita a aquisições pontuais e urgentes.	Criação de fundo de maneiio para aquisição de equipamento de substituição urgente e outras situações pontuais, particularmente nas deslocações às DSR.
Falta de oportunidades de formação, extremamente necessárias na área de informática.	Maior empenho na promoção de formação necessária, pelos serviços responsáveis, no sentido de dar respostas mais eficientes às situações decorrentes no desempenho das funções inerentes.
Condições de trabalho (espaço físico), extremamente deficientes.	Promover a criação de instalações com os requisitos mínimos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos inerentes.
A extrema dificuldade de progressão nas carreiras do Quadro de Pessoal da CCDRC, factor de desmotivação.	Maior empenho dos serviços responsáveis pelo Quadro de Pessoal da CCDRC em promover a oportunidade de realização de concursos de progressão nas carreiras.
Falta de articulação entre os diferentes serviços da CCDRC que contribuem para a duplicação de trabalho.	Mais comunicação entre serviços. Divulgação de trabalhos realizados nos diferentes serviços, especialmente nos relacionados com a utilização de novas tecnologias (ferramentas SIG e intranet)
Não existência de um plano estratégico para a	Elaboração de uma plano estratégico para a

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

implementação de SIG	implementação dos SIG nas diferentes componentes: Tecnologia de Gestão, Desktop e WebSib; Informação interna e externa.
Falta de motivação para a utilização das ferramentas SIG dos vários serviços da CCDRC	Acções de sensibilização para a vantagem de utilização dessas ferramentas.
Deficiente troca de informação sobre os dados geográficos produzidos na CCDRC	Disponibilização dos metadados da informação geográfica produzida na CCDRC
Deficiente instalação eléctrica nos edifícios da Rodoviária e 72.	Melhor gestão dos equipamentos de aquecimento. Optimização do sistema eléctrico, com a instalação de novas baixadas em paralelo às existentes.
A divisão física entre a ex-CCR e a ex-DRAOT continua a ser um entrave à fluidez da informação entre os organismos; há uma interligação deficiente em diversos sectores, nomeadamente as entradas e saídas do correio e a ligação aos processos.	Melhoria na troca de informação, nomeadamente replicação das bases de dados entre os dois organismos.
Em diversas ocasiões o desenvolvimento de aplicações internas não tem em conta todos os intervenientes, resultando em aplicações que nem sempre resolvem as necessidades dos utilizadores	O desenvolvimento de aplicações deverá ter em conta todos os intervenientes, nomeadamente equipa de desenvolvimento, chefias, utilizadores, etc.

Quadro 3.3 – Pontos Positivos

Interior	Exterior
Receptividade à iniciativa	Boa relação de trabalho com todos os serviços da CCDRC.
Meios (informáticos) existente.	Rapidez e eficácia na resposta.
Trabalho em equipa; sentido de responsabilidade; bom relacionamento entre colegas.	Bom relacionamento com os restantes departamentos.
Esforço da CCDRC na optimização da gestão documental.	Receptividade e espírito de colaboração do GTIE
A aceitação por parte de várias unidades orgânicas da informatização/geo-referenciação de processos.	

2.4 GJ – Gabinete Jurídico

Introdução

Refere-se o presente relatório à actividade desenvolvida no Gabinete Jurídico da ex-DRAOT no ano de 2005 dentro da sua extensa área territorial de actuação e no âmbito da fiscalização das normas de índole ambiental e de ordenamento do território, incumbindo-lhe não só uma função sancionatória e de ordenação do restabelecimento da legalidade, como uma disciplina pedagógica na sua vertente preventiva que passa pela sensibilização das populações para a necessidade de preservação das componentes ambientais naturais que por serem escassas requerem uma parcimoniosa fruição e uma profunda alteração de condutas

Actividades Realizadas

A actividade exercida resume-se em síntese, à materialização das seguintes tipologias documentais:

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Processos Contra- Orden.	Ofícios	Pareceres/ Informações	NS	Guias emitidas	Decisões	Inquéritos	Estágios juristas
2690 *	128785	351	511	2634	2910	8 **	3

* em 2004 entraram 3902 e transitaram de 2003 em instrução 2630 processos

** acidentes de viação

Quanto à origem, os autos de notícia que deram origem aos processos de contra-ordenação instaurados:

AVEIRO	C. BRANCO	COIMBRA	GUARDA	LEIRIA	UISEU
1058	303	394	224	223	444

Quanto à distribuição de infracções por distrito (meramente exemplificativo):

	AVEIRO	C. BRANC	COIMBRA	GUARDA	LEIRIA	UISEU
Obras DH	44	40	30	14	41	10
Furos	17	30	21	37	34	31
Poluição*	59	39	36	22	77	28
Resíduos**	80	70	87	44	48	68
Pedreiras	3	1	4	2		2
Inertes	3	2		2		1
REN	54	10	22	5	34	1
Publicidade		2	1	6		1
AR***	111	40	26	24	36	4

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Pneus	1	1		1	3	1
Sucata		1			2	1
Lamas	5		2	2	1	3
Embarçaç		2				
Ruído			1		1	

**descarga de águas residuais s/ licença ou em desconformidade com esta*

*** Inclui o abandono e a descarga*

**** Inclui a falta de autocontrolos às emissões gasosas, VLE excessivos e a queima resíduos a céu aberto*

Destacam-se as actividades que maior impacto apresentam em sede de poluição (descarga de águas residuais na água ou no solo) quer por ausência de licença, quer por desconformidade com esta (meramente exemplificativo)

	AVEIRO	C.BRANC	COIMBRA	GUARDA	LEIRIA	UISEU
Suiculturas	3	5			26	1
Vacarias	3	3	3			
Aviários	1				1	3
Cunicultura	2		1		1	
Lagares		6		3		5
Lacticínios	1	3	2	7	1	1

Das decisões proferidas foram:

Impugnadas judicialmente por iniciativa do arguido discordante	211
Remetidas ao MP para execução por ausência de comprovativo do pagamento	208

Coimas efectivamente pagas

Os 2910 processos concluídos e decisões proferidas deram origem a uma receita (coimas) efectivamente cobrada de **805 204,87 €** (no ano de 2004 cobraram-se 1 076 798,22 €) não tendo sido possível apurar o montante global de coimas aplicadas (sendo em média o triplo do cobrado).

Foram quantificados 231 processos cujas coimas prescreveram por falta de promoção de execução judicial tempestiva e que ascendeu a 150 000€ de prejuízo para o Estado, acentuando-se ainda que o facto de uns arguidos não pagarem as coimas por inércia da Administração, origina desigualdade relativamente àqueles que pagaram e aos cumpriram e não foram contraordenados.

Balanco de Actividades e Recomendações

A actividade exercida durante o ano de 2005 foi influenciada:

Pontos Negativos	Propostas de Solução
<p>Aspectos negativos decorrentes do funcionamento dos serviços da CCDRC:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Notificações devolvidas cujos avisos de recepção continuam a ser assinados indevidamente por quem recebe o correio; 2. Processos que são enviados para execução judicial, porque não há articulação com a contabilidade por forma a saber as guias que foram pagas (o único meio é a devolução do duplicado pelo arguido) 3. Dispersão física dos diversos serviços que impede respostas céleres a pedidos que necessitam de ser satisfeitos a outras entidades (Tribunais, MAOTDR, IGAOT, IGAT..) e que embora não sejam assunto do GJ a este são distribuídos 	<p>Tarefa a executar por pessoa conhecedora</p> <p>Individualizar a conta de receita/coimas e afectação de 1 funcionário à tarefa para verificação de guias pagas.</p> <p>Implementação de pagamento por multibanco</p>

<p>4. Atraso na conclusão de instrução dos processos que tem motivado prescrições de procedimento e das coimas</p> <p>5. Inacessibilidade ao arquivo da Cioga do Campo (processos arquivados de 2003 para trás) que impede a prestação de informações a utentes e outros organismos</p> <p>6. Indefinição quanto ao espaço reservado ao arquivo do GJ neste edifício e que tem os processos pendentes (2006, 2005 e 2004), processos em recurso, processos em execução e processos arquivados de 2004, 2005</p> <p>7. Instabilidade permanente decorrente da mudança de gabinetes dentro das instalações que perturbam os desempenhos e funcionamento e causam desgaste profundo nas pessoas, sempre a transportar os bens de suporte à execução das tarefas que se avolumam consideravelmente.</p>	<p>Consciencialização da necessidade de responder em tempo razoável (max 10 dias) é uma questão de brio e de imagem para o exterior</p> <p>Aproveitar as DSR para colaborar na instrução inquirindo as testemunhas</p> <p>Designar responsável pela satisfação das pretensões, a quem serão encaminhadas</p> <p>Decidir definitivamente a quem deve ficar adstrito o actual espaço, não sendo recomendável partilhas com outras unidades orgânicas prevenindo-se conflitos que se reputam desnecessários</p> <p>Terminar com a provisoriedade e dispersão de espaços</p>
<p>8. Desmotivação decorrente da carência de recursos humanos com conhecimentos e experiência adequada para o desempenho específico do vasto leque de tarefas, acentuada pela sistemática saída de funcionários já experientes e entrada de funcionários sem qualquer conhecimento de assuntos jurídicos</p>	<p>Afectação <u>urgente</u> de pelo menos 3 juristas</p> <p>Afectação <u>urgente</u> de funcionário expedito e disponível para atendimento de público e telefónico</p> <p>Formação adequada aos colaboradores</p>

9. Deficiências na aplicação informática que impedem a gestão de dados e celeridade no seu processamento	com vista à apreensão dos conceitos e aplicação prática para melhor desempenho das respectivas tarefas Indispensável formação informática Articulação mais próxima com a Divisão de Informática o que exige disponibilidade permanente de 1 elemento para esclarecimento
--	--

Pontos Positivos

1. Pese embora todas as contrariedades e disfunções a que se aludiu, foi possível concluir a instrução e decidir 2910 processos, o que implicou a exclusiva e incondicional disponibilidade de quem permaneceu na unidade orgânica.
2. Foram ainda satisfeitas quase todas as solicitações de natureza interpretativa e informativa pedidas por outras DS ou Divisões embora sempre em prazos superiores ao aceitável.
3. Foram ainda contestadas todas as providências cautelares e acções administrativas especiais de pretensão conexa com acto administrativo decorrentes de intimações para reposições de solos REN ou DH
4. Todas as solicitações de Tribunais foram imediatamente encaminhadas com vista à compilação de informação e elaboração de respostas.
5. Todas as solicitações de utentes quer pessoais, quer telefónicas foram satisfeitas.

Notas Finais:

O GJ “sobreviveu” no ano 2005 apenas com a Chefe de Divisão, 3 estagiários e desde 1.05.2005 com 2 juristas avançados, o que é manifestamente insuficiente e não permite de modo algum dar resposta às inúmeras e complexas situações cuja celeridade exigível, não se compadece com tão sérias carências. De notar que a ausência na promoção de medidas oportunas e necessárias, pode fazer incorrer a Administração em responsabilidade disciplinar. Quanto ao sector administrativo

foi um ano extremamente negativo já que as pessoas que dominavam razoavelmente os circuitos procedimentais saíram ficando o sector a cargo da responsável e dos outros juristas a quem recorreu para assegurar o normal funcionamento, pois só no final do ano vieram 3 funcionários sem qualquer experiência na área, com perfis funcionais desadequados e pouca motivação para a especificidade e rapidez de execução que as tarefas acumuladas exigem.

Deste modo, é difícil a verificação do cumprimento de quaisquer objectivos sérios previamente definidos (ou previstos em sede de planeamento) para um período determinado, porquanto o alcance de tal desiderato implica, a nosso ver, a garantia de estabilidade e as condições mínimas exigíveis à sua exequibilidade, em termos de recursos materiais e físicos e de recursos humanos em quantidade e com formação e experiência.

Em 2005 só em 2 de Maio vieram dois juristas avançados.

Em 15 de Setembro os estagiários saíram.

Em 15 de Setembro, saiu uma funcionária que dominava um dos pilares administrativos fundamentais do sector.

Em Novembro e Dezembro, outra funcionária administrativa, esteve de baixa, o que contribui para a acumulação de centenas de processos que não foram registados, pois o sector sobreviveu apenas com uma funcionária em regime de jornada contínua, uma funcionária sem experiência que foi enviada e os três juristas ao serviço que asseguraram as prioridades.

Assim, inútil se torna, traçar metas e objectivos, para depois as oscilações e a ingerência externa sistemática aniquilar todo o plano.

Estamos sempre a começar de zero, mas com um penoso passivo!

2.5 GTIE – Gabinete de Tecnologias de Informação e Estatística

Introdução

As Tecnologias de Informação e Comunicação são actualmente factores decisivos no sucesso das organizações permitindo que estas sejam mais eficientes, eficazes e mais próximas do seu público-alvo.

A CCDRC como uma organização vital e estratégica na lógica de desenvolvimento da Região Centro, não pode deixar de se preocupar em valorizar o eixo estratégico das TIC e dotar-se de mecanismos e ferramentas informacionais que lhe permitam fazer mais e melhor com o consequente impacto na região e nos seus clientes.

O projecto e-CCDRC apresenta-se como o agente mobilizador e catalizador de uma verdadeira revolução em termos de mentalidade, tecnologias e circuitos informacionais a decorrer na Comissão. Em termos da actividade do GTIE, foi também este projecto o denominador comum do conjunto alargado das tarefas desempenhadas.

Actividades Realizadas em 2005

Para permitir um melhor entendimento do conjunto das actividades desempenhadas, foram estas divididas por áreas de conhecimento aglutinando saberes comuns. A saber:

- Área de sistemas, redes e Web
- Área de Desenvolvimento de Aplicações e SIG
- Estatística

Seguidamente serão abordadas as tarefas fundamentais desenvolvidas por cada uma destas áreas.

Área de sistemas, redes e Web

Esta área é constituída por dois fundamentais grupos:

- Área de Sistema e Redes

As funções desempenhadas nesta área são fundamentalmente de instalação, manutenção e gestão de servidores, postos de trabalho e impressoras.

No que diz respeito aos servidores, foram efectuadas as seguintes tarefas:

- Instalação de servidores de suporte aos serviços de rede:
 - Proxy/DNS interno
 - DNS externo
 - Consola centralizada do sistema de anti-virus

- Servidor de terminais
- Web-Server
- Instalação de um NAS (Network Archive System) com uma capacidade máxima de 1.2 TB acoplado a um sistema de backup com 6 tapes de 400 GB cada. Este sistema criou as condições necessárias à gravação em rede dos ficheiros dos utilizadores e a garantia de mecanismos de cópia de segurança (diário, semanal e mensal).
- Instalação de uma nova solução de firewall redundante e com uma maior capacidade de suportar ataques hostis. O acesso e a disponibilização de informação na Internet é fundamental para o sucesso de uma organização, contudo não podem ser descuradas as questões da segurança. Foi assim estratégico a instalação deste sistema.

Em relação aos postos de trabalho, e para garantir que até ao final de 2006 a rede local assenta em máquinas com a seguinte arquitectura:

- Processador – Pentium IV a 3GHz
- Memória RAM – 1 GB
- Monitores TFT de 17”

Foram instaladas 60 novas máquinas. No que diz respeito aos postos de trabalhos foram ainda instaladas mais 10 máquinas para estagiários e funcionários que foram transferidos.

Convém ainda destacar o trabalho desenvolvido na criação e manutenção de todas as condições necessárias às comunicações na rede local, rede alargada (interligação com as Divisões Sub-Regionais) e ligação à Internet. Durante este ano foi finalmente concluída a instalação e colocação em serviço da rede de área alargada que permite a ligação entre a sede e as nossas Divisões Sub-Regionais. Foi também duplicada a largura de banda entre a Bernardim Ribeiro e os serviços da Fernão Magalhães.

É possível imaginar que num universo de 240 máquinas, por mais estável que a rede esteja, estas não tenham problemas quer de hardware quer de software. É este também um aspecto fundamental e decisivo no sucesso do nosso trabalho e que nos ocupa bastante esforço e recursos humanos.

Nesta área temos assim as seguintes tarefas:

Quadro 1 – Actividades realizadas em 2005 – Área de sistemas e rede

Actividade	Nº	Obs.
Instalação de servidores	5	
Instalação de um NAS	1	
Instalação de uma firewall	1	
Instalação de máquinas	60	
Instalação de postos de trabalho	10	
Manutenção da rede local	1	
Manutenção da rede de área alargada	1	
Manutenção do acesso à Internet	1	
Apoio ao utilizador	200	Estimativa, já que só em 2006 entrou em funcionamento o serviço de help-desk electrónico
Total		

- Área Web

A Internet é uma ferramenta e um meio fundamental para organizações do tipo da Comissão. O acesso à informação por parte dos funcionários e a disponibilização de informações para o público-alvo não podem ser encarados como algo de secundário mas sim como um vector fundamental à afirmação e sucesso desta Comissão. Foi nessa óptica que foi totalmente renovada a Intranet e se tentou elevá-la à condição de veículo fundamental na troca e disponibilização de informação entre os funcionários. Infelizmente, não foi este esforço totalmente sucedido e ainda não se transformou a Intranet como o “jornal electrónico” da CCDRC. Apesar disso a Intranet teve 170.000 acessos.

Em relação ao site na Internet, conheceu este ano uma situação de estagnação já que apesar de estar previsto o arranque do Portal durante 2005 tal não se verificou. Isso implicou que o actual não tenha sofrido qualquer melhoramento tendo apenas sofrido algumas actualizações e disponibilização de nova informação. Mesmo nestas situações, foram registadas 121.254 visitas.

Dando resposta a uma solicitação, foi iniciada a implementação de um site de suporte ao projecto Territoria integrado no Interrreg-Sudoe.

Outro aspecto importante é a manutenção e suporte aos servidores de correio electrónico. Desde Janeiro que o domínio ccdrc.pt recebeu 142.800 (11.900 por mês) e enviou 169.200 (14.100 por mês) mensagens. Foi ainda efectuada a renovação e manutenção do anti-virus e criação de mecanismos de anti-spaming. São apanhados em média 120 mensagens por mês com vírus e são rejeitadas por se tratar de spam 360 mensagens por mês.

Quadro 2 – Actividades realizadas em 2005 – Área Web

Actividade	Nº	Obs.
Manutenção do site	1	
Implementação e manutenção da Intranet	1	
Gestão do sistema de mail	1	
Início da implementação do site Territória	1	
Total		

Área de Desenvolvimento de Aplicações e SIG

Uma organização só pode responder de forma adequada aos seus desafios se tiver um sistema de informação homogéneo, integrador, integrado e tecnologicamente evoluído. Seguindo esta abordagem e contemplando o que esta definido do e-CCDRC, para esta área, foi este ano continuado o esforço de criação de novas peças, visando a criação em final de 2006 de um sistema de informação que obedeça aos requisitos referidos anteriormente. Todas estas novas aplicações são integradas e cooperativas entre elas partilhando a mesma estrutura de base de

dados. Foram desenvolvidas aplicações que se afiguram como estruturantes para a organização, de onde se destacam:

- Nova versão do SGDC
- e-ProDoc gestão de fluxos administrativos
- e-ProDoc - gestão processual electrónica

A criação de novas aplicações, deve sempre ter em consideração que são para facilitar o trabalho dos utilizadores e que o seu envolvimento na fase de desenvolvimento são factores críticos para o sucesso. Para tentar integrar estas preocupações, foram realizadas reuniões de preparação, acções de formação em sala e *on job*.

Quadro 3 – Actividades realizadas em 2005 – Área de Desenvolvimento

Actividade	Nº	Obs.
Desenvolvimento do e-ProDoc gestão de processos administrativos	1	
Nova versão do SGD – Sistema de Gestão de Documentos	1	
Desenvolvimento da componente de gestão processual do e-ProDoc	1	Vai entrar em funcionamento na DSGT só em 2006
Desenvolvimento do Sistema de Gestão Documental e Correio	1	Nova versão
Desenvolvimento da Guias de Receita	3	Foi necessário criar três tipos de aplicações – Sede, Fernão Magalhães e Divisões Sub-Regionais
Desenvolvimento de uma aplicação de suporte às Informações e Pareceres Jurídicos da DRAL	1	
Desenvolvimento de uma aplicação de suporte à Gestão de Funcionários CCDR e GATs	1	

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Desenvolvimento de uma aplicação para a gestão das Contra-Ordenações do Gabinete Jurídico.	1	Nova versão
Reformulação da aplicação lista telefónica electrónica	1	
Apoio ao utilizador no arranque nas novas aplicações	50	
Acções de formação nas novas aplicações	5	
Reuniões de preparação	10	Consideração apenas as reuniões entre a equipa de desenvolvimento e as diferentes Unidade Orgânicas. Foram excluídas as reuniões internas.
Total	76	

Os Sistemas de Informação Geográfica, vulgo SIG, são um nicho de conhecimento em franca expansão. Não é possível continuar a trabalhar e a obter informações geográficas não utilizando ferramentas informáticas.

Este é claramente um projecto de grande interesse para a Comissão já que permitirá uma melhor política de planeamento e ordenamento e de apoio à decisão nas mais variadas vertentes onde a gestão do solo seja fundamental. Como ambiente de disponibilização desta informação, foi eleita a intranet. Assim, sempre que um dado mapa seja trabalhado e criado será disponibilizado para todos os funcionários no canal de eleição para este efeito: a Intranet....

Para permitir todo o trabalho futuro foi necessária, e porque tal não existe, a passagem para digital (digitalização) das cartas existentes no âmbito dos PDM (condicionantes, ordenamento, REN e RAN) e a sua geo-referenciação. Devido ao elevado número de cartas e em alguns casos à sua má qualidade, foi este um trabalho muito absorvente em termos de recursos humanos. Contudo, as etapas posteriores (geo-referenciação dos processos das unidades orgânicas) não podem ser feitas sem a existência desta informações de base.

Foi ainda solicitado a este Gabinete, nesta área, o apoio à criação de diversos mapas de suporte a diversos trabalhos. Nomeadamente: do PNPOT; trabalhos no âmbito do QUERER (Logótipo, Projectos financiados no âmbito do POSI, Projectos financiados no âmbito do PRIME, Indicadores de Coesão, Indicadores de educação) e outros trabalhos (Empresas com sede na Região Centro, Empresas exportadoras, Sociedades com Sede na Região, Rede viária, Indicadores Estatísticos).

Quadro 4 – Actividades realizadas em 2005 – Área de SIG

Actividade	Nº	Obs.
Geo-Referenciação de equipamentos de uso colectivo	1.998 escolas 714 equi. de saúde 160 museus 66 bibliotecas 113 áreas industriais	
Geo-Referenciação de projectos apoiados pelo PORC	1.890 FEDDER 341 FSE	
Digitalização e geo-referenciação de todas as cartas dos Planos Directores Municipais (PDM) e condicionantes da Região Centro	900	
Apoio aos diversos técnicos na produção de mapas para utilização em trabalhos.	65	
Total		

- Estatística

A estatística é uma área deste Gabinete que desde sempre mereceu uma atenção muito grande. Em termos de recursos humanos tem exclusivamente dedicado um técnico superior o que se manifesta como deficitário devido ao volume de trabalho que deve emanar desta área. A obtenção

e tratamento de dados estatísticos da região é claramente uma das grandes necessidades do público-alvo desta Comissão e uma ferramenta muito importante para os técnicos.

Durante 2005 a tarefa fundamental foi a actualização das fichas concelhias ao nível do concelho e da NUT III, trabalho esse que envolveu o tratamento, calculo e registo de 7568 variáveis e rácios (6708 ao nível do concelho e 860 ao nível da NUT III). Foi ainda iniciado um estudo sobre uma temática emergente nas sociedades actuais que é o do envelhecimento da população.

Comprovando a grande apetência dos funcionários e público alvo da CCDRC para os dados estatísticos, foram solicitados um número elevado de trabalhos.

Foi ainda coordenado um estágio para dois formandos na Escola de Tecnologia da Lousã que tiveram como objecto de trabalho a reformulação da estrutura da base de dados e do interface com o utilizador da aplicação Atlas Numérico.

Quadro 5 – Actividades realizadas em 2005 – Área da Estatística

Actividade	Nº
Actualização das fichas concelhias	7568
Suporte estatístico à informação de base existente na aplicação Evolução da população da Região Centro entre 1864 e 2001	1
Suporte estatístico à informação de base existente na aplicação Atlas Numérico	1
Produção de um estudo sobre envelhecimento	1
Coordenação de um estágio a dois formandos da Escola Profissional da Lousã	1
Apoio a utentes externos	25
Total	

Balanco da Actividade e Recomendações

Em 2005 foram definidos e assumidos um conjunto de objectivos que seguidamente se transcrevem:

Quadro 6 – Objectivos definidos em 2005 para o GTIE

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	OBJECTIVOS DA UNIDADE	INDICADORES	VALOR ACTUAL	VALOR OBJECTIVO	VALOR ATINGIDO
Melhoria constante dos modos de funcionamento, de modo a reforçar os níveis de rapidez, qualidade de serviço prestado e satisfação dos diferentes tipos de utentes da CCDR. Reforçar graus de proximidade, dedicação e transparência nas relações com os utentes.	Mais e Melhores TIC <i>(Coincide com o objectivo estratégico 3)</i>	Garantir que todos os utilizadores têm máquinas tecnologicamente actuais.	60	100	100
		(%)	--	3	3
		Reformulação e desenvolvimento de novos módulos para o SGDC (entradas, encaminhamento e saídas). (uni.)	0	11	10
		Novos fluxos para o e-ProDoc (mapa, alteração e participação de férias, pedido e confirmação de serviço	--	1	1
		externo, req. de viaturas e	0	1	1
		material, gestão de processos	--	5	7

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

		da DSGT) (uni.).	5	15	25
		Acompanhamento do desenvolvimento do novo Portal. (uni.)			15
		Colaboração na criação de uma Intranet unificada. (uni.)			
		Configuração de servidores. (uni.)			
		Disponibilização de informação SIG (mapas)			
Reforço dos níveis de motivação, envolvimento e satisfação dos colaboradores da CCDRC.	Aumentar a qualidade de serviço aos utilizadores	Cursos de formação aos utilizadores (uni.)	0	3	0
		Sistema de Help Desk electrónico no e-ProDoc (uni.)	--	1	1
		Reuniões periódicas mensais (uni.)	0	12	12
		Redução do tempo médio de avarias (dias)	2	1	1

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Identificar, para os diferentes serviços, divisões e actividades desenvolvidas na CCDRC, os correspondentes processos, criando lógicas de gestão dos mesmos direccionadas para a identificação da sua razão de ser, respectivos utentes, métricas de sucesso, indicadores de acompanhamento (financeiros, de qualidade, rapidez, eficácia, satisfação dos utentes e dos colaboradores, de processos, erros, etc.), responsabilidades, mecanismos de análise e melhoria, tirando partido das TIC sempre que adequado. Tal identificação deve suportar a elaboração de planos de actividade, sistema de avaliação de desempenho, análises de eficácia e eficiência do funcionamento.	Fluxos electrónicos	Identificação, mapeamento e caracterização das actividades desenvolvidas (uni.)	0	3	3
Contribuir para uma conta de exploração da CCDRC equilibrada do ponto de vista económico e financeiro.					
Incrementar mecanismos de reforço de gestão do conhecimento, circulação de informação e diluição de silos organizacionais dentro da CCDRC. Reforçar	Criação de um centro especializado	Execução de estudos sobre a população da Região Centro focalizado no	0	1	1

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território
e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

igualmente práticas de reflexão estratégica e de análise dos verdadeiros impactos sobre a sociedade e o desenvolvimento regional decorrentes da existência e intervenção da CCDRC.	em estatística regional	envelhecimento. (uni.) Criação e gestão de uma base de dados de dados regionais (uni.)	0	1	0
--	-------------------------	---	---	---	---

Analisando a descrição das actividades efectuadas e a tabela anterior, podemos concluir que:

Na generalidade os objectivos foram atingidos e em alguns casos suplantados.

Nos que não foram são devidos a:

- **Implementação do e-ProDoc** – Não foi implementado o fluxo de requisição de material porque devido às alterações legislativas das novas competências dos Chefes de Divisão e Directores de Serviço, foi necessário refazer todos os fluxos anteriores. Foi ainda necessário desenvolver um módulo de gestão de assiduidade para a Divisão de Recursos Humanos. Estes dois factores implicaram a não existência de tempo que permitisse a implementação do dito módulo. Este ponto passou para 2006.
- **Cursos de formação aos utilizadores** – Foi efectuado um inquérito sobre as matérias que interessavam aos funcionários e colaboradores da CCDRC. As respostas foram entregues à Presidência, mas os ditos cursos nunca se realizaram não sendo possível imputar esse facto a este Gabinete. Nesta área de formação foram contudo efectuadas acções de formação em sala (apresentação do SGDC e do e-ProDoc) e *on job* de suporte ao arranque das novas aplicações.
- **Criação e gestão de uma base de dados regionais** – Este objectivo não foi concluído por falta de recursos humanos afectos à área da estatística. Aquando do estabelecimento deste objectivo estava previsto o reforço da equipa de trabalho afecta a esta área. Devido a condicionamentos vários tal não veio a ser possível, o que implicou que este objectivo não fosse totalmente atingido. A base de dados existente e que foi actualizada durante o ano de 2005, já contém um número alargado de indicadores e dados faltando contudo o passo final para se configurar como a base de dados estatísticos da região.

Quadro 7 – Avaliação dos resultados

Objectivos/Actividades	Auto- Avaliação
Mais e Melhores TIC	4
Aumentar a qualidade de serviço aos utilizadores	4
Fluxos electrónicos	4

Criação de um centro especializado em estatística regional	4
Auto-avaliação global	4

Quadro 8 – Pontos negativos que influenciaram a actividade realizada e propostas de solução

Pontos Negativos	Propostas de Solução
Falta de lei orgânica	
Falta de um pensamento e de uma acção estratégica única e vertical a toda a organização para esta área.	Enquanto não é publicada a nova orgânica, estabelecimento claro dos limites e obrigações de cada uma das divisões GTIE e GIDC. Essas obrigações deveriam ser integrais e verticais a toda a organização.
Desfasamento entre as tarefas desempenhadas e a categoria profissional	Tentar a reconversão e/ou reclassificação profissional.
Desfasamento entre as tarefas desempenhadas e a representação da CCDRC em entidades externas	Tentar a reconversão e/ou reclassificação profissional.
Falta de elementos na área da estatística	Tentativa com a mobilidade interna de reforço desta estrutura.
Alguma falta de formação dos utilizadores na área informática	Curso de formação
Falta de motivação na utilização das TIC	Acções de demonstração das vantagens
Inexistência de um manual de procedimentos estabilizado por Unidade Orgânica, que facilite a implementação de fluxos electrónicos de informação.	Validação do trabalho efectuado pelo IGAP e/ou execução de um estudo externo aos procedimentos visando a definição destes fluxos.
Falta de espaço no GTIE	Na reconversão dos espaços interiores que está a ser feita, consideração deste Gabinete necessitar de mais

	uma sala.
Dificuldades na implementação dos aplicativos informáticos	Acções de formação externa para os programadores.

Quadro 9 – Pontos Positivos

Interior	Exterior
O projecto e-CCDRC	Pressão de menos burocracia
Bom ambiente de trabalho	
Criação de uma rede que interliga a sede às Divisões Sub-Regionais	
Empenhamento da Presidência na massificação do uso das TIC.	

2.6 DEP – Divisão de Estudos e Planeamento

Introdução

A Divisão de Estudos e Planeamento (DEP) assegura “a promoção do desenvolvimento regional, designadamente através da dinamização de iniciativas e projectos integrados de desenvolvimento sócio-económico regional e da promoção de parcerias interregionais orientadas para o desenvolvimento de projectos de cooperação com outras regiões” (atribuições que segundo a lei orgânica em vigor estão cometidas ao Departamento de Promoção do Desenvolvimento Regional e Cooperação).

O seu funcionamento é assegurado pelo Chefe de Divisão, Dr. Jorge Brandão, que conta com o apoio da Técnica Adelaide Pereira e, só a partir do final do ano, com o Técnico Superior Adelino Bandeira.

Neste contexto, a actividade do serviço teve como prioridade a gestão da IC INTERREG IIIA (e particularmente dos subprogramas que envolvem a Região Centro). Procurou-se ainda assegurar uma resposta adequada às restantes áreas de intervenção, nomeadamente no que se refere à participação em redes e projectos de cooperação internacional.

Em projectos de cooperação específicos, foi estabelecida (ou continuada) uma colaboração com técnicos da CCDRC de outras áreas funcionais, que asseguram a vertente técnica da participação da instituição nas actividades dos projectos. Estão neste caso o Dr. Bernardo Campos (PORTA NATURA, CTC BIN-SAL e TERRITORIA), o Eng. António Relvão (ESPON), a Eng^a Ana Veneza (EDEA) e o Eng. Miguel Moisés (TERRITORIA).

Actividades Desenvolvidas em 2005

Gestão de Programas Comunitários

- INTERREG IIIA Portugal/Espanha

Realizou-se no dia 24 de Maio a quarta reunião do Comité de Acompanhamento, em Bragança - Portugal. Esta reunião teve como principal tema de agenda o lançamento da terceira convocatória para apresentação de candidaturas (que decorreu ainda em 2005).

Realizaram-se, entretanto, as seguintes reuniões do Comité de Gestão Conjunto:

- 25 de Maio, em Bragança: aprovação dos documentos operacionais para a terceira convocatória;
- 20 de Dezembro, em Faro: confirmação da decisão dos sub-comités relativamente aos projectos a aprovar no âmbito da terceira convocatória;

O serviço assegurou a participação nestas reuniões.

- INTERREG IIIA Portugal/Espanha: Subprograma 3. Centro – Castilla y León

Realizou-se a quarta reunião do Sub-comité de Gestão a 12 de Dezembro, em Salamanca - Espanha. Nesta reunião foi tomada a decisão sobre as candidaturas apresentadas na terceira convocatória, no âmbito deste subprograma.

As 38 candidaturas representavam um investimento total de 90,36 MEuros e uma comparticipação FEDER de 67,77 MEuros.

Em função das disponibilidades do Sub-programa, foram aprovadas 15 candidaturas com um custo elegível de 15,44 MEuros e uma ajuda FEDER de 11,58 MEuros (4,05 MEuros referentes a parceiros portugueses e 7,53 MEuros referentes a parceiros espanhóis).

Este serviço, enquanto antena do Secretariado Técnico do Subprograma na Região Centro, assegurou as seguintes tarefas:

- introdução dos dados das candidaturas na base de dados criada para aplicação do processo de instrução e selecção de candidaturas;
 - avaliação das candidaturas segundo os critérios definidos no processo de instrução e selecção de candidaturas;
 - consensualização com as antenas de Castilla y León e de Madrid sobre as pontuações a atribuir a cada candidatura;
 - preparação da documentação para decisão do Sub-comité de Gestão: Ficha de Instrução e Ficha de Decisão;
 - notificação da decisão do Sub-comité de Gestão relativamente às candidaturas em que o Chefe de Fila é da Região Centro;
 - preparação do acordo entre Autoridade de Gestão e Chefe de Fila e respectivos anexos para assinatura pelas duas partes;
 - divulgação do “Guia de apoio à gestão de projectos” e dos formulários de pedidos de pagamento;
 - validação das despesas dos parceiros da Região Centro e dos pedidos de pagamento dos projectos com Chefes de Fila da região, no que se refere aos projectos da 1ª e 2ª convocatórias.
- INTERREG IIIA Portugal/Espanha: Subprograma 4. Centro - Alentejo - Extremadura

Realizou-se a quarta reunião do Sub-comité de Gestão a 30 de Novembro, em Mérida – Espanha. Nesta reunião foi tomada a decisão sobre as candidaturas apresentadas na terceira convocatória no âmbito deste sub-programa.

As 31 candidaturas a este Sub-programa que envolviam parceiros da Região Centro representavam um investimento total de 92,59 MEuros e uma comparticipação FEDER de 69,44 MEuros.

Em função das disponibilidades do Sub-programa, foram aprovadas 7 candidaturas com parceiros da Região Centro que representam um custo elegível de 17,77 MEuros e uma ajuda FEDER de 13,32 MEuros (5,21 MEuros de parceiros da Região Centro, 0,96 MEuros de parceiros do Alentejo e 7,15 MEuros de parceiros da Extremadura).

À semelhança do anterior subprograma, enquanto antena do Secretariado Técnico na Região Centro, este serviço assegurou as mesmas tarefas relacionadas com a instrução e selecção de candidaturas e acompanhamento da execução (validação de despesas e dos pedidos de pagamento) dos projectos da 1ª e 2ª convocatórias.

- INTERREG IIIB Sudoeste Europeu

Realizou-se uma reunião do **Comité de Acompanhamento** a 21 de Junho, na Madeira. O principal tema da agenda desta reunião foi o balanço anual do programa e a actualização da avaliação intercalar.

O serviço assegurou a participação nesta reunião.

Redes de Cooperação

- COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA
 - Comunidade de Trabalho Região Centro - Castilla y León

As actividades, durante este ano, resumiram-se a contactos frequentes, através dos GIT, com vista ao intercâmbio de informação entre os parceiros ou ao esclarecimento de questões relacionadas com a cooperação.

No final do ano a CCDRC e a Junta de Castilla y León, começaram a trabalhar numa proposta de “projecto âncora” para a Comunidade de Trabalho: “Território, mobilidade e Inovação. Um projecto mobilizador para Castilla y León e Centro de Portugal”.

- Comunidade de Trabalho Região Centro - Extremadura

Tal como na situação anterior, durante este ano não foi concretizada nenhuma acção no âmbito da Comunidade de Trabalho com a Extremadura, uma vez que estamos num ano de execução dos

projectos aprovados no Sub-Programa 4 do Interreg IIIA. Neste contexto, os trabalhos limitaram-se ao desenvolvimento de contactos regulares e intercâmbio de informação entre entidades que integram a Comunidade de Trabalho.

- COOPERAÇÃO INTERREGIONAL
 - Conferência das Regiões Periféricas Marítimas (CRPM) e Comissão geográfica Arco Atlântico (AA)

A DEP acompanhou as actividades da CRPM e do AA, nomeadamente aquelas que se referem à reflexão sobre o próximo período de programação, o futuro do Programa de Cooperação Transnacional do Espaço Atlântico e a temática dos oceanos.

Projectos de Cooperação

- Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças Centro – Castilla y León

A DEP assegura a execução deste projecto e a respectiva gestão administrativa e financeira.

Foi apresentada uma nova candidatura ao INTERREG IIIA para assegurar a 3ª fase do projecto. A sua aprovação acontecerá em 2006, dado algum atraso na execução da 2ª fase.

A actividade do GIT centrou-se na divulgação de informação relevante sobre as regiões Centro e Castilla y León e no apoio a entidades das duas regiões para encontrar parceiros e preparar candidaturas à terceira convocatória do INTERREG IIIA (Subprograma 3 Centro – Castilla y León).

- Comunidade Territorial Beira Interior Norte - Salamanca

Durante o ano foi executado o projecto CTC BIN-SAL/SP3.P51 Constituição da Comunidade Territorial de Cooperação Beira Interior Norte – Salamanca, em colaboração com a Diputación de Salamanca. No âmbito deste projecto foi realizado o estudo “BEIRA INTERIOR NORTE – PROVINCIA DE SALAMANCA: Valorizar a história e conquistar o futuro” com o apoio da Universidade da Beira Interior, do Instituto Politécnico da Guarda e da Universidade de Salamanca (relatório disponível).

- Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças Centro – Alentejo – Extremadura

A DEP assegura a execução deste projecto e a respectiva gestão administrativa e financeira.

Foi apresentada uma nova candidatura ao INTERREG IIIA para assegurar a 3ª fase do projecto, tendo sido aprovada.

A actividade do GIT centrou-se na divulgação de informação relevante sobre as regiões Centro e Castilla y León e no apoio a entidades das duas regiões para encontrar parceiros e preparar candidaturas à terceira convocatória do INTERREG IIIA (Subprograma 4 Centro – Alentejo - Extremadura).

- INTERREG IIIB SUDOE: PORTA NATURA - Novas Procuras, Novos Espaços e Novos Produtos Turísticos para as Zonas Rurais do Sudoeste Europeu

Os Drs. Bernardo Campos e Jorge Brandão acompanham o respectivo dossier.

Foram assinados protocolos com a NATURTEJO - Empresa Intermunicipal, EIM e a Associação Terras de Sicó para a realizações de acções piloto nos dois territórios.

Realizou-se um seminário regional em Idanha-a-Nova, a 8 de Julho, e o seminário final do projecto em Coimbra, a 19 e 20 de Setembro.

Foi ainda realizada uma missão ao Maciço Central – França, entre 7 e 11 de Maio, com representantes dos dois territórios – Tejo Internacional e Sicó.

Teve início a experiência piloto no território de Sicó: criação de guias turísticos portáteis (criação do software e dos conteúdos necessários para utilização em PDA).

- INTERREG IIIB ESPAÇO ATLÂNTICO - Estudo para a elaboração de um esquema de desenvolvimento policêntrico do Espaço Atlântico

A Eng. Ana Veneza acompanha o dossier do projecto, que já foi concluído (relatório final disponível).

A DEP colaborou na preparação da candidatura e assegurou a sua gestão administrativa e financeira.

- PROGRAMA ESPON: The spatial effects and management of natural and technological hazards in general and in relation with climate change

O Eng. António Relvão, a Dra. Teresa Gil e o Dr. Jorge Brandão acompanharam o dossier do projecto, que já foi concluído (relatório final disponível).

A DEP assegura a sua gestão administrativa e financeira.

- INTERREG IIIB SUDOE: TERRITORIA – Uma nova orientação para a política de desenvolvimento dos territórios rurais.

O Dr. Bernardo Campos e o Eng. Miguel Moisés acompanham o dossier do projecto.

A DEP assegura a sua gestão administrativa e financeira.

Durante o ano deu-se início ao projecto mas o seu desenvolvimento sofreu algum atraso porque a parceria internacional foi alterada, com a saída da Junta de Castilla y León e a entrada da Comunidad de Madrid e a Comunidad Valenciana.

Outras Actividades

- Divulgação das convocatórias dos programas INTERREGIII

Foi divulgada a convocatória do programa de cooperação transfronteiriça Portugal/Espanha junto de um vasto leque de entidades da região, como Câmaras Municipais e Associações de Municípios, Administração Central, Associações Empresariais, Associações de Desenvolvimento, entre outros, com vista à participação do maior número possível de entidades da região neste programa.

Balço da Actividade e Recomendações

Das áreas de actuação que estão atribuídas a este serviço e que agregámos em três grandes grupos – gestão de programas, participação em redes de cooperação e participação em projectos de cooperação – foi claramente privilegiada a que se refere à gestão de programas.

Com efeito, dadas as limitações de recursos humanos afectos a este serviço (um Chefe de Divisão, uma técnica administrativa e, mais recentemente, um técnico superior) obrigaram a concentrar os esforços nas actividades em que a CCDRC não pode deixar de dar resposta adequada: a gestão do INTERREG IIIA Portugal/Espanha (Subprogramas 3 e 4) e o consequente acompanhamento dos projectos que envolvem entidades da Região Centro. Neste contexto, procurou-se assegurar uma boa execução do programa (tendo sido cumprida a meta da Regra N+2 no conjunto do Programa) e garantir a aprovação de candidaturas com relevância para a Região Centro, no âmbito da terceira convocatória do programa.

No que se refere às Redes de Cooperação, foi apenas possível manter uma ligação próxima com os Gabinetes de Iniciativas Transfronteiriças de Castilla y León e Extremadura, mas sem a concretização de iniciativas de maior fôlego, como o Plenário da Comunidade de Trabalho Região Centro – Castilla y León (que já deveria ter-se realizado em 2004), e foi feito o acompanhamento das notícias e da documentação produzida no âmbito da CRPM e do Arco Atlântico em temáticas da maior relevância como a preparação dos programas de cooperação para o próximo período de programação (2007-2013) e as questões relacionadas com os oceanos.

No contexto dos projectos de cooperação destaca-se a conclusão dos projectos Comunidade de Trabalho Beira Interior Norte – Salamanca, com a realização de um estudo sobre este território de fronteira, e do projecto PORTA NATURA, com a realização do seminário internacional final no auditório da CCDRC, em Setembro de 2005, com a participação de mais de 150 assistentes de Espanha, França e Portugal.

3. Relatórios de Actividades de 2005 – Divisões Sub-Regionais

3.1 Divisão de Aveiro

Introdução

A Divisão Sub-Regional de Aveiro desenvolveu a sua actividade durante o ano de 2005, em todas as áreas de intervenção e nos vários domínios sob a jurisdição da CCDRC, dentro do quadro legal das competências que lhe foram atribuídas (Decreto-Lei nº 127/01, de 17 de Abril).

A actividade da Divisão tem incidido no apoio às autarquias locais, quer na área do ambiente quer na área do ordenamento do território, através da realização de reuniões técnicas, da definição de áreas de jurisdição e no acompanhamento dos estudos da iniciativa das Autarquias, de modo a adoptar soluções mais convenientes, caso a caso.

Tem-se intensificado a participação em vistorias técnicas conjuntas que envolvem as Direcções Regionais da Economia e da Agricultura, Câmaras Municipais, Direcção Regional de Pescas e Aquicultura, Delegações de Saúde e Inspecção Geral do Trabalho, nos processos relativos às empresas industriais e às agro-pecuárias.

As acções de fiscalização têm-se intensificado graças à colaboração da Brigada do Ambiente da GNR, da Brigada Fiscal e da Polícia Marítima.

Actividades Realizadas em 2005

- Acompanhamento da elaboração dos Planos Municipais e Intermunicipais do Ordenamento do Território;
- Apreciação de propostas de parecer sobre localização de equipamentos desportivos de utilização colectiva;
- Propostas de parecer sobre localização de estabelecimentos industriais;
- Apoio e acompanhamento das candidaturas para comparticipação de equipamentos de utilização colectiva do PIDDAC-DGOTDU e DGAL;
- Verificação da conformidade e colheita dos elementos dos alvarás de loteamento, para fins estatísticos;
- Apoio técnico às Autarquias na área do Ordenamento e Ambiente.
- Análise e licenciamento de processos de utilização do Domínio Hídrico, no âmbito das competências delegadas;
- Emissão de pareceres a processos cuja competência para a emissão do parecer final ou de licenciamento é da competência das várias Direcções de Serviços;
- Realização de vistorias técnicas;
- Inventariação de danos causados pela acção das inundações que ciclicamente ocorrem bem como na avaliação dos custos das reparações marginais das linhas de água;
- Recolha de amostras de águas residuais e de lamas para análise laboratorial, a fim de identificar os infractores e sustentar os processos de contra-ordenação, especialmente em Tribunal;
- Recolha de amostras de águas balneares (marítimas e fluviais), piscícolas e da rede de qualidade da água para análise laboratorial;
- Averiguação e resposta às inúmeras reclamações que diariamente chegam à Divisão;

- Atendimento personalizado ao público, de forma a proporcionar um melhor esclarecimento aos utentes;
- Acções de fiscalização, por vezes com o apoio da GNR e da Brigada Fiscal da GNR, ou da Polícia Marítima, forças com que a Divisão continua a manter um excelente relacionamento e interacção, nomeadamente na extracção de inertes e no transporte de resíduos perigosos;
- Levantamento de Autos de Notícia, Embargo, Incumprimento de Embargo, Apreensão e de Selagem e na instrução de alguns processos de contra-ordenação e na audição de testemunhas;
- Colaboração e apoio à DSLCNI, no âmbito do acompanhamento das obras de defesa da orla marítima e na realização das vistorias aos apoios de praia;
- Colaboração e apoio à DSGA no âmbito das vistorias técnicas às indústrias e agro-pecuárias e na fiscalização de operações clandestinas de resíduos;
- Colaboração com o Gabinete Jurídico e na defesa de processos de contra-ordenação em Tribunal, onde o nível de sucesso tem sido elevado.

Quadro 1 – Números Globais da Actividade

Tipo de Documento	Nº de Documentos
Documentos entrados na Divisão	4806
Ofícios emitidos	2140
Notas de Serviço emitidas	3075
Informações emitidas	284
Licenciamentos de Utilização do Domínio Hídrico	Nº Licenças
Alvarás de Licença de Utilização do Domínio Hídrico emitidos pela Divisão	263
Alvarás de Licença de Utilização do Domínio Hídrico emitidos pela DSGA, processados na Divisão	271

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Registo de Embarcações	17
Notificações de Pequeno Utilizador do Domínio Hídrico (captações de água)	178
Processos gerados	908
Receitas	Nº e Valor
Guias de Receita do Estado emitidas	920
Receitas – Guias emitidas	128.505,35 €
Receitas – Guias Arrecadadas	132.680,50 €
Deslocações	km percorridos
Deslocações em Fiscalização, vistorias e acompanhamento de processos	54.093
Fiscalização	Nº
Saídas	325 dias
Processos Informados	881
Autos Lavrados	Nº
Autos de Notícia	505
Autos de Advertência	2
Autos de Apreensão	4
Autos de Embargo	14
Autos de Incumprimento de Embargo	2
Autos de Vistoria – Apoios de Praia	35
Actividade do ex-DRIA	Nº de Documentos
Informações	133
Ofícios	444
Alvarás	72

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Aditamentos	17
Guias de pagamento emitidas	1126
Notas de Crédito emitidas	6
Programa de Equipamento de Utilização Colectiva (PIDDAC-DGOTDU-DGAL)	Nº
Sub-Programa 1	12
Sub-Programa 2	48
Georeferenciação e tratamento de dados	Nº
Número de Processos	1246

Quadro 2 – Actividade por concelho

Concelho	Licenças de Utilização do Domínio Hídrico		Totais
	Emitidas na DSRA	Emitidas na DSGA	
Albergaria-a-Velha	30	21	51
Águeda	57	63	120
Anadia	25	29	54
Aveiro	43	12	55
Estarreja	15	19	34
Ílhavo	7	20	27
Mealhada	22	4	26
Murtosa	6	10	16
Oliveira do Bairro	12	17	29
Ovar	17	47	64
Sever do Vouga	16	10	26

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Vagos	13	19	32
Total	263	271	534

Balanço da Actividade e Recomendações

Quadro 3 – Avaliação dos Resultados

Objectivos/Actividades	Auto-Avaliação
Acompanhamento da elaboração de PMOT e apoio técnico às Autarquias na área do ordenamento e ambiente	4
Emissão de pareceres sobre localização de indústrias, agro-pecuárias, equipamentos desportivos e construções diversas	4
Licenciamento de Utilização do Domínio Hídrico	4
Vistorias conjuntas	4
Fiscalização	3
Programa de Equipamentos de Utilização Colectiva (PIDDAC-DGOTDU-DGAL)	4
Recolha de amostras de águas balneares, piscícolas e da Rede de Qualidade da Água	4
Atendimento ao público	4
Defesa de processos de Contra-Ordenação em Tribunal	4
Global	4

Quadro 4 - Pontos negativos que influenciaram a actividade realizada e proposta de solução

Pontos Negativos	Propostas de Solução
<i>Internos</i>	

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

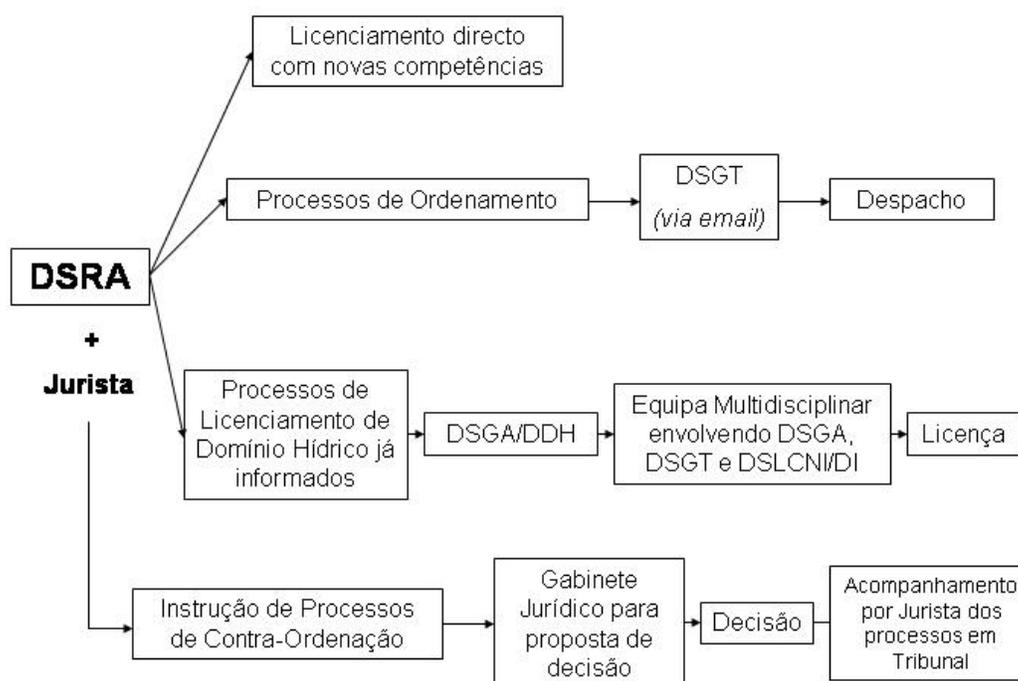
Circuitos internos complexos	Simplificação de circuitos e implementação de circuitos através da Intranet
Organização do arquivo	Formação específica para a actividade
Fiscalização reactiva	Formação e reforço da Fiscalização no sentido da prevenção e informação do público
Falta de meios humanos	Reforço de meios humanos
<i>Externos</i>	
Processos incompletos	Divulgação das regras e procedimentos
Deficiente sensibilização dos utentes para as questões ambientais e do ordenamento do território	Campanhas de esclarecimento e educação para a Cidadania
Dificuldade de relacionamento com as Autarquias tendo em vista o cumprimento da legislação ambiental e do ordenamento do território	Realização de acções de sensibilização e cooperação mútua com as Autarquias
Atrasos nos pareceres de outras Entidades	Simplificação de contactos

Quadro 5 - Pontos positivos

Interior	Exterior
Melhoria do funcionamento dos serviços em consequência da instalação dos sistemas informáticos	Bom relacionamento institucional
Bom relacionamento entre sectores e Presidência	Atendimento público personalizado
Delegações de competências	Redução dos tempos de resposta aos utentes

Outras Recomendações

- Dimensionamento do quadro de pessoal da Divisão Sub-Regional de Aveiro de modo a dar resposta às múltiplas actividades e solicitações (técnicos de ambiente, vigilantes da natureza e pessoal administrativo), designadamente na sequência de:
 - pedidos de reforma de funcionários afectos a esta Divisão já entregues e previstos a curto/médio prazo;
 - integração das tarefas do ex-DRIA na Divisão;
 - especificidade da área de jurisdição da Divisão.
- Contributo para a melhoria do relacionamento entre DSR's e DS's e entre as DS's da CCDRC:



3.2 Divisão de Castelo Branco

Introdução

A oportunidade de realização deste Relatório das Actividades de 2005 da Divisão Sub-Regional de Castelo Branco (DSRCB) é encarada como um momento de auto-avaliação a partir do qual se poderão sistematizar ideias surgidas, ponderando ainda outros documentos já elaborados no âmbito do “manual de procedimentos” elaborado para o IGAP.

Este relatório procura ainda ser o resultado da discussão e apreciação da actividade da DSRCB no âmbito das diversas intervenções resultantes de uma prática diária cujo balanço, embora de forma menos sistematizada, sempre se foi fixando com base numa forte coesão e inter-relacionamento dos diversos intervenientes.

Actividades realizadas em 2005

Trata-se neste capítulo de apresentar, de uma forma tão exaustiva quanto possível, as diversas actividades desenvolvidas pela DSRCB ao longo de 2005. É por isso um capítulo descritivo que se procurará organizar de forma sintética e, sempre que possível, quantificada.

Assim, teremos:

Actividades

▪ Registos de Saídas:	N.º
▪ Informações Técnicas	811
▪ Ofícios	2225
▪ Notas de Serviço	2441
▪ Mensagens de Serviço	254
▪ Fax	31
▪ Autos de Notícia	62
▪ Outros Registos:	N.º
▪ Entradas de correspondência	3992
▪ Alvarás de Licença (DSRCB)	389
▪ Alvarás de Licença (CCDRC)	532

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

▪ Declarações UDH (DSRCB)	34
▪ Declarações UDH (CCDRC)	44
▪ Processos abertos (Total)	814
▪ Processos abertos (JRE – Reclamações)	56
▪ Processos abertos (Proc. Contra-Ordenação)	249
▪ Processos abertos (Ambiente)	412
▪ Processos abertos (Ordenamento do Território)	97
▪ Registo financeiro:	Valor
▪ Valor das Guias de Receitas Cobradas (DSRCB)	189.138,65 €

Actividades Técnicas

▪ Programa Equipamentos (Disp. 7187/2003)	
○ Candidaturas apreciadas	N.º
▪ Sub-Programa 1	8
▪ Sub-Programa 2	13
○ Pareceres emitidos (Informações)	47
○ Prop. de Processamento de Encargos (SP1)	10
▪ Avaliação de Impacte Ambiental	
○ Emissão de pareceres p/ DAA (Informações)	8
▪ Localização de Empreendimentos Turísticos	
○ Emissão de pareceres p/ DUSQU (Informações)	11
▪ Instalação ou Ampliação de Suiniculturas	
○ Emissão de pareceres p/ DUSQU (Informações)	7
▪ Edificações ao longo de E.N.	

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

○ Emissão de Parecer al. c) n.º 2 Art.º 8º DL 13/71	2
▪ Edificações em Zona de Protecção	
○ Emissão de Parecer/Informações	2
▪ Localização de Estabelecimentos Industriais	
○ Emissão de Parecer/Informações	4
▪ Instalação de Estabelecimentos Comerciais	
○ Emissão de Parecer/Informações	1
▪ Elaboração de Mapa Mensal de Alvarás	
○ Art.º 4.º, al cc) DL 104/2003	12
▪ Fiscalização Ambiental	
○ Autos de Notícia	62
▪ Fiscalização no domínio do Ordenamento do Território	
○ Averiguação e Instrução de Processos	2
▪ Regime de excepções da REN	
○ Processos RIP (al.c) n.º 2 Art.º 4º DL 93/90)	18
▪ Licenciamento da Utilização do Domínio Hídrico	
○ 13.1 Alvarás de Licença emitidos	389
○ 13.2 Declarações UDH emitidas	34
○ 13.3 Processos informados	814
▪ Acompanhamento de Revisão/Alteração/Elaboração/Suspensão de PMOT (Informações)	
○ PDM	5
○ PU	5
○ PP	19
▪ Acompanhamento de Elaboração de PEOT	
○ Processos em curso	4

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

- Medidas Preventivas - suspensão de PMOT
 - Pareceres emitidos (Informações) 32

Grupos de Trabalho N.º

- Vistorias de Indústrias 15
- Reuniões da Com. Reg. Da Reserva Agrícola 25
- Reuniões de Com. Mistas de Coordenação:
 - PDM 2
 - Psect/PEOT 4

Apresenta-se de seguida um quadro com a distribuição de diversas Actividades Técnicas por município, tendo-se optado por utilizar somente as actividades com indicadores de expressão numérica significativa.

Município	Actividades/Pareceres/...								
	1.1.1	1.1.2	2	3	4	10	13.1	13.2	13.3
Belmonte	1	-	-	1		4	14	-	23
Cast. Branco	1	-	-	-	3	8	67	7	115
Covilhã	2	3	1	2		15	56	3	164
Fundão	3	2	-	2	2	20	90	3	236
Idanha-a-N. ^a	1	3	-	3		1	19	3	56
Oleiros	-	1	3	-	1	2	19	3	28
Penamacor	-	-	-	1		3	14	-	34
Proença-a-N. ^a	-	-	2	-	1	-	42	4	24
Sertã	-	4	1	1		1	24	3	50
Vila de Rei	-	-	-	-		-	2	-	16

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Vila V. Ródão	-	-	3	1		20	20	3	56
Mação	-	-	1	-		22	22	5	12
Total	8	13	8*	11	7	62	389	34	814

* 3 Processos apreciados abrangem mais do que um município

Balanço da actividade e recomendações

Auto-avaliação das actividades desenvolvidas

Para efeitos de Auto-avaliação são apresentados os critérios de avaliação propostos para 2005 por esta DSRCB no âmbito do SIADAP.

Assim, teremos:

Objectivo / Actividade	Auto-avaliação (1 a 5)
A – Promoção da qualidade e melhoria do serviço prestado	4
B – Incremento da eficiência da Fiscalização	4
C – Desenvolvimento de condições de funcionamento interno	3
Auto-avaliação Global	4

Factores influentes na actividade

Procura-se aqui identificar os factores que influenciaram de forma positiva ou negativa a actividade da DSRCB.

Aspectos positivos

- Incremento da disponibilidade de meios informáticos;
- Envolvimento dos diversos sectores de actividade no desenvolvimento de tarefas, e,
- Reforço do espírito de unidade em torno da actividade global da CCDRC;

Aspectos negativos

- Ausência de reforço do quadro após a reforma de funcionários;
- Ausência de incentivo aos funcionários “estagnados” nas respectivas carreiras;
- Ausência de formação profissional;
- Ausência de acções de concertação de procedimentos entre Direcções de Serviço e entre estas e as DSR;
- Manutenção de alguma descoordenação entre Direcções de Serviço que necessitam de emitir pareceres para um mesmo processo;
- Ausência de investimento em meios de transporte, e de equipamento para a área de Fiscalização;
- Ausência de iniciativa para a harmonização da classificação de processos;
- Ausência de definição da “imagem” da CCDRC e de meios de comunicação moderna e actualizada com os “clientes” (Site na internet, submissão electrónica de formulários, terminais de pagamento electrónico, ...)

Naturalmente que as propostas de solução para os aspectos negativos indicados passam, necessariamente pela supressão ou mitigação dos factores que lhes dão origem.

Internamente, deverá ser seriamente encarada a necessidade de suprir as carências de pessoal nesta DSRCB (na área de Fiscalização, na área de Técnicos), de desbloquear as progressões de carreiras, de investir seriamente no equipamento dos Vigilantes da Natureza promovendo de facto a sua actividade, de adquirir meios de transporte condignos e adequados obviando assim aos gastos quase perdulários que os que actualmente dispomos obrigam,

Notas finais

Como nota final, não podemos deixar de fazer um balanço preocupante quanto ao desempenho desta DSR porquanto é notório o incremento do número de processos entrados e de actividades desenvolvidas, ao mesmo tempo que se assiste à diminuição dos meios humanos disponíveis, à

desincentivação dos existentes, ao fenecer dos meios de transporte e às tímidas melhorias do equipamento informático cuja operacionalidade, gerida por telefone com a sede, é seguramente subaproveitada por falta de formação dos seus utilizadores.

A manutenção da proficiência no trabalho desenvolvido é assim atingido à custa de muito esforço individual de cada um dos colaboradores, quiçá com alguma diminuição na sua qualidade e aumento de tempo de resposta.

Julga-se ainda que um forte investimento nas áreas dos Sistemas de Informação Geográfica, que terão necessariamente de acompanhar por parte da CCDRC a nova geração dos PDM, poderá ajudar a suprir algumas das dificuldades identificadas, na óptica da prestação de serviços mais céleres, eficientes e criteriosos.

As transformações que a futura orgânica da CCDRC acarretará, a criação das ARH, o novo desenho geográfico da Região Centro, etc., introduzem no nosso quotidiano a dose de inquietação quanto ao futuro que, a não ser gerida adequadamente e acompanhada de sinais positivos quanto ao esbatimento dos pontos negativos referidos, por certo se traduzirá numa avaliação de desempenho inferior ao até aqui alcançado.

Contudo, não gostaríamos de terminar sem deixar um sinal de confiança positiva no trabalho que, em conjunto com a Presidência, Administração, Direcções de Serviços e demais unidades funcionais, certamente estaremos à altura de desenvolver para que o futuro seja, de facto, mais promissor.

3.3 Divisão da Guarda

Introdução

A oportunidade de realização deste Relatório das Actividades de 2005 da Divisão Sub-Regional de Guarda (DSRG) é encarada como um momento de auto-avaliação a partir do qual se poderão sistematizar ideias surgidas, ponderando ainda outros documentos já elaborados no âmbito do “manual de procedimentos” elaborado para o IGAP.

Este relatório procura ainda ser o resultado da discussão e apreciação da actividade da DSRG no âmbito das diversas intervenções resultantes de uma prática diária cujo balanço, embora de forma

menos sistematizada, sempre se foi fixando com base numa forte coesão e inter-relacionamento dos diversos intervenientes.

Actividades realizadas em 2005

Trata-se neste capítulo de apresentar, de uma forma tão exaustiva quanto possível, as diversas actividades desenvolvidas pela DSRG ao longo de 2005. É por isso um capítulo descritivo que se procurará organizar de forma sintética e, sempre que possível, quantificada.

Assim, teremos:

Actividades

Durante o ano de 2005, o sector administrativo registou a seguinte movimentação de documentos:

- Documentos entrados – 2.997
- Ofícios enviados – 2.350
- Faxes emitidos – 51
- Furos informados – 320
- Processos de contra ordenação – 46
- Alvarás de Licença e/ou títulos de legalização emitidos – 325
- Alvarás de loteamento recebidos – 21
- Candidaturas Sub-Programa 1 (Disp. 7187/2003) – 0
- Candidaturas Sub-Programa 2 (Disp. 7187/2003) – 20
- Total de Informações Técnicas produzidas – 704
- EQT-----15
- EQU----- 87
- EQC----- 4
- CHA, CNE, CAP, ----- 233
- IND----- 7
- IPE----- 5

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

▪ RFL-----	7
▪ JRE-----	100
▪ VIA-----	10
▪ VPO-----	12
▪ OBB – Bibliotecas-----	0
▪ DIV-----	35
▪ PPO-----	0
▪ AT-----	46
▪ RUR-----	0
▪ EIA-----	1
▪ ETAR-----	39
▪ POAAP-----	0
▪ XPR-----	0
▪ ZPR-----	2
▪ OCC-----	1
▪ Vistorias a mini-hidricas para início de funcionamento –	0
▪ Vistoria a locais para localização / ampliação de cemitérios –	2

Ao nível do movimento de cobrança de taxas por serviços prestados, o ano de 2005 foi marcado pela entrada em vigor da Portaria 393/2004 de 16 de Abril.

- Os resultados finais de movimentos são:
- Guias emitidas – 10.326.8€
- Guias cobradas – 146.264.60€

Balanço da actividade e recomendações

Factores influentes na actividade

Procura-se aqui identificar os factores que influenciaram de forma positiva ou negativa a actividade da DSRG.

- Aspectos positivos
 - Incremento da disponibilidade de meios informáticos;
 - Envolvimento dos diversos sectores de actividade no desenvolvimento de tarefas, e,
 - Reforço do espírito de unidade em torno da actividade global da CCDRC;
- Aspectos negativos
 - Ausência de reforço do quadro após a reforma de funcionários;
 - Ausência de incentivo aos funcionários “estagnados” nas respectivas carreiras;
 - Ausência de acções de concertação de procedimentos entre Direcções de Serviço e entre estas e as DSR;
 - Manutenção de alguma descoordenação entre Direcções de Serviço que necessitam de emitir pareceres para um mesmo processo;
 - Ausência de investimento em meios de transporte, e de equipamento para a área de Fiscalização;
 - Ausência de definição da “imagem” da CCDRC e de meios de comunicação moderna e actualizada com os “clientes” (Site na internet, submissão electrónica de formulários, terminais de pagamento electrónico, ...)

Naturalmente que as propostas de solução para os aspectos negativos indicados passam, necessariamente pela supressão ou mitigação dos factores que lhes dão origem.

Internamente, deverá ser seriamente encarada a necessidade de suprir as carências de pessoal nesta DSRG (na área de Fiscalização, na área da Secretaria), de desbloquear as progressões de carreiras, de investir seriamente no equipamento dos Vigilantes da Natureza promovendo de facto a sua actividade, de adquirir meios de transporte condignos e adequados obviando assim aos gastos quase perdulários que os que actualmente dispomos obrigam.

Notas finais

Como nota final, não podemos deixar de fazer um balanço preocupante quanto ao desempenho desta DSR porquanto é notório o incremento do número de processos entrados e de actividades desenvolvidas, ao mesmo tempo que se assiste à diminuição dos meios humanos disponíveis.

A manutenção da proficiência no trabalho desenvolvido é assim atingido à custa de muito esforço individual de cada um dos colaboradores, quiçá com alguma diminuição na sua qualidade e aumento de tempo de resposta.

Julga-se ainda que um forte investimento nas áreas dos Sistemas de Informação Geográfica, que terão necessariamente de acompanhar por parte da CCDRC a nova geração dos PDM, e os processos do registo de licenciamento poderá ajudar a suprir algumas das dificuldades identificadas, na óptica da prestação de serviços mais céleres, eficientes e criteriosos.

Contudo, não gostaríamos de terminar sem deixar um sinal de confiança positiva no trabalho que, em conjunto com a Presidência, Administração, Direcções de Serviços e demais unidades funcionais, certamente estaremos à altura de desenvolver para que o futuro seja, de facto, mais promissor.

3.4 Divisão de Leiria

Introdução

À Divisão Sub-Regional de Leiria incube não só prestar apoio e colaboração a todos os Serviços da CCDRC na área ambiental e na área de ordenamento do território, como proceder por delegação de competências à emissão de licenças, declarações e pareceres. De referir ainda a vasta acção de fiscalização inerente à área de actuação. As actividades foram organizadas nos quadros que se seguem, de acordo com orientações Superiores.

Actividades realizadas em 2005

Quadro 1 – em matéria de gestão territorial

Actividade	N.º
-------------------	------------

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Localização de indústrias	44
Localização de empreendimentos turísticos	8
Localização de equipamentos desportivos	9
Localização de explorações pedreiras	13
Localização de cemitérios	1
Localização de conjuntos comerciais	2
Localização de suiniculturas	8
Construções junto a E.N. - DL 13/71 de 23.01	13
Acompanhamento de PMOT / PEOT - informações	17
- reuniões/actas	45 a)
Acompanhamento do Polis da Marinha Grande	Não quantificável
Candid. para compart. de equip. urbanos de util. colect.	
ao Sub-Prog. 2 - desp.MCOTA 7187/2003 de 11.04	18
Obras entradas em Piddac	7
Outras (ped. de escl. sobre diversas matérias pelas C.M., infraestruturas, AIA, etc.)	25

a) Inclui 7 reuniões gerais sobre PMOT realizadas na CCDRC

Quadro 2 – em matéria ambiental

Actividade	N.º	Obs.
Licenc. de util. Domínio Hídrico pela DSR	307	Em anexo list.por conc. e por tipol.
Licenc. de util. Dom. Hídr. pela DDH com base em inf. da DSR	294	Em anexo list.por concelho
Reclamações - processos entrados	132	
Reclamações - processos analisados	91	
Participações em vistorias:		Em anexo list.por concelho
- colab. com outra entid (ind., pec., dom. públ. marítimo) - 170		
- no âmbito do licenciamento industrial (inclui 15 de art. 24º)- 68	238	

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Fiscalização	-	Em anexo estão especific. as princ. act.
--------------	---	--

Quadro 3 – números globais da actividade

Actividade	N.º	Obs.
Documentos Entrados	5089	
Novos Processos	766	
Ofícios enviados	2120	
Mensagens de serviço (remetem correspondência interna)	1121	
Notas de serviço / informações	1096	
Alvarás emitidos	307	
Saídas no âmbito das actividades	688	
Receitas - guias recebidas	€ 132 438,95	Houve guias de 2004 pagas em 2005
Receitas - guias emitidas	€ 128 416,88	
Audição de test. no âmbito de proc. contra-ordenação	102	

Comparativamente aos anos anteriores verificou-se um aumento de receitas, à excepção de 2004 em que se verificou uma situação excepcional com a emissão de cerca de trezentas, oitenta e sete declarações de utilização do domínio hídrico a aderentes da RECILIS (61920 euros).

Balanço de actividades realizadas em 2005

Quadro 4 – em matéria de gestão territorial

Actividade	Avaliação de Resultados
Localização de indústrias	5
Localização de empreendimentos turísticos	4
Localização de equipamentos desportivos	5
Localização de explorações pedreiras	4
Localização de cemitérios	5
Localização de conjuntos comerciais	5

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Localização de suiniculturas	4
Construções junto a E.N. - DL 13/71 de 23.01	5
Acompanhamento de PMOT / PEOT - informações	
- reuniões/actas	4
Acompanhamento do Polis da Marinha Grande	4
Candid. para compart. de equip. urbanos de util. colect.	
ao Sub-Prog. 2 - desp.MCOTA 7187/2003 de 11.04	
Obras entradas em Piddac	4
Outras (ped. de escl.sobre diversas matérias pelas C.M.,infraestruturas, etc.)	4
<i>Global</i>	4

Quadro 5 – em matéria ambiental

Actividade	Aval. de resultados
Licenc. de util. Domínio Hídrico pela DSR	4
Licenc. de util. Dom. Hídr. pela DDH com base em inf. da DSR	3
Reclamações	3
Participações em vistorias:	
- colab. com outra entid (ind., pec., dom. públ. marítimo)	5
- no âmbito do licenciamento industrial	4
Fiscalização	3
<i>Global</i>	4

Os valores apresentados para alguns destes itens reflectem a falta de meios humanos e logísticos, não estando em causa a qualidade do trabalho desempenhado, nomeadamente pela fiscalização (Vigilantes da Natureza), que garantem o apoio técnico na área Ambiental.

Quadro 6 – Factores negativos que influenciaram a actividade

Factor	Proposta de solução
Internos	

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Falta de recursos humanos (técnicos e fiscalização)	Reforço de meios
Deficiência de meios logísticos	
Formação insuficiente	Realização de mais acções de formação
Circuitos internos sobrecarregados	Simplificação dos procedimentos
Externos	
Processos incompletos	Elucidação / imposição de regras
Instabilidade do quadro legislativo (particularmente na área dos PMOT)	Conclusão e publicação da restante regulamentação e normas

Quadro 7 – Factores positivos que influenciaram a actividade

Internos
Melhoria da exploração de sistemas informáticos
Bom relacionamento humano entre sectores
Espírito de equipa
Externos
Bom relacionamento técnico e humano
Atendimento personalizado e diário

Anexo I – Actividades por concelho em matéria de Gestão Territorial

Concelho	Localização							Const. junto a E.N. DL 13/71 de 23.01	Acompanhamento		Candid. equip. util. colect. ao Sub-Prog.2	Obras PIDDAC	Outras (ped.de escl.C. M.)
	ind.	emp. r. tur.	equip. desp.	expl. pedr.	cemit.	conj. com.	suin.		PMOT /PEOT				
									Infor. mações	Reun. /actas			
Alvaiázeres			1				1						
Ansião		1		1			3			1		4	

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Batalha	1		2					3	3	3				
Castanheira de Pera			1										1	1
Figueiró dos Vinhos	1	2							1	1		2	2	2
Leiria	23	1	1	5		2	4	6	2	12		5	1	8
Marinha Grande	10		1							1		1		2
Pedrógão Grande									1				1	1
Pombal	1	3	1	5	1			2	6	14		4	1	6
Porto de Mós	8	1	2	2				2	4	7		1	1	
<i>Total</i>	44	8	9	13	1	2	8	13	17	38	Não quantificável	18	7	24

Anexo I – Actividades por concelho em matéria ambiental

Concelho	Licenciamento de UDH		Reclamações		Particip. em vistorias	
	pela DSR	pela DDH	entradas	analisadas	colab. com	lic. Ind.
		com inf. da DSR			outra entidade	
Alvaiázere	13	6				2
Ansião	17	10				1
Batalha	22	14				7
Castanheira de Pera	1	2				
Figueiró dos Vinhos	15	6				2
Leiria	131	126			5	32
Marinha Grande	32	14			15	5
Pedrógão Grande	15	4				1
Pombal	38	54				14
Porto de Mós	23	58			155	9
<i>Totais</i>	307	294	104	92	175	73

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Anexo II – Licenciamento por tipologia

Tipologia	N.º
Efluentes domésticos	86
Indústrias - efluente industrial e/ou doméstico	110
Obras	79
Obras + efluente doméstico	11
Pecuárias	1
Captações	12
Diversos	8

Anexo III – Acções de fiscalização em 2005

Número de saídas			547
Quilómetros efectuados			58945
Autos de notícia levantados		<i>Totais</i>	159
	Alvaiázere	4	
	Ansião	6	
	Batalha	6	
	Castanheira de Pera	2	
	Figueiró dos Vinhos	5	
	Leiria	79	
	Marinha Grande	14	
	Pedrógão Grande	3	
	Pombal	29	
	Porto de Mós	11	
Inform. / notas serv. a)			1019
Vistorias de colab. c/ Entidades b)			175
Colheitas	solo	2	
Acções de fiscalização	água	17	19
Colheitas	praias	96	

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Programadas	rios	132	228
Colheitas da GNR transport. ao Laboratório da CCDR			63
Saídas para tribunal			53

a) sobre domínio hídrico (fluvial e marítimo), matérias da Divisão de Licenciamento (tais como: resíduos poluição atmosférica, poluição sonora), processos de infra-estrutura, entre outros.

b) indústrias, pecuárias, domínio público marítimo, infra-estruturas.

3.5 Divisão de Viseu

Introdução

A Divisão Sub-Regional de Viseu (DSRV), como serviço desconcentrado prestou apoio e colaboração a todos os demais serviços da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-C) e deu resposta de forma eficaz aos utentes dos serviços, nomeadamente autarquias locais, entidades públicas e privadas e público em geral, assegurando assim, com o seu trabalho, o cumprimento dos objectivos definidos para o ano de 2005, melhorando na qualidade do serviço prestado e contribuindo para uma melhoria da qualidade ambiental e do ordenamento do território.

O atendimento directo ao público na sede da Divisão, representa uma parte significativa do trabalho, nomeadamente na área ambiental.

A área geográfica de actuação da divisão coincide com a NUT III, Dão-Lafões, à excepção do concelho de Aguiar da Beira, abrangendo catorze concelhos do distrito de Viseu.

Actividades realizadas em 2005

Durante o ano de 2005 foram executadas, pela DSRV, as seguintes actividades:

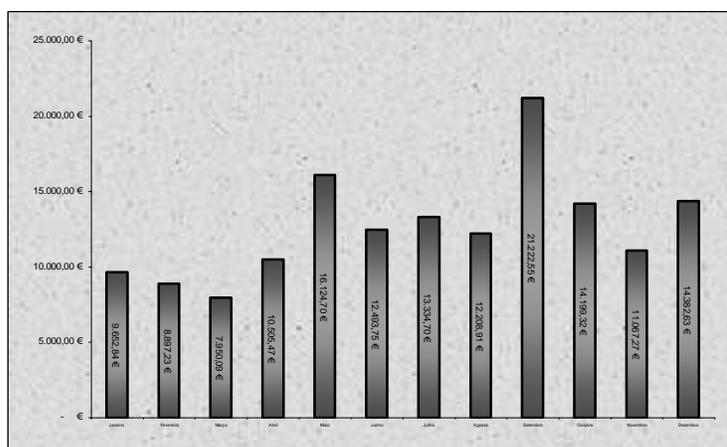
- Documentos entrados2653
- Ofícios emitidos 2012
- Faxes emitidos 90
- Autos de Notícia 59

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
 Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

▪ Alvarás de Licença emitidos	169
▪ Alvarás de loteamento recebidos	106
▪ Candidaturas Sub-Programa 1 (Desp. 7187/2003)	1
▪ Candidaturas Sub-Programa 2 (Desp. 7187/2003)	26
▪ Total de Informações/Pareceres elaborados	114
○ EQT-----	12
○ EQU-----	12
○ CHA, CNE, CAP, -----	12
○ IND-----	3
○ IPE-----	2
○ JRE-----	3
○ PPO-----	2
○ CTR -----	7
○ CCC -----	2
○ LOT -----	3
○ ETAR- -----	17
○ Outros -----	39
▪ Vistorias a mini-hidricas para início de funcionamento	3
▪ Vistoria a locais para localização / ampliação de cemitérios	2
▪ Vistorias conjuntas com a DRE e DRABL	11
▪ Visitas de acompanhamento a parques eólicos	3
▪ Recolha sistemática de águas das praias fluviais, áreas piscícolas e de captações, cumprindo o programa anual de monitorização de águas – 22.000 Kms percorridos.	
▪ Cobrança de taxas por serviços prestados (Portaria 393/2004 de 16 de Abril).	

O gráfico e quadro seguintes revelam as receitas arrecadadas pela DSRV.

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

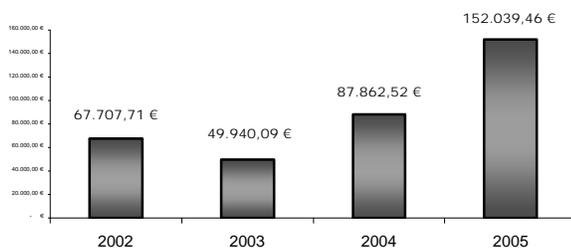


	Total
Janeiro	9.652,84 €
Fevereiro	8.897,23 €
Março	7.950,09 €
Abril	10.505,47 €
Maio	16.124,70 €
Junho	12.493,75 €
Julho	13.334,70 €
Agosto	12.208,91 €
Setembro	21.222,55 €
Outubro	14.199,32 €
Novembro	11.067,27 €
Dezembro	14.382,63 €
Total	152.039,46 €

* - Não estão quantificadas as receitas indirectas resultantes dos processos de contra-ordenação.

** - Foram quantificados, no mês de Dezembro, os valores de 8.788,01€ indicados no fax de 15 de Dezembro de 2005 da Administradora, correspondente a "Guias emitidas, guias pagas e não contabilizadas" que se reportavam também a meses anteriores.

Gráfico comparativo de receitas arrecadadas com anos anteriores.



Ano	Total
2002	67.707,71 €
2003	49.940,09 €
2004	87.862,52 €
2005	152.039,46 €

Balço da actividade e recomendações

Quadro 1 - Auto-avaliação dos resultados

Objectivos / Actividades	Auto-avaliação
Qualidade de serviço e impacto na sociedade	4
Motivação / Gestão de recursos humanos	2
Produtividade e gestão de despesas	4
Auto-avaliação global	3,5

Quadro 2 – Factores influentes na actividade

Pontos negativos	Propostas de solução
- Ausência de investimento em meios de transporte, e de equipamento para a área de Fiscalização;	- Aquisição de EPI's (Equipamentos de Protecção Individual); - Aquisição de uma nova viatura;
- Rede informática interna por concluir;	- Conclusão da rede informática interna;
- Falta de ligação às bases de dados da CCDRC;	- Conclusão da rede informática interna;
- Formação insuficiente na área de informática para utilização das redes em instalação;	- Formação aos trabalhadores na área informática;
- Ausência de acções de concertação de procedimentos entre Direcções de Serviço e entre estas e as DSR;	- Acerto e agilização de procedimentos;
- Manutenção de alguma descoordenação entre Direcções de Serviço que necessitam de emitir	- Acerto e agilização de procedimentos;

pareceres para um mesmo processo;	
- Ausência de incentivo aos funcionários “estagnados” nas respectivas carreiras;	- Abertura de concursos de promoção;

Quadro 3 - Pontos positivos

Interior	Exterior
-Incremento da disponibilidade de meios informáticos/aumento de produtividade;	- Qualidade e rapidez nas respostas aos utentes/clientes dos serviços;
-Alargamento das competências às DSR's na área do licenciamento do domínio hídrico;	- Qualidade e rapidez nas respostas aos utentes/clientes dos serviços; - Aumento de receitas na DSRV;

Verifica-se que internamente, deverá ser seriamente encarada a necessidade de concluir e tornar eficaz as redes informáticas (interna e de ligação com a CCDRC), bem como dar formação aos trabalhadores, desbloquear as progressões de carreiras, e investir nos equipamentos dos Vigilantes da Natureza promovendo a sua actividade, adquirir meios de transporte adequados obviando assim os gastos exagerados que os que actualmente dispomos nos obrigam.

Julga-se ainda que terá que ser feito um forte investimento nas áreas dos Sistemas de Informação Geográfica, que terão necessariamente de acompanhar por parte da CCDRC a nova geração dos PDM.

4. Relatórios de Actividades de 2005 – GAT

As actividades dos GAT desenvolveram-se essencialmente no campo da elaboração de projectos, assessoria técnica, levantamentos topográficos e acompanhamento de obras, solicitadas pelos municípios dos respectivos agrupamentos.

Para além disto, os GAT asseguraram o acompanhamento físico e financeiro dos projectos dos Municípios dos respectivos agrupamentos inseridos no III Quadro Comunitário de Apoio – Programa Operacional Regional do Centro – Eixo I, assim como dos projectos co-financiados pela Administração Central (Contratos-Programa e acordos de colaboração).

5. Relatórios de Actividades de 2005 - PO Centro

5.1 Eixo I

Introdução

O Eixo I do PO Centro (*Apoio aos investimentos de interesse municipal e intermunicipal*) visa, como o próprio nome indica, acolher e financiar projectos de âmbito municipal e intermunicipal, que concorram para melhorar a qualidade de vida e o desenvolvimento local. A resposta a este objectivo genérico e as metas que fixadas, para o Programa em geral e o Eixo I em particular, levou a que a actuação tenha privilegiado a execução financeira e o acompanhamento físico das diferentes Medidas que o estruturam.

Assim, além das múltiplas solicitações exigidas em termos de gestão corrente, de diversos relatórios à permanente actualização do sistema de informação, exige-se que seja assegurada uma apreciação atempada tanto das candidaturas como dos pedidos de pagamento, por forma a assegurar uma normal execução física e financeira dos projectos apoiados e, deste modo, uma evolução positiva do desempenho dos múltiplos beneficiários, onde as Câmaras Municipais assumem, naturalmente, lugar de destaque.

Actividades Realizadas em 2005

Principais actividades e respectivo enquadramento realizadas no âmbito específico do Eixo I:

Gestão e monitorização da execução:

- *Candidaturas*: apreciação de candidaturas e preparação das Unidades de Gestão;
- *Pedidos de Pagamento*: apreciação do pedido e emissão da ordem de pagamento;

- *Registo em SIFEC*: registo em sistema de informação de todas as candidaturas aprovadas e pedidos de pagamento processados;
- *Relatórios*: além de relatórios mensais, assume maior relevo o contributo para o Relatório de Execução Anual do PO Centro [2004].
- *Acompanhamento*:
- *Reuniões*: ao longo do ano foram realizadas múltiplas respostas formais e informais a múltiplos promotores de projectos, reuniões com Câmaras Municipais, Gat's, etc.

Controlo:

- *Auditorias e missões de controlo*: além do apoio dado a estas iniciativas houve a necessidade de preparar os respectivos contraditórios.
- *Avaliação*:
- *Actualização da avaliação intercalar*: participação no processo de avaliação que decorreu em 2005.

Apresentação sintética da quantificação possível dos resultados decorrentes destas actividades:

Quadro 1 – Actividades realizadas em 2005

Secção a)

Actividade	Nº	Obs.
Unidades de gestão realizadas	6	
Projectos apreciados e aprovados	191	Montante elegível: 128.175.549 Euros.
Pedidos de pagamento apreciados	1045	Despesa elegível : 121.401.159 Euros
Ordens de pagamento emitidas	1045	Pagamentos efectuados a 103 entidades no montante global de 67.795.625 Euros
Reprogramações (físicas e financeiras)		

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

de candidaturas aprovadas		
Encerramentos de projectos	170	

Secção b)

Actividade	Nº	Obs.
Medida I.5		
Projectos apreciados	44	
Projectos aprovados	29	Montante elegível: 2.361.271 Euros.
Pedidos de pagamento apreciados	34	Despesa elegível : 2.204.731 Euros
Medida I.8		
Projectos apreciados	17	
Projectos aprovados	16	

Importa ainda referir outras actividades transversais, designadamente a Preparação do Relatório de Execução Anual 2004, as múltiplas Reuniões com promotores de projectos, a preparação e resposta aos contraditórios das Auditorias realizadas por diferentes níveis de Controlo (1º nível, IGF, etc.), Registo em SIFEC e, no caso da Medida I.6, no sistema específico do IGFSE. Do ponto de vista mais substantivo é de realçar os resultados alcançados nas diferentes Medidas do Eixo I do PO Centro, na sequência da dinâmica de anos anteriores, que se salvou por mais de 1700 projectos municipais e intermunicipais apoiados, até final de 2005, sobretudo de infra-estruturas e equipamentos, merecendo destaque dois objectivos conseguidos:

- bons níveis globais de execução (*Cf. Quadro síntese da execução em 31.12.2005*). Dos 847,8 milhões de Euros programados para o período 2000-2006, em final de 2005, estavam executados 91%, embora com desempenhos diferentes consoantes as Medidas, merecendo destaque pelo comprometimento e execução, as do ambiente (I.2), acessibilidades (I.3) e valorização territorial (I.7);

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Eixo I - Síntese da execução em 31.12.2005

Unid: Euros

Despesa	Programação		Aprovações	Execução	Taxa Exec. (2000-a-2005)		
	2000-2006	Nº pr	2000-2006	Total	Apr./Prog.	Exec./Prog.	Exec./Apr.
1.1- Equipamento e infra-estruturas locais	304.874.821	490	284.295.395	236.954.858	104,2	88,1	84,6
1.2 - Ambiente e recursos naturais	162.202.254	266	162.426.197	150.775.055	113,9	105,7	92,8
1.3 - Acessibilidades	116.785.215	117	120.376.201	110.275.413	113,8	105,1	92,4
1.4 - Qualificação dos aglomerados urbanos	67.712.293	89	72.752.900	59.794.601	117,4	100,2	85,4
1.7 - Acções Específicas de Valorização Territorial	77.033.309	32	81.082.734	69.042.164	115,8	101,4	87,6
1.9- Saneamento Básico	41.333.334	109	62.160.391	33.812.932	136,3	77,3	56,7
Total - Medida I.1+I.2+I.3+I.4+I.7+1.9	769.941.226	1.103	783.093.818	660.655.023	111,7	96,9	86,7
1.5 - Apoio activ. económicas e desenv. territorial	41.039.033	102	29.921.066	21.599.797	77,3	57,9	74,9
1.8 - Bonificação de Juros ao Inv. Autárquico	6.158.859	173	5.772.373	1.312.179	26,4	24,3	92,0
Total - Medida I.1+I.2+I.3+I.4+I.7+I.5+I.8+1.9	817.139.118	1.378	818.787.257	683.566.999	109,3	94,3	86,3
1.6 - Desenvolv. dos recursos humanos (FSE)	30.642.831	380	23.328.095	7.447.198	70,0	24,3	34,7
TOTAL	847.781.949	1.758	842.115.352	691.014.197	107,6	91,2	84,8

- promover o encerramento de um número elevado de projectos: em 31.12.2005 estão encerrados 598, 50% do número total de projectos aprovados, valor que representa 43,9% do respectivo investimento.

Síntese da execução dos projectos aprovados

Execução	Aprovações Total				Execução			Pagamentos		
	Projectos		Desp. Pública		Desp. Pública			Desp. Pública		
%	Nº	%	Total	%	Total	2005	%	Total	2005	%
100	598	50,4	351.705.825	43,9	351.705.750	25.135.457	7,1	351.162.318	23.473.678	6,7
95-99	130	11,0	95.604.004	11,9	93.093.075	15.967.896	17,2	91.912.104	13.724.057	14,9
80-95	202	17,0	166.371.491	20,8	147.891.891	30.322.381	20,5	148.841.038	27.628.764	18,6

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

50-80	135	11,4	104.845.842	13,1	72.945.730	36.995.630	50,7	75.488.296	35.678.675	47,3
25-50	48	4,0	32.843.807	4,1	13.122.158	9.441.882	72,0	15.888.664	11.840.593	74,5
1--25	32	2,7	25.688.094	3,2	3.496.216	3.063.614	87,6	4.787.223	4.272.036	89,2
0	42	3,5	23.582.227	2,9				3.002.432	3.002.432	100,0
Total	1187	100,0	800.641.291	100,0	682.254.819	120.926.861	17,7	691.082.074	119.620.235	17,3

Em anexo apresentam-se, tendo em consideração os projectos de infra-estruturas e equipamentos apoiados aos municípios, os resultados alcançados ao nível de cada Município.

Balço da Actividade e Recomendações

Quadro 3 – Avaliação dos resultados

Objectivos/Actividades	Auto-Avaliação
1. <i>Candidaturas</i> : apreciação de candidaturas e preparação das Unidades de Gestão: Aprovações Feder (Aprovado/ Programado) – incremento de 14,2%	
2. <i>Pedidos de Pagamento</i> : apreciação do pedido e emissão da ordem de pagamento: . Execução (Executado/ Programado) – incremento 14,9%	
3. <i>Registo em SIFEC</i> : registo em sistema de informação de todas as candidaturas aprovadas e pedidos de pagamento processados	
4. <i>Relatórios</i> : relatórios mensais; contributo para o Relatório de Execução Anual do PO Centro [2004]	
5. <i>Reuniões</i> : promotores de projectos, Câmaras Municipais, Gat's, etc.	
6. <i>Auditorias e missões de controlo</i> : apoio; preparação dos contraditórios.	

7. <i>Actualização da avaliação intercalar</i>	
Auto-avaliação global	

Quadro 4 – Pontos negativos que influenciaram a actividade realizada e propostas de solução

Pontos Negativos	Propostas de Solução
<ul style="list-style-type: none"> - permanência, durante muito tempo de incertezas quanto a certos procedimentos a adoptar, designadamente as questões relacionadas com os mercados públicos; - inoperacionalidade temporária e ineficácia do SIFEC 	<ul style="list-style-type: none"> - ajustar e divulgar procedimentos; - tornar eficaz o SIFEC, sobretudo na fase crítica de encerramento do Programa
<p><i>Aspectos negativos decorrentes da relação com o Exterior da CCDRC:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - promotores / beneficiários do Eixo, designadamente os <i>municípios</i>. Os dossiers, de candidatura ou de elaboração dos pedidos de pagamento, ainda são apresentados, em muitos casos, com deficiente preparação. - DGDR/ tutela. Impõem-se reuniões regulares de acompanhamento e monitorização do respectivo desempenho para eventual regulação. 	<ul style="list-style-type: none"> - divulgar informação, devidamente tratada, junto dos promotores. - solicitar a realização de reuniões regulares de debates de questões pertinentes, designadamente reprogramação do PO, eventual overbooking, etc;

Quadro 5 – Pontos Positivos

Interior	Exterior
Capacidade de resposta às solicitações dos promotores.	Relacionamento com a generalidade dos promotores /beneficiários na abordagem e tratamento dos problemas que se vão colocando.

5.2 Eixo II

Introdução

Integram o Eixo Prioritário II – Acções Integradas de Base Territorial do POCentro sete medidas (a tipologia de projectos prevista para a medida 2.2 foi integrada na medida 2.8) que encontram expressão em cinco Acções Integradas que intervêm, nomeadamente, na estruturação e competitividade do território regional, no reforço da capacidade de redinamizar as estruturas de povoamento rural, na mobilização de recursos e potencialidades de espaços sub-regionais específicos e na valorização dos recursos humanos. As sete medidas estão distribuídas pelos fundos estruturais Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA) e Fundo Social Europeu (FSE). Para além de lidar com diferentes fundos estruturais o Eixo Prioritário II congrega medidas com uma grande diversidade de conteúdos e considerável dispersão territorial.

No decurso do ano de 2005 a gestão e acompanhamento dos projectos foram assegurados, tal como nos anos anteriores, pelos Coordenadores das diferentes Acções Integradas de Base Territorial (AIBT's) - Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades (Componente Territorial); Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias; Turismo e Património no Vale do Côa; Serra da Estrela e Pinhal Interior. Estes contaram, nas tarefas de preparação de candidaturas, acompanhamento de projectos – físico e financeiro –, com o apoio das respectivas Estruturas de Apoio Técnico. Os Gabinetes de Apoio Técnico (GAT's) também intervêm no processo, nomeadamente no acompanhamento físico dos projectos.

Actividades Realizadas em 2005

Aquelas estruturas foram responsáveis pela análise de 174 projectos FEDER (33% dos 531 aprovados desde o início do QCA III) que foram submetidos à apreciação das respectivas Unidade de Gestão, bem como pelo seu acompanhamento na fase de execução.

A gestão e acompanhamento dos projectos FEOGA-O foi assegurada por estruturas de apoio técnico da CCDR, das Direcções Regionais de Agricultura e do IFADAP (Beira Litoral e Beira Interior). A Unidade Técnica de Coordenação foi responsável pela análise das candidaturas às diversas linhas de acção da medida. A Coordenação da medida foi confrontada com a aplicação da regra “n+2”, em resultado da baixa execução da mesma. Esta situação mereceu um envolvimento e empenho de todos os intervenientes no sistema que permitiu o cumprimento da regra “n+2”. Durante o ano de 2005 foram aprovados, no âmbito do FEOGA-O, 67 projectos dos 382 aprovados desde o início do QCA III.

A estrutura e gestão dos projectos no âmbito da Medida 2.8 – Desenvolvimento dos Recursos Humanos e Promoção da Coesão Social (FSE), é assegurada por EAT, tendo analisado e submetido às Unidades de Gestão 12 candidaturas das 41 aprovadas desde o início do QCA III. Onze outras candidaturas foram analisadas em 2005, tendo sido submetidas à apreciação da Unidade de Gestão já no decurso do ano de 2006.

Para o conjunto do Eixo e durante o ano de 2005, foram realizadas 14 Unidades de Gestão, repartidas pelas diferentes secções, que aprovaram um investimento em despesa pública de 41.352.188€ (16,5% do investimento aprovado desde o início do III QCA) com uma participação comunitária de 28.578.246€, relativo a 253 projectos (26.5% dos aprovados ao longo dos 6 anos de execução do III QCA).

O Eixo Prioritário II viu aprovado, em termos acumulados até Dezembro de 2005, um investimento em despesa pública de 250.963.448€, com uma participação comunitária de 173.487.113€, referente a 954 projectos. Vinte outras candidaturas mereceram parecer favorável das respectivas Unidades de Gestão, não tendo, contudo, sido homologadas durante o ano de 2005. Se, quanto ao investimento aprovado, a maior parcela coube ao FEDER, que representa 79.8% das aprovações, contra os 15.9% do FEOGA e 4.3% do FSE, o mesmo não se passa quanto ao número de projectos, uma vez que os valores percentuais o FEDER com 55.9% e o FEOGA com 40% aproximam-se, correspondendo este último sobretudo a pequenos projectos agrícolas.

Em termos de aprovações, para além das dificuldades da medida FSE resultantes da escassa procura tendo em linha de conta a especificidade da mesma que resulta da vinculação ao território

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

dos projectos formativos propostos, todas as medidas apresentam taxas elevadas de aprovações face ao programado, com excepção da Medida 2.4 – AIBT “Turismo e Património no Vale do Côa”. Isso resulta do atraso no arranque do Museu do Côa, um dos projectos “âncora” desta AIBT, bem como o atraso na apresentação de dois dos pólos termais previstos para este território.

Além dos procedimentos inerentes à análise e preparação das candidaturas de cada uma das medidas que integram o Eixo II, foram desenvolvidas, durante o ano de 2005, um conjunto de actividades que permitiram assegurar o acompanhamento dos projectos aprovados e a gestão e coordenação das medidas, das quais se destacam: o apuramento mensal da execução efectuado por projecto, medida e conjunto do Eixo; actualização da informação física e financeira nos sistemas de informação; verificação dos elementos de despesa relativo aos projectos aprovados e processamento dos pagamentos aos beneficiários das diferentes medidas.

Execução do Eixo II em 31.12.2005

Unidade: euros

Ano	Fundo	Nº proj	Programação do PO		Aprovações		Execução		Taxas (%) Despesa Pública		
			D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	Apr/Prog	Exc./Prog	Exe/Apr
2005	FEDER	174	32.884.043	23.018.884	33.838.988	23.168.299	42.954.540	29.875.784	102,9	130,6	126,9
	FSE	12	2.296.895	1.722.673	3.375.988	2.531.991	1.886.196	1.414.647	147,0	82,1	55,9
	FEOGA	67	5.906.001	4.724.801	4.137.213	2.877.956	5.067.884	3.233.623	70,1	85,8	122,5
	Total	253	41.086.939	29.466.358	41.352.188	28.578.246	49.908.620	34.524.055	100,6	121,5	120,7
Total 2000-2005	FEDER	531	193.851.419	135.696.336	185.403.419	128.610.502	129.280.505	89.635.384	95,6	66,7	69,7
	FSE	41	20.969.832	15.727.383	8.279.308	6.209.481	4.909.560	3.682.170	39,5	23,4	59,3
	FEOGA	382	35.332.193	23.620.971	28.032.446	18.919.356	13.933.058	9.541.030	79,3	39,4	49,7
	Total	954	250.153.444	175.044.690	221.715.173	153.739.339	148.123.123	102.858.585	88,6	59,2	66,8
Total 2000-2006	FEDER	531	234.731.672	164.312.623	200.186.328	138.889.543	129.280.505	89.635.384	85,3	55,1	64,6
	FSE	41	23.322.225	17.491.678	10.896.974	8.172.730	4.909.560	3.682.170	46,7	21,1	45,1
	FEOGA	382	41.980.900	28.939.937	39.880.147	26.424.840	13.933.058	9.541.030	95,0	33,2	34,9
	Total	954	300.034.797	210.744.238	250.963.448	173.487.113	148.123.123	102.858.585	83,6	49,4	59,0

(*) - Programação anual dos projectos homologados até final de 2005

Sendo o FEDER o principal responsável pelo financiamento do Eixo II (75% do custo total programado 2000-2006, contra 7.4% do FSE e 17.6% do FEOGA), os três fundos, no seu conjunto, apresentam uma taxa de 83,6% da despesa pública aprovada face ao programado, tendo o ano de 2005 contribuído com um acréscimo de 13,8%. Contudo, comportamentos diferenciados são possíveis de verificar quando se analisa cada um dos fundos, sendo o FEOGA o que apresenta no final de 2005 maior percentagem de aprovações (95%) face ao programado e o FSE o que denota maior dificuldade nos níveis de aprovação, com apenas 46,7%.

A análise da execução financeira e respectivas taxas de cada um dos fundos estruturais assinala, a par de um contributo FEDER inferior face ao programado (55,1%), um relativamente fraco desempenho quer do FSE (21,1%) quer do FEOGA (33,2%), ainda que as diferenças se esbatam quando se consideram as taxas de execução face ao aprovado, apresentado o FEDER uma taxa de 64,6%, o FSE 45,1% e o FEOGA 34,9%.

O ano de 2005 surge como o ano de consolidação dos Sistemas de Incentivos Específicos das AIBT's, tendo todas as Acções Integradas projectos apreciados em Unidade de Gestão. Problemas com disponibilidade do PIDDAC afecto aos sistemas de incentivos motivaram atrasos na execução dos aprovados e a retenção do envio para homologação dos projectos apreciados em Unidade de Gestão, tendo esse facto comprometido uma melhor execução dos projectos no âmbito dos Sistemas de Incentivos (aplicam-se a projectos de investimento de iniciativa privada que visem as tipologias previamente definidas para cada um das áreas de intervenção).

Na componente FSE a medida 2.8 apresenta um acréscimo no desempenho da medida, nomeadamente ao nível das aprovações, com intervenções nas diferentes AIBT, o que traduz uma maior dispersão territorial do investimento resultante de uma maior procura da medida e, também, dum envolvimento mais pró-activo por parte dos Coordenadores das diferentes AIBT's. Apesar da melhoria no desempenho, os valores em termos de aprovação e execução são, contudo, considerados insuficientes atendendo aos valores programados para a Medida.

Quadro 1 – Actividades realizadas em 2005

	Actividade	Nº	Obs.
a	Unidades de Gestão	15	
b	Análise de candidaturas e submissão à	273	20 não se encontravam

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

	Unidade de Gestão para emissão de parecer		homologadas a 31/12/2005
c	Processamento de pedidos de pagamento	486	
d	Encerramento de Candidaturas	43	
	Total		

Quadro 2 – Actividades realizadas em 2005, por AIBT

AIBT	Actividades			
	a	b	c	d
Requalificação das Cidades	3	11	45	1
Acções Inovadoras Aldeias	2	10	103	
Turismo e Património Vale do Côa	2	12	63	15
Serra da Estrela	2	7	48	15
Pinhal Interior (FEDER)	6	144	160	
Pinhal Interior (FEOGA)		77		
Desenvolvimento RH		12	67	12
Total	15	273	486	

Balanço da Actividade e Recomendações

Tendo em vista a concretização dos objectivos definidos no Documento de Decisão do Programa Operacional da Região Centro para o Eixo II, agora que o período de programação 2000-2006 entra na recta final, o ano de 2005 exigiu particular atenção, no que concerne à gestão e acompanhamento deste eixo, designadamente nos seguintes domínios: melhorar a execução dos projectos aprovados; analisar e preparar as candidaturas procurando atingir os montantes previstos em termos de programação; processar o pagamento aos beneficiários dentro dos prazos previstos; promover o encerramento dos projectos concluídos; assegurar o acompanhamento dos projectos financiados e garantir a recolha e tratamento da informação física do Eixo, entre outros.

Medida 2.1 – Acção Integrada Para A Qualificação E Competitividades Das Cidades –
Componente Territorial

Introdução

Criada no âmbito do nº 9, do artº 11º, do Anexo I da Resolução do Conselho de Ministros nº 27/2000, de 16 de Maio, a Estrutura de Apoio Técnico para as Acções Integradas para a Qualificação e Competitividade das Cidades ao nível da Região Centro, dotada dos necessários meios humanos, materiais e financeiros, tem como objectivo nuclear assegurar o apoio técnico e administrativo ao Coordenador das Medidas 2.1 do Eixo II – Acções Integradas de Base Territorial e 3.13 Ambiente do Eixo III – Intervenções da Administração Central Regionalmente desconcentradas, ambas enquadradas no Programa Operacional Regional do Centro.

Trata-se de uma Estrutura de Apoio Técnico com a natureza de Estrutura de Projecto, nos termos do artº 10º do Dec. Lei nº 41/84, de 3 de Fevereiro, cuja estrutura de custos é suportada pela Medida 3.17 – Assistência Técnica FEDER (Centro), inserida no Programa P 029 – Gestão e Controlo do III QCA e inscrita no Capº 50º do O.E. da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Centro.

Actividades realizadas em 2005

No âmbito das suas competências, definidas no artº 30º do Dec. Lei 54-A/2000, de 7 de Abril, a Estrutura de Apoio Técnico (EAT) em referência, à semelhança dos anos anteriores, desenvolveu em 2005 todo um conjunto de actividades e tarefas específicas direccionadas fundamentalmente para dar cobertura e sequência às candidaturas e projectos apresentados no âmbito do POR Centro por promotores externos e internos à CCDR-Centro, enquadráveis nas Medidas 2.1 – Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades – Componente Territorial, do Eixo II e Medida 3.13 Ambiente – Intervenções da Administração Central regionalmente Desconcentradas do Eixo III.

Assim, e no que respeita à Medida 2.1 do Eixo II do POR Centro, através da qual se estabelece a ligação directa e exclusiva com o Programa POLIS, criado pela RCM nº 26/2000, de 15 de Maio, a EAT analisou e acompanhou física e financeiramente um conjunto de candidaturas apresentadas

pelas 7 Sociedades POLIS sedeadas na Região Centro, candidaturas essas que, no essencial, se propõem desempenhar ao nível de cada uma das cidades consideradas e escolhidas pelo referido Programa, através de intervenções integradas, um papel decisivo no que se refere à sua (re)qualificação urbanística e ambiental, melhorando a sua atractividade e competitividade, revitalizando esses centros urbanos, conferindo-lhes e promovendo a necessária multifuncionalidade.

Neste contexto, apresenta-se no Quadro 1 as actividades mais relevantes realizadas no ano de 2005 referentes à Medida 2.1, explicitando e diferenciando para o efeito, as actividades desenvolvidas no campo técnico e aquelas consideradas de âmbito administrativo, que por serem complementares e absolutamente indispensáveis à persecução dos objectivos a atingir, deverão a esse propósito estar indissociavelmente relacionadas com as tarefas de índole técnica.

Quadro 1. Actividades realizadas em 2005

Actividade Técnica	Quantificação		Observações
	Nº	Montante	
Candidaturas entradas na EAT e apreciadas	14	10.104.620,28	
Pareceres solicitados pela EAT no âmbito das Candidaturas (ou reprogramações de candidaturas) entradas para análise e verificação	13	32.822.062,67	Pareceres necessários, a obter do Gabinete Coordenador do Programa POLIS, para efeitos de apreciação das candidaturas a levar à Un. de Gestão.
Unidades de Gestão realizadas	3	32.822.062,67	Destas Un. Gestão duas foram feitas por Consulta Escrita.
Projectos/Candidaturas apreciadas em Unidade de Gestão	11	32.822.062,67	
Pedidos de Pagamento efectuados e			

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

montante envolvido com os mesmos	45	25.691.198,00	
Pedidos de Pagamento efectivados e montante envolvido com os mesmos	44	27.250.133,23	Alguns Pedidos de Pagamento reportam-se a 2004, e, por outro lado nem todos os que foram efectuados em 2005 foram concretizados nesse ano.
Despesa Elegível Comunitária Executada	NA	19.898.492,59	
Despesa Total Elegível Certificada e Paga	NA	27.250.133,23	
Montante FEDER certificado e pago	NA	19.092.591,21	
Relatórios Técnicos apresentados	2	NA	Relatório de execução /2004 e Plano de Actividades/2005
Relatórios de Execução orçamental e de acompanhamento contabilístico	Vários	NA	Foram apresentados vários relatórios ao Gestor durante o ano, conforme as solicitações, designadamente aquando da realização dos Conselhos de Administração das Soc. Polis.
Contraditórios apresentados no âmbito de auditorias realizadas	0	NA	Realizou-se 1 Acção de Controlo de 1ºNível, não sendo contudo apresentado qualquer contraditório nesse ano por parte da EAT, mas

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

			apenas no início de 2006.
Visitas Técnicas realizadas	13	NA	
Reuniões realizadas com os promotores	Várias	NA	Foram efectuadas várias reuniões ao longo do ano com os promotores (Sociedades Polis).

Nota: NA – Não Aplicável

Actividade Administrativa	Quantificação		Observações
	Nº	Montante	
Entradas registadas na EAT	831	NA	
Ofícios	424	NA	
Informações	4	NA	
Notas de Serviço	373	NA	
Fax's	28	NA	
Mails	2	NA	
Outra correspondência dirigida à EAT não registada ou registável	NQ	NA	Trata-se fundamentalmente de mails e Fax's dirigidos especificamente aos elementos da EAT para a efectivação de tarefas diárias de gestão corrente de processos.

Notas: NQ- Não Quantificado; NA – Não Aplicável

Quadro 2.- Actividades realizadas por Concelho

Actividade Técnica	Concelho	Quantificação		Observações
		Nº	Montante	
Candidaturas	Aveiro	4	4.747.196,46	(*) Para além do Investimento Elegível

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Entradas e Apreciadas EAT Investimento Aprovado (*)	C. Branco	0	8.168.909,35	Aprovado nas Un.Gestão(3, incluídas 2 consultas por escrito) realizadas em 2005, também considerámos o Inv. Eleg. Programado para este ano.
	Coimbra	2	6.131.892,20	
	Covilhã	5	3.779.145,36	
	Guarda	1	6.842.171,14	
	Leiria	1	6.501.151,01	
	Viseu	0		
Despesa Elegível Comunitária Executada	Aveiro	NA	3.604.753,76	
	C. Branco	NA	718.409,44	
	Coimbra	NA	415.193,93	
	Covilhã	NA	2.092.380,95	
	Guarda	NA	4.231.715,08	
	Leiria	NA	3.151.577,57	
Montante FEDER Certificado e Pago	Aveiro	NA	5.297.710,91	
	C. Branco	NA	718.409,42	
	Coimbra	NA	415.193,93	
	Covilhã	NA	2.077.958,39	
	Guarda	NA	3.980.645,58	
	Leiria	NA	3.151.577,57	
Visitas Técnicas	Aveiro	3	NA	
	C.	1	NA	3 visitas efectuadas em Out. e Nov.

Realizadas	Branco			de2004
	Coimbra	0	NA	3 visitas efectuadas em Out. e Nov. de 2004
	Covilhã	1	NA	1 visita efectuada em Nov. de 2004
	Guarda	1	NA	2 visitas efectuadas em Out. e Nov. de 2004
	Leiria	3	NA	
	Viseu	4	NA	1 visita efectuada em Out. de 2004

Notas: NA – Não Aplicável

Balanço da Actividade e Recomendações

Ao nível da Medida 2.1-Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades – Componente Territorial, poderá dizer-se que a actividade da EAT durante o ano de 2005 se desenvolveu de modo normal, já que foram cumpridas todas as tarefas que lhe foram colocadas, em prazos considerados minimamente razoáveis e aceitáveis, não ficando pendente de resolução qualquer assunto ou questão que dependesse da sua exclusiva vontade ou actuação. Poderá inclusivamente dizer-se, sem qualquer receio, que o papel desempenhado pela EAT se poderá considerar meritório face ao profissionalismo e interesse demonstrados mesmo em situações que ultrapassam o âmbito normal das suas competências, quando, designadamente, poderiam estar em causa determinados procedimentos que a serem mantidos poderiam colocar em risco, ou simplesmente atrasar a normal gestão e acompanhamento das candidaturas/projectos, proferindo e/ou comunicando, sempre que necessário e oportuno, aos interlocutores directos e mais próximos das intervenções em causa, algumas recomendações e conselhos considerados úteis. Referimos nomeadamente aos contactos que amiúdas vezes foram estabelecidos com as Sociedades POLIS, com o Gabinete Coordenador do Programa POLIS e naturalmente com o próprio Gestor do POR Centro.

Assim, e na medida em que, não depende directamente da vontade da EAT a fixação de objectivos estratégicos para o desempenho da Medida 2.1, limitando-se a sua acção única e exclusivamente a dar satisfação às solicitações que as Sociedades POLIS lhe colocam, ou a cumprir com as directrizes emanadas do Gestor do Programa ou do Gabinete Coordenador do

POLIS, apenas se poderá fazer uma avaliação dos resultados que, de harmonia com as competências que lhe foram atribuídas, a Estrutura de Projecto foi desenvolvendo diariamente na análise, avaliação, acompanhamento e controlo técnico-administrativo das candidaturas e projectos que lhe foram submetidos para apreciação. Nesse âmbito podemos considerar como plausíveis e/ou pertinentes de avaliação os seguintes objectivos/actividades específicas espelhadas no Quadro seguinte:

Quadro 3.- Avaliação dos Resultados

Nº	Objectivos / Actividades		Auto-Avaliação	Observações
1	Candidaturas entradas na EAT	Candidaturas apreciadas pela EAT	5	Máxima
2	Pareceres a submeter ao Gabinete Coordenador Polis	Pareceres submetidos ao Gabinete Coordenador Polis	5	Máxima
3	Pedidos de Pagamento Apresentados pelas Soc. Polis	Pedidos de Pagamento Elaborados pela EAT	5	Máxima
4	Visitas Técnicas previstas efectuar aos Polis	Visitas técnicas efectuadas aos Polis	4*	Elevada
Auto Avaliação Global			5	Máxima

Nota: A escala da Auto-Avaliação considerada vai desde 1(Valor mínimo) a 5(Valor máximo).

Relativamente aos Objectivos/Actividades seleccionados e objecto de Auto-Avaliação, poderá considerar-se que apenas o objectivo específico “Visitas Técnicas” inicialmente programadas efectuar não foi atingido na sua plenitude, não obstante o mesmo não depender única e exclusivamente da vontade expressa pela EAT, já que as referidas visitas técnicas estão muitas vezes condicionadas não só pela disponibilidade de viatura dos Serviços, mas igualmente por se

tornarem (ou se poderem tornar) ineficazes ou pouco oportunas face ao fraco estado de adiantamento das empreitadas, tornando desse modo pouco visível um eventual acompanhamento ou verificação física “in loco”. Noutros casos, conforme foi indicado no Quadro 2., muitas das visitas técnicas foram efectivadas ainda no final de 2004, pelo que não foi julgado oportuno a realização de algumas visitas, face não só ao anteriormente relatado, mas igualmente por questões de indefinição orçamental quanto às disponibilidades a atribuir, após a aprovação do reforço e reprogramação operados por Eixo e Medida no âmbito do POR Centro, a cada uma das Sociedades POLIS em análise. Esperamos contudo, e quando julgado oportuno, retomar em 2006, o programa de visitas, calendarizando as mesmas para momentos julgados convenientes e ajustados às necessidades das tarefas incubidas à Estrutura de Apoio Técnico.

Quanto aos factores que tiveram alguma influência relevante na actividade desenvolvida pela Estrutura de Apoio Técnico à Medida 2.1, poderá destacar-se o seguinte:

- aspectos positivos – um excelente relacionamento com todos os responsáveis técnicos e administrativos das Sociedades POLIS envolvidas e do Gabinete Coordenador do Programa;
- aspectos negativos – algumas incorrecções apresentadas pelos promotores (Sociedades POLIS) ao nível dos formulários de candidatura e dos documentos de suporte aos Pedidos de Pagamento, fundamentalmente, por apresentarem despesas que ou não são elegíveis pela sua própria natureza, ou porque, pura e simplesmente, não condizem ou saem fora do âmbito das componentes do projecto inicialmente aprovadas em Sede de Candidatura. Outras vezes os promotores não cumprem com os prazos estabelecidos para apresentação dos documentos de quitação exigidos após o recebimento dos Pedidos de Pagamento efectuados por adiantamento contra-factura. Todos estes factores condicionam fortemente a actividade a desenvolver pela EAT, originando obviamente atrasos que apenas penalizam e prejudicam, em primeira análise, os próprios promotores. Para ultrapassagem destas situações apenas se exige (e se tem para o efeito exigido) da parte dos promotores um maior cuidado no preenchimento dos Formulários de Candidatura e Pedidos de Pagamento e um maior rigor no cumprimento dos prazos estabelecidos no RIUG do Eixo Prioritário II.

Finalmente e porque se trata de uma situação que originou inequivocamente atrasos na apresentação de candidaturas e execução dos projectos por parte das Sociedades POLIS,

influenciando negativamente o desempenho da Medida 2.1 e não só (já que teve repercussões directas e imediatas ao nível da aprovação de candidaturas à Medida 3.13-Ambiente), não poderá deixar de referir-se, na nossa modesta opinião, o excessivo tempo registado para o estabelecimento e definição dos montantes das dotações orçamentais efectivamente a disponibilizar e a distribuir a cada uma das Sociedades POLIS após o reforço operado e aprovado superiormente para as Medidas 2.1 e 3.13 em finais de 2004. Trata-se efectivamente de uma questão a que somos completamente alheios em termos de uma eventual tomada de posição mais célere, sendo todavia óbvio que uma tal atitude teve necessariamente implicações muito nefastas ao nível do desempenho da Medida, condicionando por seu turno toda a actividade a desenvolver pelas Sociedades POLIS durante o ano transacto.

Recomendações Finais

Como recomendação geral, poderá dizer-se, e torna-se bastante evidente, que seria de toda a conveniência a criação de uma base de dados genérica, ainda que de acessibilidade reservada na introdução de dados, mas de acesso generalizado em termos de informação para todos quantos (responsáveis de Unidades Orgânicas) sentissem a necessidade de consultar e recolher determinados elementos que, sendo úteis para as suas actividades e atribuições/responsabilidades diárias, permitisse, do mesmo modo, a disponibilização, de uma forma rápida e expedita, de dados fundamentais e obrigatórios aquando da formulação de pareceres e/ou trabalhos e relatórios de execução e de actividades, como é o caso do presente relatório em apreciação. Para esse fim propunha-se a participação de todos os responsáveis e colaboradores directos, os quais, face às funções e tarefas diárias de acompanhamento a que são obrigados, poderiam certamente, dar todos os contributos julgados convenientes para que essa base de dados se tornasse um instrumento de trabalho efectivo, tornando-se dessa forma uma mais-valia para os Serviços.

Seria igualmente oportuno e extremamente importante que, a todos aqueles cujas funções estão directamente e intimamente relacionadas com a avaliação, acompanhamento e execução de projectos comunitários no âmbito do PO Centro, fosse ministrada formação adequada em SIFEC, sendo sabido que ainda existiam há bem pouco tempo algumas questões por resolver em termos de explicitação e estabilização dos dados a considerar e a inscrever no referido sistema de controlo, bem como a formação dada para o efeito pela DGDR ter sido inicialmente restrita a alguns funcionários e/ou responsáveis mas não generalizada a todos quantos necessitam dessa

base de dados para um controlo mais efectivo e rigoroso nas tarefas de gestão diária que lhes estão incumbidas.

MEDIDA 2.3 – AIBT “TURISMO E PATRIMÓNIO NO VALE DO CÔA”

Introdução

A AIBT – “Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias” integrada no Eixo II do PO-Centro constitui uma iniciativa de valorização territorial de natureza temática que tem por objectivo promover, em espaços de baixa densidade da Região, a identidade, a paisagem, a cultura, a história e o património, enquanto elementos de diferenciação com capacidade competitiva.

O padrão territorialmente difuso que caracteriza a incidência desta AIBT, implicou a selecção de territórios e intervenções que, privilegiando a articulação de políticas e a integração de recursos e actores, permitisse a formalização de redes de aldeias e espaços rurais capazes de proporcionar uma cobertura equilibrada do território. Assim, as Aldeias Históricas, os Contratos de Aldeia e os Centros Rurais constituem as três Linhas de Acção que têm vindo a ser materializadas através de intervenções de micro escala, mas de carácter integrado, capazes de alavancar dinâmicas e parcerias de desenvolvimento.

Actividades Realizadas em 2005

NOME DA ACTIVIDADE:

- Gestão e Monitorização da AIBT:
 - Análise e preparação de 11 candidaturas submetidas à apreciação da Unidade de Gestão da Secção respectiva, envolvendo 1.394.388 euros a que corresponde uma participação FEDER de 948.621 euros, o que acumulado com o desenvolvimento da Medida, em anos anteriores, representa 94,2% do programado para 2000-2005 e 82,6% do programado para o período de 2000-2006;
 - Acompanhamento técnico e financeiro dos projectos, em curso, nas vertentes de análise de pedidos de pagamento, processamento de reembolsos, registos,

validações e encerramento de projectos de forma a manter permanentemente actualizada a base informática (Sifec) de Gestão do Programa;

- Processamento da despesa realizada em 2005 (2.368.601€), que corresponde a 77,3% da programação anual e 85,6% da acumulada 2000-2005; os valores totais de execução representam 75% da programação da Medida (2000-2006), tendo sido atingida em 2005, face aos montantes homologados, uma execução de 90,8%
- Participação em reuniões com os GAT e ou promotores, Câmaras Municipais, IPPAR e privados, verificação física dos projectos e actualização da bateria de indicadores.

Medida II.3 – Aprovações e Execução

Ano	Programação do PO		Homolog.(*)		Execução		Taxas (%) Despesa Pública		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec./A
2000	4.221.324	2.954.843							
2001	4.078.410	2.854.806	5.543.771	3.880.640	5.543.771	3.880.640	135,9	135,9	100,0
2002	3.933.467	2.753.350	3.246.949	2.238.641	3.246.949	2.238.641	82,5	82,5	100,0
2003	3.842.056	2.689.363	3.949.351	2.687.751	3.949.351	2.687.751	102,8	102,8	100,0
2004	2.977.943	2.084.499	3.946.479	2.722.833	3.824.180	2.637.224	132,5	128,4	96,9
2005	3.062.282	2.143.536	4.141.569	2.836.286	2.368.601	1.637.205	135,2	77,3	57,2
2000-2005	22.115.482	15.480.397	20.828.119	14.366.151	18.932.852	13.081.461	94,2	85,6	90,9
Total (2000-2006)	25.251.751	17.675.724	20.845.741	14.378.486	18.932.852	13.081.461	82,6	75,0	90,8

- **Actividades de Divulgação e Promoção:**

Colaboração com os CTT, Correios de Portugal no lançamento da edição filatélica “Aldeias Históricas de Portugal” e da publicação direccionada a coleccionadores. Esta colaboração materializou-se na selecção e disponibilização de material fotográfico bem como na elaboração dos textos da pagela, da introdução da publicação e das referências específicas a algumas das Aldeias (Janeiro de 2005).

Comunicações e Relatórios no âmbito da Coordenação da AIBT:

- elaboração do Relatório Anual da Medida II.3 e colaboração no Relatório do Programa (Fevereiro de 2005);
- “As Aldeias Históricas de Portugal e a definição de Rotas Culturais na Beira Interior” apresentação feita no curso de Turismo da Escola Superior de Educação de Coimbra (Abril de 2005);
- participação no V Colóquio de Geografia da Universidade de Coimbra, sobre a temática “Património e Lugares”, onde foi apresentado o projecto de “Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal: Balanço de 10 anos de intervenção” (Abril 2005);
- participação no III Encontro de GTL, no Fundão, com a apresentação “Territórios de baixa densidade e sua sustentabilidade: reflexões a partir da Beira Interior”, no âmbito de um Seminário “Desenvolvimento Sustentável: Que Futuro” (Junho de 2005);
- participação no V Curso de Verão promovido pelo Centro de Estudos Ibéricos, subordinado ao tema “Património natural e desenvolvimento de espaços marginais”, em Ciudad Rodrigo onde foi feita, no painel “Paisagens e Rotas Culturais”, a apresentação “Aldeias Históricas de Portugal: estratégia cultural e valorização territorial” (Julho 2005);
- elaboração do Relatório “Aldeias Sustentáveis” contributo para Querer 2013 (Outubro 2005).

NOME DOS GRUPOS DE TRABALHO EM QUE A DIRECÇÃO/DIVISÃO PARTICIPOU

- N° de funcionários da Direcção/Divisão envolvidos
- Comissão Nacional de Acompanhamento do PIC Leader + (1)
- Grupo de Trabalho “Aldeias Sustentáveis” no âmbito do Querer 2013 (2)

OUTROS

Como em anos anteriores, também em 2005 foi dado apoio a vários estudantes universitários e mestrandos cujos trabalhos se inserem no âmbito do desenvolvimento local, das Aldeias Históricas ou da Beira Interior;

Quadro 1 – Actividades realizadas em 2005

Actividade	Nº	Obs.
Análise e preparação candidaturas	11	1.394.388 €
Despesa certificada e reembolsos * - reembolsos processados	103*	DP - 2.368.601 € FEDER - 1.443.393,69 € PIDDAC - 42.380,62 €
Divulgação e Promoção	1	Colaboração com os CTT
Comunicações e Apresentações	4	Seminários, Colóquios e Artigos
Relatórios	2	
Total		

Balanço da Actividade e Recomendações

Quadro 3 – Avaliação dos resultados

Objectivos/Actividades	Auto-Avaliação
Foi cumprida a regra do n+2, que implicava a execução integral da programação 2000-2003, tendo-se executado ainda 96% do programado para o ano de 2004.	
Foram já atingidos, em termos de projectos aprovados, os indicadores de resultado previstos em Complemento de Programação para 2006 (12,8% de pop. rural abrangida por intervenções de dinamização económica e social das aldeias e centros rurais). No que se refere projectos executados aquele valor é de 11,9%, no final de 2005.	

Auto-avaliação global	
-----------------------	--

Quadro 4 – Pontos negativos que influenciaram a actividade realizada e propostas de solução

Pontos Negativos	Propostas de Solução
Instabilidade no ano de 2005 da estrutura técnica afecta a esta AIBT e dispersão, em acumulação, por outras actividades não relacionadas com os respectivos objectivos.	
Dificuldade evidenciada pelos promotores no que respeita a encerramento de projectos e cumprimento das programações assumidas, à data das candidaturas.	

Quadro 5 – Pontos Positivos

Interior	Exterior
Disponibilidade de outras direcções no apoio especializado em matérias técnicas que interagem com os procedimentos específicos da gestão da Medida.	Disponibilidade e cooperação de outros serviços regionais envolvidos na Gestão, no sentido de agilizar o bom desempenho da Medida e de apoiar tecnicamente os promotores. Disponibilidade da maioria dos promotores em apoiar algumas iniciativas de divulgação, promoção, disponibilizando elementos estatísticos, material fotográfico, e outros suportes.

MEDIDA 2.4 – AIBT “TURISMO E PATRIMÓNIO NO VALE DO CÔA”

Introdução

A Medida 2.4 – Acção de Base Territorial “ Turismo e Património do Vale do Côa” tem como área de intervenção dez Municípios: Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Freixo de Espada-à-

Cinta, Mêda, Mogadouro, Pinhel, Sabugal, Torre de Moncorvo, Trancoso e Vila Nova de Foz Côa.

O reconhecimento mundial da valia dos recursos histórico-patrimoniais, que a área do Vale do Côa encerra, é razão determinante para a implementação desta Acção Integrada que tem como objectivos específicos a preservação e valorização do património natural e cultural, a qualificação e equipamento dos aglomerados urbanos e rurais, por forma a integrarem um produto turístico diversificado e complementar, bem como a promoção e dinamização de actividades turístico-culturais.

Os investimentos realizados no período de 2000/2005 têm sido fundamentalmente em projectos de requalificação urbana, equipamentos na área social/cultural e na dinamização de iniciativas acções de animação, divulgação e promoção do território da Acção Integrada.

Actividades Realizadas em 2005

A actividade desenvolvida pela Coordenação da AIBT centrou-se, fundamentalmente, em assegurar níveis de execução dos projectos aprovados que permitissem melhorar o desempenho global da medida. Este desempenho tem sido fortemente condicionado pelo facto de importantes projectos “âncora” previstos serem financiados pela AIBT, e que envolvem importantes montantes financeiros, ainda não terem sido apresentados à estrutura de gestão para análise. O Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa é disso o melhor exemplo. Pela importância financeira que esses projectos apresentam, a Coordenação da AIBT desenvolveu um conjunto de iniciativas visando a submissão à estrutura de gestão dos projectos “âncora” que ainda não foram apresentados para análise e posterior aprovação.

Ano	Programação		Aprovações/Homolog. (a)		Execução (b)		Taxas(%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec./A
2005	7.654.661	5.358.317	5.200.464,84	3.640.325,39	2.982.359,43	2.087.651,65	67,9	39,0	57,3
2000-2005	55.281.184	38.697.220	34.358.421,00	24.031.009,71	26.153.346,75	18.289.904,90	62,1	47,3	76,1
2000-2006	63.120.794	44.185.001	40.117.726,53	28.062.523,58	26.153.346,75	18.289.904,90	63,5	41,4	65,2

Valores Totais Aprovados até 31 Dezembro 2005

Despesa validada

Quadro 1 – Actividades realizadas em 2005

Actividade	Nº	Obs.
Preparação e Análise de Candidaturas	12	DP – 5.762.649€
Reembolsos processados	63	FEDER - 2.149.065€
Encerramento de Candidaturas	15	
Total		

Balço da Actividade e Recomendações

Dos três grandes projectos relacionados com os pólos termais, projectos “âncora” desta AIBT, apenas o de Longroiva, no Município de Mêda, foi submetido à Unidade de Gestão de 13/12/2005, não tendo apresentado qualquer execução financeira durante o ano de 2005. Os pólos termais de Fonte Santa no Município de Almeida e Cró no Município de Sabugal, que por razões processuais ainda não foram submetidos à estrutura de Gestão, apenas no ano 2006 reunirão as condições para serem apresentadas.

Se estes projectos do termalismo são importantes para que sejam alcançados os objectivos definidos desta AIBT, particularmente os associados à promoção do desenvolvimento turístico através do aproveitamento dos recursos termais e respectiva infraestruturização com vista à sua divulgação e promoção, é fundamental que se concretize a construção do Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa. O ano de 2005 foi, a este propósito, um ano em que avanços significativos foram dados, embora sem resultados práticos no que diz respeito à apresentação da candidatura à gestão do PO. Quer isto dizer, que embora esteja em marcha todo um complexo processo para a concretização do museu – actualmente está na fase de projecto de execução, cumprida que foi a fase de anteprojecto –, o processo ainda se encontra num estadió que inviabiliza, por ora, a formalização da respectiva candidatura à Coordenação da AIBT. Durante o ano de 2005 foram realizadas reuniões entre os gestores dos PO Centro e PO Cultura, com o propósito de clarificar a “engenharia financeira” para a execução do Museu, bem como quais os compromissos a assumir pelas partes envolvidas. Para isso foi elaborado um projecto de protocolo a ser celebrado entre as duas tutelas.

Pela importância financeira que este projecto assume na programação financeira da medida, os atrasos verificados no seu arranque têm tido implicações severas quer nos montantes aprovados, quer, conseqüentemente, nos montantes executados. Uma vez aprovado, tal permitirá uma alavancagem na taxa de execução da Medida, para além de se concretizar um dos principais objectivos da AIBT, que contribuirá, inevitavelmente, para o desenvolvimento sustentado deste território através do Turismo/ Cultural.

Um outro domínio de actividade esteve relacionado com os projectos *minimis* a serem financiados no âmbito do Sistema de Incentivos da AIBT do Vale do Côa.

Também foi adoptada uma atitude mais pró-activa na dinamização da procura da Medida 2.8 – Desenvolvimento dos Recursos Humanos e Promoção da Coesão Social, com vista a melhorar a sua execução, tendo surgido novas iniciativas de formação, de que se destaca, pela convergência e complementaridade apresentada com intervenções financiadas pelo FEDER, a associada ao termalismo.

Quadro 3 – Avaliação dos resultados

Objectivos/Actividades	Auto- Avaliação
Promover a execução física/financeira dos projectos em curso	4
Promoção do encerramento de candidaturas	4
Dinamização da procura da Medida 2.8	5
Acompanhamento de projectos em curso	5
Auto-avaliação global	4,5

Quadro 4 – Pontos negativos que influenciaram a actividade realizada e propostas de solução

Pontos Negativos	Propostas de Solução
Não formalização da candidatura do Museu do Côa	Assinatura do protocolo entre as tutelas
Não formalização das candidaturas relativas aos Pólos Termais	Prosseguir no acompanhamento do promotor
Não cumprimento, por parte de alguns	Atitude pró-activa por parte da Coordenação

promotores, dos prazos para a apresentação dos justificativos de despesa dos reembolsos efectuados contra factura	reforçada por uma directiva da gestão que preveja a imposição de penalizações para os promotores incumpridores
Atrasos, por parte de alguns promotores, no encerramento dos projectos concluídos fisicamente	Atitude pró-activa por parte da Coordenação reforçada por uma directiva da gestão que preveja a imposição de penalizações para os promotores incumpridores
Separação “física” existente entre a Coordenação e a EAT de apoio	

Quadro 5 – Pontos Positivos

Interior	Exterior
Apesar da separação física e de problemas de comunicação, utilizando as TIC, entre a Coordenação e EAT, foi possível superar esses constrangimentos.	Concertação estratégica entre a Coordenação e os agentes do território de intervenção

MEDIDA 2.5 – AIBT SERRA DA ESTRELA

Introdução

Perante a situação que a Medida apresentava no início de 2005, com um grau de comprometimento de 97 %, não era expectável o aparecimento de novas candidaturas.

Face às elevadas taxas de execução sobre o programado, que a Medida tinha atingido nos anos de 2003 e 2004, que compensaram as fracas taxas de execução de 2000 a 2003 e conduziram a um valor satisfatório da taxa de execução de 2000-2005 (83,8%), admitia-se alguma desaceleração na execução de 2005, o que veio a suceder.

Actividades Realizadas em 2005

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

A actividade de 2005, centrou-se mais na gestão e acompanhamento do anteriormente aprovado, do que na análise e preparação de novas candidaturas. Foram apenas analisadas e aprovadas duas novas candidaturas de investimento público, respeitantes directamente à Medida 2.5, de montante financeiro reduzido, que não alteraram o nível de comprometimento, pois foi o mesmo compensado com a libertação de despesa de candidaturas encerradas.

Ano	Programação		Aprovações/Homolog. (a)		Execução (b)		Taxas(%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec./A
2005	3.827.344	2.679.171	1.141.281	798.897	3.190.061	2.233.043	29,8	83,3	279,5
2000-2005	27.640.681	19.348.698	30.751.925	21.042.965	23.162.182	15.730.145	111,3	83,8	75,3
2000-2006	31.560.497	22.092.600	30.751.925	21.042.965	23.162.182	15.730.145	97,4	73,4	75,3

Valores Totais Aprovados até 31 Dezembro 2005

Despesa validada

A execução sobre o programado para o final do período (2000-2006), evoluiu de 63,3 % no final de 2004, para 73,4 % em 2005.

O primeiro semestre foi particularmente dedicado, ao lançamento do Sistema de Incentivos à Acção Integrada de Desenvolvimento da Serra da Estrela–SISE, cuja regulamentação foi publicada pelo Despacho nº27 015/2004 (2ª série) em 28-12-2004. Da divulgação junto das CM da área de intervenção, das Juntas de Freguesia das aldeias consagradas como de montanha, das Associações de Desenvolvimento Local, dos Gabinetes de Arquitectura da região e das empresas de animação turística, resultou a apresentação de 10 candidaturas até 31-05-2005, que esgotaram a dotação prevista para esta 1ª Fase, que terminava em tal data. Caso tivesse sido possível abrir uma segunda fase, teriam sido apresentadas pelo menos igual número de candidaturas, a avaliar pelos contactos havidos para o efeito. Apesar do apoio local prestado, apenas seis das dez apresentadas, se encontravam em condições de serem apreciadas pela Unidade de Gestão. Das restantes quatro, três não reuniram as condições de acesso e a quarta aguarda conclusão da análise. A apreciação favorável das referidas seis, deu-se na Unidade de Gestão de 30-09-2005, envolvendo um montante de investimento elegível de 658.811 €, que não tem ainda tradução no quadro acima, dado que não se encontravam ainda homologadas no final de 2005.

Particular empenho foi colocado, na programada apresentação de uma candidatura a Aldeia de Montanha. Foi seleccionada a aldeia de Folgoso, por se considerar ser a que reunia melhores condições, para se constituir como o paradigma de intervenções semelhantes, a realizar no próximo Quadro Comunitário. Foram definidas com o Gabinete Técnico da CM de Gouveia, as intervenções no espaço público, a sinalética e o tipo de mobiliário urbano a adoptar e a intervenção em fachadas de privados a recuperar pela CM, previstas em Plano de Pormenor elaborado pelo GTL. Foi elaborada a respectiva estimativa orçamental, que teria cobertura pelo saldo da Medida. Reconheceu-se posteriormente a necessidade, face a algumas correcções que se impunham de erros urbanísticos do passado, de envolver um Gabinete de arquitectura paisagística, que para além de propor as correcções adequadas, apresentasse um plano de comunicação e marketing do que se pretende com uma Aldeia de Montanha. A decisão da CM, em conformidade com tal reconhecimento, determinou um atraso substancial na elaboração da candidatura, que não foi apresentada em 2005.

Tal como havia sido preconizado no Plano de Actividades para 2005, adoptou-se uma atitude mais pró activa na promoção da dinamização da procura da Medida 2.8 – Desenvolvimento dos Recursos Humanos e Promoção da Coesão Social, com vista a melhorar a sua execução. Foi assim possível dinamizar a apresentação de dez candidaturas a esta Medida, das quais três se encontram homologadas, seis aguardam homologação e uma foi retirada.

Quadro 1 – Actividades realizadas em 2005

Actividade	Nº	Obs.
Preparação e Análise de Candidaturas	22	
Análise de Pedidos de Pagamento	49	
Ordens de Pagamento processadas	48	
Participação em eventos	39	
Comunicações e apresentações em eventos	2	
Encerramento de Candidaturas	15	
Total	175	

Balanço da Actividade e Recomendações

Em termos do progresso da execução, constatou-se que contrariamente ao que era previsível face à boa execução física dos projectos em curso, a execução financeira anual ficou aquém do programado. Tal ficou a dever-se, ao facto de considerável volume de despesa que deveria ter sido certificada em Dezembro, apenas o ter sido já no início de 2006. A confirmar esta situação está o facto de no final de Fevereiro de 2006, já se encontrar executado 52% do programado para este ano. Também por esta distorção de resultados, deveria haver maior rigor no cumprimento do prazo quanto à apresentação dos recibos, relativos aos pagamentos processados por adiantamento contra factura, a que obriga o Despacho nº14 381/2001 (2ª série).

Foi possível executar o total programado para o período 2000-2003, ultrapassando largamente o exigido pela regra n+2, com cujo excedente foi possível executar 82,5% do programado para 2004.

A dinamização da procura da Medida 2.8 – Desenvolvimento dos Recursos Humanos e Promoção da Coesão Social, foi inteiramente conseguida com a apresentação de dez candidaturas.

O acompanhamento dos projectos em curso, teve preocupação maior, na componente imaterial da candidatura “Construção do Centro de Interpretação da Serra da Estrela” e no “Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo da Serra da Estrela”. Em particular neste último, a coordenação da Medida participou em seis sessões de trabalho, com os parceiros envolvidos.

Quadro 3 – Avaliação dos resultados

Objectivos/Actividades	Auto- Avaliação
Promover a execução física/financeira dos projectos em curso	4
Promoção do encerramento de candidaturas	4
Dinamização da procura da Medida 2.8	5
Apresentação de uma candidatura a “Aldeia de Montanha”	3
Dinamização de apresentação de candidaturas ao SISE	4
Acompanhamento de projectos em curso	4
Auto-avaliação global	4

A relação das AIBT, com as empresas do território é praticamente inexistente, conseguindo-se apenas uma relação quase só institucional, com as Associações Empresariais. Considera-se positiva a experiência do lançamento do Sistema de Incentivos específico à Acção Integrada de Desenvolvimento da Serra da Estrela, pelo que se defende para o próximo QREN, uma extensão de tais sistemas de incentivos, que permita uma actuação mais directa dos PO Regionais e consequentemente das AIBT, junto das empresas, única forma de promover a inovação e competitividade do território.

Constata-se grande dificuldade em conseguir que os promotores encerrem as candidaturas, que por circunstâncias diversas ficaram abaixo do aprovado. A preocupação dos mesmos em aproveitar a totalidade dos apoios aprovados, leva-os a prolongar para além do razoável, a apresentação do Relatório Final, sem o qual se não encerram os projectos.

Quadro 4 – Pontos negativos que influenciaram a actividade realizada e propostas de solução

Pontos Negativos	Propostas de Solução
Deficiente relacionamento com as empresas do território e reduzida articulação com os sectores, que desconsideram a capacidade de intervenção, das Acções Integradas de Base Territorial.	Maximizar a capacidade de intervenção das AIBT, com a extensão dos sistemas de incentivos e melhorar a articulação com os sectores, com os quais se terá de começar desde já a planear com vista ao próximo QREN.
Falta de uniformização de procedimentos dos GAT's na apreciação dos processos de candidatura, pedidos de pagamento e apresentação de recibos e relatórios finais.	Elaboração de uma check-list, dos pontos considerados essenciais a referir na emissão dos pareceres dos GAT.
Falta de formação dos técnicos dos parceiros promotores de candidaturas, que origina a deficiente instrução dos processos.	Formação em conjunto com os técnicos das EAT, com vista ao próximo QREN.
Atrasos significativos, na apresentação do Relatório Final, para encerramento de candidaturas.	Directiva aos promotores, estipulando que o não cumprimento dos prazos para apresentação do Relatório Final, implica a suspensão de

	pagamentos de outras candidaturas em curso no âmbito do PO Centro.
Risco de carência de verbas PIDDAC da CCDR Centro, após abertura de Fase de candidaturas no âmbito dos Sistemas de Incentivos das AIBT.	Cativação das verbas PIDDAC, quando da abertura de Fases de candidatura, de modo a evitar, que possam ser aceites e apreciadas candidaturas, que não terão garantida a contra partida nacional.

Quadro 5 – Pontos Positivos

Interior	Exterior
Utilização das TIC, pela CCDR Centro, que melhorou significativamente a circulação da informação com os serviços externos, nomeadamente com a coordenação das Medidas das AIBT não sediadas na Comissão.	Maior e mais intenso relacionamento da coordenação, com os Gabinetes técnicos dos municípios, de modo a minimizar atrasos na elaboração e apresentação de candidaturas.

MEDIDA 2.6 – AIBT PINHAL INTERIOR (FEDER)

Introdução

O ano de 2005 correspondeu ao sexto ano de desenvolvimento desta Medida do POR centro.

Este caracterizou-se pelo esforço no domínio da execução física e financeira, nomeadamente tendo em vista o encerramento de projectos cujo tempo previsto de execução se encontrava excepcionalmente ultrapassado.

Ano	Programação		Aprovações/Homolog. (a)		Execução (b)		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec./A
2005	4.745.368	3.321.757	9.040.319	5.985.297	6.004.006	4.019.392	191%	66%	127%

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

2000-2005	21.397.515	14.978.260	22.640.579	15.280.694	15.169.578	10.284.231	106%	67%	71%
2000-2006	26.078.074	18.254.651	23.370.573	15.751.747	15.169.578	10.284.231	90%	65%	58%

Valores Totais Aprovados até 31 Dezembro 2005

Despesa validada

A esta Medida estiveram afectos: a Dr^a Cristina Roque da Cunha (em parte do ano a tempo parcial), a Dr. Adelaide Lóio (apenas parte do ano e a tempo parcial) e o coordenador da Medida.

Supletivamente e no âmbito do “Grupo de Trabalho das Aldeias do Xisto”, colaboraram com esta Medida: o Arq.^{tº} Vítor Ferreira, a Dr^a Ana Faria e o Arq.^{tº} Duarte Abreu Miranda.

Actividades Realizadas em 2005

Actividade	Nº
Reuniões da Unidade de Gestão	5
Processos de candidatura recepcionados	162
Processos de candidatura apreciados	144
Processos de candidatura aprovados	144
Processos de candidatura encerrados	38
Processos de candidatura rejeitados sem enquadramento / disponibilidade financeira	13
Processo de candidatura a aguardar Reunião de Unidade de Gestão	5
Informações elaboradas e submetidas a membros da Unidade de Gestão	16
Ordens de pagamento processadas	160
Registo em SIFEC de pedidos de pagamento	160
Validação de pedidos de pagamento em SIFEC	175
Registo em SIFEC de pagamentos	160

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Validação em SIFEC de pagamento	153
Relatórios de acompanhamento físico e financeira da Medida elaborados	2
Visitas de acompanhamento às Aldeias que fazem parte do Programa das Aldeias do Xisto	42
Visitas de acompanhamento de projectos extra Programa das Aldeias do Xisto	20
Notificação aos promotores de ponto de situação de candidaturas	1
Processo de avaliação do Programa das Aldeias do Xisto	1
Reuniões com agentes da região	150
Total	

Quadro 2 – Actividades realizadas em 2005, por concelho

Concelho	Actividades	
	Parecer	Pedidos pagamento
Alvaiázere	1	4
Ansião	0	6
Arganil	4	19
Castanheira de Pêra	0	1
Castelo Branco	12	13
Figueiró dos Vinhos	2	3
Fundão	20	19
Góis	43	7
Lousã	12	32
Mação	0	1
Miranda do Corvo	4	4
Oleiros	4	13
Pampilhosa da Serra	3	2
Pedrogão Grande	0	2
Penela	5	4

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Sertã	16	12
Tábua	1	0
Vila de Rei	7	9
Vila Velha de Rodão	1	8
Outros	9	1
Total	144	160

Balço da Actividade e Recomendações

No início de 2005 a coordenação da Medida estabeleceu metas trimestrais e anuais para disciplinar o desenvolvimento da intervenção e criar condições para uma avaliação final objectiva.

Os resultados obtidos analisados em contraponto com as metas inicialmente estabelecidas e com as actividades realizadas anteriormente apresentadas permitem apresentar as seguintes conclusões:

Quadro 3 – Avaliação dos resultados

Objectivos/Actividades	Auto- Avaliação
Indicadores físicos complemento de programação	
Unidades de alojamento apoiadas	Ultrapassado
Iniciativas animação e promoção turística	Ultrapassado
Rede de percursos	Não Atingido
Infra-estruturação de estradas panorâmicas	Não Atingido
Estabelecer / requalificar praias fluviais	Atingido
Requalificação de aldeias serranas***	Ultrapassado
Iniciativas museológicas	Ultrapassado
Restauro de imóveis classificados / valor patrimonial	Ultrapassado
Acessos construídos ou beneficiados	Não Atingido

Quadro 4 – Pontos negativos que influenciaram a actividade realizada e propostas de solução

Pontos Negativos	Propostas de Solução
1 – O desenvolvimento e encerramento de vários projectos não cumprem o calendário de execução apresentado, sem justificações adequadas.	1- Impossibilidade de os promotores verem aprovadas novas candidaturas enquanto não cumprirem os calendários de execução estabelecidos para outras já aprovadas.
2- Impossibilidades de “obrigar” os promotores a encerrarem os projectos em tempo razoável	2- Criação de regulamentação que obrigue ao encerramento os projectos
3- Ineficiente gestão financeira da Medida devido aos pontos anteriores uma vez que atempadamente não se controla a libertação dos saldos pelos projectos que encerraram abaixo dos valores homologados	3- Criação de processo de avaliação intercalar da execução dos projectos para eficiente gestão financeira da Medida

Quadro 5 – Pontos Positivos

Interior	Exterior
1 - Criação de critérios de avaliação do Programa das Aldeias do Xisto – Gestão por Objectivos	1 - Compreensão por parte de entidades promotoras ao PAX das regras e dos resultados da avaliação do Programa
2- Criação de uma equipa interna orientada para a temática “Aldeias”	2- Capacidade de mobilizar e envolver os agentes regionais no desenvolvimento de estratégias territoriais e temáticas

Recomendações:

Tal como acontece periodicamente a Medida II.6 elaborou, com os dados à data de 31 de Dezembro de 2005, o seu relatório anual referente a 2005, profusa e detalhadamente ilustrado em quadros, gráficos e mapas relativo a várias vertentes do desenvolvimento da Medida.

MEDIDA 2.7 – AIBT PINHAL INTERIOR (FEOGA)

Introdução

O ano de 2005 correspondeu ao sexto ano de desenvolvimento desta Medida do POR centro.

Este caracterizou-se pelo esforço no domínio da execução física e financeira, nomeadamente pelo esforço de cumprimento da “Regra n+2” ao nível da Medida.

A esta Medida estiveram afectos: o Eng^o Moisés Cruz e o coordenador da Medida.

Actividades Realizadas em 2005

Quadro 1 – Actividades realizadas em 2005

Actividade	Nº	Obs.
Reuniões da Unidade Técnica de Coordenação	6	
Reuniões da Unidade de Gestão	5	
Processos de candidatura apreciados	88	
Processos de candidatura aprovados	77	Investimento elegível de 5.212.074 €
Processos de candidatura indeferidos	3	
Desistências	2	
Visitas de acompanhamento a projectos aprovados à Acção 3	16	Todos os projectos têm relatório de visita e posteriormente avaliação final da Acção
Visitas de acompanhamento a projectos aprovados à Acção 6	23	Todos os projectos têm relatório de visita exaustivo posteriormente avaliação final da Acção
Total		

Balanço da Actividade e Recomendações

No início de 2005 a coordenação da Medida estabeleceu metas trimestrais e anuais para disciplinar o desenvolvimento da intervenção e criar condições para uma avaliação objectiva.

Os resultados obtidos analisados em contraponto com as metas inicialmente estabelecidas e com as actividades realizadas anteriormente apresentadas permitem apresentar as seguintes conclusões:

Quadro 3 – Avaliação dos resultados

Objectivos/Actividades	Auto- Avaliação
Acompanhamento dos projectos da “Acção 3”	Cumprido
Acompanhamento dos projectos da “Acção 6”	Cumprido
Cumprimento da “Regra n+2” ao nível da Medida	Não cumprido
Auto-avaliação global	

Quadro 4 – Pontos negativos que influenciaram a actividade realizada e propostas de solução

Pontos Negativos	Propostas de Solução
Forte dependência da celeridade processual das aprovações de um vasto conjunto de entidades envolvidas	
Forte dependência da celeridade do processamento dos pedidos de pagamento de um vasto conjunto de entidades envolvidas	
Inadaptação de vários organismos ao cumprimento das pistas de controlo, nas quais estão estabelecidos os procedimentos a adoptar em cada situação. Incumprimento, por parte de muitos promotores – nomeadamente pelos promotores públicos – dos cronogramas de execução aprovados nos respectivos projectos, facto que contribuiu decisivamente para a baixa execução financeira.	

Quadro 5 – Pontos Positivos

Interior	Exterior
Nada a registar	Nada a registar

Nota

Tal como acontece periodicamente, a Medida II.7 elaborou, com os dados à data de 31 de Dezembro de 2005, o seu “Relatório de execução (física e financeira) 2000-2005”, profusamente ilustrado com quadros, gráficos e mapas sobre as várias vertentes de desenvolvimento da Medida.

Recomendações:

Uniformizar, tanto quanto possível, procedimentos entre situações semelhantes.

MEDIDA 2.8 – DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS E PROMOÇÃO DA COESÃO SOCIAL

Introdução

Esta Medida, financiada pelo FSE, tem vindo a apoiar iniciativas de valorização dos recursos humanos e de promoção da coesão social que, globalmente, se articulem e convirjam para a prossecução dos objectivos das medida 3 a 7 do Eixo II, medidas que correspondem às diferentes AIBT que integram este Eixo Prioritário.

Os valores apresentados para 2005 apesar de evidenciarem sinais de recuperação, não é possível afirmar que estão afastados todos os constrangimentos resultantes da baixa execução da medida. Ainda assim, o ano de 2005, apresenta uma performance global mais próxima daquilo que seria expectável e consentâneo com a resposta às reais necessidades da região e dos objectivos previstos na presente medida.

Actividades Realizadas em 2005

Apesar das dificuldades evidenciadas em anos anteriores a medida 2.8 apresentou, em 2005, uma dinâmica mais promissora na concretização dos objectivos inicialmente definidos. Saliente-se que tem vindo a verificar-se um acréscimo de desempenho da medida, nomeadamente com intervenções nas diferentes AIBT, havendo por isso maior dispersão territorial do investimento no desenvolvimento dos recursos humanos e promoção da coesão social. Contudo, apesar da melhoria no desempenho, os valores em termos de aprovação e execução são considerados insuficientes atendendo aos valores programados para a Medida.

Foram analisadas e submetidas às Unidades de Gestão, 12 candidaturas das 41 aprovadas desde o início do QCA III. Onze outras candidaturas foram analisadas em 2005 tendo sido apreciadas em Unidade de Gestão já no decurso do ano de 2006.

A submissão à estrutura de gestão de projectos formativos tem, quase sempre, um trabalho de orientação e aconselhamento aos promotores por parte da EAT/FSE prévio à apresentação das candidaturas.

Ano	Programação		Aprovações/Homolog. (a)		Execução (b)		Taxas (%)		
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	A/Prog	Exc./Prog	Exec./A
2005	2.296.895	1.772.673	2.100.240	1.395.180	1.886.196	1.414.647	91,4	82,1	89,8
2000-2005	20.969.832	15.777.383	8.279.308	6.209.481	4.909.560	3.682.170	39,5	23,4	59,3
2000-2006	23.322.225	17.491.678	10.896.974	8.172.730	4.909.560	3.682.170	46,7	21,1	45,1

Valores Totais Aprovados até 31 Dezembro 2005

Despesa validada

Quadro 1 – Actividades realizadas em 2005

Actividade	Nº	Obs.
Preparação e Análise de Candidaturas	12	Além destas, 11 candidaturas foram apreciadas em UG em 2006
Análise e processamento de Reembolsos	67	
Encerramento de Candidaturas	12	

Total		
-------	--	--

Balanço da Actividade e Recomendações

Durante o ano de 2005 foram mantidos e aprofundados, tal como já havia acontecido nos anos anteriores, os mecanismos de motivação e esclarecimento visando a apresentação de projectos, por parte dos potenciais e reais promotores, que correspondam às reais necessidades formativas de cada uma das AIBT. Esta dificuldade têm exigido, por parte da estrutura afecta à Medida, um trabalho intenso junto das entidades que pretendem apresentar projectos formativos, que tem contado com o empenho dos Coordenadores das AIBT, por forma a que as candidaturas respondam às necessidades identificadas e que, ao mesmo tempo, se enquadrem nos objectivos estratégicos das diferentes Medidas.

Quer relativamente aos projectos em execução, quer aos projectos em fase de preparação, e apesar do enorme esforço no acompanhamento de ambos, confirma-se o que em anos anteriores evidenciamos, no que concerne, nomeadamente, às dificuldades ao nível da capacidade técnica da maioria dos promotores.

Quadro 3 – Avaliação dos resultados

Objectivos/Actividades	Auto- Avaliação
Preparação e Análise de Candidaturas	4
Processamento dos pedidos de reembolso	4
Promoção da execução física/financeira dos projectos em curso	4
Promoção do encerramento de candidaturas	4
Dinamização da procura da Medida 2.8	5
Acompanhamento de projectos em curso	3
Auto-avaliação global	4

Quadro 4 – Pontos negativos que influenciaram a actividade realizada e propostas de solução

Pontos Negativos	Propostas de Solução
------------------	----------------------

Ausência de adequada e necessária convergência dos objectivos das formações previstas/propostas com os objectivos específicos das diferentes AIBT	Maximizar a capacidade de intervenção das AIBT na promoção da medida
Falta de formação dos técnicos dos promotores de candidaturas, que origina a deficiente instrução dos processos.	Reforçar o trabalho de orientação e aconselhamento aos promotores por parte da EAT/FSE
Não acompanhamento, na fase de execução, dos projectos aprovados	Reforço da equipa para acompanhamento físico dos projectos formativos
Falta de um sistema de informação que responda cabalmente às necessidades da gestão	

Quadro 5 – Pontos Positivos

Interior	Exterior
Apesar dos escassos recursos afectos à medida, que determina uma atitude mais reactiva no acompanhamento dos projectos, as respostas dadas pela estrutura ao exterior não colocaram em causa a gestão global da medida	Maior procura e disponibilidade por parte das entidades para realizarem projectos de formação que respondam às necessidades e aos objectivos específicos das diferentes AIBT
Postura pró-activa que os Coordenadores assumiram na promoção da medida 2.8. Esta prática revelou-se muito positiva, ultrapassando a matriz essencialmente “reactiva” que globalmente vinham apresentando	

5.3 Eixo III

Introdução

A gestão do Eixo III do Programa Operacional Centro, da responsabilidade da CCDRC, envolve as tarefas gerais de coordenação das Medidas Desconcentradas da Administração Central relacionadas com a aprovação de projectos, validação de despesa, pagamentos aos beneficiário e transferência de verbas para as entidades intermédias com as quais foram efectuados protocolos ou contratos programa.

Para além destas tarefas de gestão, são asseguradas as obrigações decorrentes dos regulamentos comunitários e da competência do Gestor, designadamente as que respeitam à apresentação de pedidos de pagamento às Autoridades de Pagamento dos diversos Fundos envolvidos (FEDER, FSE, FEOGA e IFOP), à apresentação de alterações ao Programa Operacional e ao Complemento de Programação em Comissão de Acompanhamento do PO, e posterior notificação à Comissão Europeia, e à apresentação do relatório Anual de Execução do Programa.

Actividades Realizadas em 2005

A gestão e o acompanhamento dos projectos aprovados no âmbito do Eixo III do PO Centro, no decurso de 2005, foram assegurados pelas várias Estruturas Técnicas sedeadas junto dos Coordenadores das Intervenções Sectoriais e pela Estrutura Técnica do Eixo III.

Até ao final do ano foram apreciados favoravelmente, nas reuniões das Unidades de Gestão do Eixo III, 11.425 projectos que envolvem um montante 1.549.596.975 Euros de investimento elegível e 837.482.961 euros de Fundo.

Quadro 1 – Actividades realizadas em 2005

Actividade	Indicador	2005	Total	Obs.
Apreciação de Projectos em Unidade de Gestão	Nº de projectos	1609	11425	
	Fundo (euros)	146.555.127	837.482.961	
Pedidos de Pagamento FEDER verificados	Nº de Pedidos	514	2.762	
Pedidos de Pagamento FSE verificados	Nº de Pedidos	589	1.907	

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Despesa FEDER validada	Fundo validado (Euros)	48.708.452	360.606.950	102 % do n+2 para 2005
Despesa FSE validada	Fundo validado (Euros)	30.674.136	125.358.874	170 % do n+2 para 2005
Despesa FEOGA validada	Fundo validado (Euros)	24.343.749	95.649.971	105 % do n+2 para 2005
Despesa IFOP validada	Fundo validado (Euros)	113.726	960.453	102 % do n+2 para 2005
Relatório Anual de Execução (participação)	Nº	1	5	

Além destes procedimentos técnicos, tiveram ainda lugar um conjunto de actividades, onde se destacam:

- Gestão e Acompanhamento de Projectos, actividade permanente de monitorização da evolução da execução dos projectos aprovados, destacando-se neste âmbito a análise quotidiana dos pedidos de pagamento (FEDER e FSE) e de transferências para as entidades pagadoras (FEDER, FEOGA e IFOP), controlo financeiro e emissão de ordens de pagamento;
- Gestão do Eixo, onde relevou o apuramento mensal da execução por projecto, medida e eixo, bem como a preparação dos contributos para o Relatório de Execução do PO Centro – 2004;
- Certificação da Despesa junto das Autoridades de Pagamento de Cada Fundo;
- Celebração de Protocolos, para a participação na gestão de algumas Medidas, com entidades intermédias (Instituto de Emprego e Formação Profissional e IAPMEI).

Quadro 2 – Actividades realizadas, por concelho

Unidade: euros

Concelho	Execução (Situação a 31-12-2005)
----------	----------------------------------

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

	Projectos com parecer favorável em UG				Despesa validada		
	Nº projectos	Investimento Elegível	Fundo	Investimento Elegível/Hab.	Investimento Elegível	Fundo	% Exec./Aprov.
Águeda	61	9.571.191	5.864.755	120	7.732.633	4.653.111	81
Aguiar da Beira	92	6.506.084	3.765.758	603	2.284.353	1.389.977	35
Albergaria-a-Velha	13	2.403.181	1.478.200	60	788.053	369.155	33
Almeida	105	8.243.571	5.128.066	609	5.605.191	3.617.672	68
Alvaiázere	91	3.194.046	1.719.544	204	1.557.514	776.298	49
Anadia	103	8.604.619	5.128.558	163	7.093.543	4.178.097	82
Ansião	223	4.854.122	2.866.651	209	3.281.217	1.858.148	68
Arganil	52	11.049.069	7.102.485	521	9.102.863	6.066.442	82
Aveiro	85	59.983.621	24.960.960	340	49.380.697	19.603.748	82
Batalha	37	2.915.988	1.772.256	118	1.935.007	1.175.267	66
Belmonte	79	1.916.859	938.324	124	1.575.565	739.661	82
Cantanhede	205	28.523.961	16.260.828	429	10.406.776	5.958.076	36
Carregal do Sal	59	3.697.662	1.880.563	181	1.788.619	763.227	48
Castanheira de Pêra	25	532.370	296.474	79	297.074	151.572	56
Castelo Branco	515	62.966.151	37.479.720	673	44.277.210	26.289.467	70
Castro Daire	221	8.394.151	4.618.813	272	4.938.693	2.767.997	59
Celorico da Beira	67	3.334.908	1.919.303	216	1.674.298	892.731	50
Coimbra	263	129.696.478	67.555.631	455	79.072.631	41.303.364	61
Condeixa-a-Nova	245	12.764.454	8.456.033	551	11.077.522	7.523.965	87
Covilhã	252	43.035.272	20.505.957	376	24.446.132	12.741.004	57
Estarreja	6	1.062.912	650.282	23	534.820	324.139	50
Figueira de Castelo Rodrigo	106	2.917.694	1.483.194	207	2.026.603	925.649	69
Figueira da Foz	75	24.971.580	14.877.379	238	20.763.562	12.299.039	83
Figueiró dos Vinhos	54	4.253.290	2.765.118	376	3.965.635	2.590.617	93
Fornos de Algodres	116	5.909.799	3.482.837	619	2.715.717	1.598.039	46
Fundão	616	38.526.683	19.343.724	614	20.749.278	10.158.829	54
Góis	38	3.185.938	1.846.701	380	2.782.052	1.582.802	87

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Gouveia	166	18.192.414	10.649.170	661	10.431.062	5.777.632	57
Guarda	210	23.997.803	13.945.635	318	20.300.243	11.351.349	85
Idanha-a-Nova	122	22.824.392	13.853.162	1.188	15.160.441	8.946.238	66
Ílhavo	22	14.714.338	10.277.826	276	12.381.574	8.681.987	84
Leiria	132	54.468.564	25.709.300	215	24.267.774	10.305.920	45
Lousã	53	3.787.954	2.167.686	138	2.619.362	1.422.566	69
Mação	142	9.978.027	6.224.634	737	7.914.062	4.954.243	79
Mangualde	139	5.670.102	2.813.212	134	5.170.646	2.565.237	91
Manteigas	20	5.507.022	3.432.687	838	3.354.189	2.050.431	61
Marinha Grande	57	16.230.774	9.477.004	266	9.663.921	5.581.188	60
Mealhada	57	7.305.421	4.357.169	210	5.394.049	3.121.901	74
Meda	227	6.703.171	3.300.557	529	4.789.030	2.136.724	71
Mira	26	8.905.279	5.599.690	435	4.450.061	2.924.943	50
	Execução (Situação a 31-12-2005)						
	Projectos com parecer favorável em UG				Despesa validada		
Concelho	Nº projectos	Investimento Elegível	Fundo	Investimento Elegível/Hab.	Investimento Elegível	Fundo	% Exec./Aprov.
Miranda do Corvo	124	8.988.561	6.324.294	484	6.331.840	4.541.046	70
Montemor-o-Velho	45	22.749.620	12.799.965	502	18.235.864	10.279.541	80
Mortágua	21	13.452.471	9.266.444	893	7.790.841	5.231.732	58
Murtosa	8	7.191.036	5.370.143	568	4.473.888	3.339.831	62
Nelas	145	2.900.928	1.304.829	91	2.036.516	776.223	70
Oleiros	131	5.238.768	3.186.094	477	3.400.280	1.858.233	65
Oliveira de Frades	232	6.424.016	3.541.542	335	5.072.122	2.781.239	79
Oliveira do Bairro	38	1.531.482	815.394	39	1.401.904	759.695	92
Oliveira do Hospital	98	11.095.561	7.069.747	320	8.043.846	5.328.504	72
Ovar	26	8.136.919	5.728.211	104	5.683.438	4.024.500	70
Pampilhosa da Serra	124	1.119.217	592.035	113	674.375	339.088	60
Pedrógão Grande	60	11.989.801	6.694.206	1.522	9.138.592	5.101.007	76
Penacova	37	3.313.866	2.112.460	126	2.154.961	1.401.180	65
Penalva do Castelo	224	4.233.273	1.921.331	213	3.337.035	1.395.267	79

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Penamacor	88	5.896.887	3.359.513	505	3.368.449	1.819.969	57
Penela	323	6.932.266	4.277.994	649	5.984.289	3.702.153	86
Pinhel	581	13.786.980	6.469.902	591	10.320.597	4.101.691	75
Pombal	104	101.436.277	43.301.318	769	89.732.356	37.566.255	88
Porto de Mós	56	6.208.741	3.903.553	161	3.113.529	1.854.660	50
Proença-a-Nova	157	6.116.784	2.903.173	302	3.317.414	1.514.330	54
Sabugal	188	10.853.557	6.443.671	433	6.604.710	3.825.963	61
Santa Comba Dão	65	5.219.447	3.184.453	255	4.210.872	2.587.468	81
São Pedro do Sul	292	14.235.634	8.040.554	421	9.899.196	5.368.342	70
Sátão	161	3.603.092	1.825.498	139	2.775.245	1.279.107	77
Seia	149	15.385.765	8.771.782	312	12.796.370	7.241.390	83
Sertã	164	10.882.058	6.361.641	380	9.149.417	5.307.107	84
Sever do Vouga	104	4.519.407	2.582.212	196	3.022.999	1.692.587	67
Soure	115	8.251.146	5.207.790	249	7.921.645	5.072.890	96
Tábua	85	5.462.033	3.284.749	261	5.199.290	3.143.760	95
Tondela	419	14.240.920	7.195.788	231	8.487.879	3.917.731	60
Trancoso	344	16.394.397	8.811.411	809	12.104.065	6.205.017	74
Vagos	22	3.945.362	2.726.282	124	2.296.446	1.642.456	58
Vila de Rei	27	3.791.842	2.451.175	731	1.711.433	1.057.506	45
Vila Nova de Paiva	60	3.992.349	2.431.741	396	3.139.379	1.871.226	79
Vila Nova de Poiares	15	1.087.956	716.446	101	730.649	465.802	67
Vila Velha de Ródão	99	17.649.746	12.107.007	2.954	6.612.490	3.889.875	37
Viseu	558	41.191.651	22.127.377	237	27.395.903	14.429.349	67
Vouzela	462	17.314.144	9.807.904	823	14.187.833	7.961.185	82
Não regionalizável	297	411.532.101	216.507.484		330.564.218	165.782.895	80
Região Centro	11425	1.549.596.976	837.482.961	470	1.110.171.851	582.576.250	72

Balço da Actividade e Recomendações

A execução do Eixo III registada no final de 2005 evidencia dois aspectos fundamentais: o compromisso atinge 98% do programado até final desse ano, com realce para as Medidas

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

FEOGA com um compromisso de 112%; a execução atinge 68 % do programado para esse período, sendo as Medidas do FSE as que registam maior taxa de execução (86%).

Quadro 3 – Avaliação dos resultados

Eixo III - Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas

Programação, Aprovações, Execução: Situação em 31-12-2005 (Fundo)

Unidade: Euros

Medidas	Programação (fundo)		N+2 (2005)	Aprovações (fundo)	Execução (fundo)	Taxa Exec. (2000 a 2005)		ExecuçãoN+2 (%)
	2000-2006	2000 a 2005				Apr./ Prog.	Exec./Prog.	
EIXO 3	988.468.983	854.441.014	518.347.640	837.590.214	582.576.250	98,0	68,2	112,4
FEDER	632.488.782	555.151.160	352.606.843	495.041.806	360.606.951	89,2	65,0	102,3
FSE	177.702.138	145.890.797	73.322.154	170.007.542	125.358.874	116,5	85,9	171,0
FEOGA-O	176.741.063	152.049.194	91.479.324	171.171.296	95.649.972	112,6	62,9	104,6
IFOP	1.537.000	1.349.863	939.319	1.369.571	960.453	101,5	71,2	102,2
3.1 -Educação	81.567.997	75.343.878	54.683.148	70.669.480	61.131.088	93,8	81,1	111,8
3.2 - Ensino profissional	66.127.063	52.699.220	21.578.326	64.854.474	47.045.690	123,1	89,3	218,0
3.3 - Emprego e Formação (FSE)	105.661.867	87.920.147	48.602.552	103.848.603	77.267.255	118,1	87,9	159,0
3.4 - Emprego (FEDER)	17.599.930	15.132.657	9.393.633	11.303.266	6.275.479	74,7	41,5	66,8
3.5 -Ciência, Tec. e Inovação	3.992.636	3.742.630	2.564.515	2.253.969	522.727	60,2	14,0	20,4
3.6 - Sociedade da Informação	30.783.000	25.098.000	12.749.190	8.542.873	5.668.880	34,0	22,6	44,5
3.7 - Sociedade da Inf.(FSE)	2.676.000	2.476.000	1.388.680	0	0	0,0	0,0	0,0
3.8 -Saúde	61.417.000	52.984.534	33.147.174	50.613.533	34.366.021	95,5	64,9	103,7
3.9 - Cultura	7.411.192	6.490.319	4.198.479	6.393.099	5.311.533	98,5	81,8	126,5
3.10 - Desporto	35.749.998	30.736.328	19.077.556	31.796.656	23.121.618	103,4	75,2	121,2
3.11 - Economia	115.786.337	102.264.368	64.812.057	99.631.219	70.606.182	97,4	69,0	108,9
3.12 - Acessibilidades e Transportes	216.944.990	190.655.429	118.988.144	165.873.639	118.654.340	87,0	62,2	99,7
3.13 - Ambiente	40.078.351	34.360.798	20.971.061	32.338.702	22.589.468	94,1	65,7	107,7
3.14 - Agricultura e Desenvolvimento Rural	173.116.063	148.928.055	89.589.644	167.743.519	92.946.069	112,6	62,4	103,7
3.15 - Pescas(FEDER)	9.077.473	7.795.960	5.285.577	7.852.569	6.683.696	100,7	85,7	126,5

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

3.16 - Pescas(IFOP)	1.537.000	1.349.863	939.319	1.369.571	960.453	101,5	71,2	102,2
3.17 - Assistência Técnica FEDER	12.079.878	10.546.259	6.736.309	7.772.803	5.675.919	73,7	53,8	84,3
3.18- Assistência Técnica FSE	3.237.208	2.795.430	1.752.596	1.304.465	1.045.930	46,7	37,4	59,7
3.19 - Assistência Técnica FEOGA	3.625.000	3.121.139	1.889.680	3.427.777	2.703.903	109,8	86,6	143,1

Os índices de comprometimento e de execução das diversas medidas permitem concluir que são as medidas: 3.1 (Educação); 3.2 (Ensino Profissional); 3.3 (Emprego e Formação); 3.9 (Cultura); 3.10 (Desporto); 3.11 (Economia) e 3.15 e 3.16 (Pescas) as que melhor comportamento evidenciaram.

Pelo contrário as Medidas 3.5 (Ciência e Tecnologia), 3.6 e 3.7 (Sociedade de Informação) e 3.4 (Apoio à Criação de Emprego) têm níveis de execução muito baixos.

As metas mínimas de execução financeira podem ser avaliadas pelo cumprimento da Regra n+2 até final de 2005. Esta regra comunitária é aplicada ao total de cada Fundo do Programa e impõe que as dotações dos anos 2000 a 2003 (2 anos anteriores ao ano em causa) sejam utilizadas através do Adiantamento e dos Pedidos Intermédios certificados junto da Comissão Europeia até final de 2005.

Neste contexto é possível avaliar de que forma cada um dos Eixos se comportou financeiramente, ventilando aquele objectivo mínimo para cada um dos Eixos.

Tende presente esta metodologia verificamos que no conjunto do Eixo III todos os Fundos atingiram esse objectivo mínimo, embora com graus distintos. O FSE é o que tem um melhor comportamento. Os outros Fundos, apesar de cumprirem esse objectivo estão numa situação que obriga a uma atenção especial no ano de 2006.

A situação menos favorável em termos de execução por parte de algumas medidas tem origem, na sua maior parte em condicionantes externas à CCDRC, sendo de realçar os seguintes factores:

Medidas com pouca procura efectiva por parte dos potenciais beneficiários;

Atrasos na aprovação dos projectos em Unidade de Gestão, relacionados com as mudanças de gestão do Programa e da coordenação das Medidas e com a introdução de novas exigências em matéria de verificação do cumprimento das regras de Mercados Públicos;

Restrições em termos de PIDDAC, as quais afectaram de forma diferente as diversas Medidas, sendo mais relevante as Medidas com participação do FEOGA, dependentes do PIDDAC do

IFADAP. De facto este aspecto levou a atrasos significativos nos pagamentos aos promotores dos projectos da Medida 3.14 “Agricultura e Desenvolvimento Rural”, só se tendo conseguido cumprir a meta da Regra n+2 nos últimos dias do mês de Dezembro.

A actuação no ano de 2006 deverá envolver as seguintes preocupações:

Ajustar a dotação de cada medida à sua capacidade efectiva de execução, envolvendo a reafectação de verbas entre as diversas Medidas do Eixo III e, eventualmente, entre os Eixos do Programa;

Acelerar o projecto de decisão dos projectos em UG para que a dotação total do programa seja praticamente comprometida até final de 2006,

Dar orientações claras aos Coordenadores das Medidas quanto à qualidade da despesa apresentada, designadamente no que se refere ao cumprimento das regras dos Mercados Públicos;

Acompanhar o comportamento dos pagamentos efectuados pelo IFADAP aos promotores de projectos da Medida 3.14 “Agricultura e Desenvolvimento Rural” e a dotação PIDDAC desta entidade necessária para esse efeito, para que o cumprimento da Regra n+2 para 2006 não seja colocada em causa.

5.4 Controlo de 1º Nível

Introdução

A estrutura de apoio técnico do controlo de 1º nível do Programa Operacional da Região Centro é enquadrada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 172/2001 de 26 de Dezembro de 2001.

Os direitos e prerrogativas da EAT, o modo como a estrutura se enquadra no âmbito do Sistema Nacional de controlo, e a definição das suas obrigações, estão definidos nos seguintes textos legais nacionais: Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril, que define a estrutura orgânica relativa à gestão, acompanhamento, avaliação e controlo da execução do QCA III; Decreto-Lei n.º 168/2001, de 25 de Maio, que regula o funcionamento do SNC do QCA III e das intervenções de iniciativa comunitária relativas a Portugal, nos termos dos Regulamentos n.ºs 1260/1999 e 438/2001; e Portaria n.º 684/2001, de 5 de Julho, que estabelece as modalidades de articulação

entre os diferentes níveis de controlo do SNC e define as condições de fornecimento e acesso à informação relevante para o controlo.

No exercício de 2005 a EAT de Controlo de 1º Nível, consolidou a sua actividade na realização de auditorias e no apoio à gestão em aspectos de maior complexidade técnica.

Actividades Realizadas em 2005

Actividades base

O presente relato da síntese da actividade de controlo, divide-se em quatro áreas: formação; acções de acompanhamento a entidades de auditoria/controlo externas; actividade de reporte da actividade; acções de controlo.

- Formação

Em 2005 a EAT promoveu duas acções de formação:

- Sessão de formação realizada em 16 de Março de 2005 na CCDRC, intitulada: Sessão de trabalho sobre Administração Directa e Mercados Públicos.
- Sessão de formação no GAT da Sertã em Abril de 2005, para técnicos do GAT e das autarquias do agrupamento.

- Acções de acompanhamento a entidades de auditoria/controlo externas

O exercício de 2005 ficou novamente marcado por um número elevado de auditorias realizadas ao Programa Operacional da Região Centro por entidades externas, o que exigiu por parte da estrutura um particular esforço de acompanhamento.

- Auditoria da Inspeção-geral e Auditoria de Gestão à base de dados dos controlos SIGIFE – vertentes FEOGA-O e IFOP, concluído em Janeiro de 2005;
- Auditoria do Gabinete de Auditoria do IFADAP/INGA no âmbito da verificação do 5º Pedido de pagamento intermédio de reembolso de despesas IFOP do PO Centro, tratamento do relatório final em Março de 2005;

- Auditoria da Inspeção-geral de Finanças aos procedimentos aplicados na realização de despesas mediante a celebração de contratos públicos – FEDER e FSE, apreciação do projecto de relatório enviado em Janeiro de 2005;
- Avaliação da fiabilidade do controlo de 1º Nível realizada pela Inspeção-geral e Auditoria de Gestão – Apreciação do relatório em Janeiro de 2005;
- Auditoria da Inspeção-geral e Auditoria de Gestão ao sistema de gestão e controlo da Medida Maris. Apreciação de projecto de relatório em Fevereiro de 2005 e relatório final em Dezembro de 2005;
- Auditoria da Inspeção-geral de Finanças para efeito de controlo de qualidade das autoridades de gestão, das autoridades de pagamento e dos Coordenadores do controlo de 2º nível. Apreciação do relatório final em Março de 2005;
- Auditoria do IGMSSFC – Inspeção-Geral da Segurança Social, da Família e da Criança, no âmbito da verificação da despesa apresentada entre Fevereiro de 2002 a Janeiro de 2003 da Medida 3.3 do PO Centro. Apreciação do relatório final em Fevereiro de 2005;
- Auditoria do IGMSSFC – Inspeção-Geral da Segurança Social, da Família e da Criança, no âmbito da verificação da despesa apresentada entre Outubro de 2003 a Janeiro de 2004 da Medida 3.3 do PO Centro. Apreciação do projecto de relatório em Abril de 2005 e de relatório final em Outubro de 2005;
- Controlo Complementar – Auditoria a projectos co-financiados pelo FEDER integrados no Programa Operacional da Região Centro do QCA III realizada pela Inspeção-geral de Finanças. Apreciação do projecto de relatório em Setembro de 2005;
- Controlo Complementar – Auditoria a projectos co-financiados pelo FEDER e FSE integrados no Programa Operacional da Região Centro do QCA III realizada pela Inspeção-geral de Finanças. Apreciação do relatório final em Março de 2005;
- Auditoria da Inspeção-geral e Auditoria de Gestão sobre Avaliação do sistema de Gestão e Controlo do POR do Centro do QCA III. Apreciação do relatório final em Julho de 2005;

- Auditoria do IGFSE – Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu no âmbito da verificação da despesa apresentada entre Fevereiro e Maio de 2004 do PO Centro. Apreciação do projecto de relatório em Novembro de 2005.
 - Auditoria da Inspeção-geral e Auditoria de Gestão sobre Medida Agris dos PO Regionais. Apreciação do projecto de relatório em Novembro de 2005;
 - Auditoria da Direcção Geral de Desenvolvimento Regional, aos procedimentos de contratação pública aplicados na realização de despesas nos projectos co-financiados pelo FEDER no âmbito das Intervenções Operacionais do QCA III. Apreciação de relatório final em Novembro de 2005.
 - Auditoria do Gabinete de Auditoria do IFADAP/INGA no âmbito da verificação do 11º Pedido de pagamento intermédio de reembolso de despesas FEOGA-O do PO Centro. Relatório de projecto de decisão apreciado em Novembro de 2005;
- Actividade de reporte da actividade

No que se respeita aos Planos Anuais de Controlo de 2002 a 2005 as tarefas inerentes existe a prestação de informação no âmbito do Sistema Nacional de Controlo, de referir que relativamente ao FSE, foram inseridos no SIIFSE – Sistema Informático Integrado do Fundo Social Europeu, os dados relativos ao Plano Anual de Controlo de 2006 (1x), os Mapas de Acompanhamento Trimestral (4x), o Relatório Anual de Síntese (1x) e os relatos das acções de controlo efectuadas. No que concerne ao FEDER, FEOGA-O e IFOP, foram inseridos na aplicação informática SIGIFE – Sistema de Informação de Gestão dos Instrumentos e Fundos Estruturais, os Planos Anuais de Controlo do PO Centro de 2006 (1x por fundo), foram exportados os Mapas de Acompanhamento Trimestral (4x por fundo) e o Relatório Anual de Síntese (1x por fundo) a execução e acompanhamento da acções de controlo realizadas. No que concerne ao FEDER foram ainda registadas no SIFEC – Sistema de Informação dos Fundos Estruturais e Coesão, as acções de controlo desenvolvidas. Este é um registo complementar, que permite à gestão ter conhecimento dos controlos efectuados, e dos seus resultados e recomendações.

Existe ao nível da estrutura de controlo de 1º nível o registo da informação relativa à gestão de devedores e pré-devedores e de irregularidades.

Ao nível do controlo de devedores FEDER são efectuadas actualizações mensais, do FEOGA e IFOP trimestrais, e no FSE o acompanhamento é sistemático.

▪ Acções de controlo

No que concerne à execução dos planos anuais de controlo, concretamente, ao disposto no artigo 10º do Regulamento (CE) n.º 438/2001 de 2 de Março, os dados apresentados respeitam à execução da actividade de controlo, à data de 31 de Dezembro de 2005.

No que concerne ao fundo estrutural FEDER, foram efectuados 38 relatórios finais abrangendo acções de controlo previstas no Plano Anual de Controlo 2004 e 2005 FEDER e outras solicitadas por denúncia. No mesmo período foram propostos 26 projectos de decisão. Sendo 22 projectos de decisão efectuados pela EAT e o mesmo numero de decisões finais.

No que se refere ao fundo estrutural FSE foram efectuados 25 relatórios finais abrangendo acções de controlo previstas no Plano Anual de Controlo 2004 e 2005 FSE, sendo que nove foram efectuados pela EAT.

Relativamente ao fundo estrutural FEOGA-O, foram efectuados 49 relatórios finais abrangendo acções de controlo previstas no Plano Anual de Controlo 2002, 2003 e 2004 FEOGA.

Relativamente ao IFOP, foi efectuado projecto de decisão e relatório final de uma acção de controlo.

Actividades não base

No exercício de 2005 em função da preparação do próximo período de programação todos os técnicos estiveram envolvidos em grupos de trabalho. Este envolvimento embora complementar á actividade central, retirou capacidade efectiva de realização à estrutura.

O técnico Manuel António este envolvido no tema “Turismo e Lazer”, compreendendo sete reuniões relativas ao tema e duas gerais.

O técnico Rui Correia esteve envolvido no tema “Competitividade com enfoque nas empresas”. em quinze reuniões e três saídas externas

O técnico Cardoso Ayres esteve envolvido no tema “Acessibilidades e Transportes”, tendo estado presente em quinze reuniões.

O chefe de projecto esteve envolvido num grupo de trabalho “Recolha das partes interessadas”, o que envolveu sete reuniões de trabalho e três colectivas. O chefe de projecto coordenou o grupo de trabalho que procedeu ao acompanhamento do exercício da avaliação intercalar do PO Centro.

Integrou ainda o grupo de trabalho responsável pela elaboração de check-list aplicáveis à apreciação das regras dos mercados públicos.

Quadro 1 – Actividades realizadas em 2005

Actividade	Nº	Obs.
Relatórios finais FSE produzidos	22	
Projecto de decisão FSE produzidos	22	
Relatórios finais FEDER produzidos	38	
Projecto de decisão FEDER efectuados	26	
Relatórios finais FEOGA-O produzidos	49	
Relatórios finais IFOP produzidos	1	
Projecto de decisão IFOP produzidos	1	
Informações produzidas	21	
Acções externas acompanhadas	15	
Acções de formação efectuadas	2	
Controlo de qualidade auditores externos FSE	3	
Controlo de qualidade auditores externos FEDER	3	
Total		

Balanço da Actividade e Recomendações

No seguimento da auto-avaliação efectuada verificamos que a EAT obteve um desempenho aceitável, face ao que são os objectivos estabelecidos.

O ano decorreu conforme o previsto nos Planos Anuais de Controlo, sendo que a entrega dos relatórios FSE por parte dos auditores externos sofreu um atraso significativo. Por outro lado a não existência de orientações não permitiu a definição de decisões finais sobre algumas acções de controlo FEDER.

No que concerne ao FSE, referir ainda o pedido de seis acções de controlo por parte das EAT e a existências de quatro denúncias, o que originou um volume de acções extra-plano de aproximadamente 40%.

O ano ficou marcado por um número significativo de auditorias externas, e pela necessidade de efectuar o seu acompanhamento no terreno. Em particular a auditoria efectuada no âmbito dos mercados públicos por parte da DGDR/CG QCAIII, que envolveu 27 projectos.

Quadro 3 – Avaliação dos resultados

Objectivos/Actividades	Auto- Avaliação
Relatórios finais FSE produzidos	4
Projecto de decisão FSE produzidos	4
Relatórios finais FEDER produzidos	4
Projecto de decisão FEDER efectuados	4
Relatórios finais FEOGA-O produzidos	4
Relatórios finais IFOP produzidos	5
Projecto de decisão IFOP produzidos	5
Informações produzidas	4
Acções externas acompanhadas	3
Acções de formação efectuadas	5
Controlo de qualidade auditores externos FSE	3
Controlo de qualidade auditores externos FEDER	3
Auto-avaliação global	4

Quadro 4 – Pontos negativos que influenciaram a actividade realizada e propostas de solução

Pontos Negativos	Propostas de Solução
-------------------------	-----------------------------

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
 Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

<ul style="list-style-type: none"> - Numero elevado de solicitações por parte da gestão - Falta de apoio administrativo a tempo parcial - Numero de acções de controlo FSE solicitadas extra plano. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar a formação interna - Aumentar a dotação de recursos - Criar documentos que normalizem procedimentos
<ul style="list-style-type: none"> - falta de definição sobre as orientações a seguir em sede de mercados públicos 	

Quadro 5 – Pontos Positivos

Interior	Exterior
<ul style="list-style-type: none"> - Existência de um manual de procedimentos interno 	<ul style="list-style-type: none"> - Facilidade de contacto com outros serviços regionalmente desconcentrados - Capacidade de apoiar tecnicamente serviços externos